



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 153 - SEXTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Alvaro Dias – PSDB-PR

1º Secretário

Efraim Morais – DEM-PB

2º Secretário

Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário

César Borges – DEM-BA

4º Secretário

Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes – PSDB-AP

2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE

3º - João Vicente Claudino – PTB-PI

4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19 LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 19 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) – 27 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM¹/PSDB) – 29 LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES LÍDER DO DEM – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 166ª SESSÃO ESPECIAL, EM 27 DE SETEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Referente à presente sessão, que será destinada a comemorar o Dia Mundial do Turismo, de acordo com o Requerimento nº 544, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.....

1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)

1.2.2 – Oradores

Senadora Lúcia Vânia	33234
Senadora Serys Ikhessarenko	33236
Sra. Ministra Marta Suplicy	33237
Senadora Rosalba Ciarlini	33239
Deputada Lídice da Mata.....	33241
Senador Adelmir Santana.....	33242
Senador Antonio Carlos Valadares.....	33245
Senador Flexa Ribeiro	33248
Senador José Nery (Art. 203, do Regimento Interno)	33250
Senador Renato Casagrande (Art. 203, do Regimento Interno).....	33251

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 167ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE SETEMBRO DE 2007

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento de manifestação sobre a Proposta de Emenda a Constituição nº 20, de 1999, por meio do Ofício nº 13, de 2007, da Câmara Municipal de Santa Rosa de Viterbo, Estado de São Paulo....

Recebimento de manifestação sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2000, por meio do Ofício nº 1.196/2007, da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba.....

Recebimento do Ofício nº S/53, de 2007 (nº 554/2007, na origem), da Prefeitura de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro, encaminhando, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações com vistas a contratar empreendimentos por intermédio de parcerias público-privadas.....

33233

33250

33251

33254

33254

33254

2.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 1.110, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando voto de aplauso ao jornal Diário do Povo , do Piauí, que completa amanhã, 28 de setembro, vinte anos de sua fundação.....	33254
Nº 1.111, de 2007, de autoria do Senador César Borges, comunicando que se ausentará do País, para desempenhar missão parlamentar no exterior, em visita às cidades de Frankfurt, Offenbach, Darmstadt e Mannheim, todas na Alemanha, no período de 5 a 15 de outubro de 2007.....	33254
Nº 1.112, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando autorização para ausentar-se do País, para desempenhar missão parlamentar à Alemanha, no período de 8 a 11 de outubro de 2007.....	33254
Nº 1.113, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede Record de Televisão pela inauguração, hoje, do canal Record News	33254
Nº 1.114, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Srª. Maristela Melo Valente, servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho do Amazonas.....	33255
Nº 1.115, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial, no dia 15 de outubro de 2007, destinada a homenagear o Dia do Professor.....	33255
Nº 1.116, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona.....	33256
Nº 1.117, de 2007, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2007, seja ouvida, também, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle.....	33257
Nº 1.118, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a prorrogação por 15 dias da designação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que S. Exª. possa representar a referida Comissão noacom-	

panhamento da denominada Operação U-Patakon III, da Polícia Federal, na reserva indígena Raposa – Serra do Sol, em Roraima.	33256	Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2007, de autoria dos Senadores José Nery e Paulo Paim, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, bem como da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.	33263
Nº 1.119, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do estudante Diego Rodrigues Linhares, ocorrido no dia 22 de setembro último.	33256	2.2.7 – Discursos do Expediente	
Nº 1.120, de 2007, de autoria do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 27 de novembro próximo, destinada a comemorar os 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.....	33257	SENADOR GERSON CAMATA – Defesa da imediata aprovação de proposta de emenda à Constituição que determina o voto aberto nos processos de cassação de mandato parlamentar. Discussão sobre a possibilidade de se impor ao pedófilo e ao responsável por atentado violento contra mulheres a castração química. Cobrança de celeridade da Câmara na aprovação de projeto de lei, de autoria do Senador Álvaro Dias, que proíbe contingenciamento nas verbas de defesa.....	33264
Nº 1.121, de 2007, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão do dia 4 de outubro do corrente ano, seja dedicado a homenagear a memória do Deputado Ulisses Guimarães, pelo transcurso dos 15 anos de seu falecimento.	33257	SENADOR JOSÉ NERY – Registro da presença, ontem, na Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, do Ministro do Trabalho e Emprego, a fim de entregar o relatório da fiscalização na empresa Pagrisa, do Pará. Registro de audiência realizada hoje por comissão de senadores e deputados, com o Ministro Carlos Lupi e a Drª Ruth Vilela, com gestões para a imediata retomada das fiscalizações realizadas por auditores do grupo móvel de fiscalização do trabalho escravo no Brasil.....	33267
2.2.3 – Ofícios		SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Homenagem pelo transcurso dos 100 anos do <i>Jornal do Commercio</i> e pelos 110 anos da Academia Brasileira de Letras.....	33270
Nº 1.676/2007, de 25 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, em resposta ao Ofício SF nº 1.254, de 2007, que encaminha notas taquigráficas do pronunciamento do Senador Paulo Paim, referente ao projeto sobre reajuste do salário mínimo.	33257	SENADOR MÃO SANTA – Homenagem pelos 20 anos do jornal <i>Diário do Povo</i> , do Piauí. Leitura de requerimento do vereador Antônio Carlos de Andrade, congratulando S. Exa. pelo discurso proferido em favor das Santas Casas de todo o País. Posicionamento contrário à CPMF.....	33273
Nº 50/2007, de 25 do corrente, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2007, de autoria do Senador Inácio Arruda, em reunião realizada naquela data.....	33258	SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – Reflexão sobre a sessão deliberativa do Senado realizada ontem.	33275
2.2.4 – Comunicação da Presidência		SENADOR JOÃO PEDRO – A importância do Mercosul para os países da América do Sul, e defesa da entrada da Venezuela no bloco.	33280
Abertura do prazo para recebimento de emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2007, perante a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, até o encerramento de sua discussão, no turno suplementar.	33258	SENADOR MÁRIO COUTO – Satisfação com a sessão de ontem do Senado Federal que sinalizou ao governo federal a necessidade de rever o número excessivo de edições de medidas provisórias. Repúdio à proposta do Governo Federal de licitar áreas florestais na Amazônia.	33281
2.2.5 – Ofício		SENADOR TIÃO VIANA – Debate acerca do uso e a produção do etanol como fonte de energia alternativa no Brasil e no planeta.	33286
Nº 221/2007, de 27 do corrente, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, encaminhando relatório acerca da missão desempenhada por S.Exa., como Membro da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, em sua Quinta Sessão, realizada nos dias 3 e 4 últimos, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	33258	SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre o papel do Senado e apresentação de propostas para o seu funcionamento.....	33290
2.2.6 – Leitura de projetos		SENADOR ALVARO DIAS – Questionamento sobre o anúncio dos dirigentes da futura <i>TV Pública</i> . Considerações sobre artigo do jornalista Ipojuca Pontes, do <i>Estado de S.Paulo</i> , comentando nota	
Projeto de Lei do Senado nº 569, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que dá nova redação ao inciso V do art. 2º-B da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	33261		
Projeto de Lei do Senado nº 570, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que institui o “Dia Nacional do Historiador”, a ser celebrado anualmente no dia 12 de setembro.	33262		

da Executiva do Partido dos Trabalhadores a respeito da imposição de novas regras para o funcionamento de algumas emissoras de televisão, que terão seus prazos de renovação findos no próximo dia 5 de outubro.	33294
SENADOR <i>EFRAIM MORAIS</i> – Apelo ao Governo para imediata ajuda aos atingidos pela seca, destacando a realidade do Estado da Paraíba.....	33295
SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> – Voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maristela de Melo Valente e do estudante Diego Rodrigues Linhares. Louvor pela retirada do livro didático Nova História Crítica. Referências ao artigo da Folha de S.Paulo de hoje, intitulada “Boxeadores cubanos estão abandonados, diz Itamaraty”. Comentários sobre a matéria da Folha de S.Paulo , que atribui ao Deputado Ciro Gomes a defesa da CMPF. Saudação à iniciativa da Senadora Lúcia Vânia pela autoria de requerimento solicitando a realização de sessão especial para a comemoração do Dia Mundial do Turismo. Destaque ao potencial turístico do Amazonas.	33298
2.2.8 – Apreciação de matérias	
Requerimentos nºs 1.094, 1.095, 1.096, 1.097, 1.099, de 2007, lidos em sessão anterior. Aprovados	33308
Requerimentos nºs 1.111, 1.112 e 1.118, de 2007, lidos no Expediente da presente sessão.	
Aprovados	33308
2.3 – ORDEM DO DIA	
São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 2 de outubro próximo.	
Item 1	
Parecer nº 659, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Jayme Campos, sobre a Mensagem nº 74, de 2007 (nº 263/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	33308
Item 2	
Parecer nº 688, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.	33308
Item 3	
Parecer nº 689, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, sobre a Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.	33308

Item 4

Parecer nº 716, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Miguel de Souza para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

33308

Item 5

Parecer nº 734, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 141, de 2007 (nº 657/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Paulo Fernando da Costa Lacerda para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN...

33308

Item 6

Mensagem nº 117, de 2007 (nº 498/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Julio Cesar Zelner Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

33309

Item 7

Mensagem nº 118, de 2007 (nº 504/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor Ánuar Nahes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

33309

Item 8

Mensagem nº 128, de 2007 (nº 574/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

33309

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2007

33309

Item 10

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a

ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. 33309

Item 11

Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito). 33309

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias. 33310

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. 33310

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios. 33310

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. 33310

Item 16

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. 33310

Item 17

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral..... 33311

Item 18

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. 33311

Item 19

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. 33311

Item 20

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores). ... 33311

Item 21

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade. 33311

Item 22

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico..... 33311

Item 23

Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior..... 33311

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego. 33312

Item 25	Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.....	33312	aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.....	33313
Item 26	Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que fica instituído o Programa Disque Idoso.....	33312	Item 34	
Item 27	Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.....	33312	Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.....	33313
Item 28	Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.....	33312	Item 35	
Item 29	Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.....	33312	Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.....	33313
Item 30	Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.....	33312	Item 36	
Item 31	Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.....	33313	Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.....	33314
Item 32	Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994...	33313	Item 37	
Item 33	Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que	33313	Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.....	33314
Item 34			Item 38	
Item 35			Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.....	33314
Item 36			Item 39	
Item 37			Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.....	33314
Item 38			Item 40	
Item 39			Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação	

Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.....	33314
Item 41	
Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.....	33314
Item 42	
Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.....	33314
Item 43	
Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.....	33315
2.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia	
SENADOR PAULO PAIM – Participação de S. Ex ^a . em duas audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a primeira com trabalhadores demitidos no Governo Collor, a segunda, em que discutiu a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Regozijo com a sessão plenária do Senado de ontem. Comentários sobre a decisão do STJ em favor da Varig. Apelo ao Governo para a implementação da política dos anistiados.....	33315
SENADOR RENATO CASAGRANDE – Defesa do ingresso da Venezuela no Mercosul. Posicionamento favorável à realização da conferência Rio+20, no Brasil, em 2012. O “apagão” elétrico ontem no Estado do Espírito Santo.....	33318
SENADOR MAGNO MALTA – Prejuízos causados pelo apagão elétrico ao Estado do Espírito Santo. Registro de visitas realizadas por S. Exa. aos municípios de Vila Pavão, Nova Venécia e Barra do São Francisco. Referências à sessão especial do Senado, hoje, em comemoração ao Dia Mundial do Turismo, destacando a necessidade de se combater o turismo sexual no País e as potencialidades turísticas do Estado do Espírito Santo. Cumprimentos à Rede Record de Televisão, pelo lançamento hoje, do canal Record News. Alerta sobre os malefícios do uso da bebida alcoólica e da propaganda estimulando o seu consumo. A violência no Estado do Espírito Santo.	33320

2.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Aplausos à Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, que acumula valioso patrimônio de serviços prestados e de realizações diversas....	33335
SENADOR FLÁVIO ARNS – Importância de investimentos para o Estado do Paraná, com citação à matéria “Visão dos Portos”, do jornal O Estado do Paraná	33337
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Carta do Major Edson Muniz ao Presidente Lula.....	33337
SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Eu estou calmo. Eu estou calmo”, publicada na revista Época , edição de 27 de agosto último.....	33339
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “Mais sobre a agenda de Dirceu”, publicado na revista Veja , edição de 29 de agosto último...	33340
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre o artigo intitulado “É tudo invenção da imprensa”, publicado na revista Exame , edição de 15 de agosto último.....	33341
2.4 – ENCERRAMENTO	
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 27-9-2007	
4 – ATO DO PRESIDENTE	
Nº 64, de 2007.	33344
5 – TERMO DE REUNIÃO	
Referente à Medida Provisória nº 392, de 2007.....	33346
6 – EMENDAS	
Nºs 1 a 11, apresentadas à Medida Provisória nº 393, de 2007.	33348
SENADO FEDERAL	
7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
– 53^a LEGISLATURA	
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
CONGRESSO NACIONAL	
14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
16 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 166ª Sessão Especial, em 27 de Setembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros e da Sra. Lúcia Vânia

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 45 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão destina-se a comemorar o Dia Mundial do Turismo, de acordo com o Requerimento nº 544, de 2007, da nobre Senadora Lúcia Vânia e outros Srs. Senadores.

Peço que todos tomem seus lugares.

Tenho a honra de convidar, para compor a Mesa, a Ex^{ma} Sr^a Ministra de Estado do Turismo, Marta Suplicy. (Palmas.)

Já contamos, na Mesa, com a honrosa presença da Senadora Lúcia Vânia, autora do requerimento que proporcionou esta sessão especial.

Convidado, com muita satisfação, a Sr^a Jeanine Pires, Presidente da Embratur, para compor a Mesa. (Palmas.) Convidado, com muita honra também, para compor a Mesa, a Deputada Lídice da Mata, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto. (Palmas.)

Convidado também, para compor a Mesa, o Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Câmara Empresarial de Turismo. (Palmas.)

Convidado, para compor a Mesa também, com muita satisfação, o Sr. Fábio Lenza, Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal. (Palmas)

Senadora Lúcia Vânia, Ministra Marta Suplicy, Dr. Norton Luiz, Sr^a Jeanine Pires, Dr. Fábio Lenza, Deputada Lídice da Mata, Sr^ss e Srs. Convidados, gostaria de, em saudando a Ministra Marta Suplicy, saudar todos os representantes de entidades que fazem presenças honrosas nesta sessão especial. Quero também aproveitar a oportunidade para homenagear a volta a esta Casa desse querido amigo, ex-Ministro de Estado Henrique Hargreaves. (Palmas.)

Sr^ss e Srs. Senadores, é com imensa satisfação que participo desta sessão especial em comemoração ao Dia Mundial do Turismo. Com efeito, venho de Alagoas – e Jeanine sabe muito bem, porque é minha querida conterrânea –, Estado com uma inegável vocação turística. Por isso, sempre tive a exata noção da importância dessa atividade para o crescimento econômico e para o desenvolvimento nacional sustentável.

Não podemos, Sr^ss Senadoras, Srs. Senadores, esquecer também o turismo ecológico, que desperta um sentimento ainda mais forte de preservação e consciência ambiental em seus praticantes.

Nosso País, sem dúvida alguma, tem tudo para ser uma grande potência no setor. Temos um conjunto único de atrativos para os visitantes de todo o mundo. São mais de 8 mil quilômetros de litoral e ecossistemas fabulosos, como a Amazônia e o Pantanal, e um patrimônio histórico e cultural de riqueza incalculável.

Por muito tempo, imaginamos que os turistas aportariam em nossas terras de forma natural e irreversível, magnetizados irresistivelmente pela beleza natural da nossa Pátria. Tínhamos, então, poucas iniciativas para planejamento e para profissionalização também do setor. Ao mesmo tempo, nações como a Espanha transformavam o turismo na grande locomotiva de suas economias.

Felizmente, Sr^ss Senadoras, Srs. Senadores, já percebemos que não bastam uma paisagem bonita e um povo alegre e acolhedor para testemunharmos uma profusão de turistas em nosso País. Hoje, já nos parece óbvio que precisamos investir pesadamente em infra-estrutura, *marketing*, segurança e qualificação de mão-de-obra se quisermos, verdadeiramente, entrar para o seleto clube dos grandes destinos turísticos da atualidade.

Não é por outro motivo que o Brasil pleiteia um assento no Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo.

Ministra Marta Suplicy, Senadora Lúcia Vânia, segundo a Associação Brasileira de Agências de Viagens, a atividade turística movimenta R\$24,5 bilhões, ou seja, 5% do nosso Produto Interno Bruto. Desse total, R\$16 bilhões, isto é, dois terços, correspondem a turismo de negócios e a viagens corporativas.

O Senado Federal, por sua vez, tem estado atento às mudanças.

Assim, logo que assumi a Presidência desta Casa, criamos a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a CDR, hoje tão bem presidida por esta querida Senadora Lucia Vânia, que tem atuado com muita liderança, zelo, senso público, à frente dessa grande questão nacional.

Senhoras e Senhores, muito nos orgulha que, hoje, as reuniões e audiências públicas da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo já se firmaram como um dos mais qualificados palco dos debates do Senado Federal ligados à atividade turística. A presente sessão, assim como a realização da Semana Nacional do Turismo no Congresso Nacional são provas cabais do continuado esmero da Comissão e da Casa para com o tema.

Ministra Marta Suplicy, todos sabemos do grande e valoroso trabalho que V. Ex^a está empreendendo frente à Pasta do Turismo, coordenando tarefas que dizem respeito a muitas frentes, que vão desde infra-estrutura até políticas de emprego e formação profissional. Tenha absoluta certeza de que o Senado Federal, no que depender de seu Presidente, no que depender da sua Comissão presidida pela Senadora Lúcia Vânia, continuará sendo o fórum qualificado para o debate e a construção de políticas públicas de apoio, fomento e desenvolvimento do turismo no Brasil.

Destaco, antes de conceder a palavra à Senadora Lúcia Vânia, a presença honrosa entre nós desse querido amigo e eterno Senador Maguito Vilela. É um prazer muito grande tê-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra, em primeiro lugar, à autora do requerimento, Presidente da Comissão de Turismo, nobre Senadora Lúcia Vânia. Com a palavra S. Ex^a.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exmº Sr. Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros; Exm^a Sr^a Ministra de Estado do Turismo, Marta Suplicy; Sr^a Jeanine Pires, Presidente da Embratur; Sr. Fábio Lenza, vice-Presidente da Caixa Econômica Federal; Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Câmara Empresarial de Turismo; Deputada e companheira Lídice da Mata, Presidente da Comissão de Esporte e Turismo da Câmara dos Deputados; hoje é um grande dia para o Congresso Nacional e para o turismo brasileiro. Estão aqui reunidos, no plenário do Senado Federal, em sessão especial, autoridades, parlamentares da Câmara e do Senado e as principais lideranças do turismo nacional, para celebrar, neste 27 de setembro, o Dia Mundial do Turismo.

Também estamos recebendo representantes de toda a cadeia produtiva do turismo em nossas dependências, além de estudantes de turismo das faculdades de Brasília, a quem dedico uma saudação particular. É o seu entusiasmo pela profissão que nos garante um futuro promissor para o turismo brasileiro.

Em especial, contamos com a honrosa presença das mulheres que, ontem, na sede da Confederação

Nacional do Comércio, foram homenageadas em reconhecimento por seu trabalho em prol do turismo do Brasil, justa homenagem neste ano em que a Organização Mundial do Turismo estabeleceu o tema das mulheres no setor turístico para ser celebrado, discutido e estudado.

“O Turismo Abre Portas para as Mulheres” é o tema da OMT e é a realidade que gostaríamos de ver concretizada e sobre a qual precisamos atuar.

Não restam dúvidas de que as mulheres encontram no turismo e nas atividades com eles relacionadas grandes chances de trabalho. Embora sofram com as desvantagens em relação aos trabalhadores masculinos – que são as mesmas encontradas em outras atividades –, elas são vitoriosas por persistirem e ampliarem horizontes para outras mulheres.

Portanto, as homenageadas, mais do que exemplo, são representantes da atuação feminina em espaços onde chegaram em situação desvantajosa. São hoteleiras, agentes de viagens, profissionais de transporte aéreo, trabalhadoras, empresárias, jornalistas, acadêmicas, artesãs, artistas, sindicalistas e dirigentes do turismo, que escreveram – e, ainda, escrevem – a história do turismo brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^a Ministra, Sr^s e Srs. Senadores, Sr^s e Srs. Deputados, Sr^s e Srs. convidados, não seria exagero afirmar que em nenhum outro país se encontram a fascinante e multifacetada natureza e a rica e original cultura existentes no Brasil. Tão fascinantes que povos imigrantes não tiveram dificuldades em se adaptar às diversas regiões brasileiras de climas tão diferentes e sua geografia tão diversificada.

Povos que, ao longo dos tempos, formaram o povo brasileiro, que é, hoje, acima de tudo, a nossa maior e mais importante riqueza a preservar.

Com tanta riqueza em biodiversidade, em culturas e em humanidade, o Brasil precisa aprender a aproveitar todo esse potencial.

O turismo, que é uma indústria não agressiva ao meio ambiente, gera ganhos não apenas econômicos, mas políticos, sociais e culturais.

Por essa razão, a Organização Internacional do Trabalho o aponta como uma das principais atividades econômicas do planeta e prevê que, em 2020, o número de turistas no mundo chegará a algo em torno de 1,6 bilhões, o que representa quase o triplo do que hoje se registra.

Há, portanto, um segmento da economia mundial em plena expansão, de cujos benefícios não podemos nos privar – e, no entanto, só muito recentemente, começamos a despertar seriamente para a sua importância e magnitude.

O Brasil precisa aproveitar a tendência mundial que lhe é amplamente favorável, e que vem se consolidando: a desconcentração dos roteiros turísticos.

Em 1950, 97% dos turistas concentravam-se em torno de quinze países. Hoje, esses mesmos quinze países atraem apenas 58% do fluxo turístico mundial. Essa diversificação do interesse que ampliou a rota turística pode ser debitada à conta da globalização, que deu visibilidade a países periféricos e colocou a questão ambiental no centro dos debates mundiais.

Para os países em desenvolvimento, o turismo representa algo em torno de 10% de suas receitas. O Brasil é beneficiário desse fenômeno de expansão e desconcentração do fluxo turístico mundial.

Números oficiais dão conta de que, nestes últimos dez anos, nossa receita cambial do turismo – o turismo de fora para dentro – experimentou grande salto: saiu da casa do 800 milhões de dólares para US\$4,32 bilhões. Mas confrontado com a evasão turística – isto é, o fluxo de brasileiros em turismo externo –, nosso saldo é ainda negativo em US\$1,45 bilhão.

Há, portanto, muito a fazer, e não apenas em relação ao recebimento de turistas de fora, mas também em relação ao chamado turismo interno.

Nesse segmento, nosso potencial é igualmente colossal e os benefícios sociais e econômicos são múltiplos, sobretudo na geração de emprego e renda.

Essa importância foi reconhecida pela Ministra Marta Suplicy, que tem priorizado programas voltados para o turismo interno, como o recém-lançado programa de financiamento de pacotes turísticos para adultos da chamada “melhor idade”.

A OMT calcula que o movimento do turismo doméstico em todo o mundo chega a ser dez vezes maior que o do turismo internacional.

No que respeita ao emprego no turismo, vale observar que, em nosso País, como em todo o mundo, há dificuldades de obtenção de dados precisos relativos a esse setor.

Há um dado, porém, relativo ao mercado de trabalho, que precisa de uma análise profunda. Ele diz respeito à situação da mulher trabalhadora. São os homens, com ampla maioria, aqueles que ocupam o mercado de trabalho formal no setor de turismo. O rendimento médio das mulheres com carteira assinada é bem menor, correspondendo a apenas 69% do auferido pelos homens.

Há outro aspecto que precisa urgentemente ser removido de nossa paisagem moral e social. Refiro-me ao chamado turismo sexual, que explora crianças e adolescentes pobres, sobretudo na região Nordeste.

É verdade que tem havido, nos últimos tempos, maior conscientização e combate a essa chaga moral por parte da sociedade e do Estado, mas não ao ponto de extirpá-la. Ela persiste.

O Legislativo hoje se ocupa do tema do turismo como jamais o fez.

Na honrosa condição de presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, busquei dar a maior ênfase possível a esta sessão especial, que celebra o Dia Mundial do Turismo, bem como a I Semana Nacional de Turismo do Congresso Nacional.

São eventos realizados em conjunto com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e com a Frente Parlamentar do Turismo, além de contar com o apoio da Confederação Nacional do Comércio.

A nossa curta vivência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo chama atenção para a necessidade de sistematização mais ampla e abrangente do marco regulatório legal, o que se concretizará com o exame e aprovação da Proposta de Lei Geral do Turismo, que o Presidente Lula deverá assinar hoje à tarde.

Em suma, insistimos que o Brasil não desperdice essa importante e poderosa alavanca para seu desenvolvimento econômico e social que é a indústria do turismo.

O Congresso Nacional tem o compromisso de propor, apreciar e votar medidas que estimulem efetivamente o turismo – interno e externo – em nosso País, permitindo a potencialização de seus efeitos econômicos, sociais e culturais.

Devemos também ter em mente que o desenvolvimento que se espera alcançar tem de vir acompanhado por mecanismos que propiciem justiça e inclusão para as mulheres no mercado de trabalho do turismo.

Dessa forma, o Brasil estará dando mais um passo para o cumprimento do terceiro objetivo estabelecido pelas Nações Unidas para o milênio: “Promoção da Igualdade entre os Sexos e Autonomia das Mulheres”.

Tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal têm procurado empenhar-se nesse sentido, com muita vontade e determinação. Mas sabemos que podemos fazer ainda mais, em sintonia permanente com a sociedade, fonte e destino de nossa ação política.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com o perdão da omissão, tenho a honra de convidar o Senador Maguito Vilela, Vice-Presidente do Banco do Brasil, para compor a Mesa.

Concedo a palavra, com muita satisfação, à nobre Senadora Serlys Shhessarenko.

A SRA. SERYS SHHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Senadora Lúcia Vânia, autora da proposição desta sessão especial; nossa Ministra muito querida, competente e determinada nas ações que vem empreendendo e que muito nos orgulham; nossa companheira – permita-me assim chamá-la assim – Lídice da Mata, lutadora, batalhadora pela causa das mulheres; querida Jeanine, Presidente da Embratur; coincidentemente, como foi dito ontem, este ano em que a ONU diz ser o ano das mulheres no turismo, temos aqui, cuidando dessa área, mulheres: uma Ministra; no Senado, a companheira Lúcia Vânia; na Câmara, a companheira Lídice; e, na Embratur, Jeanine, mulheres, de ponta a ponta, com muita competência, fazendo o turismo do Brasil.

Saudo os demais componentes da Mesa, as Sras e Srs. Senadores aqui presentes, todas as senhoras e senhores.

Começo o meu discurso rememorando uma sessão solene, realizada nesta Casa, em novembro do ano passado, quando se celebraram os 70 anos da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH.

Naquela ocasião, usei da palavra, iniciando meu discurso destacando a quase total ausência feminina naquela sessão. Hoje, quase um ano depois, estamos celebrando o Dia Mundial do Turismo, que tem como tema a participação feminina, motivo de muito orgulho, Sr. Presidente. E se faz muito importante ressaltar que a atual conjuntura do turismo no Brasil traz várias mulheres em cargos importantes, como já citei: a nossa Ministra Marta, a nossa companheira Senadora Lúcia Vânia, a Lídice, a Jeanine. Temos de aproveitar bastante essas importantes companheiras mulheres nesses importantes cargos na área do turismo, para que realmente esse tema faça avançar o nosso País.

As organizações do sistema das Nações Unidas, desde a sua criação, instituem os dias mundiais para conscientizar governos dos Estados associados e suas populações dos principais temas ligados ao objetivo fundador da ONU, da promoção da paz mundial, dos direitos humanos, do desenvolvimento econômico justo e da igualdade entre todas as pessoas. Foi com essa intenção que foram estabelecidas, entre outras comemorações, dias mundiais para a Alfabetização, a Infância, o Meio Ambiente, a Saúde.

Em 27 de setembro, por sua importância como atividade econômica, como lazer e como fator de integração entre os povos, celebra-se o Dia Mundial do Turismo. Instituído pela Assembléia Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), em 1979, e comemorando

desde 1980, o Dia Mundial do Turismo, como outras iniciativas da ONU, entrou para o calendário oficial dos governos de muitos países e dos empresários do setor em todo o mundo.

É muito importante que nós, aqui no Brasil, País com imenso potencial de atração de visitantes, também passemos a promover este dia para fazer conhecer, a viajantes internos e internacionais, as riquezas naturais e culturais que temos para todos os gostos: praias, serras, estâncias hidrominerais, florestas, banhados, rios, lagos, cidades coloniais e outras, moderníssimas – há de tudo em nosso território. Mato Grosso do Sul tem Bonito. O nosso Mato Grosso, o meu, que não é o do Sul, é o Mato Grosso de Cuiabá, tem muitos Bonitos. Não é um Bonito; tem muitos Bonitos, tem vários Bonitos, só que precisam ser organizados. Ou seja, o nosso potencial é gigantesco. Mato Grosso, quando se abrir para o turismo, ninguém segura. E não são apenas as belezas naturais que são fantásticas. Quem mais tem Pantanal a não ser Mato Grosso e Mato Grosso do Sul? Quem mais tem Chapada dos Guimarães? O turismo em todas as suas formas, lá é possível.

Outro dia, senhoras e senhores, eu andava por um interiorzão, muito longe – muito longe da capital, Sra Ministra, porque, lá no meu Mato Grosso, nós temos Municípios a 1.500 quilômetros da capital; a capital não fica na ponta do mapa, não – por Municípios muito distantes da capital e passamos, intempestivamente, de passagem literalmente, por um dos Municípios onde havia uma cachoeira belíssima. Até pudemos parar na borda dela. Era tão dentro da estrada que jogava água quando passávamos. Logo adiante, havia uma lavoura fantástica de algodão em plena flor. É claro que temos de organizar temporadas, mas quem não quer ver? Que estrangeiro que nunca viu algodão em flor não quer ver?

Os senhores já viram uma lavoura de algodão em flor? Tudo bem, muitos já viram, talvez, o branco, mas, em Mato Grosso, Ministra, temos algodão de cinco cores na lavoura. Não foi tingido, não. Não foi tingido com tintas artificiais, não. Há algodão colorido lá na lavoura! Já é difícil alguém ver lavouras de extensão branca, imaginem coloridas?! Lavouras imensas e coloridas, só para citar um exemplo. Podem-se organizar trilhas turísticas, mas é necessária infra-estrutura.

Resumindo, as potencialidades do meu Mato Grosso e do Brasil são enormes!

As celebrações promovidas pela ONU, como o Dia Mundial do Turismo, a cada ano, têm um tema norteador para as ações promovidas pelos participantes. Este ano um tema especialmente oportuno está em tela, Senadora Rosalba: “O turismo abre portas para as mulheres”.

A idéia da Organização Mundial do Turismo é alinhar as discussões sobre o setor turístico e as premissas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, mais especificamente o terceiro objetivo, o da promoção da igualdade entre homens e mulheres e da eliminação das diferenças na educação por motivo de gênero, infelizmente ainda presentes em muitas culturas, inclusive a brasileira.

De fato, estatísticas da ONU mostram que 1,3 bilhão de pessoas vivem em situação de pobreza no mundo, das quais 70% são mulheres. Elas já representam 66% da força de trabalho no mundo, mas movimentam apenas 10% da renda mundial e detêm menos de 1% das propriedades. No Brasil, segundo o IBGE, em dados de 2005, mesmo constituindo mais de 51% da população, as mulheres sofrem mais com o desemprego e recebem menor rendimento salarial médio.

Esse quadro se repete nas atividades de turismo. Em 2003, o IBGE revela que o setor emprega quase 2 milhões de mulheres, ou seja, 36,4% dos ocupados na atividade. Porém, entre elas, 11,2% não são remuneradas, para 3,3% de homens na mesma situação. A informalidade atinge mais que a eles: são 36,5% os homens sem carteira assinada, contra 40,1% das mulheres. A diferença salarial supera a casa dos 35%: o rendimento médio dos homens é de R\$662,00 e o das mulheres, R\$427,00.

O corredor da Câmara dos Deputados, entre o prédio principal e o Anexo II, a propósito, exibe exposição sobre o tema “A mulher nas atividades do turismo”, que mostra a participação das mulheres no setor e a sua importância para a qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes.

E não nos esqueçamos – já estou terminando, Sr. Presidente – da chaga do turismo sexual, assunto já comentado aqui pela Senadora Lúcia Vânia, que atinge adolescentes de várias partes do mundo em desenvolvimento e – lástima! – também do Brasil.

Importa dizer, para finalizar, que conhecer outras gentes, quer ao visitarmos seus países, quer quando eles vêm visitar o nosso, é sempre instrutivo, pois percebemos as diferenças entre culturas. Como muito daquilo que nos pode parecer natural, não passa de costume! Entendemos como algumas nações já avançaram mais que a nossa no sentido da igualdade entre gêneros, enquanto outras têm problemas que já conseguimos superar, como a discriminação contida nas leis.

Celebremos, pois, este Dia Mundial do Turismo com a mente voltada para as trabalhadoras do setor, às quais a própria Organização Mundial do Turismo dedicou o evento este ano, às jovens exploradas e a todas as mulheres do mundo, vítimas das desigualdades.

Com esse time de mulheres no turismo, com certeza, o Brasil vai dar o grande salto de desenvolvimento com sustentabilidade, oferecendo, com certeza, programas como os que V. Ex^a, Sr^a Ministra, vem trazendo, ainda tão recentemente empossada no Ministério, programas de inclusão daquela maioria que nunca teria a possibilidade de fazer turismo. V. Ex^a está realmente levando essa maioria de despossuídos a também fazer turismo no nosso País.

Parabéns! E que esse time seja vitorioso!

Muito obrigada.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra à Exm^a Sr^a Ministra de Estado do Turismo, Marta Suplicy.

A SRA. MINISTRA MARTA SUPILCY – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal; a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, responsável por esta sessão especial destinada a comemorar o Dia Mundial do Turismo; a Deputada Lídice da Mata, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara; a Sr^a Jeanine Pires, Presidente da Embratur; o Sr. Fábio Lenha, Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal; o ex-Senador Maguito Vilela, Vice-Presidente da Área de Governo do Banco do Brasil; o Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Câmara Empresarial de Turismo. Em nome deles, cumprimento todas as Senadoras e Senadores presentes, estudantes e os caros amigos do *trade* turístico.

É com muita honra que venho a esta Casa compartilhar com V. Ex^as as comemorações do Dia do Turismo.

O turismo vive um momento muito especial no Brasil. Além do Dia Mundial do Turismo, neste mês de setembro, vivenciamos uma sucessão de fatos que contribuem para o fortalecimento do setor.

Hoje, depois de uma ampla discussão com o *trade* turístico e que envolveu o esforço conjunto de oito Ministérios, o Presidente da República encaminhará ao Congresso o projeto de Lei Geral do Turismo, que define os marcos legais para o desempenho das atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao turismo.

Tenho certeza que esta Casa apreciará a proposta e, como marca sua tradição, dará uma contribuição imprescindível para o aperfeiçoamento deste projeto.

Recentemente, lançamos o Plano Nacional do Turismo, que aponta as linhas de atuação do Ministério e as metas para 2010.

Nosso foco, definido no Plano, é o da inclusão social. Essa diretriz é a base de ação do Ministério,

passando pela qualificação, pelos investimentos em infra-estrutura, promoção e inquestionavelmente, pela geração de emprego e renda.

O Plano aponta para a priorização do mercado interno, como estratégia de fortalecimento da indústria do turismo. Queremos e vamos dar musculatura ao setor, principalmente por meio da inclusão de pessoas que nunca puderam participar do turismo.

É exatamente essa a linha do programa Viaja Mais – Melhor Idade, lançado também neste mês e que oferta pacotes financiados pelo crédito consignado aos aposentados e pensionistas, com juros abaixo de 1%.

Estimularemos as viagens justamente nos períodos de baixa ocupação, assegurando o aquecimento do mercado e o equilíbrio na atividade do ano inteiro.

Mais do que isso, estamos proporcionando a realização do sonho de muitos brasileiros e brasileiras que dedicaram suas vidas ao trabalho e, mais do que ninguém, devem aproveitar o merecido descanso e conhecer um pouco mais do seu País.

Sr^ss e Srs, nosso Plano, que está sendo executado a pleno vapor, incorpora-se ao projeto do Governo Lula em busca de um País mais justo.

O Brasil hoje é muito diferente do que o Presidente recebeu em 2003: o crescimento econômico, aliado à inflação controlada, produziu uma estabilidade que foi testada e aprovada na recente crise dos mercados financeiros.

Além disso, os dados da PNAD divulgados recentemente coroam o trabalho paciente desenvolvido em cada área desse Governo ano após ano, tendo como foco a inclusão social.

A pobreza diminuiu. O emprego formal, indispensável para a dignidade do trabalhador, tem superado suas marcas históricas. A massa salarial também cresceu e, sobretudo, temos de comemorar a redução da desigualdade social.

Os números mostram que convivemos com 42 meses consecutivos de aumento de consumo das famílias. Os brasileiros se alimentam melhor e muitos estão consumindo aquilo a que nunca tiveram acesso: do automóvel ao celular (que hoje já são 110 milhões de linhas!)

É justamente aí que o turismo tem de entrar. Sabemos que muitos ainda não viajam e não conhecem nosso Brasil. E nós queremos que o turismo faça parte da cesta de consumo de cada brasileiro.

Por isso, além dos aposentados, já estamos estudando formas de promover o turismo para os trabalhadores e para os estudantes também, fechando o círculo da nossa opção pela inclusão social, por meio do fortalecimento do mercado interno.

Isso é bom para todo mundo. Para o aposentado, que terá facilidade de viajar e desfrutar a melhor idade de forma merecida. Para o trabalhador, que poderá propiciar à sua família os novos horizontes do turismo. Para os estudantes, que poderão conhecer novos lugares, monumentos e cidades, que hoje só conhecem pelos livros ou pela televisão. E, claro, para o *trade* turístico, toda nossa cadeia produtiva, que poderá contar com uma forte demanda o ano inteiro.

Neste dia 27 de setembro, comemoramos o Dia Mundial do Turismo, sob o tema internacional “o turismo abre portas para as mulheres”.

A luta das mulheres é um tema que me deixa bastante à vontade para falar. Não quero aqui fazer um gancho para tratar da minha trajetória nessa área, pois estou convencida de que ela não se distingue da constante luta que a maioria das mulheres neste Brasil tem de empreender.

Sempre que nós colocamos o tema da afirmação feminina, nós procuramos os exemplos de ascensão de mulheres que nos orgulham pelos postos que ocupam. O turismo também tem seus exemplos que merecem ser citados. Ontem mesmo, a Confederação do Comércio prestigiou 40 mulheres em diferentes setores que hoje ocupam cargos importantes. Mas existem outras tantas cujo trabalho preserva a identidade cultural de uma comunidade ou de todo um povo, tal como as índias artesãs, as quilombolas e suas histórias, as rendeiras e sua arte, as baianas do acarajé e tantas outras responsáveis pelo sabor peculiar da nossa cultura.

As mulheres também fazem a diferença no turismo, atuando como guias, como estudantes, em número cada vez maior, e como turistas. Nesse caso, não há estatísticas, mas garanto que as mulheres são as maiores viajantes neste País, pois estão sempre dispostas a viajar.

Essas mulheres têm de ser lembradas e festejadas pela sua ação. Elas se somam a todas as outras mulheres anônimas deste nosso País, que chefiam sozinhas milhões de lares brasileiros, que trabalham duro e que se multiplicam em muitas para criar decentemente seus filhos e fazer deles cidadãos, mas que, infelizmente, ainda sofrem com a violência doméstica, ganham menos do que os homens, ocupam cargos aquém da sua inteligência e da sua capacidade e, sobretudo, ainda não conquistaram o espaço político para fazer diferença.

Muitas das coisas que precisam acontecer para que as mulheres brasileiras e do mundo inteiro alcancem um novo patamar de respeitabilidade e de direitos na sociedade dependem da mudança de costumes, de avanços culturais e da representação política.

As mulheres estão convencidas da importância de participar ativamente da política, de disputar os cargos e, de preferência, ocupá-los.

Temos muitos exemplos não só no Brasil, mas em todo mundo, como Michelle Bachelet, no Chile; Angela Merkel, na Alemanha; Luísa Diogo, em Moçambique; e algumas que foram candidatas, como Sérgolène Royal, na França, e outras que estão na disputa, como Cristina Kirchner e Elisa Carrió, na Argentina, e Hillary Clinton, nos Estados Unidos.

Enfim, um conjunto de exemplos para convencer nossas heroínas a deixar de serem anônimas e se tornar públicas, tendo claro que a mudança de qualquer aspecto que esteja entranhado na cultura de um povo precisa de uma luta árdua e sem trégua.

Concluo, dizendo que o turismo e sua cadeia produtiva estão de braços abertos às mulheres. Agradeço o convite desta Casa e a deferência dispensada ao turismo nesta data tão especial.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra à nobre Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exmº Sr. Presidente; Srª Ministra de Estado Marta Suplicy; Srª Senadora, minha Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que tão bem vem conduzindo a Comissão, Lúcia Vânia; Deputada Lídice da Mata, Presidente da Comissão de Turismo da Câmara; Srª Jeanine, Presidente da Embratur; minha amiga Iacy, Presidente do Sindicato dos Guias no Rio Grande do Norte, norte-rio-grandense a quem eu gostaria aqui de fazer referência; demais autoridades aqui presentes, senhores representantes dos mais diversos segmentos ligados ao turismo, aos órgãos que desenvolvem essa atividade tão importante, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, Srªs Deputadas e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, o Dia Mundial do Turismo, que hoje se comemora e que de forma muito feliz e oportuna as duas Casas do Parlamento celebram com a realização da Semana do Turismo no Congresso Nacional, constitui, antes de tudo, um momento próprio para a reafirmação da importância dessa atividade, seja em termos do aprimoramento das relações sócio-culturais, seja em termos da sua contribuição para o desenvolvimento econômico deste mundo globalizado e, em particular, da nossa Nação.

Sobre o tema “O Turismo abre as portas para as mulheres”, na realidade, eu faria uma reflexão. Acho que as mulheres, com sua sensibilidade, com sua garra, com sua raça, já foram abrindo essas portas. Elas

já estão no turismo. E agora, mais do que nunca, no Brasil, em que temos uma mulher à frente do Ministério do Turismo, das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, do Governo do meu Estado, de maneira particular, essa presença feminina chegou de forma muito simples, por meio da artesã, da rendeira, das baianas.

Acho que, agora, o turismo escancara as portas para as mulheres. Escancara no sentido também de que possamos valorizar essa participação e, cada vez mais, em nossa luta por igualdade, mostrar a importância da competência, da luta, da raça, da sensibilidade da mulher nas mais diversas atividades. E não poderia ser diferente no turismo.

O meu Estado, Rio Grande do Norte, é pequeno mas tem uma característica muito importante: ele se encontra, Srª Ministra, como a senhora bem conhece, na esquina do continente, próximo aos mercados europeus e africanos, e tem uma capital maravilhosa, a cidade de Natal. O seu nome já marca, é renascimento, é confraternização, é solidariedade, é receber bem.

O meu Estado tem despertado e feito a sua parte com relação a desenvolver, a impulsionar essa atividade que chamamos de “indústria sem chaminés”, porque não é agressiva ao meio ambiente, além de trazer uma capacidade, um potencial para gerar emprego e renda inimaginável e incalculável. Se hoje podemos dizer que temos, de forma direta, mais de cinco milhões de empregos no turismo, quanto temos de forma indireta? Sabemos onde começa, mas não conseguimos dimensionar onde termina, porque, até naquela casinha que se transforma numa pousada no momento em que há um evento em uma cidade, estamos vendo a geração de renda. No taxista, que ganha um pouco mais porque a sua cidade se movimenta, está aí a geração de renda.

Em nosso País, essa é uma atividade na qual, a despeito das iniciativas e do apoio, precisamos caminhar com mais velocidade, porque o mundo globalizado está muito rápido e a nossa infra-estrutura não vem acompanhando, apesar do muito já feito – que aqui reconheço – da preocupação do que mais precisa ser feito. Tenho o exemplo do Aeroporto de Natal. Recentemente, há poucos anos, no Governo anterior, de Garibaldi Alves, foi feito um aeroporto com condições de bem receber. E agora ele já se encontra pequeno para o fluxo de turismo que chega ao nosso Estado.

Sei que a Ministra está preocupada e tentando avançar com passos rápidos e largos. É disso que nós precisamos.

Este Brasil é de uma diversidade imensa. Este Brasil é de uma beleza em todas as regiões. E no nos-

so Nordeste, além das belezas naturais, das nossas praias quentes, ensolaradas, nós temos também que valorizar a força da cultura da nossa gente.

Aqui, eu gostaria de fazer um parêntese. Infelizmente, o nosso turismo ainda tem a mancha do turismo sexual. Mas essa mancha, que nós estamos com trabalho tentando apagar, passa pela valorização da cultura, pelo incentivo aos eventos culturais, que envolve toda a comunidade e faze com que a história, a tradição e a arte, que é o dom natural da nossa gente, se associem para promover sustentabilidade.

A beleza atrai: são as praias lindas, são as cachoeiras – como aqui falou a nossa Senadora do Pantanal –, é a Amazônia. Mas nós precisamos associar a isso toda essa característica cultural, essa força. É necessário valorizarmos os eventos culturais que fazem com que o nosso folclore, a nossa história, a nossa cultura sejam mostrados, sejam divulgados. Que recebam mais apoio, mais incentivo, mesmo no Brasil, porque, até mesmo dentro do País, nós, muitas vezes, não conhecemos a riqueza nem os eventos que mostram essa história, essa cultura dos nossos irmãos em outra região.

É necessário divulgar mais amplamente, para que o turismo entre as regiões, entre as cidades, o turismo interno seja cada vez mais motivado. Isso leva à sustentabilidade. Digo isso, senhoras e senhores, porque tive uma experiência que me mostrou ser possível, sim. E, graças a Deus, vemos isso em várias regiões. Eu não inventei a roda, apenas copiei o que é bom de outros recantos do nosso País.

Sou de uma cidade no semi-árido, que não tem praias ou a beleza como Natal. Temos praias próximas, mas a cidade fica no semi-árido. E eu entendia que era preciso algo novo para motivar e atrair, porque, se lá chegavam visitantes para negócios, para turismo educacional, para turismo da fruticultura, do petróleo, precisava existir algo que atraísse ainda mais. E foi pela motivação da história da Abolição da Escravatura na cidade; da resistência ao bando de Lampião – fato único no Nordeste, porque foi a única cidade que não deixou que o bando de Lampião a dominasse –; do primeiro voto feminino, fato reverenciado e cultuado na Cidade; do motim das mulheres da época do Paraguai; todos esses fatos se transformaram em grandes espetáculos, valorizando o artista da terra. Aprendendo com os grandes diretores teatrais deste País, conseguimos levar para fazer esse intercâmbio, para nos ensinar um pouco mais. Porque isso já existe, é natural no nordestino.

V. Ex^a sabe, Deputada Lídice – está aí o exemplo da sua Bahia –, como existe já aflorando de forma natural essa característica para a arte, para a música,

para a dança do nosso povo e da nossa gente. Foi essa miscigenação de tantos povos que aqui chegaram que fez com que o brasileiro tivesse essa característica de ser criativo, de ter o dom da arte e de, mais do que nunca, ser receptivo, estar sempre de braços abertos para receber.

Então, é o evento cultural que quero aqui, de certa forma, lembrar.

A sustentabilidade do turismo passa, claro, por vários aspectos, mas nós não podemos esquecer que temos no País, em cada região, em cada Estado, em cada cidade, algo para ser contado da nossa História, algo para ser contado dos nossos valores, algo para ser mostrado das nossas raízes. E isso precisa ser divulgado, precisa estar de forma ampla em um calendário permanente dos eventos culturais em todo o Brasil, e acrescido em cada momento, porque será como uma bola de neve: cada cidade, cada Estado vai aprimorá-lo cada vez mais para atrair mais e para fazer com que o turista chegue, conheça as nossas belezas, mas leve também um pouquinho do conhecimento da nossa cultura, da nossa gente e da força do nosso povo.

Com essas palavras, gostaria de finalizar, ressaltando a importância deste momento. Ao tratarmos de uma atividade tão importante no mundo e tão promissora no nosso País, com tantas condições para geração de emprego e renda, ao falarmos da cultura, nós sabemos que é importante criar essa consciência na educação.

Os cursos profissionalizantes já estão acontecendo. Eu tenho um exemplo em Natal, ocorrido na época em que era Governador o Senador José Agripino, que fez grandes investimentos de infra-estrutura para o turismo – assim como o fizeram o Governador Garibaldi e a atual Governadora Vilma de Faria. O que seria o Palácio do Governo em construção ele transformou em uma escola de turismo e uma escola de hotelaria. Então, esses são exemplos.

Hoje o nosso Estado comemora – e eu queria aqui dizer que fiquei muito feliz com o resultado do Provão do MEC – que o melhor curso de turismo é o da nossa Universidade Estadual. Essa Universidade, é claro, tem inúmeras dificuldades, mas mostra o interesse, o potencial, a capacidade da nossa gente. Ela obteve o primeiro lugar no Brasil.

Então, se nós temos todas essas características, se nós temos todo esse potencial, se nós temos essa gente tão boa, as belezas, vamos, minha gente, nos unir nesse sentido de que homens e mulheres caminhem lado a lado, sem discriminação! Nós mulheres não podemos aceitar que o nosso trabalho não seja reconhecido, seja aquele que não é regulamentado.

Não queremos nada além do que homens têm, nós queremos a igualdade, nós queremos, realmente, esse caminhar de mãos dadas. Esse caminhar vai promover, se Deus quiser, por intermédio do turismo, mais emprego e mais renda. E a educação voltada para isso – que hoje já está presente em cursos, sejam profissionalizantes de segundo grau ou de terceiro grau – precisa fazer parte dessa conscientização, orientando desde os pequeninhos, para nos preparar para esse grande futuro, essa grande alavancada para o desenvolvimento do Brasil e de nossas regiões.

Eu acredito no turismo e confio que este dia não será esquecido. Este dia será sempre lembrado como um marco que nos unirá nesta consciência, de norte a sul, em todas as regiões, de que este Brasil não pode desperdiçar a indústria que gera, sem chaminés, a oportunidade de que o nosso País brilhe, ainda mais, no cenário internacional.

Muito obrigada, meus senhores e minhas senhoras. (Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Rosalba Ciarlini, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Lúcia Vânia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Cumprimento a Senadora Rosalba.

Convidado, para fazer parte da Mesa, o vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Senador Jonas Pinheiro.

Concedo a palavra à Deputada Federal Lídice da Mata, Presidente da Comissão de Desporto e Turismo da Câmara dos Deputados.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra Presidente desta sessão, Senadora Lúcia Vânia, autora do requerimento; Exma Srª Ministra de Estado do Turismo, Marta Suplicy; Srª Janine Pires, Presidente da Embratur, velha companheira de luta; Sr. Fábio Lenza, Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal; Senador Maguito Vilela; Sr. Norton Lenhart, Presidente da Câmara Empresarial de Turismo; Srªs e Srs. Senadores; Srªs e Srs. Deputados; senhoras e senhores construtores do turismo nacional que se encontram aqui presentes, representando as diversas fases da cadeia produtiva do turismo no Brasil, em primeiro lugar, agradeço a generosidade da Senadora Lúcia Vânia, que conseguiu essa quebra do protocolo da Casa, permitindo que uma Deputada se pronunciasse nesta sessão, o que me dá a enorme honra de falar para o Senado Federal, de, humildemente, dirigir-me à Casa mais alta do nosso Congresso Nacional para saudar a todos neste que é o Dia Mundial do Turismo.

Por si só, a própria realização desta sessão já demonstra as conquistas realizadas pelo setor do turismo em nosso País.

Nós que estamos inaugurando, pela primeira vez, uma Semana Nacional do Turismo no Congresso Nacional, realizada em articulação com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Senado Federal, registramos, portanto, um momento novo para o Congresso e para o setor turístico, em que cada vez mais se aproximam as iniciativas do setor privado e do setor público, neste destacando-se as do Congresso Nacional. Aqui, nesta Casa, estão levantadas cerca de trezentas proposições que dizem respeito a algum tipo de legislação vinculada ao turismo nacional. Hoje, o Presidente da República, como já foi destacado pela Ministra Marta Suplicy, assinará a Lei Geral do Turismo para enviá-la ao Congresso Nacional, criando um novo momento, criando um momento em que nós estaremos debatendo marcos regulatórios para a atividade turística em nosso País.

Mas o turismo não foi sempre uma atividade que significasse uma unanimidade neste País. Foi preciso muita luta, luta que, quero destacar, o setor privado teve para consolidar o crescimento do turismo e também para que os governos pudessem entender a importância dessa atividade econômica para nosso povo e para o desenvolvimento da Nação, iniciada no Governo de Fernando Henrique Cardoso, sem dúvida, com algumas das áreas centrais do planejamento do desenvolvimento turístico para o País, mas consolidada, principal e especialmente, por determinação do Governo Lula, com a criação do Ministério do Turismo, com a definição de um sem-número de iniciativas que vieram a conformar um sistema democrático de organização do turismo nacional, partindo dos fóruns estaduais e dos fóruns municipais ao Conselho Nacional de Turismo, criando, portanto, um sistema de integração de todas as ações realizadas no turismo em nosso País, para definir-se, a partir daí, uma política nacional.

Há um esforço do Ministro Mares Guia, que, sem dúvida nenhuma, marcou a sua participação no Ministério, ao triplicar o orçamento do mesmo, com a participação do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara dos Deputados. E agora a excelência da participação da Ministra Marta Suplicy, que, justamente por ser um dos principais quadros políticos e administrativos do PT no País, após ter dirigido a principal cidade do nosso País, assume o Ministério do Turismo com a disposição de mostrar que uma mulher, num cargo dessa importância, tem que fazer o Brasil se orgulhar.

É isso que a Ministra Marta Suplicy está fazendo pelas mulheres no Brasil, com sua história, como ela aqui já ressaltou, de mulher feminista, com a contribuição que já deu à luta das mulheres no cenário nacional, no Congresso Nacional, ao assumir a sua posição de Ministra e percorrer este País inteiro, como vem fazendo, para destacar essa diversidade cultural típica do nosso País, que vai dos pampas do Dr. Norton à Amazônia, que tão bem tem buscado expressar essa sua força, a força da cultura amazônica neste Congresso, ao Pantanal, já representado aqui pelas falas das Senadoras que puderam se pronunciar, e ao Nordeste do nosso País, marcado pela luta, pela dificuldade climática que nos fez um povo forte na busca da sobrevivência, como aqui demonstrou a nossa Senadora do Rio Grande do Norte, à minha Bahia, querida e especial no coração do povo brasileiro, que percebeu, há muito tempo, que era necessário destacar, nos idos dos anos 50, com o talento do Reitor Edgard Santos, que a Universidade Federal da Bahia precisava ter ressaltado o seu talento especial, organizando aquela universidade para ser uma universidade de excelência nas artes e na cultura. Dessa forma, induziu o desenvolvimento na Bahia juntando-se ao pensamento de Rômulo Almeida, esse grande pensador da economia brasileira, que, na Bahia, também pensou a importância da infra-estrutura para o turismo no nosso Estado.

Esse Estado, portanto, tem essa tradição, na economia do Brasil, de destacar a importância do turismo e percebeu que esta atividade econômica tinha como matéria-prima a sua própria cultura. Jorge Amado, nos seus livros, destacou para o mundo o que era a força da mulher, do homem negro, da Bahia, daquele povo que veio da exploração dos escravos em nossa terra para fazer crescer a indústria e a agricultura da cana-de-açúcar. Assim ele produziu uma cultura particular em nosso Estado, onde temos o turismo religioso dos romeiros de Bom Jesus da Lapa, as festas religiosas do nosso sincretismo religioso baiano, das lavagens do Senhor do Bonfim, da Igreja de Nossa Senhora, ou mesmo da festa de Nossa Senhora da Conceição, e aí os negros e negras da nossa terra se misturam com o catolicismo e criam a festa de Iemanjá, a festa de Iansã, as procissões de Iansã, de vermelho e branco, nas ruas de Salvador, significando apenas, para os católicos, uma procissão de Santa Bárbara. E, dessa forma, juntando toda essa produção cultural, nós criamos a identidade da Bahia.

O turismo, portanto, é essa atividade que cresce no País hoje mais do que qualquer outra atividade econômica, que cria uma cadeia produtiva com uma capilaridade que nenhuma outra atividade foi capaz de criar em nosso País, do produtor agrícola ao pescador,

incorporando-se a rede de hotelaria, incorporando-se os bares e restaurantes, como bem tem ressaltado a Ministra Marta Suplicy.

É também uma atividade que permite uma ascensão social rápida. De um garçom nasce o dono de um bom restaurante. E não é à-toa que aqui em Brasília os Deputados freqüentam o extraordinário restaurante Bargaço, que não seria outra coisa senão o “Bar do Garçom”, não o sendo por causa de um erro na sua escrita. Ele também está lá em Salvador. O garçom é o França, que agora tem o Bar do França, que era apenas o garçom do Extudo; do Póstodo, posteriormente, que depois virou o bar que freqüentam, hoje, os intelectuais e os artistas da nossa cidade.

Essa capilaridade, essa possibilidade de ascensão econômica e cultural que o turismo permite faz com que tenha essa força, essa vibração de crescimento em nossa economia. É por conta disso que todos nos reunimos para saudar o Dia Nacional do Turismo, tendo aqui turismólogos, que há 34 anos lutam por seu reconhecimento. Temos aqui guias turísticos, que lutam pela formação do seu conselho. Há aqui uma comandante, uma piloto, demonstrando que a mulher também é integrada nessa cadeia produtiva do turismo; participa de diversas formas desse produzir cultura e economia do turismo em nosso País.

No dia de hoje, Sr's e Srs., em que comemoramos o Dia do Turismólogo, o Dia do Turismo, na minha terra comemora-se não dia tão importante, mas, sim, o dia da devocão de Cosme e Damião, em que o povo dos santos toma as ruas para distribuir balas de mel. É o dia dos “erês”, de as crianças contaminarem o povo com sua alegria e inocência.

Certamente, foi uma conspiração do universo que fez com que esse dia fosse também o Dia do Turismo, para comemorarmos com alegria, com a festa típica do povo da Bahia, da nossa tradição, da negritude baiana. Este que é o Estado mais negro do nosso País, que cria essa identidade indiscutível de que o Brasil é um país de formação mestiça; que nos faz lembrar que Salvador é também a cidade mais negra fora da África; que faz com que esse dia de festa seja também o Dia do Turismo.

Portanto, quero saudar a todos e agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Agradeço à Deputada Lídice da Mata e passo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero, inicialmente, saudar a Senadora Lúcia Vânia, que preside esta sessão especial, autora do requerimento

que a determinou; saudar o Senador Jonas Pinheiro, Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado; a Ministra Marta Suplicy; a Srª Jeanine Pires, Presidente da Embratur; o Sr. Fábio Lenza, Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal; o Sr. Norton Lenhart, Presidente da Câmara de Turismo da CNC; e a Deputada Lídice da Mata, Presidente da Comissão de Turismo da Câmara.

Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, pelos oradores que me antecederam, excetuando o Presidente, que fez a abertura da sessão, é claramente predominante a presença das mulheres.

Em primeiro lugar, quero saudar aqui a iniciativa da Senadora por Goiás, Lúcia Vânia, autora do requerimento desta sessão comemorativa do Dia Mundial do Turismo.

São inúmeras as definições dadas a essa extraordinária atividade humana, que é o turismo.

Há, por exemplo, uma definição que podemos classificar como extremamente clássica e formal: “turismo é a atividade em que os seres humanos realizam viagens e permanecem em lugares distintos dos que vivem, normalmente por curto período de tempo, com fins de lazer, negócios e/ou pesquisas históricas, culturais e sociais”.

Há também a definição na linha filosófica-existencial. O escritor irlandês George Moore disse que “o homem viaja o mundo à procura do que ele precisa e volta para casa para entender ou para encontrar o que procura”.

Enfim, poderíamos ficar por muito tempo lendo e discutindo conceitos e definições para esta moderna conquista humana.

O certo é que o mundo viaja, o mundo faz turismo.

Anualmente, cerca de 800 milhões de pessoas viajam por lazer ou por negócios, cruzando o Planeta Terra do Sul ao Norte, do Leste ao Oeste.

Essas pessoas movimentaram, em 2005, cerca de US\$5 trilhões, criando direta e indiretamente aproximadamente 180 milhões de postos de trabalho, o que representa um em cada nove empregos formais no mundo.

O turismo é o segmento da economia que movimenta mais dinheiro do que a indústria automobilística ou de telecomunicações.

No Brasil, o turismo ainda é uma atividade em desenvolvimento, mas, no setor terciário, é a que mais cresce, com destaque para o turismo ecológico, o de aventura e os cruzeiros marítimos. Aliás, o turismo no Brasil se caracteriza por oferecer tanto aos brasileiros como aos estrangeiros uma gama mais que variada de opções.

Hoje, em que tantas homenagens foram feitas às mulheres, quero fazer um lembrete e, na pessoa dela, lembrar todas as mulheres: Dona Lucy Bloch foi uma das precursoras do desenvolvimento do turismo no Brasil. Dela foi o primeiro *Guia Turístico do Brasil*, bem como o primeiro *Guia de Hotelaria do Brasil*. Isso na década de 50. Portanto, rendo homenagem à Dona Lucy Bloch.

Por ser um País continental, no Brasil podemos fazer turismo em cidades que lembram o Velho Mundo, como são as raízes européias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Temos as belíssimas praias do Nordeste, já bem mostradas aqui pela Deputada Lídice da Mata e pela Senadora Rosalba; o Sertão, o Pantanal, a Floresta Amazônica, o cerrado, as cidades históricas de Minas, do Rio de Janeiro e de Goiás; o cosmopolitismo de São Paulo, da nossa Ministra, que já se retirou. Enfim, são infinitas as opções turísticas brasileiras.

Nos últimos anos, com a criação do Ministério do Turismo, o Governo tem feito muitos esforços em políticas públicas para desenvolver o turismo brasileiro, com programas como o “Vai Brasil”, que procura baratear o deslocamento interno, bem como os programas anunciados aqui pela Ministra, inclusive de financiamento, para se fazer turismo interno.

Mas, dentro desse contexto mundial, a potencialidade turística brasileira ainda não floresceu totalmente e deixa muito a desejar.

Apesar das opções do clima e do enorme território, o Brasil não figura sequer entre os 30 países mais visitados do mundo.

Alguns fatores, como o medo da violência, a má estrutura dos serviços e ultimamente a crise e o caos em nosso setor aéreo afasta o turista internacional do Brasil. Digo isso porque não podemos mascarar essa realidade.

No entanto, e apesar desses problemas, o turismo é assunto que fascina e entusiasma muito todos nós. Se não é de todo boa, a situação do turismo no Brasil tem melhorado dia após dia.

Em 2006, o Brasil recebeu 565 mil turistas a mais do que em 2005. Mas, ainda assim, o número de estrangeiros que nos visitam é muito pequeno se compararmos, por exemplo, com os que visitam a França, país com território do tamanho do Estado de Minas Gerais. Somente os turistas que vão anualmente a Paris são 14 vezes mais do que os estrangeiros que visitam o Brasil.

Temos gargalos que bloqueiam o desenvolvimento do nosso turismo e que precisam ser encarados.

Entre as soluções apontadas para a concretização do Plano Nacional de Turismo, destaco as parcerias entre o Executivo, o Legislativo e o setor privado.

E, aqui, ao me referir ao setor privado, Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, Srs. Convidados, desejo jogar luz no trabalho que a Confederação Nacional do Comércio – CNC –, em parceria com o Serviço Social do Comércio – SESC – e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC –, está realizando pelo turismo brasileiro.

Há quatro anos, no dia 8 de maio de 2003, a CNC e o Sesc firmaram um protocolo de intenções com a então Subcomissão do Turismo do Senado Federal e a Subcomissão do Turismo da Câmara dos Deputados. A idéia era conjugar esforços na realização de ações integradas em prol do desenvolvimento do turismo brasileiro.

A Senadora Lúcia Vânia e outros que me antecederam já fizeram aqui referência à homenagem que a CNC prestou ontem às mulheres envolvidas com o turismo. Foram agraciadas a Ministra Marta Suplicy, a Senadora Lúcia Vânia, a Deputada Lídice da Mata e a Jeanine, que compõem a Mesa nesta sessão. Há, no plenário, algumas mulheres que também foram homenageadas: Creusa dos Santos Soares, Presidente da Fenagtur; Tânia Omena, Presidente da ABBTur do Rio de Janeiro; Claudine Melnik, Comandante da TAM, a quem já foi feito referência; Maria Rosalina Gonçalves, Diretora da Sintur do Rio de Janeiro; Ann Clélia de Barros Pontes; Tatiana; Andréia Roque; e Maria Izabel. E pode haver outras aqui. Essas mulheres foram homenageadas na noite de ontem. A Senadora Lúcia Vânia e eu ficamos aqui até meia-noite loucos para estar lá, mas não tivemos a oportunidade de participar dessa festa, que, segundo informações, foi de grande importância para as homenageadas e para a CNC, que presta essa homenagem às mulheres.

Mas me refiro ainda mais à questão da CNC, porque, das várias iniciativas para incentivar o turismo no Brasil, destaco, Sr^a Presidente, o projeto do turismo social praticado pelo Sesc. Afinal, promover e incentivar o convívio social e o bem-estar das pessoas de forma geral são alguns dos principais objetivos do Sesc desde a sua criação. Está aqui o Senador Jonas Pinheiro, e já tivemos a oportunidade de estarmos juntos numa das unidades do Sesc. A Senadora Lúcia Vânia, por obrigações, não pôde ir, mas foi um encontro de extrema importância. Estava lá também a Deputada Lídice da Mata em uma das unidades do Sesc, e fizemos reuniões conjuntas dessas duas Comissões.

Entre as ações de lazer mais procuradas pelos comerciários e seus dependentes, estão as viagens organizadas pelo turismo social. Os comerciários com

renda mensal de até seis salários mínimos e grupos de terceira idades formam a clientela preferencial. O Sesc foi pioneiro nessa forma de turismo no País, destinando-o a trabalhadores de baixa renda e procurando contemplar os seus familiares. O Ministro Hargreaves conhece algumas unidades do Sesc em Minas Gerais e sabe exatamente do que estamos falando.

O objetivo principal da atividade é oferecer bons serviços em programações que agregam lazer, integração familiar, cultura, educação e saúde. As excursões são organizadas na melhor logística possível, assegurando conforto e comodidade para aqueles que procuram o turismo social dos Sescs.

As viagens incluem, em seus pacotes, diárias em hotéis de qualidade, transportes novos e modernos, alimentação, guias turísticos locais e nacionais credenciados pela Embratur, passeios e seguros de viagem, que oferecem atendimento médico emergencial.

O turismo social proporciona várias opções: o turismo de lazer, por exemplo, pode ser praticado nas praias, nas montanhas ou na cidade; o turismo ecológico, a que muito bem fez referência aqui a Senadora Serys, oferece várias oportunidades, como visitas ao Sesc Pantanal, do nosso companheiro Jonas Pinheiro, demonstrando que uma das marcas da entidade é a preocupação com a preservação do meio ambiente.

Há, ainda, o turismo cultural, com acomodações em Minas Gerais; o turismo de eventos, no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul; e o turismo rural, em Santa Catarina, além do turismo educacional, religioso e de saúde.

Em todo o Brasil, o Sesc dispõe de 43 meios de hospedagem, com mais de 4,6 mil apartamentos e cerca de 15 mil leitos, em 19 Estados e no Distrito Federal.

Naturalmente, meus amigos da hotelaria poderão dizer: Mas isso é uma competição. Não é verdade. Isso é para pessoas que não têm recursos para viajar – eu disse aqui no início, até 6 salários mínimos –, é para criar o sentimento da necessidade de praticar o turismo.

Em Brasília, por exemplo, o Sesc dispõe de uma central de turismo que organiza passeios durante todo o ano para Estados de todas as regiões do Brasil, e desde 2006, também promove viagens a outros países.

Tive oportunidade de ver um grupo de senhores de idade, comerciários aposentados, fazer uma viagem para Espanha e Portugal. Eram pessoas que nunca tinham andado de avião e faziam a sua primeira viagem, uma viagem internacional. E a emoção dessas pessoas!

O turismo social do Sesc/DF inclui uma hospedagem certificada pelo Guia Quatro Rodas e publicada

no suplemento Viajar Bem e Barato. Trata-se do Sesc Varandas, localizado na 913 Sul. O Sesc Varandas oferece, aos que se hospedam em algum dos seus dezoito apartamentos, acomodações e serviços que primam pela excelência e pela comodidade.

Quem viaja pelo Sesc/DF dispõe de conforto e acessibilidade. Os comerciários e dependentes podem parcelar os pacotes em até 12 vezes, sem juros, por meio do Fundo de Atendimento ao Comerciário (Funac), independentemente do programa de financiamento ao turismo anunciado pela Ministra. Isso já fazemos há muitos anos, claro, com uma dimensão extremamente pequena. Em todos os pacotes de excursão, o passageiro recebe seguro-viagem com direito a atendimento médico emergencial.

A procura pelo turismo social oferecido pelo Sesc/DF é intensa. Listas com os nomes dos interessados são feitas com até seis meses de antecedência, e, invariavelmente, são preenchidas diversas listas de espera. Quem sabe com o lançamento desse financiamento, de cunho governamental, vamos ampliar essa oportunidade aos que efetivamente desejam fazer turismo interno.

Em 2006, o Sesc/DF organizou a primeira excursão internacional, com destino à Argentina. Em 2007, 48 senhoras e senhores, a maioria integrantes do Grupo dos Mais Vividos de nossa instituição, participaram de uma viagem de 15 dias à Europa, incluindo a Espanha e Portugal.

Além disso, há um técnico da instituição que acompanha o grupo desde o início da viagem. Outra segurança para o cliente é Certificado de Cadastro recebido da Embratur, que certifica o turismo social do Sesc como agência de turismo organizada pelo órgão e referendada.

São muitos os exemplos do sistema integrado do turismo coordenado pela CNC que podem ser citados nesta Sessão Especial. Mas como este exemplo do Turismo Social do Sesc é emblemático, foco minhas atenções nele, até para referendar a preocupação da Ministra Marta Suplicy em criar um programa voltado para pessoas de baixa renda que queiram financiar as suas atividades de turismo.

E, para encerrar, Sr^a Presidente, volto à questão sobre as diferentes definições de turismo. No meu entender, turismo é uma das mais nobres formas de conhecimento. Por intermédio do turismo, conhecemos pessoas, lugares, culturas, povos e países.

É em função do turismo que estamos aqui reunidos.

Parabéns a senhora pela iniciativa, parabéns a todos que estão aqui nesta manhã, estendo em es-

pecial os parabéns aos companheiros de Brasília que vieram a esta Sessão homenagear todos os seus.

Somente através de uma atividade como esta será possível resolvemos grandes questões sociais que ameaçam as nossas grandes cidades, em especial, Brasília.

Temos que focar as atenções na formação profissional.

Não fiz referência escrita ao Senac, mas também é um dos braços da nossa CNC, que se preocupa com a formação profissional nessa área, despendendo um bom volume de recursos e formando, a cada ano – claro que em proporções muito pequenas – pessoas para a área do turismo para que se ajuntem a esse *trade* tão importante e atendam bem ao turismo nacional e ao turismo internacional.

Parabéns, Senadora Lúcia Vânia, pela iniciativa da sessão, destinada a comemorar o Dia Mundial do Turismo.

É com prazer enorme que estamos aqui não apenas como Presidente Regional do Sesc e do Senac, mas também em nome da CNC, em nome do nosso Presidente, Antonio de Oliveira Santos, nos associando a esta homenagem tão honrosa.

Parabéns pela iniciativa.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Meus cumprimentos ao Senador Adelmir Santana.

Passo agora a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a. Presidenta desta sessão Senadora Lúcia Vânia, autora do requerimento e Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional do Turismo; Sr. Vice-Presidente Senador Jonas Pinheiro; Deputada Federal Lídice da Mata, Presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados; demais participantes desta sessão festiva e comemorativa; meus senhores e minhas senhoras, criar o Dia Mundial do Turismo é uma grande iniciativa da ONU e, mais de perto, da Organização Mundial do Turismo, visando conscientizar as comunidades mundiais sobre a importância do turismo.

Em 1980, a OMT estabeleceu que, a cada 27 de setembro, as nações filiadas a essa Organização fariam debates em todo o mundo sobre a importância do turismo. E, neste ano, a OMT escolheu como tema dos debates “O Turismo Abre Portas para as Mulheres”.

Aqui no Brasil quando olhamos em nosso derredor, podemos constatar que as mulheres adquiriram uma posição de destaque na política, na atividade empresarial, na atividade turística decorrente de sua

sensibilidade, de sua percepção, de sua inteligência e do seu conhecimento nato do ser humano. O que, à primeira vista, poderia ser uma fragilidade, a ternura da mulher, pelo contrário, é uma forma personificada de conquistar espaços que são, cada vez mais, da classe feminina em todos os setores da vida nacional.

Vemos a Deputada Federal Lídice da Mata ocupando a tribuna do Senado Federal com tanta desenvoltura, com tanta intimidade, que parecia até estar falando na Câmara dos Deputados, mas se preparando para a eventualidade de um dia, quem sabe, conquistar uma cadeira no Senado Federal.

Vemos nossa Presidente Lúcia Vânia, que já presidiu a Comissão de Assuntos Sociais, onde marcou presença graças a sua capacidade de realizar para o Brasil, inclusive relatando uma das propostas mais polêmicas sobre o ato médico, uma proposta do Senador Tião Viana, que ela, com sua habilidade, conseguiu aprovar.

Quando nós nos transportamos para países da Europa que exercitam a democracia, que praticam a liberdade, como os Estados Unidos e tantos outros da América Latina, vemos que a mulher tem uma condição melhor, tem uma independência e uma autonomia melhor do que encontramos, por exemplo, no Islã. Lá, as mulheres, em muitos países, são discriminadas. Há o preconceito de que o homem é um ser superior; que elas devem ser subjugadas e não devem ter nenhuma autonomia, nem na prática de atividades econômicas.

Há países do Islã que obedecem religiosamente, rigorosamente uma regra que está escrita no Alcorão que diz mais ou menos assim: "Se a mulher não for obediente, o homem deve instruí-la; o homem deve levá-la a uma cama separada e o homem deve bater nela". Ainda existem países que praticam essa animosidade, essa agressividade contra a mulher. Então não há nenhuma oportunidade, nenhuma porta aberta para que ela possa exercitar a sua capacidade e conquistar os direitos inalienáveis do ser humano, reconhecidos pela Organização das Nações Unidas.

Sra Presidente, quando se pensa em promoção do turismo, há duas maneiras de se examinar a questão: a primeira é a que considera o turismo como uma atividade secundária ou subsidiária que deve receber estímulos, mas que tem condições de sobreviver de forma rotineira, autônoma, quase auto-sustentada; a outra maneira, que defendo e vejo que o Governo Federal defende e prestigia, é a do turismo entendido como uma atividade que deve serativamente promovida, merecendo políticas públicas prioritárias e que deve ser estimulada na sua condição de geradora de renda,

empregos, desenvolvimento econômico e, portanto, como setor da economia economicamente viável.

A criação do Ministério do Turismo há poucos anos, o funcionamento, há três anos, do Conselho Nacional do Turismo, além da execução do Plano Nacional de Turismo, que norteia a política nacional do setor e assim também a criação, nas Casas Legislativas, nos Governos Estaduais e Municipais, de órgãos que dão sustentabilidade e transparência ao turismo, o que tem contribuído, sem dúvida alguma, para aumentar a importância desse setor da atividade econômica no Brasil.

Em parte, graças a esses estímulos, o turismo tem crescido a uma velocidade maior que a do próprio crescimento econômico nacional. Enquanto o turismo cresce a uma taxa de 4,4%, o crescimento da economia gira em torno de 3,5%, pelo menos entre 1975 e 2001. Logicamente, nós esperamos que o crescimento do País, este ano, ultrapasse a casa dos 4,5% e que o turismo esteja acima desse patamar.

Em 2005, a chegada de turistas estrangeiros contribuiu com US\$3 bilhões em divisas. Muito mais do que US\$1,8 bilhão no ano de 2000. Acontece que, a conta turismo continua nos sendo desfavorável. Um dado que ilustra essa opinião é de que os brasileiros gastam muito mais lá fora do que os estrangeiros gastam em nosso País. Em 2005, nós ganhamos US\$3,8 bilhões com o turismo, mas nós gastamos lá fora US\$4,7 bilhões. Estes e outros dados são reveladores do quanto é necessário incrementar todos os instrumentos, todas as políticas que possam alavancar o setor e trazê-lo para o lugar que ele pode e deve ocupar. Esse impulso não apenas se faz necessário, como também é urgente, se considerarmos que o setor turismo seja fator de geração e distribuição de renda, de diminuição das disparidades regionais, enfim, um setor economicamente ativo.

Nosso potencial nacional para o turismo é bem maior do que o nosso desempenho atual. O próprio Ministério, em documento recente, admite isso ao afirmar que nem toda a atividade do turismo nem pôde ainda ser estabilizada e tampouco corresponde às potencialidades e à vocação nacional. Concordo com essa avaliação oficial, aliás, todos os dados que pude checar apontam nessa direção.

Se por um lado é inegável o progresso da atividade turística no Brasil, por outro, avançamos em marcha lenta. Podemos tomar o exemplo da África, do Oriente Médio e de outras regiões do mundo, que recebem muitíssimos mais turistas do que o Brasil, inclusive o México, que recebe quatro vezes mais turistas do que o Brasil.

Mesmo tendo aumentado o número de visitantes ao nosso País, de 2,7 milhões para 5,4 milhões, de 1996 até o ano de 2005, nunca chegamos a pertencer ao ranking dos 25 países mais visitados. Mesmo se considerarmos o vigésimo quinto colocado, a Irlanda, recebemos 1,6 milhão de pessoas a menos.

É inegável que o número absoluto de turistas que chegam ao Brasil tem aumentado. No entanto, a nossa atual participação no mercado mundial de turismo é de apenas 0,67%. Entre 1996 e 2005, jamais ultrapassou 0,8%. Jamais chegamos a 1% de participação no mundo inteiro. Não são números, por enquanto, animadores. Nossos ganhos tampouco são animadores.

A Turquia, outro país em desenvolvimento, chegou a ganhar US\$18 bilhões com turismo no ano de 2005, e o Brasil, no mesmo ano, 2005, ganhou apenas US\$3,8 bilhões.

A verdade é que um país como o nosso, de povo hospitalero, cujas belezas naturais dispensam comentários, em nenhuma estimativa razoável poderia estar fora dos 25 mais do turismo internacional. Cada Estado da Federação está bem contemplado por todo um leque de pontos turísticos e de atrações naturais e de eventos. E eu posso lembrar aqui, Sr^a Presidente, os eventos que são realizados na Bahia, como o grande carnaval e o Forrocaju, uma festa tradicional, exemplo de fortalecimento da nossa cultura, do nosso folclore, do nosso passado tão rico da região nordestina.

Nada disso, no entanto, vai acontecer se alguns pontos de estrangulamento não forem enfrentados. O nosso primeiro e mais notório problema está na infraestrutura para acolhimento do turista, a começar pelos aeroportos. É absolutamente urgente acelerar a atual reforma que hoje está sob o comando do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, procurando assegurar não apenas a ampliação e reforma de pistas de aeroportos como também treinar e ampliar as equipes de pessoal, como os controladores de vôo, com humanização das suas condições de trabalho e de salário.

Por outro lado, as grandes empresas de aviação precisam ser induzidas a se preocuparem menos com lucro e mais com o bem-estar dos passageiros, com a segurança dos consumidores, com a vida dos brasileiros e dos estrangeiros.

A paciência da população brasileira está chegando ao fim em relação ao transporte aéreo. O último apagão aéreo provocou desconforto, problemas e até mortes.

Toda a infra-estrutura nacional de turismo, de ferrovias, de rodovias, de portos e de aeroportos tem que ser revista, não pode permanecer no estado em que

se encontra, ou jamais sairemos desse impasse. Hotelaria mais moderna e mais barata tem que ser outro objetivo das políticas públicas do Governo.

Ao mesmo tempo, há outro grande problema que é, sem dúvida alguma, o da segurança pública. E aqui se faz necessário um parêntesis: não se pode falar em segurança pública sem estendê-la também como segurança social, sem a defesa global de políticas públicas contra o desemprego, a exploração do trabalho, a exclusão social maciça e o combate ao turismo sexual. Enquanto essas feridas sociais continuarem abertas, a necessária presença do policiamento ostensivo e da segurança pública não terão onde se apoiar, não ganharão auto-sustentabilidade, o estoque de pobreza continuará realimentando o estoque de marginais, ladrões e criminosos comuns.

Quando o turista visita um país ele vem para construir felicidade e alegria e deve voltar ao seu país com segurança, alegre e muito feliz do que quando aqui chegou.

Portanto, a segurança pública deve estar entre as prioridades de qualquer governo que deseja que o turismo seja um instrumento de alavancagem do nosso progresso e do nosso desenvolvimento.

Por fim, Sr^a Presidente, a atividade turística tem, no caso brasileiro, notória capacidade para tornar-se um setor econômico de forte repercussão social, gerador de empregos, desde que aqueles problemas ou gargalos a que me referi sejam atacados e desfeitos. Caso contrário, jamais cumpriremos nossa vocação, que é inesgotável, para nos tornarmos um país e um povo de projeção internacional, embalados pela indústria do turismo, pelo despertar do seu potencial de Brasil, potência social e econômica, com a participação integral e indispensável das mulheres nessa atividade tão importante para o progresso do Brasil.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me, V. Ex^a, um aparte, Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer, Senador Eduardo Suplicy, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Nesse aparte, Senador Antonio Carlos Valadares, quero saudar V. Ex^a pelo pronunciamento e pela análise sobre a importância do turismo e as providências que nosso País precisa tomar. Quero também saudar a Senadora Lúcia Vânia pela iniciativa. Acabo de conversar com a Ministra Marta Suplicy, quando me desculpei com S. Ex^a, pois fui relator nesta manhã, na Comissão de Relações Exteriores, da indicação de embaixadores que estavam sendo arguidos. Por isso, precisei participar daquela reunião, também cumprindo com nosso dever,

e, quando cheguei aqui, S. Ex^a já havia terminado a sua participação em razão de outro compromisso. Quero também saudar a Ministra pelas iniciativas que aqui anunciou, sobre o Anteprojeto da Lei Geral do Turismo, já concluído pelo Presidente Lula, após consulta aos oito ministérios, bem como pelo Plano Nacional de Turismo e, sobretudo, as medidas para possibilitar às pessoas da melhor idade maior facilidade para viajar pelo Brasil, inclusive pelo Estado de V. Ex^a, Sergipe, que tem tanta potencialidade. Todos nós que lá estivemos aproveitando as lindas praias e a beleza de Sergipe sabemos disso. V. Ex^a, como Governador, cuidou do turismo em sua terra e agora, como Senador, continua nesta batalha. Meus cumprimentos a todos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Suplicy, por essa participação valiosa.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Senador Antonio Carlos Valadares, por favor, me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Casagrande, com muito prazer concedo a V. Ex^a, Líder do Partido Socialista Brasileiro.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Senador. Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Mesa, estou inscrito para falar, mas a sessão já está muito longa – muito boa, mas muito longa. Então peço a V. Ex^a que considere como lido um pronunciamento que elaborei para este dia em que se comemora o Dia Mundial do Turismo e dizer, com a sua permissão, Senador Antonio Carlos Valadares, e já agradecendo, que o turismo é uma atividade que tem crescido muito no mundo todo. Desde o final do século retrulado, o turismo surgiu como atividade econômica, pela necessidade que o ser humano tem do lazer, da diversão, do ócio. O turismo acaba sendo uma atividade para atender a uma necessidade do ser humano. A Senadora Lúcia Vânia, que preside a nossa Comissão aqui no Senado, sabe da sua importância e a cada dia o turismo vem crescendo. Não cresce tanto quanto gostaríamos no Brasil, mas é uma atividade que tem perspectivas enormes. No mundo todo contribui muito; no Brasil, contribui ainda muito aquém daquilo de que necessitamos, mas é uma atividade que respeita o meio ambiente e resgata a cultura brasileira, assim como de qualquer outro local deste Globo. É uma atividade vinculada a outras importantes para a humanidade. Então, precisamos trabalhar, como homens públicos, para que o turismo tenha cada vez mais apoio. A Ministra Marta Suplicy esteve presente. Reconhecemos os programas que o Governo desenvolve,

mas também sabemos que precisamos incentivar o turismo cada vez mais.

Resumo a minha fala nesta saudação à Senadora Lúcia Vânia, pelo trabalho que desenvolve, pela organização desta sessão especial de homenagem, e agradeço a V. Ex^a pela oportunidade de fazer este aparte.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Casagrande, agradeço a V. Ex^a. A partir de amanhã, vou me deliciar lendo o pronunciamento de V. Ex^a no Diário do Senado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares e passo a palavra ao último orador inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Senadora Lúcia Vânia, Senador Jonas Ribeiro, Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Sr. Norton Lenhart, Presidente da Câmara Empresarial de Turismo, Sr^ss e Srs. Senadores, senhoras e senhores que militam nesta importante área da economia mundial e, quiçá, do Brasil, que é o turismo.

Presidenta Lúcia Vânia, quero, inicialmente, saudar V. Ex^a, como Presidenta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, pela iniciativa desta sessão especial para comemorarmos o Dia do Turismo. Considero muito feliz, Senadora Lúcia Vânia, como disse, a iniciativa desta sessão de comemoração do Dia Mundial do Turismo que, em 2007, este ano, será celebrado no Sri Lanka.

Fazemos, aqui no Senado, a nossa homenagem a esta data tão importante, que este ano tem como tema “O turismo abre as portas para as mulheres”.

Antes tarde do que nunca!

A escolha desse tema, com a qual desde logo desejo me congratular, deveu-se à Organização Mundial do Turismo em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

A indústria do turismo é uma das que mais crescem no mundo, gerando milhões de empregos e renda, alavancando a economia de dezenas de países. É a chamada “indústria sem chaminé”, atraindo milhões de turistas pelo mundo afora, em várias modalidades de turismo.

No Brasil, Senadora Lúcia Vânia, essa atividade ainda engatinha. O PIB do turismo no País soma R\$24,5 bilhões, dos quais, Senador Jonas Pinheiro, R\$16 bilhões são gastos em viagens corporativas.

Recente trabalho da Unicamp para o Ministério do Turismo, que considera a taxa de crescimento anual do setor e a sua participação no PIB de diversos países, colocou, lamentavelmente – esta sessão tem também, Senadora Lúcia Vânia, o objetivo de fazer com que seja dado ao setor do turismo todo o apoio necessário para que possamos sair dessa situação que a Unicamp declara –, o Brasil no quarto pior grupo dos quatro em que foram divididos os países examinados: aquele em que o turismo cresce abaixo da média mundial e é pouco relevante para a economia.

A sabedoria e a competência de V. Ex^a, ao propor esta sessão especial, com certeza absoluta, fazem com que a Nação brasileira e os executivos, nos seus diversos níveis – federal, estadual e municipal – possam ter políticas públicas voltadas exatamente para o incremento dos diversos segmentos do turismo no Brasil.

É preciso ter a coragem e a determinação política para sairmos do marasmo em que se encontra o turismo nacional. É preciso, sobretudo, ousadia para mostrar ao mundo que, muito mais do que futebol e carnaval, o Brasil tem cenários para todos os gostos.

O Brasil precisa abrir as portas para o turismo ecológico, para o turismo de aventura, para o turismo religioso, para o turismo de eventos, para o turismo de visitação. E, para isso, é necessário que cada vez mais se estabeleçam parcerias entre os governos federal, estaduais e municipais, para que esse potencial seja aproveitado ao máximo.

A Amazônia deveria ser um dos ícones do turismo mundial, mas ainda não é. Seu nome é conhecidíssimo no mundo. Se não me falha a memória, é o segundo na relação de conhecimento de marca. Mas, infelizmente, os atrativos da maior floresta tropical úmida, do maior rio e da maior biodiversidade do Planeta Terra não são vendidos como produtos do turismo global.

O meu querido Estado do Pará, que nos vê pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado, por exemplo, concentra 50% de todos os atrativos amazônicos. E quem diz isso não sou eu; quem diz isso é a Organização dos Estados Americanos. Mas, infelizmente, isso não se traduz no incremento do turismo amazônico.

A natureza dotou o Pará de praias oceânicas e de água doce, áreas de florestas virgens, serras, lagoas, lagos e a maior parte dos rios amazônicos. Belém do Pará, a metrópole da Amazônia, reúne encantos em todas as modalidades do turismo: do patrimônio histórico, como as centenárias igrejas barrocas, o mercado de ferro do Ver-o-Peso e o Theatro da Paz, das mostras significativas da floresta tropical em recantos como o Museu Emílio Goeldi e o Bosque Rodrigues

Alves, sem contar com o artesanato inspirado em milenares civilizações indígenas e a gastronomia exótica.

O Marajó, a maior ilha flúvio-marítima do mundo, é o destino de quem procura o turismo ecológico. Mas a mãe-natureza está presente também em Santarém, onde se pode apreciar o encontro das águas barrentas do Rio Amazonas com as esverdeadas do Rio Tapajós e a paradisíaca praia de Alter do Chão. É o nosso “Caribe brasileiro”.

Um outro importante evento do calendário turístico religioso também acontece no meu Estado do Pará o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que também tivemos a oportunidade, há menos de um mês, de homenagear numa sessão especial no Senado Federal e que se realiza no segundo domingo de outubro.

Aproveito para convidar todos que aqui se fazem presentes para conhecerem essa romaria em Belém daqui a algumas semanas, que reúne dois milhões de católicos na maior procissão mariana do mundo, conforme atesta a própria Igreja Católica.

Sr^a Presidenta Lúcia Vânia, também não posso deixar de falar um pouco sobre o tema do Dia Mundial do Turismo deste ano. A escolha desse mote tem a finalidade de combater a desigualdade e promover o melhor posicionamento da mulher no setor turístico. O direito das mulheres à igualdade de gênero está consagrado na Declaração do Milênio das Nações Unidas e no Código Mundial de Ética do Turismo, do qual o Brasil é signatário. Graças a ações como essas, à consagração do Dia Mundial do Turismo e à participação plena da mulher, as coisas vão se modificando no Brasil e no mundo.

Ainda que a oferta de emprego às mulheres e o seu nível de remuneração no setor turístico sejam inferiores aos dos homens, algumas mudanças já começam a acontecer, como as mulheres assumindo posições de mando no setor, bem como ampliando sua participação na atividade turística propriamente dita. Como exemplo disso, posso citar o fato de que 52% dos turistas de aventura no mundo são mulheres. Aqui mesmo, no Congresso Nacional, as Comissões que tratam do turismo são dirigidas por duas mulheres.

A Comissão da Câmara dos Deputados é presidida pela eminente Deputada Lídice da Mata e a do Senado, pela competente Senadora Lúcia Vânia. Faço a minha homenagem a essas duas brilhantes Parlamentares, à Ministra Marta Suplicy, à Presidente da Embratur, Sr^a Janine Pires, e a Presidente da Paratur, Deputada Ann Pontes, que aqui se encontra e faz um trabalho – que deve ser por todos apoiado – de tentativa de levar, desenvolver, consolidar e ampliar o turismo em nosso Estado. É em nome de todas elas que trabalham na atividade turística que faço a

minha homenagem, estendendo esta saudação aos seus companheiros do sexo masculino que também atuam no setor.

Concluo, saudando todos os que fazem esse segmento no País, desejando que a atividade turística prospere. Tenho certeza de que prosperará, alcançando o lugar que merece e é seu na economia nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

Os Srs. Senadores José Nery e Renato Casagrande enviaram discursos à Mesa alusivos ao presente evento para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^ss serão atendidos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o fim do século XIX e início do século XX marcam a afirmação da atividade do turismo como indispensável à qualidade de vida dos povos. Estava institucionalizado o ócio, descanso, cultura, saúde, negócios ou relações familiares, como direito dos cidadãos. Depois da Segunda Guerra Mundial, cria-se a União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO).

Em 1974, seguindo uma resolução das Nações Unidas, a instituição é transformada em um órgão intergovernamental. Em 2003, torna-se uma agência especializada das Nações Unidas, a Organização Mundial do Turismo.

A atividade turística remonta à Grécia Antiga quando os deslocamentos tinham a finalidade cultural, de diversão, religiosa e esporte. Desde então, o homem viajou sem parar e os motivos são cada vez mais diversos. Peregrinações e expedições à Terra Santa, pelo Caminho de Santiago e Meca. Não foi diferente na Idade Moderna, das grandes expedições marítimas de espanhóis, britânicas e portuguesas.

Na contemporaneidade, a Revolução Industrial criou a máquina a vapor para promover uma revolução nos transportes, possibilitando viagens de grandes distâncias. Nesse período surgem nomes ligados, diretamente, à atividade, como Thomaz Kook, que, em 1841, teria promovido a primeira viagem organizada da história, e Cesar Ritz, considerado o pai da hotelaria moderna.

A massificação dos meios de transportes, como aviões, navios, trens, ônibus e carros incrementou a indústria do turismo, à exceção do período da Segunda Guerra Mundial que paralisou completamente as atividades do setor.

Após este período eleva-se o nível de vida dos povos europeus e do Japão. Surge a sociedade do

bem-estar que, tendo atendido suas necessidades básicas, cria novas necessidades. A potencialização da atividade vem com a nova legislação trabalhista inglesa que adota a semana de cinco dias de trabalho, a redução da jornada para 40 horas semanais e amplia as coberturas sociais.

O êxodo rural que se acentua na segunda metade do século passado provocará nas pessoas a necessidade de viajar mais em busca de descanso, para fugir do stress diário das metrópoles. Surgem os pacotes turísticos, como os vôos charter, que barateiam os produtos e oferecem mais oportunidades às pessoas de renda média. Em 1973, pelo menos 190 milhões de pessoas haviam utilizado esta modalidade de viagem.

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo, pelo menos 840 milhões de pessoas viajaram pelo mundo em 2006. Tamanha andança movimentou 735 bilhões de dólares no período. Mais de 234 milhões de pessoas em todo o mundo, 8,7% da força de trabalho, atuam com turismo, comprovando a força que a atividade tem para a economia mundial. No Brasil, no entanto, ainda estamos na casa dos 2% a 3% de empregos, formal e informal, no setor. Números muito insignificantes para a nossa potencialidade.

A Europa recebeu 455 milhões de pessoas, concentrando 54,2% do turismo mundial no ano passado. Isso rendeu aos países europeus 377,6 bilhões de dólares. Em seguida vêm os países asiáticos e da Oceania que contaram com 167 milhões de visitantes, algo em torno de 19,9% do total. Tanta gente deixou naqueles países 153 bilhões de dólares.

América do Norte e Caribe receberam juntos 16,2% dos turistas, ou 136 milhões de pessoas, que proporcionaram rendimentos de 153,3 bilhões.

A África contou com 4,9% dos turistas, 40,8 milhões de homens e mulheres, o que rendeu 24,2 bilhões de dólares. Já o Oriente Médio foi visitado por 40,7 milhões de turistas, ou 4,8% do total, resultando num saldo de 26,7 bilhões de dólares.

No Brasil registramos no ano passado queda de 6,3% na entrada de turistas estrangeiros. Foram 5.018.991 (cinco milhões, dezoito mil e novecentos e noventa e um) contra 5.358.170 (cinco milhões, trezentos e cinqüenta e oito mil, cento e setenta), do ano anterior. O País fechou, no entanto, com recorde histórico de gastos dos nossos visitantes.

Segundo informações do Banco Central, nossas reservas contabilizaram 4,316 bilhões de dólares originadas do turismo.

Este valor é 11,77% superior aos US\$ 3.861 bilhões de dólares registrados em 2005. Segundo a Associação Brasileira das Agências de Viagens (Abav), até então a melhor marca da série histórica.

Durante recente audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa, a ministra Marta Suplicy apresentou números bastante animadores para o período 2007-2010. Falando do Plano Nacional de Turismo, ela garantiu que os investimentos no mercado interno deverão gerar mais de 1,7 milhão de empregos. De acordo com as previsões da Pasta do Turismo, isso representará aumento de 217 milhões de viagens pelo Brasil, até 2010.

É, sem dúvida, um importante compromisso do Governo Lula com uma indústria que, além de gerar emprego e renda, representa um importante instrumento de inclusão social, já que exige qualificação da mão-de-obra, geração de empregos e mais oportunidades para os brasileiros viajarem.

De acordo com as palavras da Ministra Marta, toda essa movimentação alcançará a entrada, em 2010, de 7,7 bilhões de dólares em divisas para o Brasil.

No plano interno o Governo Federal está incrementando O programa Viaja Mais – Melhor Idade, de incentivo ao turismo de aposentados e pensionistas, em condições mais acessíveis.

Nossas belezas naturais e arquitetônicas são infinitas. De Norte a Sul, o estrangeiro que visita o Brasil não se cansa de tanta exuberância, seja nas paisagens ou no comportamento hospitalar e pacifista do nosso povo.

Tenho certeza que o Brasil tem tudo para fomentar ainda mais a atividade turística, gerando novos empregos, renda e divisas. Para isso, temos muito que melhorar do ponto de vista da nossa infra-estrutura, segurança pública, transporte de passageiros e serviços.

Não nos conforta ter este imenso potencial e ocuparmos apenas a 37% posição entre os países mais visitados no ano passado.

Já frisei que o turismo é uma atividade capaz de promover a inserção social, cidadania, gerar emprego e renda. Mas, o que pode ser considerado como um dos fatores mais relevantes para o incremento da indústria do turismo no Brasil, é que estamos diante de uma atividade que não polui e que exige a interação do homem com a natureza.

Por tudo isso, fica aqui a minha homenagem ao Dia Mundial do Turismo, que se comemora hoje, e que possamos comemorá-lo nos próximos anos, com resultados cada vez mais positivos. Aproveito ainda para saudar a Senadora Lúcia Vânia, presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, pela iniciativa de propor a realização desta sessão.

Muito obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o fim do século XIX e o início do século XX marcam a afirmação da atividade do turismo como indispensável à qualidade de vida dos povos. Estava institucionalizado o ócio, descanso, cultura, saúde, negócios ou relações familiares, como direito dos cidadãos. Depois da Segunda Guerra Mundial, cria-se a União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO).

Em 1974, seguindo uma resolução das Nações Unidas, a instituição é transformada em um órgão intergovernamental. Em 2003, torna-se uma agência especializada das Nações Unidas, a Organização Mundial do Turismo.

A atividade turística remonta à Grécia antiga, quando os deslocamentos tinham a finalidade cultural, de diversão, de religião e de esporte. Desde então, o homem viajou sem parar e os motivos são cada vez mais diversos. Peregrinações e expedições à Terra Santa, pelo Caminho de Santiago e Meca. Não foi diferente na Idade Moderna, das grandes expedições marítimas de espanhóis, britânicas e portuguesas.

Na contemporaneidade, a Revolução Industrial cria a máquina a vapor para promover uma revolução nos transportes, possibilitando viagens de grandes distâncias. Nesse período surgem nomes ligados diretamente à atividade, como Thomaz Kook, que em 1841 teria promovida a primeira viagem organizada da história, e César Ritz, considerado o pai da hotelaria moderna.

A massificação dos meios de transportes, como aviões, navios, trens, ônibus e carros incrementou a indústria do turismo, à exceção do período da Segunda Guerra Mundial, que paralisou completamente as atividades do setor.

Após esse período eleva-se o nível de vida dos povos europeus e do Japão. Surge a sociedade do bem-estar que, tendo atendido suas necessidades básicas, cria novas necessidades. A potencialização da atividade vem com a nova legislação trabalhista inglesa que adota a semana de cinco dias de trabalho, a redução da jornada para 40 horas semanais e amplia as coberturas sociais.

O êxodo rural que se acentua na segunda metade do século passado provocou nas pessoas a necessidade de viajar mais em busca de descanso, para fugir do estresse diário das metrópoles. Surgem os pacotes turísticos, como os vôos charter, que barateiam os produtos e oferecem mais oportunidades às pessoas de renda média. Em 1973, pelo menos 19 milhões de pessoas haviam utilizado essa modalidade de viagem.

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo, pelo menos 840 milhões de pessoas viajaram pelo mundo em 2006. Tamanha andança movimentou US\$735 bilhões no período. Mais de 234 milhões de pessoas em todo o mundo, 8,7% da força de trabalho, atuam com turismo, comprovando a força que a atividade tem para a economia mundial. No Brasil, no entanto, ainda estamos na casa dos 2% a 3% de empregos, formal e informal, no setor. Números muito insignificantes para a nossa potencialidade.

A Europa recebeu 455 milhões de pessoas, concentrando 54,2% do turismo mundial no ano passado. Isso rendeu aos países europeus US\$377,6 bilhões. Em seguida, vêm os países asiáticos e da Oceania que contaram com 167 milhões de visitantes, algo em torno de 19,9% do total. Tanta gente deixou naqueles países US\$153 bilhões.

América do Norte e Caribe receberam juntos 16,2% dos turistas, ou 136 milhões de pessoas, que proporcionaram rendimentos de US\$153 bilhões.

A África contou com 4,9% dos turistas, 40,8 milhões de homens e mulheres, o que rendeu US\$24,2 bilhões. Já o Oriente Médio foi visitado por 40,7 milhões de turistas, ou 4,8% do total, resultando num saldo de US\$26,7 bilhões.

No Brasil registramos no ano passado queda de 6,3% na entrada de turistas estrangeiros. Foram 5.018.991 contra 5.358.170, do ano anterior. O País fechou, no entanto, com recorde histórico de gastos dos nossos visitantes.

Segundo informações do Banco Central, nossas reservas contabilizaram US\$4,316 bilhões originadas do turismo.

Esse valor é 11,77% superior aos US\$3,861 bilhões registrados em 2005. Segundo a Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV), até então a melhor marca da série histórica.

Durante recente audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa, a Ministra Marta Suplicy apresentou números bastante animadores para o período 2007-2010. Falando do Plano Nacional de Turismo, ela garantiu que os investimentos no mercado interno deverão gerar mais de R\$1,7 milhão de empregos. De acordo com as previsões da Pasta de Turismo, isso representará aumento de 217 milhões de viagens pelo Brasil, até 2010.

É, sem dúvida, um importante compromisso do Governo Lula com uma indústria que, além de gerar emprego e renda, representa um importante instru-

mento de inclusão social, já que exige qualificação da mão-de-obra, geração de empregos e mais oportunidades para os brasileiros viajarem.

De acordo com as palavras da Ministra Marta, toda essa movimentação alcançará a entrada, em 2010, de R\$7,7 bilhões em divisas para o Brasil.

No plano interno o Governo federal está incrementando o programa Viaja Mais – Melhor Idade, de incentivo ao turismo de aposentados e pensionistas, em condições mais acessíveis.

Nossas belezas naturais e arquitetônicas são infinitas. De Norte a Sul, o estrangeiro que visita o Brasil não se cansa de tanta exuberância, seja nas paisagens ou no comportamento hospitalar e pacifista do nosso povo.

Tenho certeza de que o Brasil tem tudo para fomentar ainda mais a atividade turística, gerando novos empregos, renda e divisas. Para isso, temos muito que melhorar do ponto de vista da nossa infra-estrutura, segurança pública, transporte de passageiros e serviços.

Não nos conforta ter esse imenso potencial e ocuparmos apenas a 37ª posição entre os países mais visitados no ano passado.

Já frisei que o turismo é uma atividade capaz de promover a inserção social, cidadania, gerar emprego e renda. Mas, o que pode ser considerado como um dos fatores mais relevantes para o incremento da indústria do turismo no Brasil, é que estamos diante de uma atividade que não polui e que exige a interação do homem com a natureza.

Por tudo isso, fica aqui a minha homenagem ao Dia Mundial do Turismo, que se comemora hoje, e que possamos comemorá-lo nos próximos anos, com resultados cada vez mais positivos. Aproveito ainda para saudar a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, pela iniciativa de propor a realização desta sessão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Não havendo mais nenhum Senador inscrito, vou encerrar a presente sessão, agradecendo a todos os senhores e senhoras que nos honraram com suas presenças.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 42 minutos.)

Ata da 167ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 27 de Setembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Morais, Papaléo Paes, Gilvam Borges e Paulo Paim

ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 27/9/2007 07:34:32 até 27/9/2007 19:40:29

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIRO SANTANA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM Buarque	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PTB	MA	EPITACIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GÉRALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÁO SANTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
DEM	SP	ROMEU TUMA	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS		

Compareceram: 62 Senadores

*Presidente do Senado
Tião Viana*

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 64 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência recebeu manifestação sobre a **Proposta de Emenda a Constituição nº 20, de 1999**, através do **Ofício nº 13, de 2007**, da Câmara Municipal de Santa Rosa de Viterbo, Estado de São Paulo.

O expediente será juntado ao Processo Especial da referida matéria, que será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência recebeu manifestação sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2000**, através do Ofício nº 1.196/2007, da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria, que aguarda inclusão em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência recebeu o **Ofício nº S/53, de 2007** (nº 554/2007, na origem), da Prefeitura de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro, encaminhando, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações com vistas a contratar empreendimentos por intermédio de parcerias público-privadas.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.110, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos anais do Senado Federal voto de aplauso ao jornal **Diário do Povo**, do Piauí, que completa amanhã, dia 28 de setembro, vinte anos de sua fundação.

Requeiro ainda que deste voto de aplauso sejam cientificados o Presidente do **Diário do Povo** Danilo Damásio, e todo o corpo de funcionários do jornal.

Justificação

O voto de aplauso que ora requeiro justifica-se pela importância política, econômica e cultural do jornal **Diário do Povo** para o Piauí.

O **Diário do Povo** é um jornal que se credenciou junto à população pela credibilidade e seriedade com que tem pautado suas duas décadas de existência, além da busca constante de inovação. É esse importante veí-

culo de comunicação que hoje homenageio, requerendo um voto de aplauso ao Senado da República.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007.

– Senador **Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.111, DE 2007

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que me ausentarei do País entre os dias 5 e 15 de outubro do corrente, período em que integrarei a comitiva de parlamentares da Subcomissão de Resíduos Sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em visita às cidades de Frankfurt, Offenbach, Darmstadt e Mannhein, todas na Alemanha.

Por esse motivo, requeiro também, com base no artigo 40, § 1º, I, do Regimento Interno desta Casa, seja considerada como licença para que possa ausentar-me do País o período em que estarei integrando a Delegação Brasileira no evento supracitado.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007.

– **César Borges**.

REQUERIMENTO N° 1.112, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, I, c/c art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me do país, tendo em vista a designação, nos termos do Of. nº 14/2007-CMAGRS, para missão oficial à Alemanha, como integrante da Subcomissão para o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, a realizar-se entre os dias 8 e 11 de outubro próximo.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2007. – Senador **Wellington Salgado**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.113, DE 2007

Requer voto de aplauso à **Rede Record de Televisão** pela inauguração na data de hoje, dia 27 de setembro de 2007, do canal **Record News**.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso à Rede Record de Televisão pela inauguração, na data de hoje, dia 27 de setembro de 2007, do canal Record News.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do Presidente da Rede Record de Televisão, Sr. Alexandre Raposo, ao Diretor de Jornalismo, Sr. Douglas Tavolaro e, por seu intermédio, aos jornalistas, técnicos e demais funcionários que contribuíram e estarão contribuindo para a concretização e o êxito desse novo empreendimento.

Justificação

A Rede Record de Televisão dá, na data de hoje, dia 27 de setembro de 2007 – por sinal, data do 54º aniversário de criação da TV Record – mais um passo importante no seu setor de jornalismo: inaugura o canal Record News, o primeiro canal de notícias em TV aberta do Brasil, podendo ser sintonizado no canal 42 UHF, no 93 da Net digital ou no 20 da TVA. Segundo noticiário da imprensa, a Record News terá programação ao vivo, das 6h à 1h, e programação gravada no restante do dia, com possibilidade de boletins ao vivo a qualquer momento. Haverá boletim de hora em hora e três telejornais regionais: um das regiões Norte e Nordeste, outro das regiões Sudeste e Centro-Oeste e um da região Sul. Segundo o diretor de Jornalismo da Rede Record, Douglas Tavolaro, o canal não será igual ao de outras emissoras. Será mais vivo, mais vibrante. O Brasil é que ganha com esse canal noticioso, razão pela qual a Rede Record de Televisão faz jus a esta homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB-AP) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a Mesa, requerimento que passo a ler:

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.114, DE 2007

Requer voto de pesar pela morte da Senhora Maristela Melo Valente, servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pela

morte da Senhora Maristela Melo Valente, ocorrida no dia 10 de setembro de 2007, em Manaus.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família de Maristela, especialmente aos pais João Melo e Rosa Melo e aos irmãos João, Fátima, Júlio, Maiza, Célio e Marida.

Justificação

Maristela Melo Valente morreu, no dia 10 de setembro de 2007 último, vítima de acidente automobilístico. Servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho, era muito estimada em Manaus e deixa exemplo de dedicação ao serviço público, pelo que requeiro ao Senado da República este voto de pesar.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.115, DE 2007

Requeremos nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja realizada, no dia 15 de outubro de 2007, Sessão Especial em razão do Dia do Professor, com o objetivo de homenagearmos os protagonistas da verdadeira abolição que desejamos para o nosso País.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007.

CRISTOVAM BUARQUE

Senador - PDT/DF

1. MARISA SANTA

2. WELLINGTON SILVEIRA

3. MIRIAM BELCHIOR

4. JAIRO BOLSONARO

5. DELMA GOES

6. DELMA GOES

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.116, DE 2007

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, inciso I, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações que esclareçam os motivos pelos quais não vem sendo cumpridos leis e decretos referentes às recontratações dos anistiados trabalhistas.

Justificação

Em face da audiência ocorrida em 27 de setembro de 2007 às 9 horas que tratou das questões atinentes aos demitidos no governo Collor e o descumprimento da Lei nº 8.878/94, alusiva à anistia dos demitidos, na qual constatou-se um retardamento nas providências administrativas da competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é que apresento a proposta acima, apoiada unanimemente por todos os presentes na audiência.

Em face da envergadura do assunto e do forte clamor dos anistiados para que se definam as questões atinentes ao assunto é que conclamo aos meus pares a aprovarem a presente propositura.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007.
– Senador **Paulo Paim**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.117, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso III, **b**, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS nº 436, de 2007, seja apreciado e discutido também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007.
– Senador **Sibá Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.118, DE 2007

(Requerimento nº 72, de 2007)

Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,

Requeiro a prorrogação por 15 (quinze) dias da designação dessa Comissão, encaminhada pelo Of. nº 340/2007-CRE, para que eu possa representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no acompanhamento da denominada Operação U-Patakon III, da Polícia Federal, bem como os desdobramentos desse processo na reserva indígena Raposa – Serra do Sol, em Roraima.

Justificação

O processo de retirada dos habitantes não índios da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima tem sido intensificado com a denominada Operação U-Patakon III, da Polícia Federal.

O processo afeta toda a sociedade do Estado de Roraima e do país, pois refere-se a terra indígena em área de fronteira.

A designação para representar o Senado e acompanhar todo o procedimento necessita ser prorrogada em face de aprofundamento dos entendimentos com autoridades locais e federais e de todas as pessoas envolvidas, no intuito de garantir que todas as ações sejam realizadas com transparência, respeito à ordem e garantias individuais e coletivas, previstas constitucionalmente.

Nesse sentido, requeiro a prorrogação por 15 dias.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.
– Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.119, DE 2007

Requer voto de pesar pelo falecimento do estudante Diego Rodrigues

Linhares, ocorrido no último dia 22 de setembro deste ano.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 22 de setembro, do estudante Diego Rodrigues Linhares.

Requeiro, também, que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O jovem estudante Diego Rodrigues Linhares morreu tragicamente atropelado no Rio de Janeiro no último dia 22 deste mês, coincidentemente uma data fixada como o Dia Mundial Sem Carro, e que deveria representar uma jornada de reflexão sobre o uso do automóvel particular e ação por cidades mais humanas.

Infelizmente, é mais uma vida que se perde pela falta de respeito pelo ciclista e pelo pedestre.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.120, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 27 de novembro do corrente, destinada a comemorar os 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007.

José Sarney
Senador JOSÉ SARNEY

Arthur Virgílio

Paulo Paim

Antônio José

Eduardo Suplicy

Renato Barroso

Marcelo Filho

Antônio José

REQUERIMENTO N° 1.121, DE 2007

Nos termos do artigo 160 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 4 de outubro do corrente ano, seja dedicado a homenagear a memória do Deputado Ulisses Guimarães pelo transcurso dos 15 anos do seu falecimento.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007.

1. Senador

Papaléo Paes

2. Senador

Arthur Virgílio

3. Senador

Paulo Paim

4. Senador

Francisco Mello

5. Senador

Renato Barroso

6. Senador

Antônio José

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes – PSDB – AP) – Os requerimentos lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.676/07/SGM/P

Brasília, 25 de setembro de 2007

Assunto: Of. SF nº 1.254/2007 – encaminha notas taquigráficas do pronunciamento do Senador Paulo Paim, referente a projeto sobre reajuste do salário mínimo.

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício supra, a respeito do pronunciamento do Senador Paulo Paim, comunico a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 101/2007, de autoria da Comissão Mista destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País, será submetido ao Plenário da Câmara, nos termos do art. 143 do Regimento Comum.

Assim sendo, informo que encaminhamos o referido expediente aos Srs. Líderes partidários desta Casa.

Atenciosamente, **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. nº 50/2007-CMA

Brasília, 25 de setembro de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2007, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2007**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 221/07 – GSGMJ

Brasília, 27 de setembro de 2007

Senhor Presidente,

Encaminho-lhe para o devido conhecimento relatório acerca de missão, por mim desempenhada, como Membro da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, na Quinta Sessão do Parlamento do Mercosul, realizada nos dias 3 e 4 de setembro de 2007, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Atenciosamente, Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, PMDB-AC.

V SESSÃO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Realizada nos dias 3 e 4 de setembro de 2007

Montevidéu – Uruguai

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES**1. Reunião de trabalho com o Embaixador Regis Arslanian**

Em continuidade ao trabalho do Delegado Permanente do Brasil junto ao Mercosul e à ALADI, Embaixador Regis Arslanian, a delegação parlamentar brasileira reuniu-se para um café da manhã de trabalho, no próprio hotel em que os parlamentares se hospedavam, essencialmente para discutir livremente a agenda do Mercosul, e trocar informações que pudessem ser úteis para os debates e deliberações parlamentares no decorrer da reunião plenária do Parlamento do Mercosul.

Essa reunião matinal foi coordenada pelo Embaixador Regis Arslanian, pelo Vice-Presidente do Parlamento do Mercosul, Parlamentar Dr. Rosinha e pelo Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Parlamentar Geraldo Mesquita Junior.

Esse encontro foi aberto com um informe do Parlamentar Dr. Rosinha sobre a reunião da Mesa Diretora, realizada no dia anterior, para a preparação do orçamento do Parlamento para o ano de 2008. O Parlamentar apresentou a configuração a que se chegou para o organograma do Parlamento e para a execução do orçamento de um milhão de dólares que se pretende para o ano de 2008, a ser rateado igualitariamente entre os quatro países, como está previsto no Protocolo Constitutivo do Parlamento para a etapa de transição.

Em seguida, a discussão foi norteada pela apresentação da Carta de Montevidéu, que vem sendo divulgada mensalmente pela Delegação do Brasil, veiculando informações importantes e análise da conjuntura da integração. Especialmente esse número da Carta foi dedicado ao Parlamento do Mercosul, com um amplo e informativo texto sobre a nova instituição, incluindo um relato sobre suas atividades já em curso.

Na Carta, fica reconhecido que “a criação do Parlamento do Mercosul reflete a importância atribuída pelos Estados Partes ao fortalecimento da democracia, da participação cidadã e da legitimidade social do processo de integração e de suas normas. Traduz, igualmente, a relevância da cooperação interparlamentar para avançar na harmonização das legislações nacionais e tornar ágil a incorporação de normativa do Mercosul aos ordenamentos jurídicos internos de cada país”.

Também com base na Carta de Montevidéu, seguiu-se um debate sobre a situação econômica do Bloco, com enfoque nas assimetrias e nas responsabilidades de cada país.

Sobre a adesão da Venezuela, informa a Carta:

Está prevista, para os dias 1º e 2 de outubro, a realização da primeira reunião do Grupo de Trabalho **ad hoc** que deverá – no prazo de 180 dias, prorrogável por igual período – dar continuidade às negociações relativas à adesão da Venezuela ao Mercosul.

Esse Grupo **ad hoc** foi criado, pela Decisão nº 12, na Quinta Reunião Extraordinária do CMC, em 22 de maio passado, em Assunção, a fim de prosseguir com as tarefas pendentes do Grupo de Trabalho criado pelo Protocolo de Adesão, firmado em 4 de julho de 2006.

As negociações para a adesão da Venezuela têm-se concentrado em quatro vertentes: i) adoção da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e da Tarifa Externa Comum (TEC); ii) incorporação da normativa Mercosul; iii) adesão a compromissos e negociações externas do Mercosul; e iv) cronogramas de liberalização comercial intrazona. Para avançar neste último eixo, realizam-se também encontros bilaterais entre a Venezuela e os Estados Partes do Mercosul.

No último dia 21 de agosto, foi apresentado parecer favorável do Relator (Dep. Dr. Rosinha – PT-PR) à aprovação pelo Congresso Nacional brasileiro do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul.

Também constou das discussões o tema sobre a implementação do Fundo de Convergência Estrutural, a partir do informe da Carta de Montevidéu, que registrou que a partir de 3 de setembro começou a funcionar, na Secretaria do Mercosul, a Unidade Técnica FOCEM, responsável pela avaliação técnica e acompanhamento da execução e das auditorias dos projetos. Para integrá-la, foram contratados, por concurso público, quatro técnicos seniores.

A título de informação sobre o FOCEM, retira-se ainda da Carta de Montevidéu o seguinte excerto que foi objeto da apreciação durante a reunião com o Embaixador Regis Arslanian:

Na XXXIII Reunião do CMC, no dia 28 de junho, em Assunção, aprovou-se o projeto Rota 12: trecho de conexão Rota 54-Rota 55, orçado em US\$4.371.000,00 e pelo qual está prevista a recuperação de treze quilômetros da

estrada nº 12, localizada no Departamento de Colônia, no Sudoeste do Uruguai. Trata-se do 15º projeto-piloto do FOCEM, o 6º dos quais em benefício do Uruguai, que obteve aprovação de todos os seus projetos apresentados ao Fundo.

Todos os quinze projetos-piloto aprovados já contam com Convênios de Execução (COF) assinados entre os Estados Beneficiários e a Secretaria do Mercosul.

As contribuições ao FOCEM relativas a 2007 totalizam US\$ 75 milhões. Os recursos já disponíveis para utilização em projetos aprovados e no custeio da Unidade Técnica FOCEM somam US\$ 61,25 milhões (dos quais US\$ 50 milhões se referem a 2006 e US\$ 11,25 milhões à primeira parte de 2007).

A reunião se encerrou com a apresentação pelo Parlamentar Cláudio Diaz dos trabalhos até então realizados pela Comissão Especial sobre a Febre Aftosa. Fez um relato das atividades já desenvolvidas, de reuniões com o Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes e técnicos do Ministério. Constatou-se que há uma concepção equivocada junto aos demais países sobre a participação do Brasil na prevenção e no combate à febre aftosa, que muitas vezes pode ser entendido como intervencionismo. A sugestão é que se façam gestões indiretas, de forma a não caracterizar cobranças externas, mas compartilhando responsabilidades e que o Parlamento do Mercosul possa ser o **forum** negociador de forma a permitir um tratamento mais eficaz dessas assimetrias científico-tecnológicas.

Instaurou-se um debate sobre esse tema, principalmente entre os Parlamentares Cláudio Diaz e Max Rosenmann e o Embaixador Regis Arslanian, onde foi defendida uma atuação mais incisiva do Brasil no tratamento da questão, tanto no âmbito interno, junto aos Ministérios competentes, inclusive o Ministério das Relações Exteriores, como no externo, para um tratamento mais igualitário quando crises de febre aftosa também surjam em outros países do bloco.

2. V Sessão do Parlamento do Mercosul

A V Sessão do Parlamento do Mercosul teve a seguinte agenda:

Dia 3 de Setembro

10h – Sessão Especial para discutir a proposta de modificação do art. 134 do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul

11h – Quinta Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul

Dia 4 de Setembro

9h30min – Continuação da Quinta Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul

ORDEM DO DIA

- a) leitura e discussão da ata da 4ª sessão do Parlamento do Mercosul, nos dias 6 e 7 de agosto de 2007 (R.I. art. 123.a)*
- b) leitura de assuntos encaminhados (R.I. art.123.c)*
- c) informe da Presidência **pro tempore** (PCPM art. 4.7)*
- d) debates (R.I. art. 123.e.2.3)*
- e) discussão e votação da ordem do dia (R.I. art. 123.f)*

1. Constituição das Comissões (R.I. art. 43.i)

No primeiro dia, 3 de setembro, realizou-se a sessão especial para a alteração do Regimento na cláusula sobre a queda de **quorum** durante o andamento de uma sessão.

Iniciou-se logo em seguida a sessão ordinária, e sendo a primeira após a aprovação do Regimento Interno, foi aberta com a tomada de compromisso de todos os Parlamentares presentes, nos termos estabelecidos no Regimento.

Foi, em seguida, lida a lista de assuntos apresentados, que incluiu propostas de projetos de normas, de declarações, de seminários, de comissões especiais, que foram despachados às comissões correspondentes e constam da lista em anexo.

Discutiu-se, em seguida, duas propostas de temas para Debate Proposto (art. 123 do Regimento), uma sobre liberdade de imprensa na Venezuela e outra sobre o conflito Argentina-Uruguai em torno das “papeleras”. As duas propostas foram rejeitadas, em benefício de uma terceira, apresentada pelo Parlamentar Aloizio Mercadante, de que se estabelecesse como tema do Debate Proposto a situação da integração no Mercosul em geral, de maneira compreensiva, podendo cada Parlamentar inscrito abordar o tema como lhe aprouver. Por ser o autor da proposta vencedora, o Parlamentar Aloizio Mercadante teve a precedência para usar a palavra e pelo tempo de 15 minutos, no que se constituiu no primeiro discurso político realizado no Parlamento do Mercosul.

A continuação do Debate Proposto sobre a situação da integração deu-se na parte da tarde, com participação de Parlamentares dos demais países e logo após iniciou-se a apreciação do ponto único da ordem do dia, que foi a constituição das Comissões Permanentes. Aprovou-se a indicação preliminar dos componentes das Comissões, com a possibilidade de subsequentes ajustes e encerrou-se o primeiro dia de

sessão, decidindo-se que as bancadas fariam reuniões particulares para decidir sobre seus nomes para as presidências das comissões que seriam ratificados na continuação da sessão no dia 4 de setembro, da qual constaria também a parte de Tema Livre, que não ocorreu no início da sessão, como regimentalmente previsto, e o informe do Conselho do Mercado Comum. Ademais, ficou marcada reunião da Mesa Diretora para as 18h do dia 3, para dar continuidade à discussão sobre o orçamento e estrutura administrativa.

A Representação Brasileira reuniu-se e decidiu pleitear a presidências das seguintes Comissões: Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes e, caso o Brasil ficasse com a presidência de uma terceira comissão, até que a Venezuela seja aceita como membro pleno, esta seria a de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo. A delegação brasileira também decidiu pleitear as Vice-Presidências das Comissões de Assuntos Interiores, Segurança e Defesa e com a de Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos e Agricultura, Pecuária e Pesca.

Na reunião da Mesa Diretora, no dia 3 de setembro, discutiu-se e distribuiu-se as Presidências e Vice-Presidências das Comissões Técnicas do Parlamento do Mercosul, e chegou-se à decisão final quanto à distribuição das dez Comissões pelos países membros: o Brasil e o Uruguai ocuparão, cada um, a Presidência de três Comissões, até que a Venezuela seja aceita como membro pleno do bloco, quando, então, o Brasil e o Uruguai lhes passarão a presidência de duas das Comissões que lhes couberam nesse acordo de distribuição; a Argentina e o Paraguai receberam, cada qual, a Presidência de duas Comissões.

A reunião da bancada brasileira, no café da manhã no dia 4 de setembro, chegou consensualmente aos nomes do Deputado Cesar Schirmer para presidir a Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários, da Senadora Marisa Serrano para presidir a Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes, o Deputado José Carlos Toffano para presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo. Com direito a duas vice-presidências, a bancada indicou o Senador Romeu Tuma para a da Comissão de Assuntos Interiores, Segurança e Defesa e o Senador Inácio Arruda para a de Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos e Agricultura, Pecuária e Pesca.

A sessão plenária do Parlamento reiniciou-se às 10h do dia 4, com realização do Tema Livre (espécie de Pequeno Expediente, onde cada Parlamentar

pode abordar o tema que desejar, por 5 minutos), com a participação de 8 parlamentares.

Em seguida, houve a ratificação pelo Plenário da divisão das Comissões Permanentes, Presidências e Vice-Presidências, por país, dando-se por encerrada a ordem do dia da sessão.

Foi, na sequência, dada a palavra ao Ministro do Trabalho do Uruguai, para fazer um informe sobre as atividades da Presidência **pro tempore** do Mercosul, que é exercida, até dezembro de 2007, pelo Uruguai.

Ao final da sessão, o Parlamentar Cesar Schirmer fez um informe sobre a presença na audiência da sessão de representantes da União de Parlamentares do Mercosul (UPM) e da Seção da Força Sindical do Rio Grande do Sul, nomeando-os. Ao mesmo tempo comunicou e convidou a todos para o Seminário sobre o Bioma Pampa, a ser realizado em Rivera, nos dias 8 e 9 de novembro de 2007.

Também antes do encerramento, o Parlamentar Aloizio Mercadante repetiu a proposta para que as datas das sessões sejam estabelecidas alternativamente para segundas e terças-feiras e sextas-feiras e sábados, de forma que não reste apenas à delegação brasileira prejuízo por estar ausente em dias de sessões deliberativas do Congresso Nacional. O Presidente Roberto Conde assegurou que a Mesa Diretora iria analisar a proposta e comunicaria a todos a deliberação que for tomada.

Ao meio-dia do dia 4 de setembro, o Presidente Roberto Conde encerrou a Sessão, marcando, preliminarmente, a 6ª Sessão para os dias 1º e 2 de outubro de 2007, podendo a data ser modificada com comunicação prévia a todos.

A Delegação Brasileira foi formada pelos seguintes parlamentares e técnicos:

Senadores: Sérgio Zambiasi, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Junior, Efraim Moraes, Marisa Serrano, Aloizio Mercadante, Inácio Arruda, Eduardo Azeredo;

Deputados: Cezar Schirmer, Dr. Rosinha, George Hilton, Max Rosenmann, Cláudio Diaz, Geraldo Thadeu, Germano Bonow, Vieira da Cunha e José Paulo Tóffano;

Servidores: Antonio Ferreira Costa Filho, Humberto Napoli Licursi, Elbio Fernando da Rosa e Francisco Eugênio Arcanjo.

Era o que cabia relatar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Requerimento nº 962, de 2007.

Sobre a mesa projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 569, DE 2007

Dá nova redação ao inciso V do art. 2º-B da Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do art. 2º-B da Lei nº 10.683, de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º-B. À Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente:

.....
.....
V – na coordenação, normatização, supervisão e controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das entidades da administração pública federal, direta e indireta, e de sociedades sob controle da União, ficando obrigada a publicar no **Diário Oficial da União**, bimestralmente, os critérios norteadores da concessão de patrocínios, bem como os valores e os beneficiários dos patrocínios concedidos; (NR)

.....
.....
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem por finalidade dar transparência a um tipo de dispêndio de recursos públicos, cujas regras não são de conhecimento da sociedade. Desconhece-se quais são as regras que orientam a concessão de patrocínios.

O mesmo não ocorre com os recursos públicos direcionados para a aquisição de produtos e serviços, cuja legislação envolve princípios constitucionais, leis como a Lei nº 8.666/93 e uma série de decretos do Poder Executivo.

No caso dos patrocínios, concede-se ao gestor dos recursos públicos um enorme poder discricionário para a escolha dos patrocinados, transferindo a estes montantes que, caso fossem utilizados para a compra de bens e serviços, seguiriam critérios mais rígidos, levando até a utilização da modalidade concorrência, tendo em vista os valores repassados.

Portanto, visando à obediência do mandamento constitucional relativo aos princípios que regem a administração pública (legalidade, impessoalidade, mo-

ralidade, publicidade, e eficiência), faz-se necessário que todos os atos da Administração Pública sejam de conhecimento da sociedade, o que não vem ocorrendo neste caso.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007.
– Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Conversão da MPV nº 103, de 2003

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
Da Presidência da República**

**Seção I
Da Estrutura**

Art. 2º-B. À Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente: (Incluído dada pela Lei nº 11.497, de 2007)

I – na formulação e implementação da política de comunicação e divulgação social do Governo; (Incluído dada pela Lei nº 11.497, de 2007)

II – na implantação de programas informativos; (Incluído dada pela Lei nº 11.497, de 2007)

III – na organização e desenvolvimento de sistemas de informação e pesquisa de opinião pública; (Incluído dada pela Lei nº 11.497, de 2007)

IV – na coordenação da comunicação interministerial e das ações de informação e difusão das políticas de governo; (Incluído dada pela Lei nº 11.497, de 2007)

V – na coordenação, normatização, supervisão e controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das entidades da administração pública federal, direta e indireta, e de sociedades sob controle da União; (Incluído dada pela Lei nº 11.497, de 2007)

LEI N° 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para

licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais**

**Seção I
Dos Princípios**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 570, DE 2007

Institui o dia “Dia Nacional do Historiador”, a ser celebrado anualmente no dia 12 de setembro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia Nacional do Historiador”, a ser celebrado no dia 12 de setembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um povo sem história é um povo sem memória. Essa afirmação, mais que um dito já popular, é também uma verdade histórica, pois todos os agrupamentos humanos que não preservaram sua memória – em histórias, documentos, objetos de arte e arquitetura – acabaram sucumbindo a ditaduras e até acabaram por desaparecer da face da Terra. Por essa razão, não apenas a disciplina que trata das histórias dos povos deve merecer nossa atenção, mas também os cientistas que se dedicam a essa tarefa tão nobre.

Obviamente, a história se faz por seus protagonistas: lideranças políticas, religiosas e econômicas, por um lado; grupos populares, lutas contra a opressão e pela liberação, por outro. E para registrar tudo, o historiador. E de tal modo é importante o papel dos historiadores que, por vezes, eles ajudam, também, a reconfigurar a história de um País.

Ao lado da Filosofia e da Literatura, a História está presente desde os primeiros momentos da nossa tradição ocidental, constituindo um dos saberes mais antigos de nossa civilização. No entanto, somente no século XIX, com o desenvolvimento de vários instrumentos de pesquisa e de análise de documentos, a História alçou seu caráter de disciplina científica, com arcabouço teórico e método próprios. Ao buscar es-

tabelecer os fatores explicativos confiáveis da ação humana no passado e no presente, a História ganhou reconhecimento entre as chamadas Ciências Humanas e Sociais.

Desde então, passou a desempenhar um papel relevante na construção da identidade de várias nações. Assim como cada indivíduo tem uma memória pessoal, cada sociedade constrói uma memória coletiva; cada Estado promove uma marca própria. Ao longo dessa trajetória de afirmação da disciplina, a figura do historiador tornou-se cada vez mais relevante não apenas para a obtenção do conhecimento histórico, mas também para a preservação da identidade das diversas nações e povos.

Dante disso, nada mais justo que a instituição de um dia nacionalmente dedicado à celebração e ao reconhecimento desse profissional tão importante.

Sendo assim, espero contar com o apoio dos colegas parlamentares a esta iniciativa que ora apresento, em prol da nossa História.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007.
– Senador **Cristovam Buarque**.

(À *Comissão de Educação – decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 571, DE 2007

Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, bem como da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Art. 1º Esta lei institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Art. 2º Fica instituído o dia 28 de janeiro de cada ano como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Art. 3º Fica instituída a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que incluirá a data estabelecida no artigo anterior.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Lamentavelmente, embora nos pareça absurda a necessidade de, em pleno alvorecer do século XXI e após quase 120 anos da abolição oficial da escravatura no Brasil, ainda estar discutindo medidas de combate ao trabalho escravo, essa situação indignante e absurda ainda persiste em vários estados do nosso país. Milhares de trabalhadores brasileiros são submetidos a condições degradantes de trabalho, sem qualquer proteção e garantia, impossibilitados de usufruir do fruto de seu trabalho e, muitas vezes, pri-

vados do direito mais fundamental do ser humano: a liberdade de ir e vir. Tais condições configuram o que se tem chamado modernamente de trabalho análogo à escravidão, uma vez que, essencialmente, não guardam diferenças substanciais com o trabalho escravo de outros tempos.

Na última atualização da chamada “lista suja”, em 10 de julho passado, que relaciona as empresas onde foi constatada a existência de trabalho escravo ou análogo à escravidão, 192 empresas foram citadas; quase 30 a mais em relação à lista anterior, divulgada em maio passado. Essa nova lista inclui, pela primeira vez, empresas localizadas nos Estados do Amazonas, Ceará e Santa Catarina, onde, até então, não se tinha notícia de trabalho escravo. Atualmente, a estimativa oficial é de que existem entre 25 mil e 40 mil trabalhadores submetidos à escravidão no Brasil, sendo o Pará, Estado que represento nesta Casa, o recordista, com aproximadamente 35% dos casos.

Segundo estatísticas da Comissão Pastoral da Terra, mais de 25 mil trabalhadores vivendo nessas condições foram libertados nos últimos 10 anos; entretanto, outros mais de 25 mil, pelo menos, ainda permanecem vítimas dos modernos escravagistas, em sua maioria, grandes proprietários de terra ou de empresas ligadas à agropecuária. Apesar das medidas que vêm sendo tomadas para inibir e punir esse tipo de comportamento, é extremamente preocupante a constatação de que esses números não conseguem recuar, acenando, muito ao contrário, com uma tendência de crescimento, tal qual evidenciam as últimas estatísticas feitas pelos órgãos e entidades ligados ao combate do trabalho escravo no País. Apenas no ano de 2007, já foram flagrados pessoas trabalhando em condições de super-exploração ou análoga à escravidão. Esses cidadãos e cidadãs brasileiras são, em sua maioria, analfabetos, pobres, negros e jovens, que são aliciados por “gatos”, espécies de intermediadores dos empregadores, que fazem promessas mentirosas e lhes despertam sonhos que se transformam em verdadeiros pesadelos.

É por tudo isso que nos parece da mais alta relevância estabelecer uma data e, mais ainda, uma semana inteira, para que, nesse período, sejam intensificadas as discussões e reflexões sobre esse tema, visando à busca de soluções e medidas mais efetivas e eficazes para a erradicação definitiva dessa terrível chaga social que ainda, vergonhosamente, assola o nosso país.

Sendo assim, propomos o dia 28 de janeiro para a instituição dessa data, a fim de que seja homenageada e lembrada a coragem e a luta dos auditores fiscais do Trabalho João Batista Soares Lages, Eratóstenes de Almeida Gonçalves, Nelson José da Silva e do motoris-

ta Ailton Pereira de Oliveira, que foram covardemente assassinados a tiros na zona rural de Unaí/MG, no dia 28 de janeiro de 2004, quando estavam, justamente, executando uma operação de fiscalização de uma denúncia de trabalho escravo naquela região.

Dessa forma, esperamos obter o apoio e a sensibilidade dos colegas senadores e senadoras para esse projeto.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2007. – Senador **José Nery** – Senador **Paulo Paim**.

(À *Comissão de Educação – decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem.)

– Senador Papaléo Paes, peço inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – PA)

– V. Ex^a será o segundo inscrito, visto que o Senador Gerson Camata...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem tem a palavra V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que me inscreva para uma comunicação inadiável, confirmando a inscrição que fiz no momento em que estava para presidir a Mesa e da qual me retirei para deixar a Presidência nas mãos de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a é o primeiro inscrito e fará uso da palavra imediatamente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.)

– Senador Papaléo, eu acho que sou o segundo. Ao nosso amigo do P-SOL – porque está havendo regionalismo –, que é lá dos Amazonas, V. Ex^a deu prioridade. Eu acho que cheguei em segundo. Eu me apresentei aqui ao chefe do PMDB do bem, o Camata.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a cometerá agora a maior justiça confiando na minha palavra. O segundo é o Senador Nery. V. Ex^a é o terceiro.

Concedo a palavra...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E o convite para ir para o Amapá? Porque estou cheio de documentos aqui de câmaras municipais de São Paulo me convidando. E o Amapá, V. Ex^a... E eu posso ser candidato a Presidente da República, a Vice, a Governador do Piauí, a Senador, ou ficar lá em casa abraçado com Adalgisa, que é o melhor.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a merece todas essas homenagens, porque V. Ex^a, quando usa a tribuna, fala a voz do povo brasileiro, responde aos anseios do povo.

Brevemente teremos a honra de tê-lo no Estado do Amapá.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. (*Assentimento da presidência.*)

Estou inscrito para uma comunicação inadiável, que me concede 5 minutos, mas também estou inscrito como orador. Como dos oradores inscritos me parece que sou o único que está presente, eu consultaria a Mesa se posso falar como orador inscrito... Para uma comunicação inadiável...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a fará uso da palavra. Tenha certeza de que V. Ex^a levará a cabo todo o seu discurso.

Em seguida a V. Ex^a, fará uso da palavra como orador inscrito o Senador Nery. V. Ex^a falará agora como orador inscrito.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, tivemos ontem aqui um avanço considerável em busca da aproximação, que todos desejamos, do Regimento Interno do Senado com aquilo que de nós espera a população brasileira, quando aprovamos o projeto de resolução que modifica o Regimento Interno da Casa, fazendo com que não haja mais – a não ser em assuntos de segurança nacional, em caso de declaração de guerra – mais sessões secretas no Senado Federal. Mesmo quando se tratar de cassação de mandato, a sessão será aberta, permanecendo, entretanto, a votação secreta.

Mas acredito, Sr. Presidente, que a decisão tomada aqui ontem, de pôr fim à sessão secreta, faz com que também tenhamos dado um passo na direção da votação não secreta, da votação aberta. Consultei as lideranças aqui, ontem, e chegamos à conclusão de que temos de apressar a aprovação dessa emenda constitucional. Há duas maneiras de fazê-lo, e uma terceira, que está motivando uma consulta que vou fazer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa.

A primeira maneira, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, seria corrermos com as duas emendas

já tramitando na Casa, uma do atual Governador e ex-Senador Sérgio Cabral e a outra de autoria do Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul. Essas duas propostas de emenda constitucional viriam para a Mesa, viriam para o Plenário, e o Senado votaria os dois turnos, mandando posteriormente para apreciação da Câmara.

Essa é uma maneira de alcançarmos o desejo, o desiderato da população brasileira, que quer ver um Senado transparente e aberto.

A outra maneira, e me parece mais rápida, é aproveitarmos uma emenda constitucional que já foi aprovada na Câmara. Essa emenda constitucional aprovada na Câmara foi votada no primeiro turno. Falta a Câmara dos Deputados votar o segundo turno e encaminhá-la para o Senado.

O que poderíamos fazer? As lideranças de todos os Partidos com assento no Senado procurariam as lideranças de todos os Partidos com assento na Câmara e pediriam à Câmara que, na próxima semana, já que lá se votou a CPMF, votasse o segundo turno. Mandaria para cá. E, com uma semana, o Senado votaria o segundo turno.

Isso quer dizer que entraríamos praticamente no mês de outubro já com o fim dessa instituição medieval que é esse voto secreto, que arrasou com a Câmara. O voto secreto propiciou a absolvição dos sanguessugas, a absolvição dos mensaleiros...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Com licença.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – ...E destruiu moralmente a Câmara,...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Posso participar?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – ...e destruiu moralmente o Senado.

Com muito prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olha, Camata, V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, enriquece este Senado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a, mas nem tanto.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu mesmo dei xe de disputar um cargo na Mesa porque V. Ex^a disputaria e ganharia, mas preferi ser seu eleitor, tal a admiração.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado. A admiração é mútua.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas vamos acabar com esse negócio de voto medieval. Ao contrário, quando começou essa democracia lá na Grécia, antes de Cristo, era lá na praça, na Acrópole. Era voto aberto. Não havia, ô Camata, cédula, não havia essa urna eletrônica...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Anterior à Idade Média, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Era. A Idéia Média vai justamente da queda de Roma ao Renascimento. Leonardo da Vinci, Ranieri, Rafael, Michelangelo, Dante Alighieri, Maquiavel, esse time.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – E essa turminha boa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas, então, onde começou? Vamos esclarecer esse negócio de medieval. Era na praça, era em Acrópole, em Atenas. Então, o voto era ostra. O que tinha mais eleição? Era uma pessoa que procedia mal, tinha mau procedimento. Então, a cidade grega – Atenas ou Esparta – se reunia e ia buscar ostra. Cada um botava uma ostra na praça. Quando ficava um montão de ostras, aí botava aquele que cometeu um crime, um mau costume para fora, daí o termo “ostracismo”. Então, o voto, inicialmente, era aberto, era na praça. E o voto, aqui, fechado, foi o estadista Getúlio Vargas que instituiu. Ditadura não é bom, mas o ditador era bom. Ele planejou este País, tudo, inclusive, o TSE. Não houve eleição porque houve uma guerra para entrar; outra guerra, São Paulo quis tirar; depois, veio a Guerra Mundial. Mas ele fez até o TSE. Getúlio incluiu, Senador Papaléo Paes, o voto secreto, porque neste País, diferentemente de todos, quando se deu o Grito da República, pouco antes haviam sido libertos os negros. Então, nem Rui Barbosa conseguiu. Era uma dependência muito grande. Então, esse voto secreto foi um avanço da sensibilidade do estadista Getúlio Vargas. Agora, “o homem é o homem e suas circunstâncias” – Ortega y Gasset. A tirania da circunstância. Então, hoje, nós podemos mudar, as coisas são outras. Tem que haver o fato para fazer a lei. Então, não era medieval, não.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – O fato está aí diante do Governo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O fato está aí. Entendo, pronto. E eu continuo liderado por V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Congratulo-me com o aparte de V. Ex^a, que, de maneira tão lúcida e buscando as origens na História, coloca essa questão. Aquilo que foi um avanço, hoje é o avanço do retrocesso. Então, temos de cuidar para que o Senado se torne uma Casa transparente como a população deseja de nós.

Sr. Presidente, um outro assunto que eu queria trazer à tona é que acompanhamos, há poucos dias, o Presidente Nicolas Sarkozy da França, que vem se revelando um excelente Presidente, fazendo uma admoestação, um pedido aos juízes franceses, para que insistam no cumprimento da legislação francesa que impôs para o pedófilo e o responsável por atentado vio-

lento contra mulheres a castração química. Na França, a castração química é voluntária, isto é, se o indivíduo cometer um crime de pedofilia ou de violência sexual, é condenado. Depois de condenado, o juiz faz a ele uma pergunta: o senhor quer ficar 20 anos na cadeia ou ficar apenas cinco anos e se submeter à castração química? Ele, então, faz a opção voluntariamente. Em alguns países, ela é obrigatória, ou seja, além da penalidade prisional, o condenado é submetido à castração química. Por quê? Os psicólogos especialistas internacionais, reunidos na ONU, chegaram à conclusão de que esse tipo de criminoso não se redime. Ele pode ficar preso 10 anos, 20 anos, se ele praticou uma violência sexual contra mulher ou contra criança, quando sai, volta a incidir. Não há tratamento psicológico, psiquiátrico que recupere essa gente.

Então, por exemplo, a Itália, cinco estados norte-americanos e vários países europeus têm na legislação a chamada castração química. Essa castração química acaba com a libido sexual, com o desejo sexual e inibe o indivíduo de praticar outra vez aquele mesmo crime. Então, diante da admoestação do Presidente Sarkozy, apresentei há alguns dias um projeto para abrir a discussão no Brasil sobre isso. Sei que os movimentos de direitos humanos vão protestar, vai haver muito defensor dos pedófilos – hoje é um grupo muito forte, os pedófilos são numerosos no mundo inteiro, infelizmente. Então, o que esse projeto propõe? O pedófilo reincidente é submetido à castração química.

Nas pesquisas que foram feitas, vimos que se trata de uma injeção, aplicada no músculo ou nos testículos, que faz com que a pessoa perca a libido sexual, perca o desejo e perca também a possibilidade de realizar aquilo que o desejo pode fazer com que ele tente realizar.

É um projeto para se discutir, para suscitar o País a refletir sobre esse problema. Todos viram agora em São Paulo o que aconteceu: aquele indivíduo, que é suspeito de ter matado, seviçado e violentado os dois meninos, já estava preso por atentado violento ao pudor e condenado a 13 anos, mas ele recebeu o direito de passar o fim de semana com a família. Em vez de passar o fim de semana com a família, ele foi molestar, violentar e matar os dois meninos de 13 e de 17 anos. Vejam, então, que é irrecuperável. Não adianta prendê-lo. No dia que ele sair da prisão, ele volta a cometer aquele mesmo crime, segundo os psiquiatras e os especialistas das Nações Unidas revelaram.

As Nações Unidas, Sr. Presidente, são contrárias esse tipo de instituição, que já existe na maioria dos países civilizados do mundo e em vários estados nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Itália e em outros países.

Mas as Nações Unidas são muito bem protegidas, elas são contra a prisão – porque ninguém vai lá assaltar as Nações Unidas –, e agora estão contra os terroristas. Elas eram contra qualquer tipo de prisão, prisão perpétua, pena de morte. Mas quando o terrorista foi lá e matou, infelizmente, o Embaixador brasileiro naquele atentado, a ONU passou a ser contra os terroristas também: pena de morte para os terroristas. Se ocorrer dentro da ONU um atentado violento ao pudor, um crime de pedofilia, tenho certeza de que a ONU vai entender que, para esse tipo de crime, tem que haver outro tipo de pena.

Nós temos que parar aqui no Congresso Nacional, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, de fazer leis lenientes, leis a favor dos bandidos, leis a favor dos criminosos. Nós temos que começar a enrijecer a legislação. O Brasil está em uma guerra de guerrilhas. A Polícia do Rio de Janeiro entra nas favelas de carro-tanque como entram os soldados americanos no Iraque. Lá em Vitória, esta semana, um professor que denunciou violência e tráfico na escola foi morto pelos traficantes. Isso ocorre em várias cidades do Brasil. Hoje, no Rio de Janeiro, um menor matou o avô e a avó porque foram dar conselhos para que ele consumisse drogas. Há poucos dias, em Vitória, outro crime violento, Sr. Presidente: dois velhinhos portugueses criavam um neto; ele foi roubar a televisão dos dois avós para vender e comprar drogas; a avó segurou a televisão, e ele matou o avô e a avó. E preso, confessou o crime e disse assim: "Velho é para morrer mesmo, por isso que matei".

Vejam V. Ex's o que está acontecendo. Nós temos de enrijecer a legislação.

Se V. Ex^a me permite, ouvirei o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Camata, essa preocupação de V. Ex^a é do País inteiro. E todos os que estão a ouvi-lo, neste momento, tenho certeza de que lhe dão razão. V. Ex^a conta casos de Vitória, e eu conto um de Teresina – está aqui o Senador Mão Santa – acontecido nesta semana. Um caso de estarrecer. Três jovens, um de 11 anos, um de 13 anos e um de 16 anos, mataram um colega da mesma idade...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Na escola?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não. Em uma briga de futebol. Não sei se há droga envolvida, não sei o que disse a polícia. Mas levaram esse rapaz (esse garoto) para um matagal, maltrataram-no, cerraram-lhe as pernas, porque tinham feito – segundo a alegação – uma cova rasa demais, não cabia. Então, os senhores vejam a que ponto nós chegamos. As

fotografias são estarrecedoras. Senador Papaléo, o Governo precisa tomar uma providência, e não torna nem com relação ao jovem nem com relação ao adulto. Todos nós nos lembramos, muito bem, do anúncio que o Governo fez, no início do primeiro mandato do Presidente Lula, sobre aquelas prisões de segurança máxima. Não fez nada! Ocupou apenas a do Paraná, iniciada no Governo Fernando Henrique. Naquela época, queriam levar para o Piauí o Fernandinho Beira-Mar. Eu protestei aqui... Está-se vendo que não se faz nada de concreto. Então, quero me associar a V. Ex^a e fazer um apelo ao Governo para que, inclusive, direcione os programas sociais de Bolsa-Família no sentido da educação da juventude. Se não for assim, Senador Camata, estaremos financiando marginais, porque estamos dando dinheiro sem contrapartida, sem obrigação alguma. É preciso que se olhe essa questão com muita prioridade. V. Ex^a lembrou bem que se está fazendo em alguns pontos do Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, o que se faz no Iraque: entrando de carro, com o tal de "caveirão"...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Não é um carro-forte, é um tanque.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não é isso?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Exatamente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Congratulo-me com V. Ex^a. Penso que devemos bater nessa tecla sempre que tivermos oportunidade. Portanto, parabéns a V. Ex^a!

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Antes de encerrar, afirmo que devemos pedir à Câmara dos Deputados que aprove aquele projeto de lei do Senador Alvaro Dias que proibia contingenciamento nas verbas de defesa, que foram aprovadas aqui. Esse projeto foi enviado à Câmara e está sendo obstruído lá por gente do Governo.

Precisamos de mais recursos para a segurança pública, mais rigidez da polícia e mais polícia na rua. Não percebemos que está havendo uma leniência com o criminoso. Ao invés de apertarmos a legislação, de aumentarmos a vigilância, estamos sendo lenientes.

Eram estas as questões que eu queria abordar, Sr. Presidente Papaléo Paes. Estou profundamente agradecido pela gentileza e pela consideração de V. Ex^a, que me deu um ou dois minutos a mais para que eu pudesse ouvir o aparte do Senador Heráclito Fortes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhei à Mesa um requerimento em que peço um voto de aplauso ao *Diário do Povo*, que amanhã completa 20 anos de fundação. Peço que o meu requerimento seja consignado nos Anais do Senado e peço o apoio de V. Ex^a e da Casa para sua aprovação.

Requeiro, ainda, que desse voto de aplauso seja cientificado o Presidente do **Diário do Povo**, Danilo Damásio, e todo o corpo de funcionários do jornal.

A homenagem que faço, tenho certeza que será apoiada pelo colega de Bancada Senador Mão Santa, é exatamente pelos relevantes serviços que essa empresa tem prestado ao Estado do Piauí.

Muito obrigado a V. Ex^a por aceitar a minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Mesa aguarda a chegada do requerimento...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Queremos também encaminhar o requerimento do Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – ... para os procedimentos regimentais.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Papaléo, eu gostaria de encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a poderia aguardar? Vão ser tomadas as providências quanto ao requerimento anunciado pelo Senador Heráclito. Daí V. Ex^a poderá encaminhar.

Agora fará uso da palavra o Senador José Nery, sem prejuízo na ordem dos inscritos, visto que eu já tinha anunciado o Senador Nery antes. Em seguida, alternando os oradores inscritos com comunicações inadiáveis, fará uso da palavra o Senador Mão Santa. Após o Senador Mão Santa, fará uso da palavra o Senador João Pedro. Em seguida, falará o Senador Mário Couto, se não houver nenhuma inscrição para comunicação inadiável.

Desculpe, Senador Mário Couto. Após o Senador João Pedro, falará o Senador Casagrande e então V. Ex^a.

Com a palavra o Senador José Nery, como orador inscrito.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Srs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para dar conhecimento ao Plenário da visita, ontem, na Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, integrante da Comissão de Direitos Humanos do Senado

Federal, realizada pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, que, na oportunidade, entregou, oficialmente, à nossa Subcomissão, com a presença de vários Senadores e Senadoras, o relatório de fiscalização na empresa Pagrisa, no Estado do Pará, com dezoito volumes e mais de cinco mil páginas em que é relatada aquela fiscalização que deu origem a uma denúncia realizada por seis Procuradores da República no Estado do Pará junto à Justiça Federal em Castanhal.

Anteontem, a juíza da Justiça Federal em Castanhal aceitou a denúncia. Com isso, a empresa Pagrisa passa a ser ré num processo em que é acusada de graves violações de direitos humanos por causa das condições de trabalho enfrentadas por 1.064 trabalhadores que foram libertados numa operação do Ministério do Trabalho no último mês de junho e início de julho.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, esse fato despertou grande atenção e tem gerado enormes polêmicas. Porém, o importante é que a fiscalização seja considerada, como atividade própria do Estado no sentido de zelar pelas condições dos trabalhadores, especialmente aqueles empregados no campo em grandes empresas rurais, como algo importante na garantia de direitos básicos, trabalhistas e sociais, de quem trabalha em grandes projetos agroindustriais.

Hoje, pela manhã, uma comissão composta pelos Senadores Fátima Cleide, Sibá Machado, João Pedro, Inácio Arruda e Serys Slhessarenko, juntamente com uma comissão de Deputados Federais, composta pelos Deputados Paulo Rocha, Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que se fez representar, e Eduardo Valverde, esteve em audiência com o Sr. Carlos Lupi, Ministro de Estado, e com a Drª Ruth Vilela, Secretária de Inspeção do Trabalho, para dizer da necessidade da imediata retomada das fiscalizações realizadas pelos auditores do grupo móvel de fiscalização do trabalho escravo no Brasil, tendo em vista essas ações terem sido suspensas nesta semana em razão dos fatos relacionados à fiscalização na empresa Pagrisa.

Essa audiência, Sr. Presidente, culminou com a definição, por parte do Ministério do Trabalho, da retomada, o mais rapidamente possível, das ações de fiscalização, visto que o Ministério está tomando as devidas medidas, sobretudo de apoio e segurança aos auditores fiscais do trabalho, que, ao realizarem as suas ações, muitas vezes são intimidados, muitas vezes são ameaçados até de morte. A retomada dessas ações de fiscalização de combate ao trabalho escravo implica a necessidade de alguma medida de segurança para que essa fiscalização seja feita de forma adequada e na estrita preservação dos direitos dos trabalhadores.

Discutimos também, nessa reunião, Sr. Presidente, a necessidade de uma articulação maior entre o Parlamento, o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, e as entidades da sociedade civil que são envolvidas nessa luta de combate ao trabalho escravo. Também verificamos a importância de se trabalhar, aqui no Parlamento, com apoio das organizações não-governamentais, com apoio das instituições governamentais, com apoio de setores importantes da sociedade brasileira, no sentido de aprofundarmos e melhorarmos a legislação, visando coibir a prática do trabalho escravo, onde se inserem pelo menos três projetos de emenda à Constituição que podem contribuir nessa luta, ou seja, a PEC, Senador Mário Couto, que expropria toda e qualquer propriedade onde seja constatado trabalho escravo, já votada em primeiro e segundo turnos aqui no Senado e em primeiro turno na Câmara dos Deputados – falta ainda concluir esse processo com a votação em segundo turno na Câmara dos Deputados –, bem como apreciação, por parte das Comissões do Senado, de projeto que trata da proibição de financiamento a qualquer empresa ou fazenda onde seja constatado trabalho escravo; e a definição legal de inclusão na lista, para não permitir qualquer tipo de contrato, com entidades públicas, de empresas que estejam vinculadas e exerçam prática de trabalho escravo.

Então, são essas as medidas que discutimos na reunião com o Ministro do Trabalho e Emprego e com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, agora, pela manhã. Trabalharemos para que sejam efetivadas, tendo em vista a importância que cada vez mais o tema vem adquirindo, no sentido de ampliar a luta para erradicar o trabalho escravo no Brasil.

Concedo aparte ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador José Nery, inicialmente, quero parabenizar V. Exª pela preocupação com relação a esse assunto do trabalho escravo em nosso País. Fico muito contente em saber que a retomada da fiscalização na empresa Pagrisa está determinada. É importante que se conclua a fiscalização naquela empresa. Penso, Senador Nery, que os culpados terão de ser punidos. Os culpados não podem ficar impunes, porque, se isso não acontecer, estaremos estimulando a prática do trabalho escravo. V. Exª pode ter a plena convicção de que exigirei da Comissão que foi até Ulianópolis – exigirei e tenho certeza de que não vai ser preciso fazer isso – as conclusões de todos os trabalhos, cristalinos, para que se possa, realmente, chegar a uma conclusão eficaz e punir os culpados. O que se necessita, não sei se por falta de condições ou por falta de eficiência do Governo Federal, Senador Nery, é de uma maior fiscalização do trabalho

escravo em nosso País. Espero que, com a aprovação dos projetos que V. Ex^a está sugerindo – e terão meu apoio –, nós possamos contar com uma fiscalização mais eficiente em nosso País, para que possamos, na verdade, acabar com o trabalho escravo neste País, o que é necessário. Meus parabéns.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Mário Couto, pelo aparte e pelas sugestões de V. Ex^a.

Retifico que o grupo móvel concluiu a fiscalização na empresa Pagrisa no dia 8 de julho deste ano e emitiu um relatório que ontem recebemos aqui, no Senado Federal, com – como eu disse antes – mais de 5 mil páginas, 18 volumes, com um conjunto de provas que caracterizariam o trabalho escravo.

Portanto, este relatório está à disposição de todas as Sr^as e os Srs. Senadores, para leitura, observação e, evidentemente, avaliação das conclusões, bem como de nossa ação em defesa da luta, do combate pela erradicação do trabalho escravo, que realmente precisa ser alavancado.

Mas gostaria, ao mesmo tempo, de dizer que tivemos, nos últimos anos, conquistas muito importantes, como a criação do Grupo Móvel em 1995, ainda no Governo anterior, quando o Brasil reconheceu oficialmente perante a ONU a existência do trabalho escravo no Brasil. O Grupo Móvel trabalha há 12 anos, tentando fiscalizar e erradicar o trabalho escravo, embora sejam necessárias outras medidas para combater o mal pela raiz, que implica a luta e a garantia da reforma agrária, de propiciar condições dignas aos trabalhadores do campo para não se submeterem às condições que muitas empresas impõem, levando-os a condições degradantes de trabalho.

Precisamos de várias medidas, de várias políticas públicas que contribuam efetivamente para a erradicação do trabalho escravo.

Porém, tem sido significativo o fato de a fiscalização do Grupo Móvel dos auditores fiscais do trabalho haver libertado, nos últimos 12 anos, Senador Mário Couto, 27 mil brasileiros dessa condição análoga à de escravo, inclusive 3,5 mil trabalhadores somente no ano de 2007. Isso só demonstra que essa chaga social precisa de um combate cada vez maior, cada vez mais incisivo.

A Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal vai continuar as suas visitas, as diligências nos Estados – os próximos Estados a serem visitados serão Tocantins e São Paulo –, ao mesmo tempo em que vamos discutir, já na formulação de emendas para 2008, a necessidade do incremento de recursos para as ações de fiscalização.

Ao final, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, manifesto a minha solidariedade à entidade não-governamental Repórter Brasil, em especial ao seu Diretor-Coordenador, o jornalista Leonardo Sakamoto. Nesta semana, a Senadora Kátia Abreu, que integrou a Comissão que visitou a Pagrisa, no Pará, referiu-se ao Sr. Leonardo como dono do site Repórter Brasil, quando, na verdade, o Repórter Brasil é uma organização não-governamental, com diretoria e estatuto devidamente registrados. Ela não possui dono, mas associados, que elegeram uma diretoria, da qual o Sr. Leonardo faz parte.

Aproveito para informar que o Sr. Leonardo ocupa o cargo de direção na Repórter Brasil, sem remuneração, como manda o estatuto da entidade. Esse trabalho conta com o fato de ele ser bolsista em instituições de pesquisa, além de cientista político.

Portanto, quero manifestar todo o nosso desagravo a qualquer menção que possa diminuir a importância da ONG Repórter Brasil, que funciona como um dos mais importantes meios alternativos de comunicação para informar ao Brasil e ao mundo os avanços, as lutas, os reveses, todas as dificuldades impostas àqueles que combatem o trabalho escravo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, com a firme convicção de que a luta contra o trabalho escravo tem de estar muito presente na agenda do Congresso Nacional, do Governo e da sociedade, para que o Brasil, daqui a pouco tempo, possa anunciar ao mundo e a si mesmo que ficamos livres do trabalho degradante, do trabalho escravo, que diminui a dignidade humana.

Muito obrigado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte pedagógico?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Associo-me a V. Ex^a, Senador José Nery, em relação a essa sua preocupação, que considero correta. Proponho-lhe que formemos um grupo, sob o comando de V. Ex^a, tendo em vista examinar a situação do trabalhador em alguns Países vizinhos da América Central, principalmente no que tange ao corte de cana – não vamos sair da cultura, não; vamos tratar do corte de cana – em Países com tradição, para vermos exatamente como o trabalhador é tratado. Não vamos querer que os nossos trabalhadores sejam tratados de maneira igual. Apenas desejamos ter uma noção de como se corta cana fora do Brasil, porque não conheço método algum a não ser o tradicional. Essa é a sugestão que faço a V. Ex^a. Poderíamos ver como é feito o corte de cana em Cuba, assim como na República Dominicana, para obtermos informações sobre os trabalhadores, tais como salá-

rio e segurança. Poderíamos fazer uma avaliação até para verificarmos como estamos nesse ranking. Tenho certeza de que V. Ex^a, como um renovador, como um inovador, vai concordar com essa idéia.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Heráclito Fortes, tenho mil motivos para concordar com a proposta de V. Ex^a no sentido de conhecer como ocorrem as relações de trabalho, especialmente no setor canavieiro em Países da América Latina. De nenhuma maneira, vamos ser condescendente com a violação aos direitos trabalhistas, aos direitos humanos, ocorram eles no Brasil, em qualquer outro País da América Latina ou em qualquer parte do mundo, porque a nossa visão humanitária e de construtores da luta pela justiça não pode permitir que cidadão algum seja submetido a condições análogas às de escravo, seja no Brasil ou em qualquer outro País.

Portanto, V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, numa interface com a Comissão de Direitos Humanos do Senado e com a Subcomissão que trata do combate ao trabalho escravo, poderá, evidentemente, combinar uma ação mais continental.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Inclusive para saber se alguém tem uma tecnologia mais avançada. É nesse sentido.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Exatamente.

Não apenas para perceber aquilo que ocorre do ponto de vista da degradação das condições de trabalho, como também, evidentemente, para adotar o conhecimento de experiências do ponto de vista da produção e de tecnologias adaptadas ao setor rural, a fim de que possamos incorporar de forma positiva ao processo de produção em nosso País.

Portanto, a sugestão está aceita. Esperamos, evidentemente, poder dar cabo e encaminhamento a essa proposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador José Nery. O assunto é de extrema importância para o nosso País. Todos os responsáveis pela solução dessa questão do trabalho escravo no Brasil devem estar atentos para que não sejamos burlados, porque essa região imensa que existe neste País muitas vezes não é fiscalizada por falta de fiscais, de material humano para alcançar esses campos de concentração de pessoas que realmente não têm os seus direitos devidamente atendidos de acordo com a lei brasileira e a lei humanitária.

Muito obrigado.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, tenho a honra de registrar a passagem, dia 1º de outubro próximo, dos 180 anos do **Jornal do Commercio**, veículo de comunicação da cidade do Rio de Janeiro que se inclui entre as publicações jornalísticas mais antigas – e ainda em atividade – de toda a América Latina, e entre as mais importantes de toda a história da imprensa nacional.

A história do **Jornal do Commercio**, iniciada decorridos pouco mais de 5 anos de nossa Independência, confunde-se, em grande parte, com a própria historiografia nacional, da qual foi testemunha privilegiada e, em alguns momentos, ator relevante e co-autor destacado.

Mais que isso, o **Jornal do Commercio** fez-se, com o tempo, uma tribuna privilegiada, por meio da qual todas as grandes causas do Império e da República foram debatidas; por meio da qual manifestou-se um vasto e impressionante extrato da inteligência brasileira.

Nasceu sob o signo da polêmica, das cinzas de seu antecessor espiritual, “O Expectador Brasileiro”, publicação também criada pelo gênio de Pierre Plancher de la Noé, cidadão francês de fé bonapartista, exilado de seu país natal com o advento da Restauração dos Bourbons no trono da França. Entre seus principais colaboradores desse período, quando o foco editorial concentrava-se nas notas de interesse comercial, destacam-se José Clemente Pereira e Felisberto Caldeira Brant Oliveira e Horta, o Marquês de Barbacena.

Sua primeira incursão de fôlego no mundo da política foi em 1831, promovendo campanha pela abdicação do Imperador em favor do Príncipe herdeiro. Essa posição, tomada em função de algumas de atitudes de D. Pedro I, julgadas demasiado pró-lusitanas, revela um traço que, de forma notável, atravessa toda a história do diário fluminense: o profundo nacionalismo que sempre o marcou, independente de como se refletisse, no momento, sua estrutura acionária ou a composição da editoria.

Em 1837, época do 2º Império, já sob o comando de Francisco Antônio Picot, cidadão austríaco de origem francesa, o jornal transbordou de um informativo de assuntos comerciais para lançar-se como jornal de grande formato, ganhando paulatinamente a poderosa influência de que veio a gozar junto ao grande público.

Data desse período a iniciativa, então pioneira, de publicar os atos do Executivo e de reproduzir os debates parlamentares. Ainda nessa época, começa a colaborar com o jornal José Maria da Silva Paranhos,

futuro Visconde do Rio Branco. Aí principia, por sinal, a ascensão política de Rio Branco, uma vez que os artigos publicados no **Jornal do Commercio** estabeleceram rapidamente sua justa reputação de estudioso dos problemas nacionais, e originam convite para chefiar uma missão brasileira junto aos países do rio da Prata. Começava uma escalada que teria ponto máximo na Presidência do Conselho de Ministros, cargo que identificava a chefia do Governo.

A qualidade dos colaboradores assegurou o prestígio do jornal, na segunda metade do século XIX. Entre eles figuraram nomes da importância de Joaquim Nabuco, Perdigão Malheiros e Carlos de Laet, no âmbito dos articulistas; e os de Joaquim Manoel de Macedo e Lima Barreto, que nele lançaram suas obras primas *A Moreninha* e *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Também no ramo da inovação técnica e jornalística foi grande a contribuição do **Jornal do Commercio** à imprensa nacional.

Foi dele, por exemplo, a iniciativa de instalar o primeiro prelo mecânico da América do Sul, permitindo reduzir de 6 para 2 horas o tempo de impressão das edições, permitindo sua entrega ao público a partir das seis horas da manhã. Inovou também na rapidez com que passou a repercutir as notícias internacionais e os eventos do Norte e do Nordeste brasileiros, tirando partido do avanço técnico propiciado pela instalação do primeiro cabo submarino a ligar a Europa e a América do Sul, contando, para tanto, com a colaboração da agência internacional de notícias *Reuters-Havas*.

O **Jornal do Commercio** foi, ainda, um dos primeiros veículos nacionais a produzir as chamadas “grandes reportagens”, tais como o noticioso sobre a epidemia de cólera no Rio, em 1855; o acompanhamento, diretamente do *front*, das ações militares na Guerra do Paraguai, partir de 1865; e em 1897 – já no período republicano –, a cobertura da Guerra de Canudos, a cargo do jornalista Manuel Benício.

Foi justamente na transição do regime monárquico e nos primeiros anos da República, aliás, que mais influente se fez o **Jornal do Commercio**, a partir das inúmeras campanhas cívicas e das várias batalhas ideológicas que empreendeu. Abraçou a causa abolicionista, muito embora sua principal base de assinantes fosse constituída de grandes proprietários rurais; interessada, portanto, na manutenção do tráfico negreiro e na continuidade do regime escravocrata. Apoiou a República, mas, frustradas as expectativas de rápida realização de eleições, ataca ferozmente a ditadura florianista, por meio da pena incandescente de Quintino Bocaiúva.

Pertencem a este período algumas das mais belas páginas jamais publicadas em periódicos brasilei-

ros, tais como as *Cartas da Inglaterra*, nas quais Rui Barbosa, de Londres, repassou ao público brasileiro o desenrolar do Caso Dreyfuss, episódio de racismo anti-semita nas forças armadas francesas que galvanizou toda a Europa. Foi também o **Jornal do Commercio** que publicou a crônica *Última Visita*, na qual o grande Euclides da Cunha relata cena no leito de morte de Machado de Assis, em companhia do então quase adolescente Astrogildo Pereira, futuro escritor, crítico literário e político fluminense, fundador e figura de proa do Partido Comunista Brasileiro.

Nas primeiras décadas do século XX, o **Jornal do Commercio**, que se manteve sóbrio e imparcial quanto aos lados que disputavam a 1ª Grande Guerra, ensaiou alguns dos avanços que iriam caracterizar um novo período editorial para a imprensa brasileira, ampliando sua participação no mercado de notícias, com a criação do **Jornal da Tarde**, que circulou entre 1909 e 1920; com o lançamento de uma edição paulistana, mantida entre os anos de 1911 a 14; e a circulação de um encarte especial, impresso em Paris, denominado **Jornal Ilustrado**.

A retomada do engajamento político deu-se em 1930, quando o **Jornal do Commercio** apóia abertamente a causa da Aliança Liberal, dando suporte, inicialmente, ao governo provisório de Getúlio Vargas e, em 1932, combate a Revolução Constitucionalista, liderada por São Paulo.

Em 1957, inicia-se aquele que será um novo período do jornal, quando ele é adquirido pelo inesquecível tribuno San Tiago Dantas, catedrático de Direito Civil da Faculdade Nacional, Deputado Federal e líder do Partido Trabalhista Brasileiro, o antigo PTB, e futuro Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, no Governo de João Goulart.

San Tiago faz jus à tradição nacionalista de seu matutino, e a exercita enfaticamente na defesa da Petrobras e do monopólio estatal do petróleo, apoiando, ainda, a construção de Brasília, considerada marco definitivo na interiorização do desenvolvimento. Com o petebista, veio um elenco de jornalistas e articulistas que jamais congregou-se na condução de um órgão de imprensa, no Brasil, composto, entre outros, por Carlos Castelo Branco, Murilo Melo Filho, Fernando Lara Resende, Sérgio Porto, Lúcio Rangel, Nadir Pereira e Roberto Campos.

O período de incorporação aos Diários Associados, iniciado em 1959, integra à saga do **Jornal do Commercio** a biografia de um dos maiores responsáveis pela revolução que a imprensa brasileira experimentou em meados do século passado: a figura dantesca, genial e polêmica de Assis Chateaubriand, que sempre sonhou anexar o **Jornal** ao seu império

de comunicação. A crise financeira dos Associados, porém, instalada logo após a morte de Chateaubriand, afeta todos os veículos do grupo, fazendo com que, paulatinamente, o **Jornal do Commercio** retome seu nicho original, junto aos segmentos do comércio, da produção e das finanças, linha que até hoje mantém.

Nesse período mais recente, cabe destacar a competência do comando editorial exercido por figuras singulares, tais como Aluísio Biondi, Austregésilo de Ataíde, Ibanor Tartarotti e Antônio Calegari; e a qualidade da equipe sempre competente de colaboradores, em que figuraram Carlos Heitor Cony, D. Lucas Moreira Neves, Cândido Mendes, Delfim Neto e Arnaldo Niskier.

Como foi visto, Sr. Presidente, o **Jornal do Commercio** é um jornal que tem história e, mais do que isso, é um jornal que faz história. Pela data, portanto, congratulo-me com seu ilustre Diretor-Presidente, Maurício Dinepi, figura excepcional na qual faço representar todos aqueles que construíram e, ainda hoje, constroem a grandeza do **Jornal do Commercio** e mantêm viva sua legenda, como verdadeiro monumento da imprensa fluminense e longeva referência do jornalismo nacional.

Peço, ainda, que este pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa, como despretensiosa homenagem ao trajeto singular e multicentenário do **Jornal do Commercio**, publicação que mantém jovem o espírito empreendedor, embora, cronologicamente, seja contemporânea do próprio Brasil.

Sr. Presidente, como segundo assunto, anuncio à Casa que, no último dia 20 de julho, completou 110 anos uma das mais respeitáveis associações brasileiras, a Academia Brasileira de Letras. A comemoração, adiada em sinal de luto pelo trágico acidente aéreo ocorrido em 17 de julho deste ano, em São Paulo, acontecerá finalmente nesta sexta-feira, 28 de setembro.

Não poderíamos deixar passar sem registro essa comemoração, Senhor Presidente – se mais não fosse, pelos significativos laços que unem esta Casa e a Casa de Machado de Assis. Afinal, temos o privilégio de conviver aqui diariamente com dois imortais, os nobres Senadores José Sarney e Marco Maciel, sem mencionar que entre os fundadores da Academia está Rui Barbosa, cujo busto como que preside cada uma de nossas sessões aqui neste Plenário.

Mas a verdade, Sr's e Srs. Senadores, é que as razões para nos associarmos a essa comemoração vão bem além desse privilégio e daqueles laços a que me referi. O fato é que a Academia Brasileira de Letras, por sua origem, por sua história já centenária, pelo que representa em termos de tradição em um País que infelizmente muitas vezes tende a negligenciar

suas melhores tradições, é, acredito, uma referência incontornável em nossa sempre renovada busca pela fixação de uma identidade nacional.

Afinal, Sr. Presidente, embora tenha seguido o modelo da Academia Francesa, a nossa Academia surgiu como evolução natural de um grupo de intelectuais de primeira grandeza, todos eles não só comprometidos com essa nossa eterna busca da alma nacional, como também, vários deles, responsáveis pela construção de nossa identidade. Lá estavam, no grupo original, José Veríssimo, cuja Revista Brasileira funcionou como pólo de aglutinação – a primeira sessão preparatória da Academia, aliás, ocorreu justamente na sala de redação da revista, na Travessa do Ouvidor, no Rio de Janeiro –, Machado de Assis, nosso escritor maior, primeiro presidente e eterno patrono da Academia, Joaquim Nabuco, um de nossos mais penetrantes intérpretes, Visconde de Taunay, Lúcio de Mendonça, unanimemente reconhecido por seus pares como o verdadeiro fundador da Academia, entre vários outros. Todos, invariavelmente, referências fundamentais para os que pretendem pensar e entender o Brasil tal como veio se formando, do fim do Império até os dias de hoje.

Mas a relevância da Academia não se resume ao seu passado glorioso e à tradição que representa. A Academia, hoje como nunca, é uma instituição viva e uma referência importante na vida cultural do Rio de Janeiro. A Academia mantém duas bibliotecas importantes, a Biblioteca Acadêmica Lúcio de Mendonça, com 20.000 volumes – entre eles um grande número de obras raras –, e a Biblioteca Rodolfo Garcia, inaugurada há dois anos, com 70.000 volumes, disponíveis para o público em geral. Atua ainda organizando debates, ciclos de conferências, exposições, transformando o Centro Cultural da Academia, antes conhecido como Centro Cultural do Brasil, em um dos pólos de cultura mais ativos na cidade do Rio de Janeiro.

Quero destacar ainda, Sr. Presidente, já concluindo, três outras inestimáveis contribuições da Academia para a cultura nacional.

A primeira é a ênfase que sempre deu ao cultivo e à defesa da língua portuguesa, tarefa que assumiu expressamente desde a sua fundação. Nossa língua é um de nossos patrimônios imateriais mais valiosos, o que torna sem preço o cuidado e a atenção que uma instituição como a Academia lhe dedica, por meio de seu Setor de Lexicologia e Lexicografia, atualmente presidido pelo acadêmico e ex-ministro Eduardo Portella.

A segunda contribuição toma a forma dos vários prêmios literários que a Academia anualmente concede, reconhecendo o mérito e estimulando os talentos. Essa distribuição de prêmios iniciou-se em 1909, de

modo que temos já quase um século de indicadores preciosos sobre a produção literária brasileira.

A terceira contribuição, enfim, é a política de publicações mantida pela Academia. A ABL mantém três coleções próprias, além de parcerias que resultam em co-edições. Publica ainda seus Anais, Anuários e os Discursos Acadêmicos, que formam um conjunto documental de importância indiscutível, além do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, por tudo o que representa, a Academia Brasileira de Letras merece todo o nosso respeito e reconhecimento. Na passagem dos seus 110 anos, quero congratular-me com seu atual presidente, Acadêmico Marcos Vinícius Vilaça, assim como com todos os ilustres membros da instituição, agradecendo pelas inestimáveis contribuições que, há mais de um século, a Academia vem dando à cultura nacional, na certeza de que essas contribuições ainda se multiplicarão e frutificarão inúmeras vezes nos anos que virão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento Interno. A Mesa receberá a documentação, para tomar as providências regimentais.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Papaléo, que preside esta reunião, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me informou que ontem saímos no Programa Jô Soares, eu apoiando a criação da CPI das Ongs. E agora, é uma destinação, estou aqui a apoiar esse extraordinário Senador do Piauí, que é Heráclito Fortes.

Ele entrou com um requerimento de congratulação a um jornal do Piauí, o **Diário do Povo**, que hoje completa 20 anos. O Piauí tem tradição de boa imprensa, Senador Eurípedes, além dos jornalistas que mandamos Brasil afora, como Carlos Castelo Branco.

O jornal mais antigo do Piauí é **O Dia**, mas há outros como o **Diário do Povo** e o jornal, também extraordinário, **Meu Norte**. Esse jornal é tão bom e hoje traz, Heráclito, a seguinte manchete: "Uespi cancelou 12 cursos nos campi de Floriano e Piripiri". Esse, Mário Couto, é o PT, o PT que V. Ex^a começou a conhecer: em duas cidades, ô Casagrande, olha a vergonha, em duas cidades fecha doze cursos. Em duas. Centenas de cursos.

Eu deixei o Piauí com trinta e nove campi universitários nas cidades longínquas; baixaram para vinte. Quando eu deixei o Piauí, havia doze mil vagas para pobres estudarem nas universidades; baixaram para pouco mais de três mil. Isso é uma vergonha! Esse é o PT!

Mas merece aqui o nosso respeito, pois completa vinte anos o **Diário do Povo**, que foi fundado em 1987 e publica a edição nº 7.643, adotando uma linha editorial de independência. O jornal foi adquirido pelo empresário Rufino Damásio, e essa é a linha de independência editorial que vem sendo enfatizada pelo seu filho Danilo Damásio, que é advogado, jornalista e escritor.

Então, sem dúvida nenhuma, um jornal vale pela verdade que diz, Mário Couto, e esse merece os nossos aplausos.

Mas, Senador Mário Couto, este Senado tem sua força. Senador Tião Viana, que chega, eu recebo, além dos e-mails do Brasil todo, duas monções hoje aqui: uma da Câmara Municipal de Estância Turística São Luiz do Paraitinga – SP, que diz:

Excelentíssimo Senhor, pelo presente, encaminho a Vossa Excelência o Requerimento nº 397/07, de autoria do Vereador Antônio Carlos de Andrade, consignando 'Moção de Congratulação'.

Prevalecendo-me do ensejo, aproveito para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, **Marco Antônio dos Santos**. Presidente da Câmara.

O ofício é encaminhado ao Senador Francisco de Assis de Moraes Souza, Mão Santa.

Leio o teor do Requerimento nº 397/2007:

O vereador, que abaixo subscreve, requer nos termos regimentais da Câmara Municipal da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga, seja consignada em ata de nossos trabalhos "Moção de Congratulação" ao Excelentíssimo Senhor Senador Francisco de Assis de Moraes Souza, Mão Santa.

Não poderíamos deixar de congratulá-lo pelo belo discurso no Senado Federal, no dia 27/8/2007, em que homenageia e reconhece a importância das Santas Casas de todo o País, parabenizando-as pelos serviços que vêm prestando a toda a população, contribuindo para a existência da vida em mais de cem anos de trabalho. Cabe ressaltar o dedicado trabalho que vem sendo feito no Senado Federal. São ações como a do senhor que servem de exemplo a todos.

O sentimento de alegria e respeito de todos nós presentes nesta humilde homenagem.

Portanto, consignamos a presente moção, expressando toda a nossa atenção e amizade, vez que o trabalho realizado é digno de reconhecimento.

Requeremos, outrossim, que da presente manifestação seja encaminhada cópia ao Exmº Sr. Senador Francisco de Assis Moraes Souza, Mão Santa.

Câmara Municipal da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga. – **Antonio Carlos Andrade**, Vereador.

Há outro, da Câmara Municipal de Jambeiro, Estado de São Paulo. Venho através do presente encaminhar a V. Ex^a cópia da Moção nº30/2007.

Sem mais para o momento, reitero protestos de elevada estima e consideração. Atenciosamente, Geraldo Rodrigues de Mira. Presidente da Câmara.

Leio, Sr. Presidente:

O Vereador infra-affirmado nos termos regimentais desta Casa, vem através desta solicitar aos nobres edis a aprovação desta moção ao nobre Senador da República que vem trabalhando e honrando com dignidade o seu Estado, o Piauí, que, com certeza, deve orgulhar-se de seu representante. Com enorme experiência política, administrativa em toda a sua história de homem público, vem defendendo o seu Estado com dignidade, mostrando realmente sua capacidade de digno representante de ocupar uma cadeira neste Senado. Senador de enorme conhecimento político que o diferencia de outros políticos, que, infelizmente, não honram com dignidade o seu mandato. Hoje, esta Casa de Leis tem o orgulho de aprovar esta pequena dedicatória, diante do seu valoroso trabalho para quando a nossa Nação, merecendo todas as honrarias e os nossos sinceros conhecimentos pelo valoroso trabalho na formação de uma Nação mais justa e igual para todos e que mostra com dignidade como trabalhar por sua população, visando, não só o cargo que lhe foi conferido, mas a luta de um povo que continua cada vez mais sofrido, diante das medidas ridículas de crescimento adotadas neste País e pela constante luta na defesa dos direitos dos idosos e aposentados neste País.

Diante desta manifestação, solicito que seja encaminhado ao Presidente do Senado

Federal e seja lido em sessão e encaminhado cópia ao nobre Senador Mão Santa.

Sala Major Gurgel, 3 de setembro de 2007. – **Ronildo Aparecido Teixeira**, Vereador, do PDT.

Diante desta manifestação, solicito que seja encaminhado ao Presidente do Senado Federal, seja lido em sessão e encaminhada uma cópia ao nobre Senador. – **Ronildo Aparecido**, Vereador do PDT.

E aprovado por unanimidade.

Então, eu queria dizer que este Senado, ô Mário Couto, é muito respeitado: duas moções de duas Câmaras de Vereadores.

Estamos aqui combatendo o bom combate, Mário Couto, V. Ex^a que veio dar vida, entusiasmo e coragem a esta Casa. E quis Deus estar assumindo os trabalhos desta tarde o nosso Presidente Tião Viana. Reafirmo que o combate continua, e mais belo que o dia de ontem será o dia em que enterrarmos a CPMF.

O Heráclito Fortes é inteligente, irônico.

Na sessão passada, eu dizia que a mídia está enganando – é o Goebbels, Duda “Goebbles” Mendonça –, está influenciando o nosso Luiz Inácio. Então começa a falar em imposto de cheque. Senador Mário Couto, isso é para bater cabeça porque pobre não usa cheque, não paga o imposto da CPMF. Olha aí a bandidagem! Aí diz, não, eu sou é rico...

Não. Quando você vai pagar o xampu para a sua mulherzinha, para a sua adalgisinha são 52,8% de imposto que o Luiz Inácio e seus aloprados levam. Já pagou. Para chegar ali, muitos cheques rolaram para pagar funcionário, indústria, comércio e tudo. Quando você vai comprar o arroz, meu pobre, já rolou muito cheque! Você paga. Olha, o sabonete...

Olha, gostei do verso que você mencionou do nosso poeta Antônio Carlos Drummond, sobre Adalgisa. Mas vou dizer que, para banhar as adalgisinhas, as mulherzinhas da gente, o sabonete que você compra, ô Heráclito, tem 50% de imposto para o Luiz Inácio e os aloprados. Para enganar o pobre, eles estão agora com um negócio caro... Pobre não tem talão de cheque.

Agora, ô Casagrande, eles não vão enganar o povo, não. Isso é coisa de rico, pobre não tem talão de cheque, e quando ele vai comprar já rolou muito cheque para chegar o produto na sua mão. E cada cheque desse, tendo CPMF, aumenta o preço do produto. Aumenta.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mão Santa, imagine quanto não gasta o nosso colega Wellington Salgado com xampu por mês, pagando 58%? Ainda bem que mamãe pode.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E ele estava dizendo que era igual a todos; não, ele é excêntrico mesmo, é a força do cabelo do Sansão.

Mário Couto, é 52%! Então, Luiz Inácio, ô Luiz Inácio, essa CPMF – não vão nos enganar, não – é contribuição provisória. Ô Luiz Inácio, o Palácio tem duas bibliotecas! Tião, você deveria estar lá aconselhando...

(interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Dê-me dois minutinhos mais! Olha que defendo tanto no Acre o seu irmão... Dois minutos.

O irmão dele é presidente da Helibrás, helicópteros! Quem quiser vá lá que a fábrica está de vento em popa. O Jorge Viana é inteligente e competente.

Então Luiz Inácio, eu conheço esse Palácio, eu fui com o Fernando Henrique. São duas bibliotecas: uma do lado do quarto, o Fernando Henrique me levou lá; e tem a grandona embaixo. Então, para ele puxar um dicionário... Ô Luiz Inácio, eu sei que você disse que não gosta de ler porque dá canseira. Isso aí, eu respeito. Eu respeito todo mundo, como é que não vou respeitar a vontade? Mas puxe, ao menos um dia, o que no Piauí nós chamamos de “pai de burro”, e veja “provisório”. Provisório é provisório, não é permanente. Então não vamos enganar; este Congresso não pode enganar. Foi um negócio provisório de movimentação financeira. A mídia, essa que engana, que mente e que mente pensando em transformar mentira numa verdade, tire isso de cheque... O pobre é o que mais paga. Isso é um imposto imoral, indecente e indigno. Os pobres pagam mais.

São 76 impostos! Cada ano, cinco meses são de imposto e um é para os bancos. É a metade do ano. Eu pergunto que brasileiro e brasileira ficaram mais ricos, que aumentaram seu patrimônio nesses cinco anos de PT? Estão todos mais pobres, mais lascados e trabalhando mais. Essa é a verdade. Então nós queremos dizer o seguinte: nós temos que enterrar esse imposto! São 76 impostos. Nunca antes uma sociedade agüentou tanta exploração!

Então, eu queria dizer isso ao Presidente Luiz Inácio.

Heráclito, você conhece o Lucídio Portella, irmão de Petrônio, foi Senador da República e Governador. Eu e Juarez éramos os líderes de Lucídio. Heráclito, o discurso do Lucidão era austeridade, austeridade, austeridade! Olhe também no dicionário. Austeridade é economia. Tancredo, que se imolou, disse: “Gastar é proibido.” E eles têm dinheiro demais, demais! E, ontem, o Senado, o grandioso Senado, que eu dizia que não faltaria ao povo, enterrou a secretaria dos aloprados. Eram 600 nomeações gratuitas que o povo iria pagar.

Eram essas as nossas palavras. Os nossos cumprimentos e a satisfação de ter V. Ex^a na Presidência. E o seu irmão está na Presidência da Helibrás, helicópteros, mostrando a sua competência.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, nos termos do art. 14, II, alínea “a”, do Regimento Interno.

V. Ex^a tem a palavra, como Líder; a seguir, o Senador João Pedro.

O Senador Mão Santa era orador inscrito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI). Pela Liderança do DEM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Senado ontem viveu um dia de recuperação. Depois de um período de muita turbulência, nós tivemos aqui um dia de trabalho que se arrastou até quase meia-noite, período durante o qual pudemos discutir, de maneira democrática, questões das mais importantes.

Quero dizer que o gesto do Líder Romero Jucá, que retirou um projeto de sua autoria por apropriação indébita por parte do Governo, foi, no meu modo de ver, um gesto histórico. Espero que sirva de exemplo para o Governo.

Senador João Pedro, quero dizer, com isenção, que esse mal não é do atual Governo. É uma prática comum do Executivo querer se apropriar das conquistas do Legislativo. Só que, no momento atual, isso aumentou. Não custava nada o entendimento entre as partes para evitar o constrangimento que houve aqui.

Lembro, Senador Tião Viana – penso que V. Ex^a também se lembra disso, porque V. Ex^a é dessa área –, que fiz uma emenda estendendo o benefício da Timemania às santas casas de misericórdia. O Governo simplesmente apropriou-se da minha emenda, reapresentou o projeto como se dele fosse, e ficou por isso mesmo.

A atitude de ontem foi pedagógica, como também o foi a decisão que o Senado tomou ontem no sentido de derrotar a medida provisória que criava a Sealopra (Secretaria de Assuntos de Longo Prazo), que foi simplesmente transformada em um ministério instantâneo. Foi a verdadeira viúva Porcina, aquela que foi sem nunca ter sido.

Senador Tião Viana, não tinha nenhum sentido a criação daquele ministério do jeito que se pretendia.

Desalojou-se da função de planejamento estratégico o Cel. Oliva, que, por coincidência, e só por coincidência, vem a ser irmão do Senador Aloizio Mercadante, e colocou-se um até então adversário histórico do Presidente Lula, uma pessoa que chegou a ofendê-lo.

Senador João Pedro, eu sou adversário do Presidente Lula, mas não o ofendo. Porém, pelas posições que tomei, jamais aceitaria um cargo do Governo do Presidente Lula. O Mr. Mangabeira Unger não se sentiu de maneira nenhuma constrangido e resolveu aceitar esse cargo.

Mas, Senador Casagrande, o que me chamou a atenção aqui foi a maneira hábil como o Brasil age politicamente quando quer: as palavras de protesto fingidas da Base do Governo e a satisfação sincera da Oposição.

Ontem, o Plenário do Senado, Senador Gerson Camata, viveu momento interessante: a Oposição votando para derrotar, e a Base do Governo, dividida, sem poder votar, torcendo para que o Mangabeira fosse derrotado.

Eu nunca vi uma confraternização, uma alegria igual. Nessas matérias, quando o Governo perde aqui, é um deus-nos-acuda: se levanta questão de ordem, se pede verificação. Ontem, foi uma confraternização geral. Geral! Não houve absolutamente nada. Eu queria saber, eu queria estar dentro do gabinete do Presidente Lula para ver a fisionomia dele quando teve notícia da derrota do Mangabeira. Deve ter se sentido aliviado também. Um sertanejo ser obrigado a conviver com aquele sotaque americano puxado, ao lado do seu gabinete? Ninguém agüenta. Ali foi uma promessa de campanha que teve de ser resgatada, mas que... Paciência!

Senador Tião Viana, o Senado ontem, com aquela sessão marota, em que se tentava defender o indefensável, foi fantástico. Agora, hoje, está-se pondo culpa em todo mundo, mas há uma realidade clara: 46 votos a 22.

E aí há uma coisa que me chama a atenção: onde estão as abstenções? Não houve, Senador Mão Santa, uma abstenção sequer. Ninguém tinha dúvida se votava ou não no Mangabeira. Todo mundo tinha a convicção para "sim" ou para "não", o que é estranhável. É realmente uma esquisitice.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concedo o aparte ao Senador João Pedro, com o maior prazer.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Heráclito Fortes, é evidente que estamos discutindo um dia após a sessão que V. Ex^a chama de sessão histórica.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Claro, a sessão que matou a finada Sealopra.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Eu penso que ela foi marcada pelo fim da sessão secreta. Eu acho que esse é um marco histórico.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Também.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – É um marco histórico o Senado ter votado, na noite de ontem, o fim da sessão secreta. Já foi um avanço.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Um avanço.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Será um avanço, mas eu gostaria que o avanço fosse o voto secreto. Aí, sim, marcaria...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas é o primeiro passo.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Espero darmos outros passos. Senador Heráclito Fortes, um dia depois da votação, podemos discutir com mais tranqüilidade essa questão, colocar as coisas no devido lugar. Imagine que o Brasil está nos assistindo aqui, e o Senador que antecedeu V. Ex^a disse assim: "Enterramos ontem seiscentos e tantos empregos no Ministério do Sr. Mangabeira". Não é verdade isso! Não é verdade! Em primeiro lugar, qualquer cidadão que vá discutir o Estado brasileiro não poderá abrir mão do papel estratégico dessa secretaria de um Governo que compõe o Estado brasileiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O trabalho do Coronel Oliva então é ineficiente?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não, ele complementa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É a função dele.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Ele complementa. Não há nenhuma contradição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Muito obrigado.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Veja só: estamos aqui discutindo uma medida provisória que daria setenta e duas, Senador Tião Viana, Presidente desta sessão, funções a uma secretaria que desempenha um papel fundamental, tendo em vista a estratégia de pensar políticas públicas, de pensar as nossas Regiões, de pensar o presente e o futuro do Brasil, do Estado brasileiro. Eu não posso comemorar isto: a derrota de uma medida provisória que tinha...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador João Pedro, só para lhe ajudar: V. Ex^a não conhece o Sr. Mangabeira Unger. Ninguém pensa por ele, ninguém pensa conjuntamente com ele; ele pensa sozinho. Aí está a primeira das grandes diferenças. E pensa bem até.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não é verdade também. Agora mesmo, nós tivemos uma conversa. A Comissão da Amazônia, a Subcomissão do Meio Ambiente do Senado da República, que tem o Senador Mozarildo, estamos organizando um debate sobre a Amazônia, dialogando com ele.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Um aparte...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Quero finalizar. Então, penso que ontem... Estou no outro dia após a sessão. Nós ainda vamos voltar a discutir isso com muita tranquilidade e vamos votar – quem sabe? – não para criar e fortalecer uma secretaria, mas um ministério que possa pensar as políticas estratégicas. Não é verdade que havia 600 empregos, DAS, etc.; eram 72 funções para uma secretaria para dirigir um Estado, uma população, uma economia como a nossa. Então, penso que lamentavelmente nós açodamos uma discussão e não tivemos a capacidade – todos nós, eu me incluo nisso – de aprofundar um debate tão importante para o Estado brasileiro, para o Governo brasileiro. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – A minha admiração por V. Ex^a cresce à medida que a pureza e a ingenuidade de V. Ex^a o fazem cair nas contradições.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Partido de V. Ex^a, num dos últimos encontros que fez, há dois anos – desses grandes encontros –, soltou uma nota condenando o Sr. Mangabeira Unger. O mínimo que diziam era que o Sr. Mangabeira Unger estava a serviço de empresários brasileiros e americanos e vendia os nossos segredos. O documento circulou. Infelizmente, não sabia que este assunto seria suscitado, porque tenho uma cópia.

V. Ex^as mudaram. O Sr. Mangabeira hoje divide a confiança estratégica do País com o Presidente da República!

O que está acontecendo na cabeça do Lula, na cabeça de V. Ex^as? Aquele Mangabeira Unger que era excomungado pelo PT e vice-versa?! “O Governo mais corrupto da história”. Quem disse isso, Senador João Pedro? Não foi o Dr. Mangabeira com o Presidente do Partido de V. Ex^a?

Nós não podemos jogar com falta de memória! Setenta, oitenta, cento e cinqüenta, duzentos cargos, isso é detalhe! O fulcro da questão é: cabia o Sr. Mangabeira dentro do Palácio? Tanto não cabia que os seus

colegas aqui torceram pelo resultado que aconteceu. Não vi um protesto, uma cara feia. Vi um alívio geral. Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Comungo com a preocupação do Senador João Pedro sobre planejamento de longo prazo, sem dúvida alguma. Esse é um dos aspectos que mais faltam no Brasil. Este é um País que trabalha no imediato, tapando buraco. Sinceramente, votei contra a criação, e não contra o Mangabeira Unger, porque não deveria haver essa estrutura fora do Ministério do Planejamento. É dentro do Ministério do Planejamento que tem que haver um setor de longo prazo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Claro.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – E, junto ao Presidente, eu até acho correto: seria um assessor que fizesse a interligação, como o Marco Aurélio Garcia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Que era o Coronel Oliva!

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Muito bem, como o Marco Aurélio Garcia fazendo relações internacionais. Agora...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, V. Ex^a está exagerando. Nós estamos falando dos que assessoram, V. Ex^a passa para os que desassessoraram. Mas continue.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Está bom. Quero continuar, fazendo uma cobrança para nós, que precisamos pensar o longo prazo também. Até para termos autoridade de desfazer aquele pseudoministério, a gente precisa começar a debater aqui, no Senado, as grandes linhas para o futuro do Brasil. A gente precisa ter um grupo de Senadores formando esse núcleo, oficializado pela Mesa, e discutindo com as Lideranças e com o Plenário. Eu acho que nós não completamos a tarefa ontem. Ela será completa se começarmos a ocupar um espaço na preocupação com o longo prazo no Brasil. E, nesse longo prazo, eu acho que cabe, sim, uma área de planejamento de futuro dentro do Ministério do Planejamento, sem necessidade de uma estrutura adicional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Cristovam, concordo com V. Ex^a. Na próxima medida provisória criando esses cargos e empregos, nós temos que fazer o que fizemos ontem. Tenho certeza de que o Partido de V. Ex^a vai concordar de novo, até porque é um Partido ciumento, não quer gente demais no Palácio. Toda vez que se bota gente lá, vocês criam um caso danado. Agora estão com birra do Mares Guia. Foram puxar coisa do arco da velha para meter o Mares Guia, só porque ele é uma vizi-

nhança incômoda, não é do Partido. É uma estrutura, um estilo. É uma estrutura comportamental, um estilo de vida. Vamos assumir isso, não é feio assumir. Teria sido até mais bonito se ontem houvesse uma votação aqui por unanimidade. Afinal de contas, o mundo não ia se acabar.

Senador Mário Couto.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Em seguida V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Heráclito Fortes, primeiro quero parabenizá-lo pelo pronunciamento desta tarde. Senador, medida provisória para criar uma Secretaria com 640 cargos comissionados! Medida provisória! Agora veja bem, Senador, é como V. Ex^a está dizendo: uma Secretaria de Planejamento de longo prazo fora do Ministério do Planejamento! Meu Deus do céu!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Felizmente, o Senado transformou em secretaria instantânea!

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador João Pedro, isso é inaceitável! Foi uma longa discussão, sim, que terminou tarde da noite. Discutiu-se muito. Alguns Senadores foram à tribuna, inclusive eu, e apresentaram questionamentos. São mais assessores especiais, DAS dentro do Governo. Já são, Senador Heráclito Fortes, quase 23 mil! Recorde em toda a História da República! O que o Presidente Lula ainda quer mais? Não, eu estou satisfeito, muito satisfeito hoje, depois do dia de ontem. Olhe bem, Senador, medida provisória... Ele já colocou lá o Ministro, ele já colocou os assessores. Está tudo no olho da rua hoje, para o Presidente respeitar o Senado nacional! Parabéns ao Senado nacional pelo dia de ontem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Finalizando, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, nós vamos buscar lá no nosso Piauí para ensinar a esse povo. A ignorância é audaciosa. Atentai bem! Esse negócio de planejamento, quem primeiro falou no mundo foi um engenheiro francês, Henri Fayol. Tem que ter unidade de comando e unidade de direção. Se tem dois não tem unidade; é até incoerência. E planejamento é a ponte que nos liga de onde estamos para onde queremos ir. É vago. Lá no Piauí, planejou por esta Pátria João Paulo dos Reis Velloso. Esse foi e deu o exemplo por vinte anos, sendo a luz da Revolução. Isso é que o Luiz Inácio tem de mostrar para o PT. Senador Tião, vinte anos sendo a luz. Nenhuma imoralidade, nenhuma indignidade, nenhuma corrupção. Ele fez o primeiro PND, o segundo PND. Isso é planejamento. Dizem que vão fazer o controle da Ciência de

Administração. Nós não estamos vendendo isso. Estamos vivendo uma palhaçada que se nomeia gratuitamente, não para dar rumos ao País, mas sim para fazer caixa de campanha para ganhar a próxima eleição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou finalizar, Senador. E queria pedir ao Senador Nery, que é um homem atento – para tudo ele entra no Conselho de Ética, toma providências -, para ele prestar atenção nesse caso do Sr. Mangabeira Unger.

Eu queria entender. Não existe o Eremildo, o idiota do Elio Gaspari? Como é que o Sr. Mangabeira Unger deixa salário em dólar, sai dos Estados Unidos – além do salário em dólar, que devia ser bem alto, ele é professor, consultor de várias empresas – para ganhar R\$7 mil no Palácio do Planalto? V. Ex^a já havia pensado nesse caso? Mas pense: como é que pode? V. Ex^a é um homem inteligente. Como é que dá certo isso?

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Heráclito Fortes, permita-me?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois, não. Com o maior prazer.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Sem dúvida, essa questão causa certa preocupação para o senhor, mas V. Ex^a tem muitas outras questões mais importantes para se preocupar do que o fato de um burocrata aceitar um convite para servir ao Governo brasileiro e, ontem, ser rejeitado, através da decisão do Senado que não autorizou a criação da Secretaria de Assuntos de Longo Prazo. O Senado rejeitou, então, a medida provisória que tratava desse assunto. Por mais que seja um tema que V. Ex^a considere importante, como V. Ex^a mesmo propôs, poderia ter outro encaminhamento, que não depende da minha opinião nem de qualquer representação no Conselho de Ética ou onde quer que seja. É uma questão para a qual V. Ex^a deve propor um encaminhamento, mas creio que o Senado já deu a resposta quando, ontem, não criou a Secretaria por entender que não estava bem justificada a necessidade desse instrumento. Tanto é que, formalmente – V. Ex^a pode ter conhecimento –, votei contra a criação dessa Secretaria. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador José Nery, eu lhe fiz a pergunta, mas já sabia que a sua resposta seria essa. Não tenho dúvida de que seu poder de fiscalização é seletivo. Eu sabia que V. Ex^a ia responder isso. Porém, ao dizer isso, V. Ex^a está sendo desrespeitoso com o Presidente Lula, que, até dois anos atrás, foi seu colega de Partido, de luta. Dizer que quem projeta estrategicamente o futuro do País a pedido do Presidente da República é um insignificante?! V. Ex^a está sendo grosseiro com o Presidente Lula! É um homem de segundo escalão

que não merece a preocupação?! Merece, sim, porque estaria na mão desse homem o futuro do nosso País por vinte anos.

Não faça isso, Senador José Nery! Não seja tão seletivo! Tenha as suas preocupações com tudo de errado neste País!

E, quanto ao dinheiro que esses cinqüenta, setenta, noventa funcionários receberam indevidamente, ilegalmente, dos cofres públicos, o poder de fiscalização de V. Ex^a vai se calar? Será possível?

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Heráclito Fortes, permite-me um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não, com o maior prazer. Adoro o debate de V. Ex^a por ser um debate sincero, que vem da alma.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Ao responder a V. Ex^a nesses termos, não há falta alguma de preocupação com o futuro, com o planejamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Foi V. Ex^a quem disse.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Não. Eu disse a V. Ex^a que não ter...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Que é uma pessoa que não merecia...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Não, eu disse ao senhor... Não! Não coloque na minha boca palavras que eu não disse.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vamos às notas taquigráficas.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – O que eu disse ao senhor foi o seguinte: objetivamente, ofereci a resposta a essa questão quando ontem proferi o meu voto contrário à criação da Secretaria. Isso não significa falta alguma de compromisso com a necessidade de um planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento do País, questão pela qual lutamos e na qual insistimos. Temos fundamental compreensão de que essa deve ser uma preocupação de Estado que pode ser do Governo atual, do governo anterior ou dos futuros governos. No entanto, ao dizer isso e ao fazer esse comentário, não estou aqui, nesse sentido, dizendo que o Governo do Presidente Lula não tenha de se preocupar com o planejamento estratégico. Tem, sim! Entretanto, acredito que há mecanismos, há instituições estatais, como o próprio Ministério do Planejamento, que podem muito bem cumprir essa função. Foi isso que eu quis dizer ao responder ao questionamento de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador José Nery, V. Ex^a não nega que teve origem na política estudantil, militando nos bancos escolares, fazendo política estudantil e distorcendo o que as pessoas dizem. Essa é uma prática velha. Vemos

muito isso nos oriundos do PCdoB que sobrevivem aí. Diz-se uma coisa que depois é distorcida. Essa é uma tática usada.

O que V. Ex^a disse foi que o Sr. Mangabeira era uma figura menor.

Mas quero dizer-lhe que fiquei muito honrado, na tarde de ontem, em vê-lo aliado ao meu Partido, junto com o DEM, de onde, aliás, V. Ex^a não deveria ter saído. Suas origens no Pará, na juventude, são muito próximas. Ninguém se perde no caminho da volta. Fiquei muito feliz em vê-lo e percebi que V. Ex^a estava mais feliz do que eu. Esse seu reencontro com suas origens ontem foi fantástico. Agora, se V. Ex^a tivesse votado contra, estaria com o Governo. E V. Ex^a também foi desse Governo até pouco tempo.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Heráclito Fortes, quero dizer a V. Ex^a – e alguns talvez não saibam – que não considero nenhum demérito, numa questão importante e estratégica em discussão na Casa e que tenha a ver exatamente com os interesses do País, com o respeito aos direitos do povo e com a garantia daquelas condições mínimas de dignidade para as pessoas, votar uma matéria de origem do Governo. Podendo utilizar os mecanismos que permitem ao legislador sugerir, emendar e alterar proposição de origem governamental, fazendo este papel que nos cabe numa Casa Legislativa como o Senado Federal e olhando a matéria que chega para análise, não terei problemas, porque a nossa Oposição é programática. Se a questão em discussão, o tema do projeto que vem para análise desta Casa tem a ver exatamente com respostas adequadas a problemas nacionais, a problemas do nosso povo, do nosso País, não hesitarei em apoiar aquilo que considere justo, sem que isso represente, de qualquer forma, um alinhamento automático ao Governo do Presidente Lula. Agora, quando se tratar de medidas que sejam no sentido justamente de garantir direitos básicos da cidadania, Senador Heráclito Fortes, teremos que pensar aquilo que é importante para o País, e, às vezes, não permitir...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a conclusão do aparte.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que certas questões têm que ser analisadas como nacionais, e não como de interesse deste ou daquele Governo. E aproveito para agradecer a V. Ex^a a oportunidade de manifestar a minha opinião sobre essas questões, que devem ser também de conhecimento de todos aqueles que acompanham as atividades do Senado Federal e dos nossos Pares nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador, vou finalizar lembrando aqui o Senador Luiz Viana, que dizia que, em política, tudo o que você tem que explicar é ruim. Quando tem que explicar demais, é pior ainda. V. Ex^a, mais uma vez, confundiu. Eu disse que me sentia honrado em tê-lo a meu lado numa votação. Não quis saber a posição de V. Ex^a. Apenas disse que me sentia honrado em tê-lo ao meu lado na votação de ontem.

Agora, a sua relação com o Presidente Lula, só V. Ex^a e o Presidente Lula... Não tenho nada a ver com isso. Vocês foram parceiros durante muito tempo. Não é da minha alçada. V. Ex^a é livre. De forma que não se preocupe. Eu apenas quero lhe dizer que fiquei feliz em ter V. Ex^a ontem votando com a lógica, com a razão, com a clareza que foi exatamente pôr fim à Sealopra e, segundo diz o Senador Efraim Moraes, transformou-se em uma secretaria instantânea.

Agradeço ao Senador Tião Viana pela generosidade.

Meu caro Senador Nery, V. Ex^a qualifica o debate, pois tem a pureza dos sentimentos. É um prazer sempre debater com V. Ex^a e inclusive pegá-lo nas fraquezas, porque a gente faz isso sempre com boa intenção, movido pelo desejo de, nesta Casa, dialogar, debater e, Sr. Presidente e meu Senador Renato Casagrande, fazer da ressaca de ontem o início de um novo dia para a reabilitação deste Senado, retomando a posição que lhe cabe no cenário democrático nacional, rejeitando medidas provisórias e devolvendo aquilo que vier para cá, como apropriação indébita, por autoria de Parlamentares, como foi o caso ontem tão bem mostrado nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador João Pedro, que dispõe de dez minutos.

A seguir, tem a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero, neste dia, nesta sessão, refletir acerca da importância de os Países da América do Sul consolidarem os seus blocos do ponto de vista social, cultural, econômico, geográfico, enfim, quero dizer da importância do Mercosul para os Países da América do Sul, para as nossas populações.

Esse processo, que vem desde os anos 80, iniciado primeiramente na relação entre Brasil e Argentina, passando pela década de 90, ampliou essa discussão com o Paraguai e o Uruguai. Isso vem evidentemente despertando interesses. E o mundo todo passou a discutir blocos regionais: os Estados Unidos, a Ásia, a Europa. E nós continuamos a fazer esse debate,

aperfeiçoando essa estratégia de unir os Países que compõem o Mercosul, hoje formado pelo Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

Tramita no Congresso Nacional justamente a conclusão desse processo de consolidarmos a presença da Venezuela no Mercosul. Está na Câmara esse processo, que logo virá para o Senado da República. Mesmo antes de chegar essa matéria ao Senado da República, nós temos ouvido várias manifestações de apoio à Venezuela, esse País importante da América do Sul, esse País vizinho do Brasil, esse País fronteiriço com o Brasil.

Quero manifestar nesta tarde o meu apoio e a minha compreensão do ponto de vista de nós fortalecermos a integração sul-americana. Chamo a atenção desta Casa para o fato de que a Venezuela tem a terceira população da América do Sul, tem a terceira economia da América do Sul, tem uma potencialidade energética invejável, tem um povo magnífico, tem um presidente que trava uma polêmica internacional – e não podemos olhar com nenhum preconceito, porque é um presidente legitimamente eleito pelo povo do seu País –, o Presidente Hugo Chávez.

Penso que precisamos analisar o papel estratégico da Venezuela de compor, fortalecer, ampliar o Mercosul.

A Venezuela tem um PIB de US\$157 bilhões, uma população de 26 milhões de habitantes, uma economia centrada na exportação do petróleo. Compondo o Mercosul a Venezuela, juntamente com a Argentina, o Brasil, o Uruguai e o Paraguai, vamos ter um bloco com 250 milhões de habitantes, o que significa termos um mercado importante para a economia regional. Participando do Mercosul a Venezuela, teremos 12,7 milhões de km², um território invejável; teremos mais de US\$1 trilhão de PIB. Esta será a composição do bloco com a participação da Venezuela. Além dos Estados membros do Mercosul, há também os Estados associados, com a participação da Colômbia, do Chile, do Peru, do Equador, da Bolívia.

Penso que precisamos tratar de forma mais tranquila a importância da Venezuela compondo o Mercosul, fazendo essa integração da América do Sul. É evidente que não podemos negar a postura ideológica do Presidente Hugo Chávez, mas nem por isso a postura ideológica, os compromissos populares, os contenciosos internos que o Presidente produz e com os quais convive são elementos para penalizarmos o povo da Venezuela, esse País que merece participar desse bloco.

Nessa discussão da Venezuela no Mercosul, o Brasil precisa fazer inclusive uma autocrítica, porque, historicamente, a relação do Brasil foi com os Países

do extremo sul. Nós precisamos fazer esse reparo histórico. O Brasil sempre conversou, sempre manteve uma relação com a Argentina, com o Uruguai, com o Paraguai. É importante o Brasil voltar-se para o norte da América do Sul. E aí entra a Venezuela, o seu povo, a sua cultura, a sua riqueza, as suas potencialidades.

Penso que o Mercosul dará um passo importante, no sentido de buscarmos a melhoria da qualidade de vida do nosso povo, aceitando a Venezuela como membro do Mercosul. E o Senado da República tem essa responsabilidade de fazer uma discussão com a qual possamos entender o papel desse povo da América do Sul.

Concedo o aparte ao Senador Renato Casagrande.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado Senador João Pedro. O tema que V. Ex^a trata é importante para o Brasil. Na política internacional desenvolvida pelo Governo do Presidente Lula, essa consolidação do bloco do Mercosul é uma decisão importante. Daqui a alguns dias, votaremos essa inclusão da Venezuela no Mercosul; o Parlamento daqui e o de lá têm que votar. Se não houvesse um comportamento pirotécnico por parte do Presidente Hugo Chávez, nós votaríamos com mais facilidade e com mais rapidez. Até porque a Oposição ao Governo Lula já usa o comportamento do Presidente da Venezuela como desculpa para não votar a inclusão daquele País. O Presidente Hugo Chávez vive das polêmicas que cria em âmbito internacional e nacional. Ele é um exímio criador de polêmicas, o que lhe traz algumas adesões. Alguns concordam e outros não concordam. Eu particularmente acho que é muito espetáculo para o Presidente de um País. De qualquer forma, Hugo Chávez passa. Ele não permanecerá por toda a vida à frente de um País como a Venezuela. Concordo plenamente com V. Ex^a que precisamos avançar na ampliação do bloco sul-americano, para que outros Países possam se incorporar política, cultural e economicamente, em uma articulação bem-feita, que viabilize uma presença política mais forte no mundo. Apesar das divergências que tenho em relação a esses comportamentos do Presidente Hugo Chávez, quero dizer a V. Ex^a que concordo plenamente com o seu pronunciamento. Certamente, hoje, ainda durante o dia, farei um pronunciamento defendendo a aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul. Obrigado e parabéns.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador Renato Casagrande.

É verdade, não podemos minimizar essa postura polêmica do Presidente Hugo Chávez. Quero inclusive dar um exemplo, para encerrar, Sr. Presidente. O Presidente Hugo Chávez esteve há poucos dias em

Manaus, para uma conversa com o Presidente Lula. No outro dia, a imprensa, pelo menos uma parte dela, atribuiu palavras ao Presidente Hugo Chávez, dizendo que ele tinha desacatado mais uma vez o Senado da República. Eu estava em Manaus e acompanhei essa discussão que fez com que o querido companheiro de Bancada, Senador Tião Viana, reagisse de pronto. Logo em seguida, a Embaixada da Venezuela repôs a verdade, o que fez com que o Senador Tião Viana mudasse seu discurso, pois ele havia reagido em defesa do Senado. Não era verdadeira a notícia de que o Presidente Hugo Chávez tinha feito uma crítica ao Senado da República, ao nosso Senado, mas há esse tempero, esse componente na postura do Presidente Hugo Chávez.

Não podemos, de forma alguma, aceitar a Venezuela no Mercosul unicamente por causa do Presidente Hugo Chávez; temos de fazer uma análise acerca da importância do povo da Venezuela, da história, da cultura, da economia daquele País. Isso é fundamental, pois o Presidente é o porta-voz do desejo de um Estado, de uma Nação.

O Senado da República não pode, de forma alguma, se negar a fazer essa discussão sob esse parâmetro, nesse nível, nesse patamar, sobre a importância estratégica de fortalecermos o Mercosul.

Sr. Presidente, para encerrar, quero dizer que a Venezuela é importante para o fortalecimento do bloco dos Países da América do Sul.

Essa questão chega em um momento em que nós precisamos fortalecer não só a economia – é por isso também –, mas fortalecer a luta do povo da América do Sul, dos trabalhadores, das mulheres, da juventude dos Países da América do Sul, bloco composto também pela população da Venezuela.

Penso que a Venezuela é bem-vinda e deve fortalecer esse projeto estratégico do Mercosul.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

V. Ex^a, nobre Senador, dispõe de 10 minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, quero, primeiro, externar a minha satisfação pela sessão de ontem, realizada aqui, neste Senado, em que mostramos ao Presidente

da República que ele precisa acabar com essa fábrica de medidas provisórias que manda a esta Casa.

Eu não sei, não entendo, Senador Mão Santa, por que o Governo usa de todas as estratégias possíveis para prorrogar a CPMF. Eu não consigo entender, Senador Mão Santa! Eu acho, Senador João Pedro, que o Governo devia se preocupar em combater a corrupção dentro do Governo. Se o Governo combatesse a corrupção, se a corrupção no Governo Lula pelo menos diminuisse, não precisaria o Presidente Lula estar preocupado com a CPMF. Como há um excesso de arrecadação neste País, se combatêssemos a corrupção, eu acho que o Governo Lula teria dinheiro, e muito dinheiro, para governar e fazer muitas obras.

Eu fico preocupado. O Governo inventa receita, quer receita, quer dinheiro, e a corrupção está aí clara, cristalina. Vou mostrar dados aqui que comprovam a corrupção neste País, que comprovam que este Governo é o mais corrupto da história do Brasil. Sim, comprovam que este Governo é o mais corrupto da história do Brasil! Tenho falado muito isso aqui desta tribuna. Tenho certeza de que há muitas pessoas aborrecidas comigo. Não interessa. Eu estou defendendo os interesses do povo brasileiro e do meu querido Estado do Pará nesta tribuna.

Pasmem, senhoras e senhores! Veja aqui, Sr. Presidente, esta manchete de jornal. Eu gostaria que a **TV Senado** mostrasse a todo o País – porque não interessa só ao Estado do Pará – esta manchete do jornal **O Liberal**, um dos jornais mais lidos na região Norte: “Amazônia está à venda”. Eu gostaria que mostrasse isto ao meu País para que o Brasil tivesse conhecimento de que o Presidente Lula está vendendo a Amazônia. A Amazônia está sendo leiloada! A Amazônia está sendo leiloada, Senador Jarbas Vasconcelos. Lerei o artigo para V. Ex^a. Sabe por que isso, Senador? Mais receita para o Governo, que agora está vendendo madeira; resolveu vender madeira para fazer caixa – está aqui, Senador – e vai acabar com a Amazônia. Se não bastasse a ansiedade para renovar a CPMF, trocando cargos, liberando emendas para parlamentares, está fazendo tudo – tudo! – para conseguir renovar a CPMF. Tudo! E ainda mais: agora quer vender a Amazônia.

Pasmem, senhoras e senhores! Olhem aqui:

Amazônia está à venda. Privatização da floresta começa por Rondônia. Em março chega ao Pará. O governo federal rejeita a palavra privatização, mas abre caminho para a venda de grandes áreas de floresta, mediante licitação para uso de recursos naturais de 90 mil hectares (...). As concessões chegarão a 1 milhão de hectares na região.

Acabou a floresta amazônica. Sabem por quê? Sabe quanto o Governo vai arrecadar, Senador? Sabe quanto o Governo vai arrecadar com isso, Senador Pedro Simon? Cento e vinte milhões por ano! Está vendendo a Amazônia, meu caro e competente Senador Pedro Simon.

Estou aqui fazendo um requerimento à Mesa e espero seja aprovado – tenho certeza de que vai –, porque nós brasileiros não podemos calar diante deste fato, diante deste fato lamentável, inconseqüente. Inconseqüente! Aonde chegou o Presidente Lula? Ministra Marina, tenho o maior respeito por V. Ex^a. Venha aqui a esta Casa dizer o que é isso. Eu não acredito que seja verdade, eu não acredito que querem acabar com a Amazônia de uma vez, se já não bastasse as queimadas, se já não bastasse a falta de fiscalização, se já não bastasse as grilagens, se já não bastasse as estradas clandestinas, agora querem acabar de vez com a Amazônia.

Pois não, Senador, é com muita honra que lhe escuto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu tenho admirado os pronunciamentos de V. Ex^a. Até outro dia eu estava dizendo lá no meu gabinete: eu tenho que falar com esse querido Senador para ele não ameaçar renunciar muito, “se fizer isso eu renuncio”, porque daqui a pouco eles vão fazer mesmo. Porque o que está acontecendo é absurdo. Eu não consigo entender esse projeto. Votei contra esse projeto e fui para a tribuna dizendo que era contra. No regime militar ninguém apresentou isso. No regime do Sr. Collor ninguém falou nisso. No do Fernando Henrique ninguém falou nisso. E o Governo do Lula fazer uma coisa dessas? O argumento é de que hoje estão devastando a Amazônia, estão devastando de uma maneira criminosa, e o Governo não tem condições de fiscalizar. Então, por mais que se fiscalize, a devastação aumenta cada vez mais. Este é o argumento do Governo. Então, o que vai fazer? Entregará áreas enormes para grandes empresas, que explorarão dentro de um esquema previsto pelo Governo, no qual eles exploram, cuidam, eticamente – eticamente é bobagem, porque não tem nada de ético aqui –, ou melhor, de uma forma racionalmente compreensível. Então, entregam uma área de quantos mil quilômetros?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Um milhão de hectares.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Para cada um?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, um milhão de hectares no total das áreas. Vão lotear.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Mas o loteamento é de tamanho específico ou podem dar o que quiserem para cada um?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu acho que podem dar o que quiserem para cada um.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Bom, é praticamente gratuito, porque isso que estão dando é piada. Milhões para explorar a Amazônia por um ano? E pode ser renovada, Senador. Pode ser renovada. Outra coisa: agora entendemos porque mudaram o conceito de empresa nacional. Empresa nacional é, tradicionalmente, uma empresa brasileira, com empresários brasileiros, feita no Brasil. Hoje, se a empresa é feita, criada, registrada no Brasil... A Ford do Brasil é empresa nacional. A Chevrolet é empresa nacional. As filiais de todas as empresas multinacionais que estão aqui passaram a ser empresa nacional. Essas empresas nacionais, que são estrangeiras, podem explorar a Amazônia. Elas podem, primeiro, renovar por mais 30 anos e podem, segundo, passar a concessão para outra empresa internacional por livre vontade. Escolhe a empresa e transfere para ela.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Como se tudo isso...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – A Oposição entrou com duas emendas aqui: uma diz que, para passar para outra empresa, o Congresso tem que aprovar. Faz o projeto, manda para cá e nós aprovamos. Para transferir para uma empresa estrangeira, o Congresso tinha que aprovar. Para fazer a renovação, o Congresso tinha que aprovar. V. Ex^a acredita que o Presidente vetou? As três medidas foram vetadas pelo Presidente da República, caíram. Honestamente, eu não sei. E o Lula agora está falando lá na Europa que há muita inveja sobre a Amazônia. Não, mas não tem por que ter inveja sobre a Amazônia, a Amazônia é nossa, a soberania é nossa, e ele garante... Já entregou.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já entregou.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ele já entregou.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É verdade. E como se isso fosse acabar com a grilagem, fosse acabar com as queimadas... Vai é aumentar.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu felicito V. Ex^a, que, por ser daquela região, deveria nos convocar para fazer um debate aqui no Senado, chamar o Governo...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É isso que nós estamos fazendo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ...não digo nem aqui na Casa...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É isso que nós estamos fazendo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ... nem aqui no plenário, mas numa Comissão.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É isso que nós estamos fazendo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Vamos discutir essa questão. Vamos ouvir os argumentos do Governo com sinceridade e vamos responder com sinceridade.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Com certeza.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Cumprimento V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas a minha grande preocupação é com os números...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou apenas concluir meu pronunciamento para conceder o aparte a V. Ex^as depois.

Mas eu fico pensando é nesta arrecadação que o Governo quer vender a Amazônia: 120 milhões por ano. O Governo quer tudo, mas não controla a corrupção.

Vou citar os dados concretos, conforme prometi. Senador Mão Santa, o Governo, nós, brasileiros, paraenses, nós pagamos pela corrupção, hoje, neste Brasil, US\$3,5 bilhões por ano. É difícil questionar esses dados porque eles são fornecidos pelo Banco Mundial. Eu não os estou inventando, Senador Cristovam Buarque. Pagamos US\$3,5 bilhões por ano. E isso no ano passado, em 2006, quando não havia nenhuma obra de infra-estrutura neste País. Faça uma idéia agora, com a criação do PAC! Isso era o que se pagava quando o Governo estava bem devagar na questão da infra-estrutura. Está aqui, dados tirados do site da Wikipédia.

Senador Jarbas Vasconcelos, preste atenção a esses dados. No Governo Geisel, de 1974 a 1979, houve nove casos de escândalos de corrupção; no Governo Figueiredo, de 1979 a 1985, houve onze casos de escândalos de corrupção; no Governo Sarney, de 1985 a 1990, seis casos de escândalos de corrupção; no Governo Collor, de 1990 a 1992, dezenove casos de escândalos de corrupção; no Governo Itamar Franco, de 1992 a 1995, 32 casos de escândalos de corrupção; no Governo Fernando Henrique Cardoso, em oito anos, 46 casos de escândalos de corrupção; no Governo Lula – atenção senhores e senhoras, brasileiros e brasileiras, atenção Brasil! –, de 2003 para cá, em cinco anos – vira-se a primeira página, vira-se a segunda página, vira-se a terceira página e chega-se à quarta página –, cento e trinta casos. Cento e trinta!

Vou citar os maiores. Nossa Senhora de Nazaré, protetora dos paraenses e minha protetora querida, onde nós vamos chegar neste Governo?

Agora vou para as crises, crises graves. Escândalo dos bingos, ou melhor caso Waldomiro Diniz, primeira grave crise política do Governo Lula, que não foi apurado e em nada deu. Segundo grande escândalo: dos Correios. Estou citando apenas crises graves. O escândalo do "mensalão" é a terceira grande crise grave. A quarta é a da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. A quinta é o escândalo dos "sanguessugas" e a sexta é a do dossiê...

Não vou continuar, pois meu tempo vai acabar. Não vai dar para continuar. O meu tempo vai acabar e eu não terminarei de ler os grandes escândalos!

E O Governo Lula quer CPMF, quer vender a Amazônia, quer arrecadar tanto dinheiro, não controla a inflação, deixa os brasileiros amanhecerem sem atendimento hospitalar. É a crise da saúde... A segurança neste País está estabelecida. Não há mais condições...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Conclua, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou terminar. Não há mais condições de aturar a violência neste País!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex^a. O Senador nos deixou uma interrogação. V. Ex^a poderia permitir que o Senador lesse todos os escândalos para deles sabermos, para informarmos à Nação inteira. A televisão está mostrando e a Nação está acompanhando.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – São 131 escândalos! Não dá para ler todos, infelizmente, Senador. Só li seis dos maiores. Não dá para ler os outros. Já pensou, Senador Pedro Simon, eu ler 130 escândalos?! Não dá. Se fossem 16 ou até 48, como no Governo Fernando Henrique Cardoso, eu os leria. Mas como são 130, citei apenas os mais escandalosos, aberrantes. Não é possível ler 130!

Sr. Presidente, V. Ex^a me dá condições de eu conceder aparte, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Três minutos eu já concedi para V. Ex^a ser aparteados pelos Srs. Senadores.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Concedo o aparte ao Senador João Pedro. Vou começar pelos petistas, que me dão a honra de apartear-me. Não chorrem pelo amor de Deus! Isso aqui é realidade. Vamos aos apartes de V. Ex^as. Quero ouvi-los.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Esse desejo com o PT só Freud para explicar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Espere aí. Só um instantezinho, Senador. Dê-me licença.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Pois não.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou tirar o lenço do bolso para esperar o choro de vocês. Talvez eu também chore, emocionado.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não tem choro, não. Quero falar sobre esse espanto que V. Ex^a está tendo em relação à concessão de terras públicas. Primeiramente, quero dizer a V. Ex^a que foi o Senado da República que aprovou essa matéria. Então, trate-se de uma lei. A Ministra Marina está agindo com base numa lei. Ponto! É uma lei inovadora? É uma lei inovadora. V. Ex^a é da Amazônia, assim como eu sou da Amazônia, do Estado do Amazonas. Sabemos como o roubo de madeira e de minerais e o desrespeito às populações tradicionais acontecem na Amazônia. Então, Senador Mário Couto, penso que a concessão de terras públicas não é título definitivo. Na realidade, a lei rompe com uma tradição.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Com o direito à renovação.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Com o direito à renovação, por quê? Porque o objeto é fazer manejo florestal. A renovação não ocorre porque o Estado deseja. A renovação da floresta só se dá nesse binômio, fazendo as mudanças na floresta. Veja só. Penso que a lei zela pela floresta.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Conclua, Sr. Senador, porque ainda há muitos Senadores para apartear.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Ela zela pela floresta. É uma lei que precisamos compreender. Evidentemente, devemos fazer a discussão permanente de uma lei que o Senado aprovou. É uma lei inovadora a concessão de floresta – não de terra – e rompe com uma tradição. É preciso andar para fazermos uma avaliação serena e tranquila acerca dessa nova modalidade de tratar e de combater a ilegalidade das terras e da floresta na Amazônia. Espero que, na relação de V. Ex^a sobre os corruptos, esteja aí Caccio-la, janeiro de 1999.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Estão todos aqui.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – O Governo de V. Ex^a deu R\$1 bilhão para esse ladrão que está vivendo hoje em Mônaco.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Estão todos aqui, Senador João Pedro. Calma, Senador. Quando eu citei aqui, isso irritou V. Ex^a. Eu o avisei de que o irritaria. Eu sabia que V. Ex^a teria chilique, porque dói, Senador, mas está aqui. É número. Em vez de V. Ex^a questionar-me, deveria questionar o Lula, chegar ao

cafezinho dele, na cozinha, e dizer: "Olha, companheiro, a corrupção aqui está muito grande. O País não aguenta mais, companheiro. Tu batesto o recorde de corrupção em toda a história do Brasil". É isto, companheiro, que você tem de fazer: falar com o Lula.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Mário Couto, V. Ex^a deve levar mais a sério. Isto não é circo, é o Senado da República.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador João Pedro, tenha paciência, não se irrite. Tenha calma, Senador. Tenha calma. Em seu nariz, com certeza, cabe uma bolinha bem melhor do que no meu. Eu tenho certeza de que, no seu nariz, cabe a bolinha vermelha bem melhor do que no meu. V. Ex^a tem mais cara de palhaço do que eu. Tenho certeza disso. Olhe-se no espelho e veja se não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) (Fazendo soar a campainha.) – Srs. Senadores.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, Senador. Com muita honra, concedo o aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Peço a V. Ex^a que utilizemos palavras...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Ele me ofendeu, ele leva resposta. Assim mesmo. Paraense não leva desaforo para casa.

Pois não, Senador.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM. Fora do microfone.) – Nem amazonense, nem amazonense.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Paraense não leva desaforo para casa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) (Fazendo soar a campainha.) – Senador, V. Ex^a concede a palavra...

Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Comece a me olhar e me respeitar.

Pois não, Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Mário Couto, de maneira muito objetiva, vou-me ater à primeira parte do pronunciamento de V. Ex^a, sobre a utilização das chamadas florestas públicas. É um tema que exige, de maneira antecipada, uma definição conceitual do que é o manejo. O discurso de V. Ex^a não abordou esse item. Eu digo isso, Senador, porque olhamos a Amazônia e esse projeto envolve, no todo, utilização de, no máximo, 3% da Região Amazônica. É a área de alcance de todo o processo de debate sobre as florestas públicas. Veja V. Ex^a, que é sabedor disto, a árvore, ao nascer, de jovem até a sua fase adulta, está consumindo gás carbônico. A partir da fase de maturidade, ela elimina gás carbônico e passa a ser um problema ambiental também. Então, o manejo é

absolutamente necessário, correto e pode gerar para um Estado como o meu, que tem 159 mil quilômetros quadrados, nos mais de oito milhões de quilômetros da Amazônia, R\$1 bilhão por ano se o manejo for correto, com responsabilidade socioambiental, que, sei, é o propósito de V. Ex^a. Então, veja o que estamos tratando. Queremos, em um hectare de floresta pública, onde temos em torno de 200 árvores, ou mais, manejá-la, a cada 10 anos, cinco árvores. É esse o propósito do projeto do Ministério do Meio Ambiente, que foi devidamente aprovado aqui. Então, o que penso é que esse debate que V. Ex^a propõe vai enriquecer muito a matéria e trazer esclarecimento. V. Ex^a, pelo respeito que tem pela Ministra, condecorada da integridade e da honradez dela, sabe que vamos superar isso num amplo e bonito debate de esclarecimento. Sou franco defensor desse tema porque o conheço e o estudei a fundo e penso que a preocupação de V. Ex^a é justa, por ser de um Estado que foi devidamente devastado e violentado pelo tráfico de madeiras. Hoje as terras são devolutas e a grilagem é que prepondera. Então, respeito o debate e quero ir à comissão com V. Ex^a para que possamos esclarecer uma matéria que é importante ser colocada nos termos em que está sendo tratada aqui hoje. Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Parabenizo V. Ex^a pelo equilíbrio, porque sempre foi assim educado e equilibrado. Por isso, eu o admiro. Cada dia que passa, maior é a admiração que tenho por V. Ex^a, pelo seu equilíbrio, educação, ética. Parabéns.

Senador, a minha grande preocupação...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou conceder-lhe o aparte. Deus me livre de descer desta tribuna sem dar o aparte a V. Ex^a, Senador Cristovam. Tenho muito respeito por V. Ex^a, mas a minha preocupação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Peço a V. Ex^a que seja breve na resposta aos apartes.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O que me preocupa é que me parece que o projeto aprovado aqui não está sendo obedecido, e quero ver exatamente isso. Parece-me que estão fazendo ao vento. Vende a Amazônia. Aí, não. Não vou deixar. Aí, não vai acontecer.

Pois não, Senador. Com muita honra.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – V. Ex^a traz dois pontos importantes e vou analisar cada um, se o Presidente permitir. Um é sobre a questão das

licenças para exploração de madeira na Amazônia; o outro é o da corrupção. Quando esse projeto chegou aqui, vindo da Marina Silva, obviamente eu o recebi com carinho especial e com confiança, mas procurei as pessoas da Amazônia que respeito – Tião, Capiberibe, Jefferson Peres –, e todos eles me disseram, com argumentos, que esse é um projeto que poderia até ajudar a proteger, a defender, a usar melhor, mas eu disse para eles que, mesmo assim, iria votar contra. Sabe por quê? Quero lembrar, não sei se o Senador Tião lembra, porque prefiro que, daqui a 30, 50 anos, digam: “Cristovam votou errado. Veja como o projeto era bom e ele votou contra”; a daqui a 20, 30 anos digam: “Esse pessoal votou no projeto que tirou a soberania do Brasil”. Eu não tenho certeza de que o projeto é ruim, mas não me cheira com tranquilidade esse tipo de ocupação do solo. Não me cheira, por uma questão, talvez, de instinto. De vez em quando, a gente vota pelo instinto, talvez por alguma coisa que eu não saiba explicar direito o que é. Eu não quero ter meu nome vinculado a esse projeto. Se amanhã ele der certo, não tem problema, serei acusado de um erro técnico, mas, se der errado, serei acusado de um erro contra o Brasil, contra a soberania. Por isso fui contra esse projeto. Sobre a corrupção, quero parabenizá-lo por trazer esse tema. Mas volto a insistir em uma coisa na qual sempre bato aqui: tem uma corrupção pior do que a corrupção que a gente vê, é a corrupção invisível das prioridades. Não é apenas a apropriação do dinheiro público para o bolso privado que é a corrupção; é o uso do dinheiro público para projetos que são de interesse privado e não público. Quando no caso do famoso prédio do TRT se denunciou que tinha gente colocando dinheiro no bolso, eu disse: “Esse projeto é corrupto mesmo se ninguém roubasse, porque um País sem água, sem esgoto, sem escola, gastar milhões para fazer prédios públicos é uma forma de corrupção das prioridades”. Penso que é preciso se dar mais atenção a essa corrupção das prioridades. Não usar o dinheiro corretamente para atender a interesses nacionais e do povo é tão corrupto quanto tirar dinheiro e colocar no próprio bolso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Para encerrar, concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, no meu Piauí, há um ditado: mata a cobra e mostra o pau. Eu quero que V. Ex^a mostre a cobra e o pau. Leia os 136. Outro dia eu li os 76...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu vou distribuir à Nação brasileira o que precisar, mandar um e-mail, eu vou mandar.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a é como locutor de futebol: tem uma voz bonita, pareceria um

futebol. Eu li os 76. Mas já que estamos falando em números, saiu aí, na imprensa internacional, matéria sobre transparência, austeridade, honestidade, decência...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O Brasil, cujo capitão é Luiz Inácio, é o 76º em decência, honradez, dignidade, negócio. Não vou citar aí os 76. Mas é o 76º! Então, eu lembraria ainda para terminar que não vou ler nem os dez mandamentos de pecado do Governo do PT. Eu voltaria a lembrar ao Lula, ao Luiz Inácio, que aprenda pelo menos o 7º mandamento: não furtar. Está ali Cristo, e foi ele quem ensinou.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Para concluir, Sr. Presidente. Senador Flexa Ribeiro, olhe para mim: são 130... Senador Pedro Simon, olhe para cá: são 130 escândalos. Há mais um. Na terça-feira, vai se somar mais uma aqui. Vai passar para 131 escândalos. Olhem bem, aqueles que me assistem na TV Senado. Vai entrar mais um escândalo nesta lista aqui, na terça-feira. Sabe qual é, Presidente? Vão aprovar o nome do Pagot, aqui, para o Dnit. Isso é um escândalo! Vai ficar na história deste Senado! A maioria vai vencer! Não adianta o Mário Couto espernear, não! A maioria é a maioria! E vai vencer a maioria. E é mais um escândalo que vai para esta lista: serão 131 escândalos no Governo Lula. Mais um, com a aprovação do nome de Luiz Antônio Pagot.

Sr. Presidente, muito obrigado a V. Ex^a pelo tempo que acresceu ao meu pronunciamento. Sempre o admirei exatamente pela postura nesta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

V. Ex^a dispõe de 10 minutos, com a costumeira paciência desta Presidência, Senador.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, trago à reflexão do Senado um assunto que julgo importante, apresentado segunda-feira e hoje pelo jornal **O Estado de S. Paulo**. A Organização das Nações Unidas tem se manifestado sobre a matéria, de interesse estratégico e vital do povo brasileiro, que é o debate sobre o uso e a produção do etanol como fonte de energia alternativa no Brasil e no próprio planeta, como é a política de expansão dessa tese que tem o Presidente Lula.

Veja o que diz a matéria:

Relatório da ONU pede moratória na produção de etanol

Em uma proposta que promete causar atritos, o relator especial da ONU para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, pede que uma moratória de cinco anos seja estabelecida na expansão da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, milho ou outros produtos agrícolas. Em um relatório obtido pelo Estado e que será enviado aos 191 países da ONU para um debate na Assembléia Geral das Nações Unidas, o especialista pede que uma segunda geração de biocombustíveis seja criada para que o etanol não acabe gerando uma fome ainda maior no mundo.

O documento é apoiado pelo Governo de Cuba e por uma série de ONGs, entre elas o MST. Entre os diplomatas brasileiros, a iniciativa é vista com preocupação.

Polêmico, Ziegler [professor da Universidade de Sorbonne, em Paris, renomado cientista e pesquisador das políticas de desenvolvimento do mundo inteiro], já havia criticado as políticas do Brasil e dos Estados Unidos de avançar no uso do etanol, alertando que pode aumentar a fome no mundo.

Mais adiante, Sr. Presidente, ele expressa a sua preocupação na tese de que há atualmente no mundo 850 milhões de famintos, um número que vem aumentando desde 1996, por essa prática de uso do solo, especialmente pela substituição pelo milho nos Estados Unidos. Segundo ele, a União Européia e os Estados Unidos ocuparão 70% do seu território com a prática da alternativa do etanol na sua área de terra agricultável, o que geraria um aumento da fome para 1,2 bilhão de cidadãos.

É uma matéria da maior importância pela polêmica que gera, pela necessidade do aprofundamento da discussão e pela defesa de teses.

Eu, pessoalmente, sou franco defensor do etanol como matriz energética, como alternativa da política de combustíveis limpos à redução da emissão de gás carbônico. Então, quero a cada dia estar mais dedicado a estudar essa matéria e a acompanhá-la, para que possamos dar sempre uma boa resposta, numa atitude tão desafiante para o Governo brasileiro.

Ele destaca ainda que mais de seis milhões de crianças morrem a cada ano de fome ou de doenças relacionadas à má alimentação antes de completarem os cinco anos e que haveria um dano irreparável com a substituição dessas áreas agricultáveis.

O que temos também que é muito importante?

Uma posição da Comissão Pastoral da Terra (CPT), quando faz uma crítica pelo Presidente Lula ter dito que o Brasil criaria um “Certificado Social” para

tentar evitar o tipo de trabalho que, muitas vezes, é análogo ao utilizado na extração da cana-de-açúcar, freqüentemente considerado um trabalho que impõe más condições de vida, condições de direitos humanos questionáveis e que chega a ser questionado como análogo ao trabalho escravo.

Então, a Comissão Pastoral da Terra diz: “o Certificado Social não terá efeito, vai ser mais um instrumento para iludir o trabalhador e para passar uma boa imagem do Brasil lá fora”. E fala, de maneira muito séria, que o “biocombustível é produzido com altíssimo custo social”.

Mais adiante, nós temos duas figuras, também muito conhecidas do debate nacional: João Pedro Stédile, do MST, e Dom Tomás Balduíno, essa figura sagrada na defesa dos direitos humanos e da qualidade de vida do cidadão brasileiro. Eles produziram um artigo que trata das silenciadas consequências da expansão da cana-de-açúcar e da produção do etanol. O texto atenta para vários efeitos que já podem ser vistos, como a degradação do meio ambiente. Segundo os autores, a expansão vai “ampliar a área de fronteira agrícola para a Amazônia e o cerrado (savana) – duas das regiões mais ricas em biodiversidade e berço dos principais rios do País, além de impedir que a sonhada reforma agrária seja realizada no Brasil”.

Então nós estamos falando de um assunto absolutamente sério, preocupante, que vai impor uma resposta muito segura, muito consistente e, sobretudo, muito compatível com a preocupação socioambiental que tem o Governo do Presidente Lula.

Veja uma parte do discurso do Presidente Lula, em Nova Iorque, na abertura do Debate-Geral da 62ª Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Numa parte do pronunciamento do Presidente Lula sobre a questão ambiental, ele diz:

Senhoras e Senhores, não haverá solução para os terríveis efeitos das mudanças climáticas se a humanidade não for capaz também de mudar seus padrões de produção e consumo. O mundo precisa, urgentemente, de uma nova matriz energética. Os biocombustíveis são vitais para construí-la. Eles reduzem significativamente as emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, com a utilização crescente e cada vez mais eficaz de etanol, evitou-se, nesses 30 últimos anos, a emissão de 644 milhões de toneladas de gás CO₂ na atmosfera.

Os biocombustíveis podem ser muito mais do que uma alternativa de energia limpa. O etanol e o biodiesel podem abrir excelentes oportunidades para mais de uma cente-

na de países pobres e em desenvolvimento na América-Latina, na Ásia e, sobretudo, na África. Podem propiciar autonomia energética, sem necessidade de grandes investimentos. Podem gerar emprego e renda e favorecer a agricultura familiar. E podem equilibrar a balança comercial, diminuindo as importações e gerando excedentes exportáveis.

A experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar. A cana-de-açúcar ocupa apenas 1% de nossas terras agricultáveis, com crescentes índices de produtividade. O problema da fome no Planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase um bilhão de homens, mulheres e crianças. É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos.

No Brasil, daremos à produção de biocombustíveis todas as garantias sociais e ambientais.

Decidimos estabelecer um completo zoneamento agroecológico do País para definir quais áreas agricultáveis podem ser destinadas à produção de biocombustíveis. Os biocombustíveis brasileiros estarão presentes no mercado internacional com um selo que garanta suas qualidades sociolaborais e ambientais.

O Brasil pretende organizar em 2008 uma conferência internacional sobre biocombustíveis, lançando as bases de uma ampla cooperação mundial no setor. Faço aqui um convite a todos os países para que participem do evento.

Diz ainda o Presidente Lula: "A sustentabilidade do desenvolvimento não é apenas uma questão ambiental, é também um desafio social. Estamos construindo um Brasil cada vez menos desigual e mais dinâmico."

Assim discorre o Sr. Presidente de República, em seu importantíssimo pronunciamento que é um paradigma no debate na Assembléia das Nações Unidas sobre o tema meio ambiente, por ter superado a preocupação anterior de suas apresentações sobre o tema da fome. Isso demonstra a importância do tema que estamos tratando e a responsabilidade com o Brasil.

Senador Cristovam Buarque, passo a palavra a V. Ex^a com a mais absoluta certeza de que nossa responsabilidade é radicalizar na definição do marco regulatório sobre essa matéria, não aceitar que a ANP seja única, porque, quando estudamos as normas e as diretrizes da Agência Nacional do Petróleo, observamos que o trato dos biocombustíveis é muito pequeno.

Precisamos definir a segurança socioambiental, a responsabilidade com a qualidade de vida dos trabalhadores, a preocupação com a consequência internacional relativamente a essa matéria.

Tenho muita confiança nessa política de Governo, porque penso que fará um bem enorme à humanidade, ao Brasil sobretudo.

Mas isso não impede as cautelas e as preocupações, muito bem ponderadas pela academia neste debate que estou trazendo.

Um aparte a V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Tião, eu acho perfeitamente possível assinar praticamente todo o documento que o senhor leu de críticas e assinar tudo o que o Presidente disse.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Também penso assim.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Por quê? Porque eu tomo esse documento que eu teria assinado como um alerta ao Governo não como oposição ao etanol. Claro que é boa solução usar combustível renovável, mas, se nós não tomarmos cuidado, nós estaremos entrando no processo irreversível, sim, de trazer a fome. Vai depender da quantidade de álcool, porque para cada hectare para a cana significa um hectare a menos de feijão, a não ser que a gente plante feijão noutro lugar. Se a gente for atender os 400 milhões ou 500 milhões de automóveis do mundo, vamos ter que derrubar a Floresta Amazônica. Não vai dar para todos. O que a gente precisa, como o senhor diz, é de um marco regulatório cuidadoso, que veja quatro pontos – e aí eu vou fazer uma proposta: 1 – onde se vai produzir, e não cair na tentação, porque o mercado vai pressionar para produzir ao máximo. Como o senhor disse, álcool é bom como combustível, mas ouro é melhor. E tem a estória do Rei Midas, que transformava em ouro tudo o que tocava, mas morreu de fome. Se tudo que a gente tocar virar álcool, vai faltar comida. Nós vamos ficar bêbados. É definir onde produzir. 2 – Quem vai se beneficiar? Porque o Brasil já teve cana, já teve ouro, já teve café, e o povo não se beneficiou. Como o senhor sabe, tem trabalho escravo até hoje em canaviais. 3 – Soberania na definição das áreas, inclusive nas fronteiras. 4 – Para onde vão os dólares que vamos ganhar? Porque a Arábia Saudita tem o seu "etanol" (entre aspas), que é o petróleo. Esse etanol está indo para quem? Para uma minoria. No Brasil, os dólares que vieram da cana, do café, do ouro e da industrialização não chegaram ao povo. Então, estou de acordo com o marco regulatório e faço uma proposta dentro da mesma linha de tentar trazer o respeito para dentro deste Senado: Por que não criamos uma comissão de Senadores para fazer um documento sobre como deve

ser o aproveitamento do etanol no Brasil? Eu gostaria de fazer parte dessa comissão, sem nenhum preconceito contra o etanol; mas com muito medo, se ele vier submetido apenas às regras do mercado para atender a voracidade do consumo das centenas de milhares de automóveis. Faço esta proposta e assinaria com o senhor. Vamos criar uma comissão especial no Senado para dizer qual é a nossa idéia, para que o Governo brasileiro trabalhe um projeto para o etanol, sem perder a chance e sem enganar o povo, mais uma vez, jogando fora uma oportunidade.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, que tem inteira identidade com os argumentos que procurei desenvolver até aqui. Apresentei esse contraditório exatamente porque acho fundamental que sejam apresentadas as preocupações de setores da academia e do meio universitário, para que tenhamos cautela em relação ao entusiasmo na visão do desenvolvimento econômico e social no Brasil.

O Governo tem absoluta responsabilidade na condução desse assunto, e entendo que temos que correr atrás da definição do marco regulatório.

Concordo inteiramente que tenhamos uma comissão que possa acompanhar tal matéria, Senador Cristovam, porque é uma avenida rica como essa para o futuro do Brasil que traz enormes esperanças à vida socioeconômica do País.

Hoje, a colunista Lilian Witte Fibe, a comentarista, dizia que isso é um marco tão importante como foi o trabalho da família Rockefeller com o petróleo, uma visão pioneira, desbravadora, que pode significar muito no amanhã.

Temos que ter a proteção, a rede de proteção às consequências que não venham a ser favoráveis e, para isso, temos que preservar a necessidade do avanço da reforma agrária e transferir para a pequena agricultura, ou agricultura familiar; temos que entender que a Amazônia não é só árvore em pé, que lá existe área de cerrado e área que pode ser utilizada.

Um conceito claro para mim em relação a esse da Amazônia é o seguinte: álcool na Amazônia, sim, desde que não se derrube uma árvore, desde que seja em área degradada. Ou seja, trabalhar com conceitos corretos, necessários, e sem preconceito ou desconhecimento.

Essa tese da comissão que V. Ex^a sugere, para acompanhar o assunto, tem o meu mais íntimo reconhecimento e valorização e terei imenso prazer de que possamos fazer isso juntos.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho um documento aqui da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: “A crise em Mianmá”.

O Presidente Heráclito Fortes teve que viajar porque sua filha apresenta um longa metragem em Biarritz, na França, o que é um orgulho para todos nós, para o Piauí e para o Brasil.

Então leio o documento assinado pelo Senador Heráclito Fortes:

A crise em Mianmá

Em meu nome e na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, manifesto crescente apreensão diante da atual situação em Mianmá, que resultou, até agora, na morte de um total ainda incerto de civis e religiosos, centenas de feridos, além de detenção de inúmeros monges em Rangum. Causam especial preocupação os indícios de que a presente crise venha a assumir graves proporções, em decorrência do clima de animosidade política ora verificado naquela região.

De forma veemente, expresso nossa oposição a atos de violência, assim como a medidas desproporcionais de represália. Exorto a prática do diálogo e da contenção como meio de evitar o acirramento de tensões. Saliento também a necessidade de as partes envolvidas, sob o devido acompanhamento das Nações Unidas, atuarem, incansavelmente, na busca de solução democrática apropriada, em consonância com a defesa da ordem pública, da soberania e do pleno funcionamento das instituições de Mianmá.

Brasília, 27 de setembro de 2007. – **Heráclito Fortes.**

Eu assino também e convido todos os companheiros que fazem parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a assinarem o documento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, tem a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho o prazer de requerer Voto de Aplauso à Rede Record de Televisão pela inauguração, na data de

hoje, dia 27 de setembro de 2007, do canal Record News. Faço isso nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa e, ouvido o Plenário, solicito seja consignado nos Anais do Senado este Voto de Aplauso e levado ao conhecimento do Presidente da Rede Record de Televisão, Dr. Alexandre Raposo, ao Diretor de Jornalismo, Sr. Douglas Tavolaro e, por seu intermédio, aos jornalistas, técnicos e demais funcionários que contribuíram e estarão contribuindo para a concretização e o êxito desse novo e significativo empreendimento.

A Rede Record de Televisão dá, na data de hoje, dia 27 de setembro de 2007 – por sinal, data do 54º aniversário de criação da TV Record –, mais um passo importante no seu setor de jornalismo: inaugura o Canal Record News, o primeiro canal de notícias em TV aberta do Brasil, podendo ser sintonizado no canal 42 UHF, no 93 da Net digital ou no 20 da TVA. Segundo noticiário da imprensa, a Record News terá programação ao vivo, das 6h à 1h, e programação gravada no restante do dia, com possibilidade de boletins ao vivo a qualquer momento. Haverá boletim de hora em hora e três telejornais regionais: um da minha região, a Região Norte, e também do Nordeste, outro das Regiões Sudeste e Centro-Oeste e um da Região Sul. Segundo o Diretor de Jornalismo da Rede Record, Douglas Tavolaro, o canal será vivo e vibrante, conforme exige essa programação *on-line* e ousada, trazendo informações à sociedade brasileira.

Digo, Sr. Presidente, que o Brasil é vitorioso com essa iniciativa, razão pela qual entendo que a Rede Record de Televisão faz jus a essa homenagem do Senado.

Somos daqueles que entendem que quanto mais a notícia chegar à sociedade, mais a sociedade vai aprender a separar o joio do trigo na política deste País. Certamente haverá de apreciar e de irmanar-se à idéia do trigo, aprendendo a afastar, de maneira forte e expressiva, o joio.

Mais notícia, mais informação, mais debate, mais interação com o telespectador, tudo isso vejo que está no projeto da TV Record, portanto, merecendo ela, a meu ver e tenho certeza de que ao ver unânime do Senado da República, esse Voto de Aplauso que peço seja consignado em Ata.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio e, em nome da Mesa Diretora do Senado Federal, quero associar-me ao Voto de Aplauso que V. Ex^a apresenta em termos de requerimento a toda a diretoria da Record, pelo novo canal que abre e também pelo 54º aniversário. Com

certeza, ganha a democracia do País, com esse novo meio de fazermos televisão, com essa nova forma de fazermos televisão.

Parabéns a V. Ex^a e a toda a diretoria da TV Record!

O requerimento está sobre a mesa, V. Ex^a já o leu e será atendido na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, até bem tarde da noite, o Senado entrou numa grande euforia: de derrotar a proposta do Governo de criação de um novo ministério e, sobretudo, de termos derrubado as sessões secretas, fazendo, assim, com que o Senado todo ele estivesse sintonizado e, ao mesmo tempo, estivesse sintonizado com a opinião pública.

Depois de semanas e semanas e até meses de uma queda constante do Senado na opinião pública, Senadores e Senadoras saíram daqui com a impressão de que estavam revertendo uma tendência. Lamento dizer que não vejo ainda essa reversão. No máximo, na melhor das hipóteses, Sr. Presidente, dá para dizer que deixamos de afundar um pouquinho ontem à noite.

Mas não basta isso. Alguns podem dizer: “Mas, na próxima semana, vamos acabar com o voto secreto”. Não vai bastar acabar com o voto secreto. São condições, Senador Mão Santa, necessárias, mas não-suficientes. Alguns podem dizer: “Mas não há problema, vamos continuar jogando os casos do Senador Renan Calheiros”. Não basta isso. É preciso algo muito mais radical, senão vai crescer, cada dia mais, essa sensação, que está presente hoje na opinião pública, de que esta Casa não é necessária.

Essa sensação é absurda, pois é aqui que os Estados se encontram, é aqui que a gente faz a revisão do que a Câmara faz. Não dá para imaginar um País federativo como o Brasil sem o Senado. Mas não nos enganemos. Há um debate, Senador Gilvam Borges, na opinião pública, que pergunta: “Para que o Senado?” Acadêmicos, políticos, jornalistas estão-se perguntando, e temos de fazer alguma coisa, para que as pessoas percebam para que a gente precisa do Senado no Brasil.

E volto a insistir em uma proposta que tenho feito, só que dando um passo um pouquinho adiante, na linha do que propôs também, antes de ontem, a Senadora Marisa Serrano: que a gente mostre para que e como o Senado.

Senador Gilvam Borges, não vou discutir o problema específico de um ou outro Senador nesta Casa,

Renan ou qualquer outro. Não. Isso são detalhes que a gente vai ter de resolver. Eu quero discutir aquilo que vai continuar depois desses problemas.

A primeira questão é mudar o funcionamento desta Casa. Ontem, às 11 horas, esta Casa estava cheia. Hoje é quinta-feira, e esta Casa está vazia. Não podemos continuar assim. Isso não quer dizer – volto a insistir – que os Senadores ausentes estejam sem trabalhar. Ao contrário. Alguns deles estão trabalhando mais que nós que estamos aqui – eles, mas não a Casa. Esta Casa só trabalha, quando todos estão aqui, embora cada um de nós trabalhe onde estiver. Temos de mudar o funcionamento. É preciso que a gente comece a ficar aqui, de segunda-feira a sexta-feira, pelo menos durante um mês, ainda que depois fique uma semana ou duas semanas com as nossas bases lá, ouvindo o que os nossos eleitores e os que não são nossos eleitores desejam. Essa é a primeira questão.

Vamos tentar! Sei que isso é falar para o ar, porque não há essa sensação de que se deseja fazer isso, mas tenho o defeito de não cansar facilmente. Será que é impossível a gente conseguir ficar aqui um mês inteiro, de segunda-feira a sexta-feira, Senador Efraim Moraes, e depois ficar uma semana nas nossas bases? Será que mudaria nossa relação com as bases ficar um mês inteiro aqui? Será que não dá para fazer um ante-recesso uma ou duas ou três vezes por ano? Será que não seria mais eficiente? Acho que seria; duas noites aqui, terça e quarta, não dão para a gente fazer o diálogo que é preciso entre nós.

Digo que o Senado existe para produzir o diálogo entre os Estados. Falemos com franqueza, está existindo esse diálogo? Nas 40, 50 ou 60 horas em que passamos juntos aqui – e nem passamos juntos, porque cada um está num canto nessa hora –, por que não mudar o funcionamento, para ficarmos aqui como ontem ficamos? Mas ficarmos dias seguidos. Esse é um ponto.

O outro é definir uma pauta. Na eleição do Senador Renan Calheiros, conversamos, e ele disse que essa era uma idéia que tinha como Presidente, de definir uma agenda para que trabalhássemos aqui.

Há pouco, o Senador Tião estava falando do etanol; apresentou duas linhas que não são divergentes, não são alternativas, são alertas mútuas: uma é a de que não podemos perder a chance que o etanol representa; a outra é a de que não podemos cair na tentação de que o etanol virá e resolverá nossos problemas, se não tomarmos medidas muito claras de proteção dos interesses nacionais.

Será que a gente não pode colocar como uma agenda do Senado no plenário, não em comissões,

debater como aproveitar a chance do etanol? Como aproveitar, tirando proveito sem perdas, como tudo indica que poderão acontecer. Esse é outro ponto.

Segundo ponto: aqui não é a Casa onde dialogam os Estados? Será que a gente não consegue tirar daqui uma proposta para redução das desigualdades regionais que este País enfrenta? Que Casa de diálogo dos Estados é esta, onde o assunto desigualdade regional não entra?

Senador Mão Santa, nunca ouvi aqui um debate sobre desigualdade regional. Aqui a gente ouve discursos e ouve apartes, a gente não assiste a debates. Se não fazemos debates, para que existimos? Para fazer discursos? Apenas discursos? Ou para fazer o contraditório em relação a posições?

Terceira agenda: como reduzir a pobreza neste País? Como? Como erradicar o quadro de pobreza, como 120 anos atrás erradicamos a escravidão? E a primeira coisa desse debate é acabar com essa ilusão de que um aumento de R\$30,00, R\$40,00, R\$50,00 por mês, na renda de uma família, diminui o quadro de pobreza dela. Não! R\$30,00, R\$40,00 ou R\$50,00 podem diminuir o quadro de desnutrição. E isso é importante. Não quero dizer que não devamos fazer isso. Mas não é pobreza. Reduzir a pobreza é quando tiver escola de qualidade; reduzir a pobreza é quando não tiver ficando em fila para ser atendido em hospital; reduzir a pobreza é quando não tiver de andar de casa para o trabalho porque não pode pagar o ônibus; reduzir a pobreza é ter onde morar, por pequena que seja a casa, com água potável, coleta de lixo e esgoto.

Eu ponho mais um tema, que o Senador Mão tem falado tanto, Senador, mas aqui ninguém leva a sério – desculpe a franqueza: o problema da saúde. Seus discursos sobre a saúde tinham de reverberar aqui, tinham de se transformar num grande debate sobre como resolver a questão. O senhor tem apontado um caminho que é o aumento do valor das consultas, e esse tem de entrar; mas não basta isso, como o senhor mesmo conversa e diz. Por que esta Casa se reuniu ontem até tarde para acabar com sessão secreta quando o povo insistiu que era preciso isso?

E nós sentíamos que o povo não estava contente conosco. E a gente ficou até às 23 horas e acabou com a sessão secreta. Mas não vem aqui discutir a quantidade de gente que está morrendo por falta de atendimento médico! Não vem. A gente vem e assiste ao discurso do Mão Santa. Um ou outro faz um aparte, e o que fica depois? Nada. O que fica dos diversos discursos que eu tenho feito aqui sobre a educação? Nada. Não há debate. Existe discurso e existe aparte. Debate, não.

O outro tema, depois de eu ter falado aqui da questão da pobreza, do etanol, da saúde, das desigualdades regionais, eu ponho como tema o problema...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Um minuto, Senador.

Eu ponho como tema o assunto da revolução que o Brasil precisa fazer na educação. Não esperemos pelo Governo Federal. O Governo Federal não vai ter vontade de fazer essa revolução, e nós vamos continuar aqui falando, falando e falando, individualmente, às vezes com um aparte, mas sem nenhum trabalho conjunto da Casa para enfrentar esse problema. Aí alguns dizem: mas as comissões fazem isso. Não fazem. Não vamos enganar o povo. As comissões estudam projetos específicos de lei. Não estudam, não trabalham, não propõem revoluções que mudem o futuro deste País.

Eu coloquei cinco temas da agenda. Mas a gente pode ter outros. Podemos ter o sexto se incluirmos o primeiro deles, que é como fazer este Senado funcionar de verdade e não ser apenas uma Casa de discursos como está sendo.

Digo isso para chamar a atenção daqueles que acreditam que o povo está batendo palmas só porque a gente acabou com a sessão secreta; que vai bater mais palmas só porque a gente vai acabar com o voto secreto; que vai bater palmas no dia em que vai cassar um Senador.

Não. O povo vai até rir, vai até ficar tranquilo, satisfeito, mas vai bater palmas quando ele descobrir que o Senado tem uma razão, que o Senado tem um propósito, que o Senado tem uma função, que o Senado chega lá na vida dele, que o Senado está construindo uma vida melhor para os seus filhos. E isso, Presidente, a sensação de que estamos construindo um Brasil diferente para hoje e para o futuro, nós não estamos passando. Não estamos conseguindo passar porque não estamos fazendo. O povo está percebendo. E aí começa esse diálogo aí fora: para quê o Senado? E se fechar o Senado? Hoje, se fechar, o povo não sentirá falta. Agora, o Brasil do futuro sentirá imensa falta de uma Casa onde dialoguemos buscando rumos para o País em nome dos Estados.

Eu terminaria aqui, Senador Mão Santa, mas fico contente com seu aparte, que pode provocar novas posições ou até, quem sabe, revisões do que estou dizendo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olha, Professor Cristovam Buarque, eu sempre me orgulho deste Senado e V. Ex^a é um dos motivos desse orgulho. Mas V. Ex^a fala bem um dos assuntos principais que é a de-

sigualdade regional. Juscelino – aí é que Luiz Inácio, que ele mesmo diz que não gosta de ler, não gosta de estudar, mas ele pergunte –, o recente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que foi humilhado aqui, vamos dizer, mostrando que nós evoluímos, nós que trouxemos a volta da liberdade, Juscelino foi cassado aqui. Mas quando ele imaginou esse Brasil, Professor Cristovam, e não vale nada um pensamento que não seja seguido da ação, ele imaginou o Sul industrializado. Foi ele! Ele imaginou o centro do País e fincou Brasília para integrá-lo. E lá no Norte e Nordeste, onde havia a menor renda, era quatro vezes menos comparada com a renda *per capita* do Sul, Juscelino Kubitschek, com um intelectual como V. Ex^a, Celso Furtado – um dos melhores livros de V. Ex^a é a entrevista de V. Ex^a a Celso Furtado –...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ..., ele criou a Sudene e a Sudam, para tirar essas desigualdades regionais. E nós votamos, nós cumprimos. O nosso Presidente da República desconhecendo e o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara, que nos decepcionam, a desmoralização maior é por isso, faz parte do jogo democrático. V. Ex^a foi Governador de Estado, eu também fui e fui prefeitinho. No jogo democrático, quando se faz a lei, o Executivo tem o direito de vetar, mas ela volta. Então foi vetado o Orçamento, os recursos para a Sudene e para a Sudam, esses que eram os órgãos para tirar as desigualdades. V. Ex^a e nós temos que nos juntar, assim como o Presidente que está aí, para buscarmos agora. Vamos analisar os vetos do Presidente da República. Isso faz parte do jogo democrático, é uma ignorância de Luiz Inácio da Silva pensar que ele vai estar diminuído. Eu fui prefeito, e a Câmara Municipal de Parnaíba derrubou os meus vetos; eu fui Governador de Estado, e eles também os derrubaram, e eu não estou aqui diminuído, não, Luiz Inácio da Silva. Eu aceitei o jogo democrático, porque os poderes são eqüipotentes, harmônicos, mas independentes. Então, vai o veto. Ele vetou o veto, e nunca voltou. Por isso Renan está fraco – e esse Chinaglia velho também! Não tem coragem de nada, não; não é só o Renan. Por que ele não manda buscar os vetos para nós os analisarmos e ressuscitarmos, com oxigênio, com recursos, a Sudene e a Sudam, para retirar as desigualdades regionais, que aumentaram? V. Ex^a governou o Distrito Federal. Antigamente, a diferença, a desigualdade era de quatro vezes – o Sul para o Norte e o Nordeste, Piauí e Maranhão. Hoje, piorou. E Brasília, esta cidade, é uma fantasia, a renda é 8,6 vezes maior do que a de cidades do Maranhão. Então,

a desigualdade aumentou, Luiz Inácio, no governo de V. Ex^a, porque V. Ex^a mentiu e enterrou a Sudene.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Mão Santa, concluo pedindo apenas um minuto mais ao Presidente, antes que termine o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Pela importância do tema, a Mesa irá dispor mais cinco minutos para V. Ex^a.

O Sr. Epitácio Cafeteira (Bloco/PTB – MA) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço ao Presidente.

Senador Epitácio Cafeteira, fico muito feliz em receber o seu aparte.

O Sr. Epitácio Cafeteira (Bloco/PTB – MA) – Nobre Senador Cristovam Buarque, no início do discurso de V. Ex^a, eu comecei a ficar preocupado, porque V. Ex^a é um homem que tem conhecimento mesmo, maior do que talvez a maioria dos membros desta Casa. E dizia: para quê o Senado? Que ninguém vai notar se fecharem o Senado. Mas a imprensa que hoje pode até dar a idéia de fechar o Senado é quem mais vai sentir, como sentiu no período da ditadura. E eu estava aqui, eu resisti, eu era do MDB. Então, acho que estas Casas – Senado e Câmara – são realmente pontos de garantia de uma democracia. E a democracia vale mais do que tudo. Até nos versos do nosso cancionero popular, o assun preto preferia uma gaiola para poder olhar o céu. Acho que esta Casa representa a liberdade. É verdade que não há um padrão igual para Senadores, mas temos de entender que estamos aqui exatamente para representar nossos Estados. O que eu puder fazer pelo Maranhão vou fazer. Esta é uma Casa revisora e, assim sendo, é claro que vai pegar a matéria já votada na Câmara. Tenho muita honra de ser Senador. Estou aqui exatamente acreditando que é possível fazer alguma coisa por este País. O etanol nos dá até garantia de que vamos diminuir a poluição do mundo. Então, eu não olho o etanol como apenas uma forma de economizar, mas economizar vida, porque este País, este Globo precisa de vida, e nós estamos vendo os países ricos jogarem fora a vida de todos nós. De qualquer maneira, quero dizer a V. Ex^a que eu moro aqui; este ano em que estive doente, não fui sequer ao Maranhão e estive aqui de segunda a sexta-feira todos as semanas. Acho que o discurso de V. Ex^a é interessante e poderia mandá-lo para todos os Senadores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado.

O Sr. Epitácio Cafeteira (Bloco/PTB – MA) – Estamos passando por uma época que não é a de

Juscelino quando fez Brasília. Quando Juscelino fez Brasília, todos moravam aqui, e o Clube do Congresso tinha vida. Havia, na realidade, um maior intercâmbio intelectual entre os Parlamentares. Hoje não. V. Ex^a neste ponto está certo: na quinta-feira, se não houver um apagão aéreo, vai todo mundo embora, mas acho que ficando aqui estaremos trabalhando pelo Senado e pelo Brasil. Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço ao Senador Cafeteira a gentileza do seu aparte, com a sua experiência. Fico feliz porque disse que, quando comecei, o senhor ficou preocupado, mas é bem provável e espero que, ao longo do meu discurso, eu tenha defendido o Senado, porque não imagino o Brasil, um País federativo, sem um Senado.

Mas é na defesa do Senado que quero cobrar mudanças entre nós, como o senhor mesmo disse.

Houve um tempo em que isso aqui funcionava permanentemente, em que havia debate, em que havia a busca de objetivos, em que havia, sobretudo, convergências. A gente encontrava convergências. É isso o que a gente precisa buscar. Esta deveria ser a Casa da busca das convergências, como ontem à noite conseguimos. Ontem à noite, conseguimos a convergência de todos os Senadores e de todos eles com a opinião pública. Será que a gente só consegue numa noite de quarta-feira e nada mais do que isso? Será que a gente não consegue essa convergência ao longo de meses, para que o País sinta a importância que a gente tem? Porque eu não consigo imaginar o Brasil sem Senado, mas hoje o povo imagina isso, e cada vez é maior o número de pessoas que o fazem. Muitos o imaginam sem Senado e sem Câmara dos Deputados, porque muitos começam a achar que não há uma convergência de interesses entre nós que estamos aqui dentro e eles que estão lá fora.

Aceito, Senador Cafeteira, a sua proposta de mandar o discurso, mas faço um acréscimo: queria que a gente elaborasse, juntos, um trabalho – que o senhor assinasse, que o Jarbas assinasse... Vamos assinar um documento dizendo que queremos dar uma volta nessa realidade de hoje, ao mesmo tempo enfrentando todos os problemas de desconfiança em relação à ética de qualquer um de nós, mas também definindo um rumo de trabalho antes que este ano acabe. No próximo ano, haverá eleições, e a gente vai ficar mais vazio ainda, com menos credibilidade na opinião pública.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço o tempo adicional que V. Ex^a me concedeu.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo, por cinco minutos, a palavra ao Senador Alvaro Dias e, em seguida, ao Senador inscrito Efraim Morais.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os jornais de hoje noticiam que o Presidente da República já escolheu quem vai dirigir a **TV Pública**, que vem sendo idealizada pelo Governo já há algum tempo.

O Governo, ao divulgar o nome de quem dirigirá a **TV Pública** provavelmente ainda não tinha conhecimento da derrota que sofreria no plenário do Senado Federal com a rejeição da medida provisória que deixou o Professor Mangabeira Unger sem cargo e sem ministério.

Na verdade, foi surpreendente a escolha de Mangabeira Unger para o Governo do Presidente Lula, já que ele havia dito que o Governo Lula era o mais corrupto da nossa história. Não sei o que é pior: afirmar que é o governo mais corrupto da história e depois aceitar o convite para integrá-lo, ou ser acusado de liderar o governo mais corrupto da história e convidar para integrá-lo quem o acusou. Sinceramente, Sr. Presidente, não sei o que é pior.

O que importa é que, no dia de ontem, o Senado Federal rejeitou a medida provisória, e, certamente, o Presidente Lula terá que usar de criatividade para resolver esse impasse.

Mas agora não é diferente: os jornais anunciam os nomes dos dirigentes da futura **TV Pública**, apesar de o texto dispondo sobre a sua criação sequer ter sido encaminhado ao Congresso, seja na forma de projeto ou na forma preferida pelo Presidente da República: a medida provisória. Nós já sabemos quem dirigirá a **TV Pública**, mas não conhecemos o modelo de instituição dessa criação do Governo Lula.

Quero recorrer, a propósito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao artigo de Ipojuca Pontes no **O Estado de S.Paulo** de hoje:

No próximo dia 5 de outubro se findam os prazos de renovação das concessões de licenças para o funcionamento de algumas emissoras de televisão, entre elas as **TVs Record, Gazeta, Bandeirantes, Cultura** e, em destaque, a **Rede Globo** e cinco das suas filiadas.

Em nota divulgada no dia 6 de setembro, reportando-se ao fato, a Executiva do Partido dos Trabalhadores informou aos interessados que “acompanhará” as manifestações de protestos a serem acionados pela UNE, pelo MST e pela CUT nas 27 capitais do País. Tais

entidades, afinadas com o pensamento petista, são contra a renovação das concessões sem a imposição de novas regras, tais como, por exemplo, cota mínima de programação cultural e educativa, com a respectiva ampliação da produção regional e, ademais, o acesso mais fácil ao direito de resposta.

Diz a Executiva do PT: “Os movimentos sociais e entidades do campo da comunicação vêm preparando mobilizações nas quais pretendem questionar o sistema de concessões, a concentração de propriedade e cobrar critérios que garantam a participação da sociedade organizada nas outorgas e renovações e no acompanhamento do conteúdo transmitido. A Executiva acompanhará o desenrolar dessas mobilizações e solicitará a nossa bancada no Parlamento que faça as gestões necessárias para que seja revisto o atual sistema de concessões”.

O artigo continua nessa mesma linha mostrando o posicionamento dos petistas e segmentos a ele vinculados, e tudo isso nos preocupa muito. Preocupa porque o Chávez começou assim e culminou no fechamento RCTV, na Venezuela.

Retorno à conclusão do artigo, Sr. Presidente:

Hoje, no que tange à tarefa de reorganizar o sistema de comunicação no sentido contrário da concentração monopolista, pode-se presumir a que servirá a rede de **TV Pública**, em que o Estado paga, mas não manda, agendada pelo Governo para estrear no próximo mês de dezembro. Segundo se anuncia, a **TV Pública** será orientada por um conselho curador cujos membros serão indicados pelo governo petista e por organizações civis, tal como recomendado pelo Foro de São Paulo, cujo objetivo é transformar a democracia representativa em democracia popular ou participativa.

Recentemente também o ex-Ministro José Dirceu, que o Procurador da República denomina de chefe de uma organização criminosa, enfatizou ser fundamental a tarefa de regular a mídia no País. Disse ele: “Essa discussão, mais cedo ou mais tarde, o Brasil vai ter de fazer.”

Mais uma vez volto ao artigo do **Estadão** para concluir:

Quanto às intenções do ex-Deputado José Dirceu e da Executiva do PT em torno da regulação da mídia e da liberdade de imprensa, resta considerar o seguinte: estabelecido o controle sobre os meios de comunicação e a imprensa livre, quem vai controlar os arroubos hegemônicos de José Dirceu e da Executiva do PT?

É a indagação que faz o articulista: Por acaso seria a rede de **TV Pública**, criada por Lula, a controladora desses arroubos hegemônicos?

Diante de tudo isso e dessa bela análise de Ipojuca Pontes, eu gostaria que os atuais concessionários de TV colocassem as barbas de molho, Senador Gilvam Borges. O Chavismo tupiniquim começou a avançar sobre esse segmento. E mais, o movimento está nos jornais de hoje quando se anuncia os dirigentes da futura **TV Pública**, egressos exatamente de outros veículos de comunicação. Nesse caso, não poderia ser diferente.

Sr. Presidente, nossa preocupação é a de que esse movimento surja sustentado por pretensões de natureza político-partidária, obviamente com objetivos conhecidos. Essa discussão agora, repentina, sobre o modelo de concessão, tudo isso há de nos preocupar, sim, Sr. Presidente. É preciso que a sociedade acompanhe de perto, especialmente os veículos de comunicação, os órgãos de imprensa deste País, para desvendar os mistérios que eventualmente possam se encontrar por detrás dessa iniciativa da Executiva do PT.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa agradece o pronunciamento de V. Ex^a e lhe deseja boa viagem.

Convido a assumir a tribuna o Senador Efraim Moraes.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, com direito à prorrogação de tempo diante de possível necessidade, conforme o desenvolvimento do tema.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, vamos insistir em falar sobre o drama da seca, tema recorrente nesta Casa, que a muitos soa anacrônico e que continua, em pleno século XXI, a exercer presença sinistra e corrosiva em nossa paisagem social: a paisagem social nordestina.

Na semana passada, o Senador Mão Santa falou desta tribuna – e eu o ouvi atentamente – a respeito da seca no seu Estado, o Piauí, que flagela cerca de um milhão de pessoas, e até aqui carece de efetivo apoio governamental.

A ajuda prometida pelo Governo Federal, Senador Mão Santa, por meio do Ministério da Integração Nacional, está encalhada no aparato burocrático da máquina administrativa.

Parece incrível, mas não dispomos, no âmbito do Estado brasileiro, de mecanismos ágeis que tratem a urgência de maneira urgente. Não importa a deman-

da, é necessário sempre submetê-la aos imperativos implacáveis da burocracia, que vive em mundo próprio, indiferente aos dramas humanos e às urgências e apelos.

A seca vem expandindo sua abrangência, ampliando suas vítimas. Além do Piauí, está no Maranhão e agora, Sr. Presidente, atinge duramente também o meu Estado da Paraíba. Meu caro Senador Cristovam Buarque, que, como eu, é nordestino lá do nosso querido Estado de Pernambuco, nada menos do que 143 Municípios decretaram ontem estado de emergência em decorrência da seca e, sobretudo, em face da falta de meios efetivos para combater seus efeitos deletérios e providenciar socorro às vítimas.

Sr. Presidente, no Curimataú paraibano, na cidade de Picuí, por exemplo, não chove há sete meses. E por que não dizer em toda a região do Curimataú paraibano? Estou citando exatamente a cidade de Picuí, onde não cai um pingo d'água há sete meses, nem na zona urbana, nem na zona rural.

As perdas nas plantações do Estado já chegam a 80%, ou seja, perdas quase que totais. Somente quem conhece a situação já de si penosa do agricultor nordestino pode avaliar o que representam perdas de 80%. São perdas dentro das perdas. Prejuízos dentro de um quadro de precariedade crônica. Os produtores recuperaram apenas algumas sementes para as plantarem novamente na próxima safra, se a chuva vier. Mas como e quando será a próxima safra? Não se sabe. Só Deus.

Mais de 60% das lavouras de milho e de feijão estão comprometidas. A caatinga tomou conta da paisagem, e a maioria dos reservatórios de água secou. Calamidade pública: fome, doença e morte, sobretudo de crianças.

Sem pasto, os produtores estão utilizando o xique-xique, planta típica da região, queimado no fogo. Destinada em tempos normais a alimentar os animais, em tempo de seca, torna-se muitas vezes alternativa disponível para sobrevivência humana.

As cisternas de placas, que deveriam ser abastecidas com água de chuva, são agora mantidas com carros-pipas, em número sempre inferior às demandas básicas de consumo da população.

Senador Mão Santa, faço desta tribuna um apelo ao Presidente da República, nordestino como eu, como V. Ex^a, conhecedor do drama da seca, que viveu na própria carne como retirante: ajude o Nordeste, Senhor Presidente! É só isto que pedimos: ajude o Nordeste, Presidente Lula, como nordestino que V. Ex^a é. Ajude a Paraíba, seus 143 Municípios hoje em estado de calamidade pública.

Quando faço este apelo, que direciono também ao Ministro da Integração Nacional, Deputado Geddel Vieira Lima, outro nordestino que conhece de perto o drama da seca, não o circunscrevo apenas às providências imediatas de pronto-socorro social. Refiro-me também às providências de médio e de longo prazo, que permitirão que, no futuro, o drama da seca seja efetivamente superado, limitado aos livros de literatura do século passado.

De imediato, Sr. Presidente, ocorre-me reiterar ao Governo Federal pedido que já fiz diversas vezes desta tribuna: que anistie as dívidas dos agricultores nordestinos prejudicados pela seca. É um pleito justo, humano, necessário e para o qual inclusive há diversas propostas tramitando nesta Casa. Sei que pode ser atendido com rapidez, se houver vontade política por parte do Governo e de sua Bancada.

Se o Brasil, Srs. Senadores, no curso do Governo Lula, já perdoou dívidas de outros países – e cito Bolívia, Paraguai, Cabo Verde, Gabão e Moçambique –, sob o argumento de que são países pobres e não dispõem de recursos para fazer frente a juros bancários, por que não estender o mesmo conceito aos agricultores familiares, pequenos e mini produtores rurais, bem como a cooperativas e associações de nosso sofrido Nordeste? E por que não dizer dos pequenos e médios agricultores brasileiros, assolados pela tragédia da estiagem prolongada? Se, em condições normais, o endividamento bancário, submetido a juros escorchantes, tem sido fator de perturbação do processo produtivo, que dirá em meio às intempéries de uma estiagem prolongada?

Quando falo em nome da Paraíba, pedindo providências para o Estado, onde a seca deixa 143 Municípios em situação de emergência, quero lembrar que a seca muda também o cenário no Parque dos Lençóis Maranhenses. A seca deixa 12 cidades do Tocantins em situação de emergência. A seca deixa 75 cidades em situação de emergência em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a necessita de quanto tempo para concluir? Dez minutos está bom?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais...

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – O fenômeno La Niña deixa a primavera mais seca em parte do País. A seca atinge mais de um milhão de pessoas no Estado de V. Ex^a, Senador Mão Santa, no Piauí. E a seca mata mais de 500 bois no sul do Espírito Santo.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim, o Piauí tem 40% de semi-árido, não é? Então, essa

parte sofre muito. Mas quero dizer, Senador Arthur Virgílio, que estuda história, para o Luiz Inácio, que não gosta de ler e de estudar, que D. Pedro II, diante de um drama desses, foi lá e disse: "Vendo até o último brilhante da minha coroa, mas o povo do Nordeste não pode sofrer". Depois, no período ditatorial, Médici foi ao Nordeste e, reconhecendo com humildade, disse: "O governo vai bem, mas o povo vai mal". E, Efraim Morais, passo até a ser parlamentarista para V. Ex^a ser o Primeiro-Ministro, porque sua idéia de anistiar aquele povo sofrido do campo tem de ser atendida. Quem está na Presidência é um homem ligado ao Governo, da Base do Governo, do coração do Governo. Então, acho que eles deveriam ser anistiados, porque o Luiz Inácio é culpado. A Sudene não está funcionando. Governei o Estado do Piauí, houve seca, mas tive ajuda da Sudene. Eles tinham *know-how*, tinham tecnologia. A deficiência está aí, o problema está aí, e V. Ex^a está denunciando-o. Portanto, quero me associar a V. Ex^a em sua feliz idéia de anistiar o homem do campo do Nordeste, porque, nos governos passados, faziam frentes de serviço, proporcionando trabalho e renda digna nesses momentos de dificuldade.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Senador Mão Santa, V. Ex^a defendeu desta tribuna, como eu, projeto de nossa autoria que perdoava os pequenos produtores rurais – não eram os grandes –, aqueles que tomaram empréstimos de até R\$30 mil. Conseguimos aprovar o projeto, mas ele foi vetado pelo Governo.

Agora, Senador Mão Santa, sabe o que está acontecendo com esses agricultores no meu Estado, na Paraíba? E tenho certeza de que ocorre no Estado de V. Ex^a também, assim como em todo o Nordeste. Os bancos oficiais, os bancos do Governo – o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil – estão ameaçando tomar as terras dos pequenos agricultores, se não pagarem suas dívidas.

Veja bem, tive a oportunidade de conversar com agricultores e dizer a eles que os juros que estão sendo cobrados são um verdadeiro absurdo. Não há como pagar, mesmo se vender a propriedade e o animal que lá estiver, todos os bens. Por que pagar?

Está na hora de o Governo olhar para quem precisa, para os homens que trabalham, que sustentam com seu suor sua própria família. O que acontece? Vai tomar as terras para quê? Para que esse homem vá para as pequenas, médias, grandes cidades virar mais um marginal? Ou vá para o outro lado da cerca para depois invadir a sua própria terra, como faz o MST?

O Governo não tem sensibilidade. O Governo não está enxergando o tamanho dessa crise que atravessam os pequenos e médios agricultores do Nordeste, em função, evidentemente, da seca.

Eles trabalharam, venderam muitas vezes a sua vaca ou o seu boi para plantar o seu roçado, esperando as chuvas. As chuvas não vieram, perderam as suas reservas. Que culpa têm esses homens por não poderem pagar ao banco? Paciência, Senador! Paciência!

E não venha o Presidente Lula dizer que não tem conhecimento disso, que não sabe o que é isso, porque de lá ele saiu – aqui já frisei – como retirante. Ele saiu de lá para vir para São Paulo por conta de uma seca.

Por isso, agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, que tem sido aqui, desta tribuna, um homem que luta com muita veemência em busca de uma solução para os nossos irmãos nordestinos, que são sérios, que trabalham e querem apenas uma oportunidade do Governo para recomeçar a sua vida, para oferecer à sua família a condição de cidadania.

Por isso, cabe a todos nós, Senadoras e Senadores da República... Se a seca atinge o Nordeste, o que víamos dias atrás era que, quando apenas por dois meses não chovia no Sul do País, daqui desta tribuna os irmãos do Sul reclamavam da seca. E nós? Cito aqui cidades e regiões inteiras do meu Estado onde há mais de sete meses não cai um pingo d'água.

Infelizmente, o que acontece no Sul, Sr. Presidente desta sessão, Senador Gilvam Borges, é que há dois meses não chove, aí vêm as enchentes, trazendo uma situação também de dificuldade aos nossos irmãos do Sul, aos quais me solidarizo.

Mas, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, outra providência, esta de teor estrutural – e à qual igualmente me refiro de maneira recorrente desta tribuna – relaciona-se ao projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, neste momento suspenso ou por medidas judiciais ou por irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União. Medidas, diga-se, inspiradas e fundamentadas mais em resistências de ordem política do que pelos fatores ambientais alegados.

Sou dos que lamentam a ação procrastinadora em torno dessa obra, que considero redentora. Os argumentos de ordem técnica e ambiental são biombo a encobrir interesses políticos paroquiais, minúsculos, inadmissíveis diante do drama humano que é a seca, flagelo que, há séculos, mata milhares e milhares de brasileiros pobres e condena à miséria uma vasta região que, em circunstâncias normais, estaria multiplicando a renda nacional.

Sr. Presidente, há hoje, em todo o mundo, cerca de 100 obras similares, até porque a escassez de

água potável é um dos grandes desafios antevistos para a humanidade no milênio que se inicia.

Há estudos ambientais consistentes viabilizando a transposição do São Francisco, garantindo seu aproveitamento consequente, sob a guarda das mais severas normas técnicas. Portanto, não há por que temê-la. Ela é de interesse nacional – e não apenas regional.

Faço, pois, mais este apelo à consciência nacional para que reveja com olhos generosos o drama dos nordestinos, privados de um bem indispensável à vida, que é a água.

É possível, Sr. Presidente, que o fato de hoje a seca estar ocorrendo em outras regiões do País – no Espírito Santo, em Tocantins e aqui mesmo, em Brasília, onde não chove há quatro meses – favoreça uma melhor compreensão do que é esse drama e permita que ações mais efetivas – e não apenas o socorro pontual, burocrático e precário de sempre – estabeleçam-se.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, apelo, em nome de milhares e milhares de paraibanos que habitam os 143 municípios em estado de emergência, providências urgentes por parte do Governo Federal.

Sei que o Presidente Lula é pessoa sensível e não ficará indiferente a este apelo, que estendo também a esta Casa, historicamente solidária a esse drama, que insiste em se manter atual – escandalosamente atual – na paisagem humana e econômica do...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – ... nosso País.

Sr. Presidente, para concluir, reitero o apoio dos companheiros de todas as regiões, porque é impossível imaginar que, em um estado que tem 223 municípios, sejam decretados, de uma só vez, 143 municípios em estado de emergência. Crianças estão morrendo de fome. Não há nenhuma providência, não há nenhuma palavra sequer de conforto do Governo Federal para esses milhões e milhões de brasileiros, brasileiros nordestinos, brasileiros da minha Paraíba.

Portanto, fica o meu apelo, na certeza de que estarei de volta aqui, mas o que não posso admitir é que o Governo, que não sabe o que está acontecendo – pelo menos, o que estamos vendo é que ele nada sabe – não venha...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a se dá por satisfeita ou necessita de mais algum tempo? Mais cinco minutos?

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Apenas um minuto, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância e a benevolência de V. Ex^a, mas, para mim, apenas um apelo: Presidente Lula, lembre-se do Nordeste. Presidente Lula, lembre-se da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis diante da necessidade e da evolução das considerações.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, aproveito esta tarde morna para fazer um *pot-pourri* de assuntos, culminando com uma fala sobre a sessão de hoje que comemorou, em tom solene, por iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, o Dia Mundial do Turismo. Antes disso, comento alguns assuntos de maneira bem rápida.

Em primeiro lugar, requeiro um voto de pesar pela morte da Sr^a Maristela de Melo Valente, ocorrida em 10 de setembro último, em Manaus, vítima de acidente automobilístico, servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho, muito estimada na minha cidade e exemplo de dedicação ao serviço público. Peço que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família de Maristela, especialmente aos pais, João Melo e Rosa Melo, e aos irmãos João, querido amigo meu, Fátima, Júlio, Maiza, Célio e Marida.

Do mesmo modo, faço um voto de pesar pelo falecimento do estudante Diego Rodrigues Linhares, um ciclista que foi atropelado e arrastado por 100 metros no Jardim Botânico, algo brutal. Peço que isso vá para os Anais, pois é matéria do jornal **O Globo** de 23 de setembro. É um esporte que eu próprio pratico, gosto muito de ciclismo, e percebemos que não é todo motorista que respeita o ciclista. Às vezes, há desrespeito até por parte dos motociclistas, que, por sua vez, são desrespeitados por muitos motoristas. É extremamente grave isso.

Registro, de maneira alvissareira, a retirada, Senador Jarbas Vasconcelos, pelo MEC, do livro didático intitulado *Nova História Crítica*, que é um livro que contém pérolas do tipo “Mao Tsé-tung foi um grande estadista que amou inúmeras mulheres e foi correspondido” e “A revolução cultural chinesa foi uma época em que se lutou contra velhos hábitos, velha cultura, velhas idéias, velhos costumes”. Há outra pérola: “A derrocada da União Soviética, reflexo do desejo por carros importados, bons restaurantes, aparelhos eletrônicos, roupas de marcas famosas e jóias...”. Enfim,

por aí vai. Cheguei a denunciar isso desta tribuna, impressionado com a capacidade que tiveram eles, pela má-fé, de tentar manipular a cabeça dos jovens e com a inadequação intelectual, porque é quase um livro *Guinness*: poucas vezes, vi tanta estupidez escrita num dado espaço de papel! Mas que bom que o MEC – e parabenizo o Ministro Fernando Haddad, que considero um bom Ministro – retirou essa tolice de circulação!

Chamo a atenção ainda, Senador Jarbas, para o fato de que a **Folha de S. Paulo**, hoje, traz matéria que fustiga nossa consciênciia: “Boxeadores cubanos estão abandonados, diz Itamaraty”. Ou seja, mais um pouco, e são condenados à morte. É uma ditadura cruel, sanguinária, que está torturando os boxeadores, ainda que, talvez, sem encostar a mão neles, porque, proibidos de boxear, proibidos de ganhar a vida do jeito que eles sabem já é uma forma de torturá-los.

Portanto, estão aí, exibindo sua situação para o Brasil. Que isso sirva de lição para o Governo do Presidente Lula, que sempre foi muito tolerante para com os absurdos praticados na ilha de Cuba; que isso sirva de aviso! A ditadura está massacrandoe aqueles jovens, a quem o Brasil não soube, ou não quis, dar guarda para permanecerem em nossa terra, contrariando a tradição brasileira de asilo e de benevolência, acima de ideologias. É um compromisso da diplomacia brasileira que foi rompido dessa vez.

E, aqui, há algo que me chama a atenção. A matéria é do dia 22-9, da **Folha de S. Paulo**: o Deputado Ciro Gomes defende a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) – Senador Jarbas e Senador Mão Santa, essa também vale anotarmos – e diz que “branco não quer pagar imposto”. O Deputado, que é um homem de valor, deveria se recusar a virar um “subLula”; ele pode ser mais do que isso. Nada de virar um “subLula”, ou seja, entrando nessa de bancar o pai do pobres, enfim! Então, estabelece aqui uma coisa medíocre, e já lhe custou eleições essa mania de falar bobagem perto de eleição.

Diz-se que, se acabar a CPMF, acaba o Bolsa-Família, o que é mentira. Isso é o que eles e a Oposição querem e não têm coragem de dizer. A CPMF acaba, e o Governo não precisa dela, porque há excesso de arrecadação tanto nas fontes sazonais quanto nas fontes duradouras, Sr. Presidente. E, se contarmos só as fontes duradouras de arrecadação, o excesso de arrecadação vai valer, no fim do ano, por toda uma CPMF. Trata-se de um imposto ruim, que onera todas as etapas do processo produtivo, que encarece o cus-

to-país e que não é bom; não é um imposto bom. Meu Partido não sectarizou sequer, abriu-se para tentar dialogar, e o que o Governo tem feito é atropelar, de maneira brutal, a minoria na Câmara.

Exigimos o fim da CPMF ou desonerações e mais uma redução da CPMF que equivalham ao total que eles esperam arrecadar, mas exigimos rebaixamento de carga tributária, porque o bom momento da economia brasileira permite isso. Não há razão para se manter esse imposto. Do jeito que ele está é uma excrescência, e o Governo ainda quer criar "Sealopra", ainda quer gastar dinheiro com 60 mil novos servidores no ano que vem; paga mal o servidores públicos federais e quer pagar bem pessoas que serão nomeadas, com certeza, para fins de aparelhamento político.

Então, por tudo isso, vi aqui uma expressão tola. Certa vez, o Dr. Ciro Gomes atacou os homossexuais e foi duramente repreendido por organizações de homossexuais. Agora, ataca os brancos, em um País onde todos são miscigenados. Meu avô era negro, minha mãe era de descendência claramente européia, e meu pai era mulato. Tenho dois irmãos que são morenos, bastante morenos. Saí com a pele clara, minha irmã também. Mas o que sou? Se chegar o Censo e me perguntar, não sei o que sou. Branco, sei que não sou, embora minha pele sugira. Meu avô era negro. Tenho muito orgulho disso. Tenho descendência indígena e européia – holandeses e portugueses misturados.

O que é branco para o Dr. Ciro Gomes? Branco para ele é quem é rico? Que conversa mais racista, mais tola! Disse ele, outro dia, que está louco para debater com o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, mas que Paulo Skaf não queria debater com ele. Se ele se dignar a debater comigo a CPMF, aceito na hora em que ele quiser, onde ele quiser, pelo tempo que desejar e perante a platéia que ele escolher. Aceito debater, para desmontar essas tolices uma por uma.

Sr. Presidente, eu gostaria de saudar a iniciativa da nossa Colega de Senado e de Partido Senadora Lúcia Vânia de requerer a realização de sessão especial para comemorarmos o Dia Mundial do Turismo, que é parte da Semana do Turismo, promovida pelas duas Casas do Congresso. Procura-se incentivar, com a realização desse evento, a participação da mulher no setor de turismo. Realmente, trata-se de setor que abre as portas para as mulheres. Hoje, as mulheres encontram-se em igualdade de condições com os homens, mas não ainda no plano da remuneração. Como em muitos outros setores, os homens, em funções idênticas na área de turismo, em geral, auferem

ganhos maiores do que as mulheres, mas tem havido inegáveis avanços. Foi-se o tempo, como bem assinalou o material de divulgação desta Semana do Turismo, em que as mulheres que atuavam no setor faziam o que se denominaria, pejorativamente, de "serviços de mulher", ou seja, eram faxineiras, garçonetas, enfim, funções dignas, porém de baixa remuneração e de pouco reconhecimento.

Hoje, as mulheres podem ser encontradas em todos os postos do setor, inclusive na direção de importantes cadeias de hotéis. Hoje, por exemplo, o Ministério do Turismo é dirigido por uma mulher, e as Comissões do Turismo do Senado e da Câmara são presididas por mulheres: no Senado, a Senadora e ex-Ministra Lúcia Vânia e, na Câmara – e já concedo o aparte ao Senador Mão Santa –, a Deputada Lídice da Mata. Em muitas agências de viagens, as mulheres são mais numerosas que os homens. Atuam também como guias de turismo e são, como sabemos, muito dedicadas e muito eficientes.

O tema me é particularmente grato, pois venho de um Estado e de uma região – o Amazonas e a Amazônia – que têm no turismo setor de fantástica potencialidade. Ao longo dos últimos 35 anos, a Zona Franca de Manaus tem sido o esteio econômico do Amazonas. É o projeto de desenvolvimento e de integração regional que mais espetacular êxito alcançou no Brasil, mas, ultimamente, vem sofrendo ataques de várias formas. É preciso buscar formas alternativas para, a médio ou longo prazo, garantir os empregos e a continuidade do crescimento econômico. E o turismo é uma das mais promissoras.

A Amazonastur, empresa do Governo do Estado, vem atuando nesse sentido. Mantém programas de capacitação e de qualificação de mão-de-obra para o setor; vem melhorando a infra-estrutura turística, incluindo a manutenção do Centro de Atendimento ao Turista, do Terminal Fluvial Turístico, do Centro Comercial de Artesanato e Gastronomia e de um Centro Cultural.

O fluxo turístico no Estado tem apresentado crescimento anual médio de 15%. Segundo dados oficiais, o Amazonas recebeu 283.018 turistas, em 2003; 307.996, em 2005; e 377.206, em 2006. O turismo no Estado começa a ser, portanto, uma realidade econômica e social, empregando mais de 60 mil pessoas.

Os estrangeiros constituem parcela expressiva do fluxo turístico; representam 40% do total de visitantes, a maioria procedente dos Estados Unidos. Dados levantados pela Embratur indicam que o Amazonas figura entre os dez destinos mais procurados pelo tu-

rista estrangeiro, em função dos produtos turísticos que oferece, destacando-se a hotelaria de selva, a pesca esportiva, os cruzeiros fluviais, o ecoturismo e a observação de pássaros.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a necessita de quanto tempo para concluir suas considerações? De mais cinco minutos?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, preciso de dois minutos para terminar de ler e de mais alguns para ouvir o aparte do Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo-lhe mais cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

A imensidão da floresta amazônica, onde se encontra a maior biodiversidade do planeta, e a pujança dos rios que a cortam são, no exterior, um atrativo quase irresistível. Pena é a deficiência logística prevalente, pois é caro e penoso vir ao Brasil e mais caro e penoso ainda ir até a Amazônia.

O fluxo de turistas estrangeiros poderia ser bem maior se houvesse mais facilidade de acesso aéreo. O aeroporto de Manaus deveria ser radicalmente reformado e modernizado e poderia perfeitamente funcionar como um dos portões de entrada no Brasil, funcionando como um *hub* aéreo, ou seja, um centro distribuidor de vôos para a Região Norte e para o Caribe e os Estados Unidos. Essa é uma legítima aspiração do Estado, e espero que o Governo Federal se mostre sensível a ela. Não é interesse apenas do Amazonas, mas do Brasil.

Falei dos estrangeiros, e é até curioso que a Amazônia exerça atração mais forte lá fora do que aqui dentro. Os brasileiros precisam também ser estimulados a conhecer essa região, tão bonita quanto estratégica.

Em Manaus, já há muitas mulheres trabalhando no setor de turismo. Sua participação pode, porém, ser muito maior, inclusive em atividades correlatas, como a do artesanato, em que é forte sua presença, na medida em que haja mais estímulo para o turismo nacional e estrangeiro na região.

Até agora, falei da mulher como agente do setor de turismo, da oportunidade de trabalho que se abre para ela e de como ela pode crescer profissional e pessoalmente, mas há outro lado, muito bem lembrado pela Senadora Lúcia Vânia, que é o da mulher públi-

co-alvo, ou seja, a turista, a usuária dos serviços do setor. Hoje, é expressivo o número de mulheres, principalmente da chamada “terceira idade”, que fazem excursões turísticas. Esse, aliás, é outro filão que se abre para o setor. Homens e mulheres nessa faixa de idade podem ser incentivados a viajar, inclusive, se Deus quiser, para a Amazônia. Eu ficaria feliz se isso acontecesse.

Espero que a comemoração desta manhã, à qual não pude, infelizmente, comparecer, sirva de estímulo para o crescimento do turismo no País, sobretudo no meu Estado e em toda a região amazônica, sem dúvida, para que a mulher tenha participação cada vez maior nesse ramo de atividade econômica.

Antes de conceder o aparte ao Senador Mão Santa, que encerra este pronunciamento, quero, de novo, parabenizar a lúcida Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da Casa, minha companheira de Partido e nossa colega de Senado, Senadora Lúcia Vânia, pela bela iniciativa que tomou, iniciativa coberta de êxito.

Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Cadê o Casagrande? Envergonhado, quando V. Ex^a falou do Líder do Partido dele, o Ciro Gomes, ele desapareceu. Eu me lembro de que, no Ceará, ele deu uma declaração uma vez. Os médicos pediram aumento, e o Presidente da Associação Médica disse para o Ciro, que era Governador, que eles estavam ganhando menos que um motorista. Ele respondeu para o médico: “E o que é que tem? O médico é como sal: branco, barato e tem em todo lugar”. O Presidente da Associação Médica disse: “Eu queria que, quando sua mãe precisasse ser operada, você fosse buscar o motorista”. Mas, agora, ele dá essa de branco, ele está com esse negócio de branco aí.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Que coisa maluca, não é?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero dizer o seguinte: isso aí é o time do Luiz Inácio querendo se inspirar no Goebbels, que disse que uma mentira repetida se torna verdade. Então, eles estão metendo na cabeça, na mídia, que a CPMF é coisa de rico, só de quem tem cheque, e que pobre não tem cheque. Estão enganando o povo! Cadê o Wellington Salgado? Também saiu.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Mão Santa, estou aqui.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – No preço de um xampu, de que ele precisa – e é branco –, 52% são

impostos. As mulheres brancas e pretas, que precisam de xampu, já pagam impostos demais. No preço de um sabonete, 50% são impostos. E a gasolina? O pobre anda por aí, pagando caro pela passagem do ônibus; a viagem é cara. Ô Cristovam Buarque, o preço de uma corrida de táxi em Buenos Aires é igual ao de uma corrida de moto táxi no Brasil. Isso tudo é imposto. O pobre, quando compra seu sabonete, quando compra sua cachacinha, seu leite, Senador Jarbas, realmente não usa cheque. O Paulo Skaf sabe – porque trabalha e representa os homens que trabalham, esses heróis empresariais – que já rolou muito cheque, muito cheque. E quem vai pagar o produto mais caro é o pobre. Então, esse imposto atinge, violentamente, os mais pobres e, por isso, é um imposto injusto em todo produto. Bastaria desaparecer essa CPMF. O dinheiro, Luiz Inácio, não vai desaparecer. Já há 76 impostos no Brasil. Não existe país nenhum assim. Antes, Bilac dizia: "Não verás país nenhum como este". Digo: não verás país nenhum que tenha tanto imposto como o Brasil! São 76 impostos. Agora, basta tirar a CPMF, que vamos enterrar. O PMDB do bem está aqui, só nós dois estamos aqui; então, vamos enterrar essa CPMF, primeiro porque é uma mentira. Ô Luiz Inácio, não é imposto de cheque, não há isso, é CPMF, Contribuição Provisória. É provisória! Era para aquele momento de crise na Saúde. E o pior é que não foi provisória, foi uma mentira. A Saúde está aí: falácia e desmoralização. O Gilvam já está envergonhado ali. Voltou a dengue, voltou a malária no seu Estado – ela aumentou em seis vezes. A tuberculose, que tinha desaparecido, está proliferando. Dos hospitais, o povo brasileiro sabe. Então, não foi para a Saúde, foi uma mentira. Todo mundo paga, porque quem compra não precisa ter talão de cheques, não. É nisso que eles estão mentindo. De mentira em mentira, o Luiz Inácio vai governando. Isso é uma mentira, não é de branco nem de preto, é uma Contribuição Provisória. Se é provisória, se esta Casa a fez provisória, então esta Casa deve levar a verdade. Provisória é provisória, não é eterna, como querem. Essas são nossas palavras. Aí, sim, vamos enterrar essa CPMF aqui. Aí, o Senado da República vai corresponder às necessidades da história, da democracia. Esta Casa é daqueles que estão aqui para orientar e para levar leis boas e justas ao povo do Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Para concluir, agradeço ao Senador Mão Santa o aparte e aproveito para encerrar.

Além de tudo que sabemos – e o Senador Mão Santa ressaltou isso muito bem –, a CPMF é um imposto injusto, porque é regressivo, ou seja, atinge igualmente pobres e ricos. Pune os pobres, portanto.

Há outro dado: o Governo tem de aprender a economizar. Não tem de gastar tudo que tem. Os gastos correntes, neste País – e tive ocasião de dizer isso desta tribuna –, crescem, no Governo do Presidente Lula, à média anual de 9% reais acima do Produto Interno Bruto (PIB). Seja qual for o PIB, a média anual é de 9% reais acima do crescimento do PIB. Então, não importa que o crescimento seja pífio, de 2%, ou que seja razoável, de 5%; o fato é que cresce. Quanto mais o Brasil produz, mais os gastos correntes se avolumam.

Lembro o acordo de 2003, que fizemos nesta Casa, Senador Cristovam. Fizemos um acordo na ocasião da reforma tributária. V. Ex^a estava no Ministério, se não me engano. O acordo era muito simples: era para demonstrarmos que queríamos fazer, a partir da aprovação da reforma tributária na Câmara, se aprovado o projeto no Senado, o chamado **fasing out**. Ou seja, baixar-se-ia alguma coisa e, em cinco anos, ela viraria um imposto meramente fiscalizador, de 0,08%. Ora, se isso tivesse começado a vigorar em 2004, passaria pelos anos de 2004, de 2005, de 2006 e de 2007, e 2008 seria o último ano, e, a partir de 2009, já teríamos o percentual de 0,08%. O Governo daquela época aceitou fazer o acordo conosco. Só não o cumpriu, mas aceitou o acordo.

A posição do PSDB nunca vai ser a de se fechar para a negociação, mas vai ser, intransigentemente, a de permitir que a carga tributária se mantenha nesse patamar. Quanto a isso, o Governo pode tirar o cavalinho da chuva, porque não pode começar a conversar conosco sem começar a admitir que a carga tributária está exorbitante, que pode viver sem parte dos impostos que arrecada e que, portanto, dá para se discutir com base nessa premissa inicial de que é possível reduzir a carga tributária. O PSDB não abre mão de sair desse episódio sem algo significativo de rebaixamento de carga tributária.

Agradeço a V. Ex^a a benevolência, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Começo por saudar a iniciativa de nossa colega de Senado e de partido, a Senadora Lúcia Vânia, de requerer a realização desta Sessão Especial para comemorar o Dia Mundial do Turismo e que é parte da Semana do Turismo, promovida pelas duas Casas do Congresso.

Procura-se incentivar, com a realização desse evento, a participação da mulher no setor de turismo. Realmente, é setor que “abre as portas para as mulheres”. E hoje, em igualdade de condição com os homens – não ainda, porém, no plano da remuneração. Como em tantos outros setores, os homens, em funções idênticas na área do turismo, em geral ~~ganham mais do que~~ as mulheres.

Mas tem havido inegáveis avanços. Foi-se o tempo, como bem assinalou o material de divulgação desta Semana do Turismo, em que as mulheres que atuavam no setor faziam o que se denominaria ^{reservadamente} “serviços de mulher”, ou seja, eram faxineiras, garçonetes etc. ~~etc. rufina, favelas elípticas~~
~~apenas de baixa formação e de pouco recorrido círculo~~.

Hoje, as mulheres podem ser encontradas em todos os postos do setor, inclusive na direção de importantes cadeias de hotéis. ~~Hoje, temos~~, ^{uma} ~~um~~ Ministério de Turismo dirigido por uma mulher. E as Comissões de Turismo do Senado e da Câmara são presididas por mulheres: aqui, a ~~Senadora~~^{e sua diretora} Lúcia Vânia; lá, na Câmara, a Deputada Lídice da Mata. Em muitas agências de viagens, as mulheres são

mais numerosas do que os homens. Atuam também como guias de turismo. E são muito dedicadas e eficientes. O tema me é particularmente grato, pois venho de um Estado e de uma Região – o Amazonas e a Amazônia – que têm no turismo setor ~~com enorme~~ ^{de fantástica} potencialidade.

Ao longo dos últimos 35 anos, a Zona Franca de Manaus tem sido o grande esteio econômico do Amazonas. É o projeto de desenvolvimento e integração regional que mais espetacular êxito alcançou no Brasil. Mas ultimamente vem sofrendo ataques de várias formas. É preciso buscar formas alternativas para, a médio ou longo prazo, garantir os empregos e a continuidade do crescimento econômico. E o turismo é uma das mais promissoras.

A Amazonastur, empresa do Governo do Estado, vem atuando nesse sentido. Mantém programas de capacitação e qualificação de mão-de-obra para o setor; vem melhorando a infra-estrutura turística, incluindo a manutenção do Centro de Atendimento ao Turista, do Terminal Fluvial Turístico, do Centro Comercial de Artesanato e Gastronomia e um Centro Cultural.

O fluxo turístico no Estado tem apresentado crescimento anual, médio, de 15%. Segundo dados oficiais, o Amazonas recebeu 283.018 turistas, em 2003; 307.996, em 2005; 377.206, em 2006. O turismo no Estado já é, portanto, uma realidade econômica e social, empregando mais de 60 mil pessoas!

Os estrangeiros constituem parcela expressiva do fluxo turístico. Representam 40% do total de visitantes, a

maioria procedente dos Estados Unidos. Dados levantados pela Embratur indicam que o Amazonas figura entre os dez destinos mais procurados pelo turista estrangeiro, em função dos produtos turísticos que oferece, destacando-se a hotelaria de selva, a pesca esportiva, os cruzeiros fluviais, o ecoturismo e a observação de pássaros. A imensidão da floresta amazônica, onde se encontra a maior biodiversidade do planeta, e a pujança dos rios que cortam, são, no exterior, atrativo quase irresistível.

*Pesa é a deficiência logística deslocante, pris i'cos a fisco
vá ao Brasil e vai lá e pescar ainda go et etc a Amazonia.*

O fluxo de turistas estrangeiros poderia, no entanto, ser

bem maior se houvesse mais facilidade de acesso aéreo.

de Manaus dispõe de um dos aeroportos mais seguros do País

~~de~~ poderia perfeitamente funcionar como um dos portões de entrada no Brasil, funcionando como um *hub* aéreo, ou seja, um centro distribuidor de vôos para a Região Norte e para o Caribe e Estados Unidos. Essa é uma legítima aspiração do Estado e espero que o Governo Federal se mostre sensível a ela. Não é de interesse apenas do Amazonas, mas do Brasil!

Falei dos estrangeiros. E é até curioso que a Amazônia exerça atração mais forte lá fora do que aqui dentro. Os

brasileiros precisam também ser estimulados a conhecer a

~~Amazônia, até para dar mais valor a essa região de~~

~~relevante interesse estratégico para o País. E essa é função que pode e deve ser exercida pelo setor de turismo.~~

Em Manaus, já há muitas mulheres trabalhando no setor de turismo. Sua participação pode, porém, ser muito maior, inclusive em atividades correlatas, como a do artesanato – onde é forte a sua presença – na medida em que ~~fazia~~ houver mais estímulo para o turismo nacional e estrangeiro na Região.

Até agora falei da mulher como agente do setor de turismo, da oportunidade de trabalho que se abre para ela e como ela pode crescer ~~profissionalmente, e tem crescido.~~

Mas há o outro lado, muito bem lembrado pela Senadora Lúcia Vânia, que é o da mulher público-alvo, ou seja, ~~como~~ turista, usuária dos serviços do setor. Hoje, é expressivo o número de mulheres, principalmente da chamada “terceira idade”, que fazem excursões turísticas.

Aliás, ~~Esse é~~ ^{além} ~~outro~~ filão que se abre para o turismo. Homens e mulheres nessa faixa de idade podem ser incentivados a viajar – inclusive para a Amazônia. Ficaria feliz se isso acontecesse. E espero que esta comemoração sirva de estímulo para o crescimento do turismo no País e, sobretudo, no meu Estado e em toda a Região amazônica – é ^{para} ~~de cada dia~~ que a mulher tenha participação cada vez maior nesse ~~setor~~ ^{jovem} de atividades culturais – Era o que tinha a dizer.

José Renato Júnior

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Boxeadores cubanos estão abandonados, diz Itamaraty

Relatório afirma que atletas estão sem perspectivas de retomar as lutas profissionais

CASO DOS CUBANOS

Atletas ficaram 12 dias desaparecidos no Brasil

DESERÇÃO

» Em 20/7, os pugilistas cubanos Guillermo Rigondeaux (bicampeão olímpico) e Erislandy Lara (campeão mundial dos meio-médios) abandonaram os Jogos Pan-Americanos

COMPRAS

» Em depoimento à PF, disseram que saíram para fazer compras, quando foram abordados por dois alemães, levados para um bar, onde teriam sido 'entorpecidos' e mantidos presos em um apartamento em Copacabana. Depois, teriam sido levados para Araruama (RJ), onde pediram ajuda à polícia. Eles negaram interesse em lutar na Alemanha

ALEMÃES

» A empresa Arena Box-Promotion admite que ajudou os atletas na fuga e diz ter feito um contrato com eles. O Consulado da Alemanha no Rio confirma que Rigondeaux e Lara pediram vistos de entrada

POLÍCIA

» Em 4 de agosto, os dois foram deportados pela PF e seguiram para Cuba num avião fretado pelo governo local

Texto enviado a comissão da Câmara relata que cubanos se queixam de recriminação por parte de colegas e de autoridades

IURI DANTAS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Quase dois meses depois de terem sido deportados pelo governo brasileiro, os boxeadores cubanos Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara permanecem abandonados à própria sorte em Havana, sem perspectivas de retomar as lutas profissionais e sem contato com amigos colegas da equipe de boxe.

É o que diz um relato de duas folhas e meia de um documento reservado encaminhado pelo ministro interino das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, à Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

"[Rigondeaux] continua treinando por conta própria à espera de uma comunicação oficial das autoridades desportivas sobre seu futuro", assinala o texto. O mesmo atleta também se queixou que "muitos de seus antigos companheiros daquela equipe estariam evitando manter contato com ele" e "teria voltado a se queixar do assédio dos jornalistas estrangeiros".

A situação de Lara seria ainda mais complexa. Segundo o documento, "por ser capitão da equipe de boxe cubana" no Pan, foi sobre ele que "recaiu maior carga de recriminação por parte das autoridades cubanas".

O chefe interino do Itamaraty faz uma previsão, a seguir: "Tudo parece indicar estar con-

denado ao esquecimento, sobretudo por não ter, até o momento, alcançado conquistas esportivas comparáveis às de seu companheiro."

De acordo com o documento assinado por Guimarães, as informações foram obtidas pelo embaixador brasileiro em Cuba, Bernardo Pericá.

A deportação de Rigondeaux, que é campeão olímpico, e Lara despertou interesse da imprensa mundial no mês passado.

Em menos de 48 horas, os atletas foram detidos irregularmente pela Polícia Federal na Região dos Lagos, no interior do Rio, interrogados duas vezes e embarcados em um jato executivo de prefixo venezuelano.

No final de agosto, o chanceler cubano Felipe Pérez Roque confirmou que houve contato entre Havana e Brasília para "propiciar e organizar" a volta dos pugilistas para a ilha de Fidel Castro. O governo brasileiro nega a ocorrência.

Para investigar o caso, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara aprovou a ida de uma comitiva de deputados a Havana para visitar os atletas.

O presidente da comissão, Vieira da Cunha (PDT-RS), solicitou informações ao Itamaraty, para organizar a viagem. O escritório de Guimarães responde a esse pedido de informações.

Segundo um jornalista ouvido pelo diplomata brasileiro, a deserção dos atletas interromreu discussões em curso em Cuba de criar "pensões vitálicas" para ex-campeões olímpicos, "em valor substancialmente mais elevado do que a média dos salários recebidos".

Ciro defende CPMF e diz que 'branco não quer pagar imposto'

Ex-ministro declara, na Assembléia do Piauí, que 'acabar com a contribuição é acabar com o programa Bolsa Família'

Deputado federal pelo PSB do Ceará volta a admitir que é candidato à sucessão de Lula em 2010, mas que não quer antecipar as discussões

DA AGÊNCIA FOLHA, EM FORTALEZA

O deputado federal e ex-ministro da Integração Nacional Ciro Gomes (PSB) fez ontem uma forte defesa da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

Para ele, "a CPMF é assunto de branco que não quer pagar imposto, para que o povo perca o Bolsa Família". "Se acabar a CPMF, acaba o Bolsa Família. Isso é o que eles [a oposição] querem e não têm coragem de dizer", disse Ciro em Teresina.

O projeto do Planalto, aprovado em primeira votação na Câmara por 338 votos a 117, prorroga a cobrança da CPMF com alíquota de 0,38% até 2011. O governo federal espera arrecadar quase R\$ 40 bilhões em 2008 com a contribuição.

Ciro fez uma palestra na Assembléia Legislativa do Piauí em homenagem aos 60 anos de fundação de seu partido, o PSB.

A jornalistas ele voltou a admitir que pode ser candidato a presidente em 2010, mas não quer iniciar a discussão sobre sucessão presidencial agora: "Eu não seria sincero em afirmar que não sou candidato,

O vice-governador do Piauí, Wilson Martins, o presidente da Assembléia, Themístocles Filho, e o ex-ministro Ciro Gomes

mas, com a experiência que temos, também não seria justo falar de sucessão presidencial, já que estamos apenas nos primeiros nove meses do segundo mandato do presidente Lula, e nosso objetivo é contribuir para que faça um bom trabalho".

Ciro já foi candidato a presidente em 1998 e em 2002 e disse que isso por si só demonstra seu desejo de governar o país. Ele lidera, no Congresso, o bloco formado por PSB, PDT, PC do B, PRB, PHS e PMN, que discute uma candidatura própria em 2010: "Acho absurdamente um desserviço ao país se discutir eleição quando o presidente não inteirou nem nove meses de quatro anos de governo".

PROCURADORIA Ex-deputado é denunciado por 'mensalinho'

ANDRÉA MICHAEL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Ministério Público Federal denunciou ontem à Justiça o ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti (PP-PE).

Conforme a denúncia, entre 2002 e 2003, Severino cobrou R\$ 137,5 mil do empresário Sebastião Buani em troca de manter autorização para explorar um restaurante na Casa.

Advogado deixa a defesa de Renan e diz não poder se dedicar a um só cliente

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Alvo de três processos de cassação do mandato, o presidente do Senado, Renan Calheiros perdeu um de seus principais aliados. Ex-sócio do ministro Nelson Jobim (Defesa), o advogado Eduardo Ferrão deixou a defesa do senador afirmando que não poderia mais dedicar todo seu tempo a um cliente.

O senador foi informado da decisão do advogado um dia após ter sido absolvido pelo plenário da acusação de que teria contas pagas por locista de uma empreiteira.

Em carta a Renan, Ferrão explica que iria "resgatar alguns clientes que se sentiram deixados de lado em virtude da intensidade da nossa dedicação à sua causa".

"Não temos dúvidas de que a fragilidade das acusações (...) não criará maiores dificuldades para que outros advogados assumam o honroso patrocínio da sua defe-

mento ilícito". Disse que caiu porque lutou contra "os donos do Congresso", e que provaria sua inocência. Severino decidiu renunciar para manter os direitos políticos e tentar voltar à Casa. Candidato em 2006, não se reelegeu. Descoberto durante investigações do mensalão nacional, o caso ficou conhecido como "mensalinho".

A Folha não conseguiu localizar Severino ontem em Recife. A reportagem foi informada de que ele estaria no interior de Pernambuco. O ex-deputado também não atendeu chamada feita para o celular.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Passa-se agora à apreciação dos Requerimentos nºs 1.094, 1.095, 1.096, 1.097, 1.099, de 2007, lidos em sessão anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Passa-se agora à apreciação dos Requerimentos nºs 1.111, 1.112 e 1.118, de 2007, lidos no Expediente da presente sessão.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB

– AP) – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

A Presidência informa às Srªs e aos Srs. Senadores que a Ordem do Dia da presente sessão fica transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 2 de outubro.

São os seguintes os itens transferidos:

1

PARECER N° 659, DE 2007

(*Escolha de Autoridade*)

(*Votação secreta*)

Votação, em turno único, do Parecer nº 659, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Jayme Campos, sobre a Mensagem nº 74, de 2007 (nº 263/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

2

PARECER N° 688, DE 2007

(*Escolha de Autoridade*)

(*Votação secreta*)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 688, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na

origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Alfredo Luiz de Almeida Cardoso* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

3

PARECER N° 689, DE 2007

(*Escolha de Autoridade*)

(*Votação secreta*)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 689, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, sobre a Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

4

PARECER N° 716, DE 2007

(*Escolha de Autoridade*)

(*Votação secreta*)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 716, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Miguel de Souza* para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

5

PARECER N° 734, DE 2007

(*Escolha de Autoridade*)

(*Votação secreta*)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 734, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 141, de 2007 (nº 657/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Paulo Fernando da Costa Lacerda* para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

6

MENSAGEM N° 117, DE 2007*Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação secreta)*

Mensagem nº 117, de 2007 (nº 498/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Julio Cesar Zelner Gonçalves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

7

MENSAGEM N° 118, DE 2007*Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação secreta)*

Mensagem nº 118, de 2007 (nº 504/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor *Ánuar Nahes*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

8

MENSAGEM N° 128, DE 2007*Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação secreta)*

Mensagem nº 128, de 2007 (nº 574/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Valdemar Carneiro Leão Neto*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 211, DE 2007***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do parágrafo único do art. 353 do RI)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer

nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2007*.

10

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 412, DE 2003 – COMPLEMENTAR***(Em regime de urgência nos termos
do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Shhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 23, DE 2007*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 33, DE 2007*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 35, DE 2007*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 13, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005); Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 48, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta); Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário); Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Parecer sob nº 817, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

21

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta; e abstenção do Senador Jefferson Péres.

22

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

23

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Shhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que fica instituído o Programa Disque Idoso.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT

e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

36

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção para a Redução dos Casos de Apatrédia, celebrada em 30 de agosto de 1961*.

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

37

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

38

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

39

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº

1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

40

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

41

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

42

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo de Cooperação Ju-*

dicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

43

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Convido para assomar à tribuna o Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

Peço à Assessoria do Senador Casagrande que o avise da oportunidade que S. Ex^a deixará passar de se manifestar se não agilizar a conclusão da entrevista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, em primeiro lugar, quero dizer que, hoje, participei de duas audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e ambas trouxeram-me satisfação.

Presentes à primeira audiência os trabalhadores demitidos ainda da era Collor, cerca de 400 trabalhadores, que lotaram três salas. Fizemos um bom debate sobre o retorno dos chamados trabalhadores anistiados. Eles foram anistiados, portanto, têm o respaldo da lei, além de uma série de decretos do Presidente Lula no mesmo sentido, mas grande parte deles ainda não conseguiu voltar às suas empresas de origem ou mesmo ser aprovada em outras áreas do serviço público.

Da reunião, Sr. Presidente, resultaram algumas iniciativas. Uma delas, já realizada, foi o encontro que tivemos com o Presidente do Senado para fazer a S. Ex^a dois pedidos: que intermediasse uma reunião com o Presidente da República, oportunidade em que os

anistiados exporiam a situação, ou seja, pleiteariam o retorno ao trabalho – Sr. Presidente, eles não querem emprego, eles querem trabalhar. Não é aquela história de “quero um emprego”, eles querem trabalho e com dignidade –, e o segundo pedido, que pudéssemos interagir com o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para agilizar o processo de reintegração dos demitidos.

Sr. Presidente, milhares de pessoas se deslocaram de diversas partes do País no dia de hoje para baterem às portas do Senado pedindo socorro. Trata-se de um quadro desesperador: homens e mulheres estão em situação de quase passarem fome; inclusive, fizeram um verdadeiro rateio em seus bairros, em suas vilas, em seus sindicatos para virem a Brasília participar da audiência pública, realizada na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado hoje pela manhã. Portanto, o Presidente Renan Calheiros ficou de mediar a reunião com o Presidente da República e também a interação – é claro que vou colaborar – com o Ministro Paulo Bernardo.

Sr. Presidente, tomei a liberdade, para ganhar tempo, de encaminhar à Mesa – espero que V. Ex^a despache o mais rápido possível – requerimento solicitando informações ao Ministro Paulo Bernardo e ao Advogado-Geral da União, indagando-lhes o porquê da morosidade no cumprimento da lei e dos decretos, assinados pelo Presidente Lula, que garantem a reintegração desses trabalhadores.

Sr. Presidente, também hoje à tarde realizei outra audiência pública – inclusive contamos com a presença do Senador Cristovam Buarque – na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa. Dela participaram o Fórum de Igualdade Racial, de São Paulo, a Pastoral da Igreja, que luta contra quaisquer tipo de discriminação, a Educafro, além de diversas entidades do País, que visam à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. A Proposta de Emenda à Constituição nº 2, também de minha autoria, garante um fundo para combater os preconceitos. Há também o PL nº 73, cujo projeto original é de autoria da Deputada Nice Lobão, que contempla a nossa posição em relação a uma política de inclusão de pobres, índios e negros nas universidades, principalmente aqueles oriundos de escolas públicas. Portanto, Sr. Presidente, foram duas audiências muito produtivas.

Sr. Presidente, desde já peço desculpas por não ter podido participar de importante seminário, para o qual fui convidado, realizado na Câmara dos Deputados, de iniciativa da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, intitulado “Quero envelhecer com dignidade”, por estar envolvido, durante todo o dia, com as audiências públicas. Com certeza,

lá, iria falar das minhas preocupações e daquilo que estou pensando que poderíamos fazer, tendo como eixo o próprio Estatuto do Idoso, de minha autoria – sabe V. Ex^a que eu o apresentei ainda quando era Deputado, mas, agora, como Senador, ele tornou-se lei.

Sr. Presidente, também a Senadora Lúcia Vânia havia me convidado para falar pela Região Sul neste Dia Nacional do Turismo, abrindo um espaço correto e adequado para as mulheres. Também não pude comparecer porque fiquei envolvido nesse grande debate. Tinha de ir também ao Ministério do Trabalho visitar o Ministro Carlos Lupi e também ir à Secretaria de Direitos Humanos para discutirmos a questão do trabalho escravo, mas, infelizmente, Sr. Presidente, fiquei preso aqui e não pude participar.

Era a minha intenção hoje, Sr. Presidente, falar um pouco mais das importantes decisões que esta Casa tomou no dia de ontem. Ontem, para mim, foi um dia histórico, porque a Casa voltou a trabalhar, voltou a funcionar, voltou a produzir, voltou a votar. Se o Governo foi derrotado em uma Medida Provisória, faz parte das regras do jogo perder ou ganhar. Confesso que votei com a Medida Provisória do Governo, a da criação da nova Secretaria de Longo Prazo, no entanto, perdemos. É assim a democracia. Quem vem ao plenário tem de entender que aqui a gente perde e aqui a gente ganha. O que não pode acontecer é a Casa não estar funcionando.

Tenho recebido milhares de *e-mails* desde ontem, digo milhares porque são mais de quatro mil *e-mails* por dia, todos cumprimentando-me pelo Senado ter voltado a produzir.

Também fiquei muito satisfeito com a decisão desta Casa de aprovar o Projeto de Lei nº 70/2007, de iniciativa do Executivo, que dispõe sobre as escolas técnicas. Conversei com todos os Líderes, que o assinaram e o encaminhei ao Presidente Renan Calheiros, que o colocou em votação. Portanto, ontem, aprovamos o requerimento de urgência e as escolas técnicas, que contempla oito Estados, inclusive o meu Rio Grande do Sul e o Distrito Federal. Enfim, vamos avançar, para não ficarmos somente no discurso das escolas técnicas, e operar. Ainda hoje, falava com o MEC e disseram-me que vão começar a fazer licitações em todos os Estados para implementá-las, permitindo, assim, que a nossa juventude tenha efetivamente o direito às escolas técnicas. No Rio Grande do Sul, foi contemplada a cidade de Canoas.

Enfim, foi uma decisão importante. Antes de conceder um aparte ao Senador Mão Santa, quero cumprimentar os Estados que receberam, mediante a aprovação do Projeto, a implantação completa – estrutura física, corpo docente e funcionários – das escolas

técnicas: Rio Branco – Acre; Macapá – Amapá; Campo Grande – Mato Grosso do Sul; Brasília – Distrito Federal; Canoas – Rio Grande do Sul.

O PLC nº 70 também prevê a criação de escolas agrotécnicas federais na cidade de Marabá, no Pará; em Nova Andradina, no Mato Grosso do Sul, e em São Raimundo das Mangabeiras, no Maranhão.

Aqui recebi, inclusive, o apoio e um *lobby* democrático e correto do ex-Secretário-Geral desta Casa, Raimundo Carreiro, que me ligou para dizer que ele havia apresentado, via um Senador, proposta semelhante, e agora foi contemplado nessa posição do Executivo.

Sr. Presidente, de imediato, serão criadas cerca de 1.200 vagas para professores de 1º e 2º Grau, técnicos e outras funções. Estes são os profissionais que irão trabalhar nessas escolas técnicas, que gerarão milhares e milhares de vagas para a nossa juventude.

Lembro também que a Escola Técnica Federal de Porto Velho passa a denominar-se, a partir deste Projeto tão importante aprovado ontem, Escola Técnica Federal de Rondônia.

Quero destacar, Sr. Presidente, a instalação de escola técnica na cidade de Canoas, o que, para mim, foi importante, pois foi naquela cidade que construí a minha base sindical, para, depois, entrar na política. Agradeço a todo o povo do Rio Grande, em virtude de quem, como Deputado e Senador, recebo votos; e não por esse motivo somente, mas quero agradecer a todas as cidades do Rio Grande, pois são 496 cidades.

Agradeço a mobilização dos trabalhadores, dos empresários, da imprensa gaúcha, dos vereadores, das prefeituras e de toda a bancada gaúcha aqui no Congresso, na Câmara e no Senado. Essa mobilização foi importante para a aprovação do Projeto.

Sr. Presidente, cumprimento principalmente o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi o autor da iniciativa, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, o Secretário da Educação Profissional do Ministério da Educação, Eliezer Pacheco, e o Professor Irineu Mário Colombo, do MEC, pela forma como ajudaram a convencer as Srs. e os Srs. Senadores da importância do projeto. Cumprimento também o Relator da matéria, Senador Valter Pereira, e o Senador Edison Lobão. Apresentei um requerimento de urgência, e o Senador Edison Lobão fez o mesmo, apresentando requerimento...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...de urgência no mesmo sentido.

Sr. Presidente, vou concluir estes meus vinte minutos após a Ordem do Dia, embora V. Ex^a tenha

me concedido apenas cinco. Sei que V. Ex^a está me ponteando. V. Ex^a me concedeu cinco minutos, e após a Ordem do Dia são vinte minutos, mas não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a dispõe do tempo necessário ao seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sabia disso, Senador Gilvam Borges. É a interferência do Senador Magno Malta junto a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo mais dez minutos a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concluo em cinco minutos, Sr. Presidente.

Todos sabem do meu carinho com os idosos do País, em todas as áreas, pública ou privada, e sei que os Srs. Senadores têm o mesmo carinho. Trabalhei muito na questão da Varig e ainda estou muito preocupado com a situação do Aerus. Inclusive, realizaremos uma audiência pública nesta Casa, no dia 4, por iniciativa do Senador Marcelo Crivella e deste Senador. Por isso, tenho de registrar a importante decisão tomada ontem pelo Superior Tribunal de Justiça, que rejeitou o Embargo de Declaração oposto pelo Ministério Público Federal contra decisão daquele Tribunal, dada em grau de Recurso Especial, que garantiu à Varig a indenização no valor de R\$3 bilhões, referente aos prejuízos causados pelo congelamento de tarifas aéreas.

A primeira sessão do STJ decidiu o feito por unanimidade.

O Ministro-Relator, Castro Meira, em seu voto pelo não-provimento do agravo, declarou a premissa estabelecida na segunda instância, de que a questão trazida no memorial da União configurava matéria nova e não podia ser modificada pela Primeira Turma ao julgar o recurso especial. E diz ainda que não podia, da mesma forma, ser alterado o resultado pela Primeira Seção, que já havia deliberado sobre isso.

Por que falei aqui da posição do STJ? Essa decisão representa uma importante vitória para os aposentados e pensionistas do Aerus – que eu sei que estão assistindo a este discurso neste momento e estão preocupados porque não teriam mais salário a partir de outubro –, uma vez que a ação de defasagem tarifária foi dada em garantia à dívida da Varig com o fundo de pensão Aerus.

Por isso, Senador Mão Santa, é muito importante essa decisão da Justiça, que vai fazer com que a Varig receba R\$3 bilhões, que deverão ir para o Aerus, consagrando, assim, a luta enorme desses homens e mulheres que navegaram pelo mundo com a Varig, e agora, no momento mais importante de suas vidas – porque há um envelhecer – poderão viver com digni-

nidade. Homens e mulheres, com certeza, com mais de 50, 60 anos, poderão, a partir dessa decisão, uma vez consagrada, receber seu fundo de pensão e seus vencimentos.

Como gaúcho, fiquei muito feliz com a decisão. Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, aproveito para fazer uma homenagem ao Rio Grande do Sul e a V. Ex^a. O Brasil deve muito ao Rio Grande do Sul: desde Bento Gonçalves, os Lanceiros Negros, Alberto Pasqualini, Oswaldo Aranha, Flores de Cunha, Pinheiro Machado, Getúlio, o nosso Brizola, o nosso João Goulart, Pedro Simon, V. Ex^a e Zambiassi. Mas quero, em uma homenagem, dizer que foi lançado um dos livros mais interessantes do Senado. Ô Professor Cristovam, é do Senador Paulo Duque: *Peço a Palavra Pela Ordem!* Na capa, ele coloca, quando o Senado era no Rio, o Palácio Monroe, e, na contracapa, o nosso Senado. É uma homenagem que revivemos: começa com Rui Barbosa, defendendo a liberdade de imprensa. Mas eu queria reviver o último discurso de Getúlio, só o final. Getúlio Vargas, em Minas, quando foi inaugurar aquela indústria Mannesmann, no dia 12 de agosto de 1954. Tem também o de Afonso Arinos – viu, Cristovam? – que foi em 23 de agosto, neste plenário, e o suicídio, que foi no dia seguinte. Mas Getúlio Vargas diz:

Brasileiros!

Um Brasil novo desponta, laborioso e forte, côncio de suas possibilidades, despertado, enfim, de um estéril e enganoso ufanismo para os imperativos de um porvir que se anuncia, cheio de prosperidade e grandeza. Mas é preciso que saibamos enfrentar e superar os problemas oferecidos pela realidade presente, entre os quais se coloca em primeiro plano uma industrialização inteligentemente planejada. Nessa grande obra, que será o nosso principal legado às gerações futuras, cabem a Minas Gerais um papel de destaque e uma contribuição capital para o surto do progresso que trará a riqueza, a segurança e o bem-estar à Nação Brasileira.

Saliente-se que no sepultamento de Getúlio só estava presente um Governador de Estado, Senador Cristovam: Juscelino Kubitschek de Oliveira. V. Ex^a representa esse apreço de todo o Brasil à grandiosa história do povo do Rio Grande do Sul nesta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a as referência ao povo gaúcho e à figura de Getúlio Vargas.

Senador Cristovam Buarque, quando lembramos de Getúlio Vargas, não há como não lembrar de Brizola, de Pasqualini, enfim, de homens que deram suas vidas pelo trabalhismo e tinham um compromisso histórico em defesa dos trabalhadores. Aqui no Senado, naturalmente, procuramos respeitar essa tradição de luta pelo direito ao trabalho e pelos direitos garantidos na própria CLT e na Constituição Federal, principalmente nos artigos que tratam de direitos sociais.

Sr. Presidente, ao encerrar minha fala, faço mais um apelo ao Governo Federal: que implemente o que nos remete, neste momento, à política dos anistiados, a fim de que retornem ao trabalho, e também aos decretos que apontam nesse sentido.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Encerro, sabendo que os dois Senadores estão já impacientes. Mas permaneci dentro do meu tempo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, Sr^ss e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Prefeito de Laranja da Terra, que está aqui presente, Cláudio Pagung, e o Vereador Daniel.

Sejam bem-vindos!

Inicialmente, vou tratar do assunto referente à entrada da Venezuela no Mercosul, um tema que está em permanente debate, já que envolve efetivamente uma das figuras mais polêmicas da atualidade, que é o Presidente Hugo Chávez. O Presidente Hugo Chávez, que com suas declarações chega a afrontar o Congresso brasileiro, acaba criando dificuldades e angariando partidos e lideranças contrárias à entrada da Venezuela no Mercosul.

Para o Brasil, é fundamental fortalecer o Mercosul, pois o bloco regional é um processo que se estabeleceu em diversas regiões do mundo. A Europa, que foi a região do globo que primeiro iniciou esse debate, avançou na moeda única, numa Constituição, em legislações unificadas.

Então, esse é o caminho para que possamos integrar a América do Sul. O Brasil iniciou esse processo juntamente com o Paraguai, o Uruguai, a Argentina. E considero importante que avancemos com os demais países, com o Chile, com a Venezuela.

Temos a responsabilidade de proceder a esta votação da entrada da Venezuela no Mercosul. E espero que consigamos fazê-la. É importante essa ampliação da integração dos países que compõem esse bloco, porque promove uma integração econômica, cultural, social, além da possibilidade de quebrarmos e derrubar as barreiras que impedem que tenhamos um intercâmbio econômico, especialmente com relação ao turismo nesses países. E temos muito o que fazer em termos de investimentos, de obras físicas, de rodovias, de ferrovias, de integração portuária.

Essa ação de fortalecimento do Mercosul é fundamental, mesmo que possamos reconhecer que é lenta. O próprio Parlamento está-se organizando para que haja uma ação mais efetiva em termos de definição de legislação. Algumas ações são importantes, porque dependem de aprovação no Congresso Nacional, e o Parlamento do Mercosul vai cumprir um papel.

A decisão que tomaremos nos próximos dias encontra esse ambiente de atrito e de agressões por parte do Presidente Hugo Chávez à instituição Congresso Nacional/Senado Federal, o que dificulta a missão que temos de desenvolver aqui, que é a da aprovação.

As agressões ao Parlamento brasileiro não trazem qualquer vantagem nas relações entre Brasil e Venezuela e alimentam uma queda-de-braço com esta Casa que não tem futuro, quando se está procurando construir alternativas de política para a região. Trata-se de um contra-senso no comportamento do nosso amigo e vizinho, na medida em que ele polemiza com as nações mais ricas, mas se acha no direito de incorporar Simón Bolívar para tentar impor à América Latina o seu modelo de Estado.

A supremacia política e econômica do Brasil na região não comporta submissão à Venezuela ou a qualquer outra nação latino-americana. Nossa vocação é pela parceria que promova o desenvolvimento regional.

A filosofia do Governo do Presidente Lula é a de buscar a parceria com as nações mais ricas da América e Europa, visando à integração e ao desenvolvimento dos países mais pobres da América Latina e da África.

Chávez passará, como os homens passam, mas as instituições ficam. Se ele cumprir o seu papel na história e deixar para o seu povo o legado do desenvolvimento já terá cumprido o papel de importante liderança regional.

A despeito das agressões gratuitas, o Senado Federal saberá avaliar a relevância dessa votação para o crescimento socioeconômico da Venezuela e da região e aprovará o ingresso daquela nação amiga no Mercosul.

Todos sabemos que, sem integração e cooperação regional, o caminho da América Latina será o da dependência econômica e do jugo político frente às grandes potências. O resto é fanfarronice do Presidente Chávez, e o Senado Federal está muito acima de tudo isso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Casagrande, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Acho que essa é a posição que gostaríamos de deixar, porque respeitamos o Presidente Hugo Chávez. Há pontos positivos na sua gestão, na sua administração. Acordamos e concordamos com a busca que ele está fazendo da paz, envolvendo as Farc's, mas queremos dizer que o Senado não pode ficar preso e atento somente a essas declarações polêmicas que ele faz, porque a entrada da Venezuela no Mercosul é mais importante do que as suas declarações.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Casagrande, V. Ex^a traz um tema muito importante, porque os latino-americanos somos todos irmãos. Realmente, a história com a Venezuela vem de Simón Bolívar, que antecipou tudo. Dom João VI disse: "Filhos, coloquem a coroa, antes que algum aventureiro a coloque". Esse aventureiro que ele temia era Simón Bolívar, com suas idéias libertárias, que estavam libertando e fazendo tombar todos os reis. E faria o nosso, que demorou. Aqui foi mais demorado. Também a liberdade dos negros lá veio muito antes. Então, esse orgulho temos de ter. Nós temos é que nos somar. Acho que foi uma inspiração grandiosa; como o mundo mais velho da Europa fez lá, o mundo europeu, temos de fazer o nosso mundo latino-americano aqui. Sem dúvida alguma, devemos nos somar, com as experiências, com a cultura. O Presidente Jânio Quadros teve um pensamento que não realizou: ele dizia que até deveríamos fundir a língua. Já está acontecendo isso. Quando se anda por aí, vê-se o que chamam de portunhol, porque quem faz a língua é povo. E, hoje, pelo sistema de comunicação, isso fica aumentado. O povo já misturou o português com o espanhol; vê-se isso, quando se vai a Buenos Aires, e tudo mais. É um passo de inteligência de V. Ex^a acelerar essa integração da América do Sul.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Outro tema que quero abordar, Sr. Presidente, é a realização da Conferência das Nações Unidas nos Estados Unidos. O Presidente Lula fez um importante pronunciamento na abertura da reunião. Tratou de temas como os programas sociais do Governo e a necessidade de os países desenvolvidos colaborarem com a extinção da miséria no mundo. E abordou

o que acho fundamental, que é o tema ambiental. Fez algumas propostas, que apóio e quero que repercutam. Propõe que façamos uma conferência mundial sobre meio ambiente em 2012.

Trata-se de uma proposta feita aqui no Senado, na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, uma proposta importante, que será a Rio+20. Tivemos a Rio 92; depois, houve outra conferência, e se propõe a Rio+20. Essa conferência é importante para que possamos, em 2012, fechar um novo acordo com relação às emissões de gases do efeito estufa.

Quero manifestar a minha posição favorável, como Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, e a posição favorável de toda a Comissão e, com certeza, do Congresso Nacional, para que realizemos essa conferência em 2012, no Brasil.

O Presidente Lula também abordou um tema que acho fundamental, que é a entrada do Brasil entre os países que têm uma política nacional sobre mudanças climáticas. O Brasil é um país muito importante e precisa dar uma grande contribuição com relação a esse tema.

Sr. Presidente, nós entendemos que o Brasil não pode ficar só alinhado só com a Índia e com a China, que são grandes poluidores: tem de cobrar ações de todos os países e definir políticas claras de participação do Governo em todos os níveis – federal, estaduais e municipais –, para que haja, de fato, um ambiente apropriado para as pessoas sobreviverem.

Dentro disso, o Presidente abordou um plano de combate ao desmatamento, que é o principal problema nosso. V. Ex^a, que é da Região Norte, sabe sobre o que estamos falando, do que estamos tratando. Esse é um tema que vamos abordar.

Vamos fazer, amanhã, uma audiência pública em Fortaleza, no Ceará, para debater a questão da matriz energética e da desertificação. Nos próximos dias, vou propor um debate sobre se os países em desenvolvimento devem assumir cotas de redução de gases do efeito estufa.

(Interrupção do som.)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, temos de fazer esse debate – repito –, para obter uma posição do Congresso, até o final do ano, sobre se os países em desenvolvimento devem assumir cotas internacionais obrigatórias, assinadas em compromissos internacionais, para redução dos gases do efeito estufa. Existe uma polêmica instalada no Brasil. Algumas lideranças e técnicos defendem isso; outros, não. O Governo quer dar sua contribuição sem assumir esse compromisso.

Acho que esse é um debate importante. O Presidente Lula levou esse tema para a Conferência, assim como todos os outros presidentes de nações também levaram. É um tema que vamos ter de debater com freqüência aqui, no Congresso Nacional.

E, para encerrar, Sr. Presidente, quero fazer um registro: o Espírito Santo viveu ontem um apagão. O Senador Magno Malta também sabe. Vivemos um apagão ontem.

Tivemos um grande investimento do Governo Federal numa linha de alta tensão que veio de Ouro Preto, Minas Gerais, até o Estado do Espírito Santo e foi a segunda entrada de energia. Temos outra do Rio de Janeiro e as duas de Furnas. Mas, assim mesmo, nunca imaginamos que pudéssemos ter novamente um apagão no Estado do Espírito Santo, mas tivemos.

Então, faço este registro de que infelizmente tivemos um apagão. Furnas demorou muito para responder sobre as causas desse apagão e, com base nisso, temos que fazer de novo uma análise sobre aquilo que é necessário para que possamos ter, no futuro, segurança com relação ao fornecimento de energia no Estado do Espírito Santo.

Hospitais ficaram sem energia, o comércio, o que causou grandes prejuízos; as pessoas constrangidas, porque ficar sem energia numa época dessas, com a modernidade a que estamos acostumados, não é uma tarefa fácil. Então, o que nós achávamos que já tínhamos ultrapassado voltamos a viver ontem. Lógico que os investimentos do Governo Federal são, e foram, muito importantes, mas temos que avaliar se tem alguma coisa que é preciso fazer a mais, e pedir a Furnas que dê as explicações com mais rapidez.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– A Mesa agradece a V. Ex^a pelo pronunciamento e convoca o Senador Magno Malta a assumir a tribuna.

V. Ex^a, Senador Magno Malta, dispõe de 10 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa, senhores telespectadores que acompanham essa sessão pelos meios de comunicação do Senado Federal, rádio e televisão, quero cumprimentá-los.

Sr. Presidente, a princípio, quero fazer alguns registros. O Senador Casagrande acabou de registrar o apagão vivido pelo Espírito Santo e hoje o jornal **A Gazeta**, jornal importante do Estado, o jornal **A Tribuna** fez a mesma coisa, mas traz um foto: "Apagou". Na verdade, não esperávamos que depois dessas duas

entradas de energia vindas de Furnas pudéssemos viver, em tempo de modernidade, esse apagão.

Na verdade, isso é ruim para o Estado do Espírito Santo, porque, o mais grave de tudo isso, entendo, inibe o investidor, aquele que tem vontade de ir para o Estado mas que não sabe se terá a garantia de ter a energia. Esse é um problema que aterroriza qualquer Estado, não somente o meu, e preocupa, porque a primeira coisa de que depende a indústria é a energia. Se o indivíduo sente que tem a possibilidade de ficar sem ela... E nós vivemos esse momento.

Dizia o Senador Casagrande, Senador Paim, que Furnas demorou demais para dar a resposta, ou seja, que a providência fosse rápida. Isso cria constrangimento; as pessoas perdem até o alimento. O sujeito que coloca seus alimentos no freezer, se demorar muito a falta de energia, perde-os, porque descongela o congelador da geladeira, há toda sorte de problemas. Há perdas nas indústrias, há perdas dentro de casa. Os malfazejos aproveitam esse momento de apagão para poder assaltar, roubar, praticar crimes. Ou seja, não faz bem a ninguém. Essa é a matéria de capa do jornal **A Gazeta** de hoje.

Sr. Presidente, quero fazer o registro da viagem que fiz neste fim-de-semana próximo passado. Estive em um município muito querido, pequeno. Eu queria cumprimentar o povo do Município de Vila Pavão, onde está parte das jazidas de granito que o mundo e o País consomem; as jazidas de granito de Vila Pavão. É um município pequeno, mas com uma perspectiva de crescimento muito grande. É um município em que predominam os italianos, os pomeranos, quer dizer, os italianos que foram para lá. E eu estive na casa do Professor Irineu, uma pessoa muito querida. Eu queria abraçar o diretor da escola estadual lá. Estive com a família dele.

Em seguida, fui a Nova Venécia, realmente terra de italianos, cujo querido prefeito é Walter De Prá. Os postes da cidade são todos pintados com as cores da bandeira da Itália. Para V. Ex^a ter uma idéia lá acontece uma festa todos os anos, onde os italianos... Na verdade, todos os italianos que estão dentro dessa colonização, dentro dessa colaboração tão significativa que deram esses capixabas, italianos, descendentes – ou esses italianos-capixabas, capixabas-italianos – que fazem festas maravilhosas. Nova Venécia é uma delas. Uma cidade que foi citada pelo Ministro da Educação, pela iniciativa, pela criatividade do Prefeito, que acabou levando os alunos para dentro da sala de aula com uma medida simples: ele começou a dar bicicletas para os alunos. E eles então arrumaram um meio de transporte simples, rápido e que os incentivou. E o Ministro cita essa criatividade. Parece

uma coisa pequenina, mas significa muito, porque você tira um menino da rua e ele então vai para dentro da sala de aula.

Há um projeto de uma vila olímpica, e estive com o Ministro do Esporte junto com o Prefeito, Senador Paulo Paim, nosso querido Walter De Prá, também descendente de italiano. E o Ministro, com uma disposição muito grande, porque o projeto é muito bonito, porque Nova Venécia é um Município pôlo no norte do Estado e onde também estão grandes jazidas de granito e já as serrarias de granito, serrarias de beneficiamento, onde o empresariado dessa área tem feito um trabalho muito bonito, até porque os empresários da Bahia foram levados pelo Diretor-Geral do DNPM à Nova Venécia para poder copiar o modelo do que se está fazendo no Estado do Espírito Santo, que, na verdade, é o pioneiro, é a capital do mármore e do granito deste País. Um título dado a Cachoeiro do Itapemirim, a nossa terra querida, onde estão as grandes jazidas de mármore e onde acontece a feira mais importante do mármore e do granito do Brasil.

Depois, fui para Barra do São Francisco. E Barra do São Francisco é um outro Município cheio de jazidas e que gera muito emprego nas jazidas de granito. É verdade que o granito hoje tem deixado as nossas estradas num estado paupérrimo, porque temos a nossa logística portuária e precisamos sair do norte para chegar ao nosso complexo portuário. Mas, as jazidas foram sendo descobertas, os empregos foram sendo gerados, sem a culpa de quem precisa transportar, gerar emprego, gerar renda para o Estado do Espírito Santo.

E espero que aos poucos o Estado comece a trabalhar juntamente com a União. E aqui há uma disposição do Ministro Alfredo Nascimento para poder equalizar o problema das rodovias no Espírito Santo – não é diferente do Brasil. Há uma boa vontade também da Secretaria de Transportes do Governo do Estado do Espírito Santo, porque essas rodovias estadiuais viabilizarão a vida dos empresários da área do mármore e do granito.

Aproveito, Sr. Presidente, para me referir à sessão solene ocorrida hoje e que teve a participação da Ministra do Turismo. Uma sessão solene para homenagear o turismo brasileiro, com o viés da participação das mulheres no turismo. Não sei se o viés que vou falar aqui foi discutido, Senador Mão Santa.

Há uma participação muito grande de crianças que serão as mulheres de amanhã no turismo sexual. No dia em que se comemora, em que se reverencia o turismo num País com a nossa geografia, que Deus nos abençoou e nos agraciou, Senador Paim, lembrar das mulheres que são vítimas do turismo sexual, crianças

que se tornaram mulheres antes de deixar a boneca, de deixar o bercinho, de deixar a roupa, de deixar a brincadeira dentro de casa, já se tornaram mulheres; certamente, serão as responsáveis pelas famílias de amanhã e já são mutiladas de forma imoral.

Que neste dia nos lembremos de que precisamos combater o turismo sexual; precisamos proteger essas crianças, Senador Paim, que estão nas estradas. Os turistas que vêm ao Brasil achando que o Brasil é um País que lhes oferece sexo como turismo, confundindo a questão do Carnaval, da mulher brasileira com a questão do turismo sexual. Não sei se esse viés foi lembrado desta tribuna por algum orador. Sei que nas partes que ouvi no circuito interno, na televisão do meu gabinete, cultuou-se, falou-se na importante participação da mulher, mas não se falou, Senador Cristovam Buarque, desse viés, pelo menos no tempo que ouvi, de crianças, de mulheres exploradas no turismo sexual no Brasil. Precisamos combater isso com veemência, protegendo-as com veemência, dando limites para esses irresponsáveis que vêm ao Brasil tão-somente com essa visão que o Carnaval lhes propõe nas imagens que são veiculadas no exterior, de vir para cá fazer turismo sexual.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Magno Malta, com a permissão de V. Ex^a, peço uma oportunidade de prorrogar a sessão por mais 20 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – V. Ex^a tem essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Agradeço. Por favor, continue.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Magno Malta, fico feliz de ouvir, nessa tribuna, esse assunto que tem passado despercebido nesse tempo quase todo em que o Senado ficou perdido na sua elucubração e discussão interna. Hoje, falei na linha de que faltam esses discursos e que falta transformá-los em um debate que leve a propostas concretas. Eu queria sugerir, do mesmo jeito que sugeri mais cedo sobre o problema do etanol, que criemos uma comissão aqui, não uma comissão apenas de discussões, mas de elaboração de uma proposta que a gente leve para o Governo Federal, leve para o povo para que eles vejam que o Senado sabe como resolver o assunto. E o senhor está dizendo como resolvê-lo: valores familiares e repressão, sim. No dia em que chegar um desses aviões com turistas sexuais, como chegam ao Nordeste, e a gente mandar de volta com todo mundo, nunca mais vem outro aqui. Pior ainda se a gente deixá-los dois dias presos numa cadeia no Brasil. O terceiro é

a escola, o grande instrumento para combater a prostituição infantil – como gostam de dizer, a exploração sexual de menores –, é a garantia de uma escola boa, de qualidade, para todas as crianças brasileiras. Então, fica aqui a minha proposta: vamos transformar este Senado num instrumento de formulação de caminhos para resolver os problemas. Eu gostaria de fazer parte do grupo que, junto com o senhor e outros, elaborasse essas propostas para levar a todo Brasil.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Cristovam Buarque, eu agradeço e acrescento ao meu pronunciamento a experiência de V. Ex^a, educador, conhecido no Brasil pelo que propôs e pelo que realizou como Ministro e como Governador do Distrito Federal. Eu vou fazer essa proposta à Mesa do Senado. Aceito o desafio de V. Ex^a e farei isso ainda no dia de amanhã, com a minha assessoria, para que criemos essa comissão.

Esses turistas sexuais que já foram presos aqui estão devidamente identificados. É só juntar as informações e acabar com a vaidade de que um tem a informação e não passa para o outro, juntar no Ministério da Justiça, e eles serão identificados no passaporte, como os Estados Unidos fazem, ao entrar aqui no Brasil. Foi preso por turismo sexual, devolva-se à sua terra, e essas crianças ganhem caminho para a escola. Com a inserção da mulher no turismo brasileiro, amanhã, serão essas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP. Fazendo soar a campainha) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pois não, Senador Gilvam.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Encerrado o tempo de V. Ex^a, consulto se necessita de mais algum tempo. Fica a critério de V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Solicito mais 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Então, V. Ex^a dispõe de mais 20.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Prorrogável pelo mesmo tempo havendo necessidade, porque o assunto é muito sério. A revista **IstoÉ** traz uma matéria importantíssima sobre o alcoolismo.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Pela ordem, por dois minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador João.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Peço a permissão de V. Ex^a, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Não, fique à vontade, Senador.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Magno Malta, permita-me apenas dois minutinhos.

O Senador Cristovam Buarque levantou uma questão interessante e, antes também, o Senador Tião Viana fez a mesma consideração sobre a necessidade de criarmos aqui no Senado alguma estrutura no sentido de desenvolver estudos e um acompanhamento melhor sobre essa questão do etanol.

Queria dizer ao nobre Senador, aqui no Senado, a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis trata do assunto. E, um pouco mais do que etanol, trata de biocombustíveis de modo geral, envolvendo também a questão do biodiesel que está muito em dia hoje. Já tivemos seis ou sete audiências públicas nas quais foram discutidos, por exemplo, zoneamento de produção, algo importante para o País; a relação trabalhista, outra questão que sempre vem na ordem do dia – quando se trata de cana-de-açúcar, há sempre uma preocupação nesse sentido.

Senador Magno Malta, V. Ex^a me permite? É porque não queria perder assunto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador João Tenório, permito, sim. Pensei que era um aparte ao meu assunto – aí, perdi o meu raciocínio.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – V. Ex^a me permite somente dois minutos?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Permito, senão quem vai perder o raciocínio agora é V. Ex^a.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Então, Senador Cristovam Buarque, temos essa Comissão e gostaria de convidá-lo para presenciar o trabalho que está sendo feito. Temos feito uma grande tentativa de relação com os países, com as embaixadas e com as organizações no mundo todo que lidam com esse assunto. Então, tem sido um trabalho interessante. Evidentemente, talvez careça de mais informações, para que possamos construí-la de maneira mais efetiva e mais objetiva, como me parece que é a sugestão de V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Só um minutinho, Senador Magno Malta. Eu completarei rapidamente. Quero apenas explicar que a minha proposta à Comissão – conheço a Comissão, porque tenho acompanhado esse assunto do etanol; estou desde o Pró-álcool –, é trazê-lo para o plenário. Enquanto isso não vier para o plenário, o povo não saberá o que está acontecendo, Senador. E a gente precisa não só trabalhar, mas fazer com que o povo diga que o Se-

nado está dando uma luz sobre para onde ir. Então, a Comissão tem realizado ótimos debates, mas quero é transformá-los num projeto que diga: olha aqui, para onde vai o etanol! Mas isso tem de vir para o plenário; senão, não haverá repercussão.

Peço desculpas por ter aproveitado aqui o tempo do Senador Magno Malta.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Eu agradeço.

Senador Magno Malta, a Mesa pede desculpas.

Por gentileza.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Tranquilo, querido.

Eu volto a dizer, Sr. Presidente, que Barra de São Francisco é um Município importantíssimo, onde há grandes jazidas de granito, que geram muito emprego, renda e riqueza para os Municípios. E esses Municípios são promissores, porque a riqueza de fato está ali, no solo do Espírito Santo. Além do nosso café, do nosso mamão papaia, do nosso granito, do nosso mármore, a riqueza de um Estado pujante, blocos de petróleo e jazidas começam a aparecer nos dando a possibilidade de gás. Daqui a cinco anos, certamente seremos absolutamente mais pujantes do que somos hoje, um Estado pequeno, com um complexo portuário importante. É verdade que precisamos do porto de Barra do Riacho, precisamos melhorar nosso complexo portuário no Estado do Espírito Santo, mas já temos um bom complexo, e é o Estado mais atrativo hoje para se empreender. É o mais atrativo para que o empresariado brasileiro vá, porque nós teremos gás, daqui a três ou quatro anos, para dar tranquilidade a qualquer empresa no Estado do Espírito Santo. Nós temos jazidas. A Petrobras está montando essa estrutura, de Santos, Espírito Santo, Rio de Janeiro. Certamente, nós temos a grande contribuição para nos livrar das loucuras de Evo Morales, esse rapaz que – não sei o que ele toma, se é Lexotan, não sei qual é o remédio dele –, quando amanhece com a lua virada, se fechar aquelas torneiras lá, ele acaba com as indústrias de São Paulo. Por isso, às vezes entendo o próprio Presidente Lula e o nosso Embaixador Amorim tratando-o bem. A gente fica com raiva porque ficam bajulando-o, mas isso significa: cuidado com esse doido, vamos tomar conta desse doido devagarzinho, para ele não fechar as torneiras lá. No dia em que a nossa estrutura estiver pronta – e a grande contribuição é a do Espírito Santo –, esse doido, que invadiu a nossa Petrobras, feita com o suor e dinheiro do povo brasileiro... Eu o chamei de Evo Morales aqui e apresentei a esta Mesa um requerimento

para declará-lo *persona non grata*, como o fiz para o Sr. Hugo Chávez, mas, infelizmente, isso não foi votado aqui.

Então, Sr. Presidente, o nosso Estado do Espírito Santo tem toda essa riqueza. Hoje, quando se fala em turismo numa sessão solene, bonita, para o turismo, em que a Ministra aqui discursou, nós temos uma geografia maravilhosa. O Espírito Santo é o único Estado deste País em que você está na praia, em um litoral maravilhoso, que começa lá em Presidente Kennedy, em Marobá, vem Marataízes, Piúma, passando por Guarapari, vem Meaípe, onde se tem a melhor moqueca do Brasil no Estado do Espírito Santo. Aí, descendo para o norte, vai-se para Conceição da Barra, Guriri, São Mateus, as lagoas de Linhares, as praias da serra, as praias da capital Vitória e de Vila Velha. Temos a nossa querida Barra do Jucu. Ou seja, temos um litoral maravilhoso, lindo. Quem não conhece Guarapari? Quem não conhece a areia monazítica de Guarapari? Quem não conhece as praias de Piúma, onde podemos deixar nossos filhos sem nos preocuparmos, pois são quilômetros de praia com água pelo joelho, no meio da canela, sem qualquer tipo de perigo? Mineiros e pessoas de outras partes do País povoam nossas praias trazendo muita alegria para todos nós. E distante apenas 30 minutos, você encontra um clima de montanha, como se estivéssemos na Suíça.

Há lindos hotéis no Espírito Santo. Falo de Vargem Alta, Ibatiba, Venda Nova do Imigrante e todos os Municípios serranos do Espírito Santo, onde estão localizados lindos e grandes hotéis em um clima de Suíça. O Espírito Santo é essa riqueza. O turista brasileiro precisa ir ao Espírito Santo.

Quem não conhece Cachoeiro do Itapemirim, terra do rei Roberto Carlos? V. Ex^a é um homem de comunicação. Em todo lugar há um programa de rádio: A Hora do Rei, O Cantinho do Rei. Quem não gosta? Quem não ouve Roberto Carlos? Quem não gostaria de conhecer a casa onde ele nasceu? Há até a bacia onde ele tomou banho, seu berço. A professora de piano dele ainda está viva. Há o conservatório onde ele estudou, a Rádio Cachoeiro, que hoje é a Rede Sim, dirigida pelo Pastor Del' Ângelo. A Rádio Cachoeiro foi onde Roberto Carlos cantou e foi entrevistado pela primeira vez. O Conjunto Regional do Zé Nogueira foi o conjunto com o qual ele cantou pela primeira vez. Inclusive, esse conjunto ainda toca todos os dias, às 11 horas, na praça onde está o complexo da Viação Itapemirim do então Deputado Federal Camilo Cola. Quem nunca viajou em um ônibus da Itapemirim?

Cachoeiro do Itapemirim também é a terra de Rubem Braga. É preciso que a riqueza de nosso litoral seja conhecida. Mas também é importante que se conheça

a riqueza de nosso Caparaó, na parte do Estado do Espírito Santo. O turismo no Estado do Espírito Santo tem que ser incentivado para que se possam conhecer todas essas riquezas. Neste dia, portanto, conclamo os turistas brasileiros a irem ao Espírito Santo. Mas mostro aqui a minha revolta com o turista sexual. Estamos em uma briga para a proteção das crianças que estão sendo usadas por esse monte de malucos.

Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Muito oportuno o discurso de V. Ex^a. E vem complementar o esforço das mulheres que, hoje, fizeram uma solenidade pelo Dia do Turismo; e ninguém pode esquecer o trabalho da Senadora Patrícia Saboya...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Claro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ... contra essa exploração sexual, pedofilia, etc., que representou um avanço do Senado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ela é uma grande combatente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E V. Ex^a pode contribuir mais, porque países muito menores do que o Brasil têm mais turismo. Mas o que faz o turismo diminuir no nosso País é a violência que afasta e que atemoriza as pessoas. E quero dizer que no Chile é o povo que diz – ô Gilvam Borges, é o povo – que a polícia não é corrupta. É o povo! Eu estava em Madri com a Adalgisa – ando sempre com a minha mulher – às cinco horas da manhã, numa praça, quando vi um casal de velhinhos. Fiquei admirando os velhinhos namorando. Eles estavam cheios de jóia, de ouro. Fiquei, então, a imaginar aqueles velhinhos no nosso Brasil. Lá no Piauí, em Teresina, que é pacífica, ninguém consegue mais.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Na Lagoa do Portinho.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pois é. Essa violência irradou. E V. Ex^a deve participar mais, porque tem um outro lado, já que além de Senador, V. Ex^a também faz essa evangelização.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, vou interrompê-lo só por um instante.

Por gentileza, Senador Paulo Paim, gostaria que V. Ex^a viesse até à Mesa para um comunicado.

V. Ex^a pode continuar.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E um dos depoimentos mais importantes que ouvi sobre violência foi o de um jornalista que disse que conhecia as favelas de todo o Rio e fez a seguinte observação: em uma igreja havia paz, não havia violência. E V. Ex^a dá esse exemplo também. V. Ex^a fala em Cristo. E as Igrejas

Evangélicas, hoje, estão muito atuantes, estão muito avançadas. É uma esperança! Portanto, V. Ex^a faz nascer essa esperança. Lá no seu Cachoeiro do Itapemirim dizem “Roberto Carlos é o nosso rei”. Lá no Chile ele também é rei, porque ganhou um festival em Viña del Mar. E o Chile é muito cristão, católico. Inclusive, há uma poeta, Gabriela Mistral, que ganhou o Prêmio Nobel em 1945. As músicas que Roberto canta lá, dentre as quais “Jesus Cristo”, são muito conhecidas. Mas também tenho admiração pelo seu Cachoeiro de Itapemirim porque um amigo pessoal, também cirurgião como eu – Franklin Novaes –, vive lá. Assim, quando estiver lá, dê-lhe o nosso abraço, transmita-lhe nossa admiração e propicie até o nosso encontro, se for possível.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com certeza. V. Ex^a já está convidado. Ele é realmente um homem querido na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, uma cidade pujante. O Senador Paulo Paim já esteve lá, andou pela cidade, que tem três jornais diários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estive lá, gostei da cidade e vi o carinho que o povo tem por V. Ex^a. Parabéns!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eles me adotaram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a é filho de lá.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu sou filho adotivo da cidade. Sou filho adotivo. Fui Vereador lá com muito orgulho, na época do Vereador Juarez Tavares Matta, uma legenda. É um Município com três jornais diários, dentre os quais a *Folha do E. Santo*, do nosso querido Jacques Rangel, um jornal competente, bem escrito, bem feito. Também temos o **Diário Capixaba Online** em Cachoeiro do Itapemirim tem a fábrica de pios, que é uma coisa extraordinária para o turista. O rio Itapemirim está lá, o pequeno Cachoeiro de Roberto Carlos. Então, todos estão convocados a ir àquela cidade tão pujante, Senador Mão Santa. Mais adiante, está Alegre. Começam as terras frias. Há Vargem Alta, Guacuí, tomando o lado de Caparaó. É extraordinário o nosso Estado do Espírito Santo!

Senador Paulo Paim, eu gostaria de registrar – e acho que todos vão ter a mesma felicidade – e de parabenizar o Presidente da **Rede Record** de Televisão, Dr. Alexandre Raposo; o Diretor de Jornalismo, Douglas Tavolaro, e o Superintendente Comercial, Walter Zagari. Hoje, às 20 horas, a **TV Record** vai inaugurar o seu canal próprio de notícias, com transmissão 24 horas por dia: a **Record News**. Fará parte do canal o grande Eliakim Araújo, que continua sendo correspondente nos Estados Unidos. A emissora investiu R\$7 milhões em infra-estrutura e tecnologia no novo canal. A

Record News, diferentemente das concorrentes, terá sinal aberto em UHF, ou seja, para assistir ao mais novo canal do Grupo Record basta ter um aparelho de TV e uma antena parabólica. Muito bom. As pessoas estarão atentas às notícias 24 horas por dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se V. Ex^a me permitir...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Permito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estive nesta semana no Rio Grande do Sul e o Martinelli, que é um dos coordenadores da TV Record em Porto Alegre, dava-me essas informações que V. Ex^a agora está confirmado aqui, como a de que temos 24 horas por dia de notícias. Quero dizer que a TV Record também está com muita força no Rio Grande do Sul.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Coisa maravilhosa! Nesta noite, dormi na casa do Pastor João Adel, que é do movimento negro de São Paulo e a filha dele também participou da entrega das 100 mil assinaturas, um pastor militante com toda família no movimento negro, no nosso movimento. Mas quero dizer que se isso tivesse acontecido amanhã, certamente as pessoas que têm uma parabólica, UHF, televisão aberta, estariam assistindo essa movimentação. Então é extremamente importante, pois as notícias não vão ficar restritas somente para quem tem TV por assinatura.

Aproveito para parabenizar V. Ex^a por esse movimento negro que veio a São Paulo trazer essas 100 mil assinaturas. Espero que elas pesem para que se dê celeridade a tudo isso.

Senador Paulo Paim, quando se fala das religiões de matizes afro, precisamos mudar alguma coisa; porque só se contempla a religião afro e temos uma infinidade de pastores negros no Brasil que são militantes do movimento da causa negra e não estão contemplados ali. Então, temos que fazer emendas para que não se cometa uma injustiça depois de tantos anos e para não dizermos mais lá na frente que erramos.

Inclusive o Pastor João Adel e sua filha, a Dani – pessoas maravilhosas – recepcionaram V. Ex^a em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador se V. Ex^a permitir, esse movimento que veio a Brasília hoje – e contamos com a presença do Presidente da Câmara e também do Senado, inclusive houve um pequeno incidente lá na Câmara – conseguiu que fosse encaminhado o compromisso que os Deputados e Senadores estão assumindo, qual seja, exatamente este que V. Ex^a está propondo. Ninguém quer que se vote o estatuto exatamente como ele está. Queremos,

sim, que ele entre em pauta, receba emendas e seja enviado de novo para nós, aqui no Senado, para que possamos resolver. Quem sabe o estatuto vai ser promulgado ainda este ano.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É importante que seja promulgado ainda este ano; a espera é muito longa.

Quero parabenizar Marcos Hummel, Celso Freitas, Lorena Calábria, Paulo Henrique Amorim, Arnaldo Duran, Fátima Turce, Tina Roma, Eliakim Araújo, Tatiana Chiari, Maurício Torres, Fernando Nardini, Cristina Lemos, alguns dos nomes que irão compor a atração jornalística da emissora. Só feras, não é? Só o Brasil que ganha com isso. É extremamente importante. Quero parabenizar a TV Record.

Senador Mão Santa, a **IstoÉ** trouxe uma matéria preocupante. Já mandei meus cumprimentos à revisita. Olhe aqui:

Alcoolismo. O problema avança no País, que já tem 19 milhões de dependentes. Explode o número de casos entre mulheres e jovens. Por ano, 35 mil mortes no trânsito estão associadas à bebida. Conheça as terapias que realmente funcionam.

Senador Mão Santa, desta tribuna já disse algumas vezes que, em 26 anos de trabalho, de cada 50 viciados em cocaína que recuperamos, só recuperamos um bêbado. O que a bebida alcoólica faz no sistema nervoso central é uma barbaridade. Existe alguma relação do álcool com o volante? Não. Qual é a relação benéfica que existe do álcool com o volante? Do álcool com um carro em funcionamento, andando em velocidade, com pessoas na calçada, Senador Paim, com pessoas dentro do próprio carro? Qual é a relação? A mais maléfica possível.

Lembro-me de que, quando fui Deputado Estadual, fiz uma lei proibindo a venda de bebida alcoólica nos postos de gasolina do Espírito Santo. Fui derrotado. Houve um *lobby* fortíssimo, e fui derrotado. Mais tarde, um Deputado Estadual – não sei se foi o Deputado Reginaldo Almeida – conseguiu aprovar seu projeto, porque São Paulo tomou a primeira atitude. Lá, 70% dos acidentes de trânsito tinham envolvimento com bebida alcoólica. O que o teor alcoólico faz no sistema nervoso central! O sujeito abastece o carro e ali mesmo compra uma latinha de cerveja e sai bebendo. Sem responsabilidade nem com a própria vida, nem com a vida do pedestre, nem com o carro que está à frente, nem com alguém que está na calçada e nem com quem está dentro do carro.

A **IstoÉ** faz uma matéria importante com os números dessa desgraça.

Senador Mão Santa, tenho convivido com alcoólatras durante 26 anos de minha vida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero dar-lhe uma contribuição. O Senado tem a função de fazer esse debate. Posso falar?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Deve.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Magno Malta, estava na Flórida, em Miami. Tem muitos brasileiros, homens e mulheres, ganhando a vida lá como motoristas de táxi. O ponto deles é mais ou menos no nº 6.000 da Collins. Magno Malta, conversando, fiz amizades e indaguei: “Como é? De noite não dá dinheiro, porque cada casa de americano tem quatro, cinco carros!” Disseram-me: “Nós gostamos de trabalhar é à noite”. “Mas como? Cada casa de americano tem quatro carros!” “Não, o americano jamais, à noite, sai no seu carro. Ele pode ter quatro, porque ele sai, vai jantar, vai beber um uísque ou qualquer outra coisa”. Isso é educacional. Entendeu, Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Entendi.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A nossa sociedade está uma barbárie. O motorista brasileiro disse que o americano jamais sai à noite com seu carro, ele chama o táxi para ir e para voltar, porque vai jantar, vai beber.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Vamos debater. V. Ex^a fala da questão educacional. O caráter de um homem não é formado com base no que ele ouve, mas no que ele vê. A criança cresce vendo o pai beber, a roda de amigos. Por exemplo, nasce uma criança, tem bebida alcoólica; na festa de quinze anos, tem bebida alcoólica; em festa religiosa, para arrecadar dinheiro para fazer construção, tem bebida alcoólica.

Temos uma sociedade hipócrita. V. Ex^a é médico, não precisa ser psicólogo para saber algumas coisas de Psicologia. Por exemplo, em uma casa bonita, lá dentro tem um bar. “Ah, ninguém bebe, é só de enfeite”. A criança cresce vendo aquilo, que aguça sua curiosidade e, depois, faz valer isso quando vai à rua: vai beber aquilo que estava lacrado dentro de casa, dentro de um bar. A criança abre a geladeira, está cheia de bebida. Até que dia vai valer “faça o que eu mando, mas não faça o que eu faço”? Até que dia vai valer? Até que ela tenha a primeira oportunidade de colocar a mão na bebida na rua.

E quem nasceu de organismo drogado, ou de quem consome bebida alcoólica, ou de fumante – cigarro mata dez pessoas por hora no Brasil, e está todo mundo preocupado com Aids! –, tem a maior chance de se tornar drogado com drogas ilegais.

Temos uma sociedade hipócrita, que se alcooliza. A Senad, Secretaria Nacional Antidrogas, Senador Paulo Paim, tinha de pegar esse estudo publicado na

IstoÉ e fazer uma cartilha. Acho que autorizam a utilização da pesquisa, e eu gostaria até de pedir permissão para fazer uma separata disto aqui para distribuir à mão cheia neste País.

Senador Mão Santa, V. Ex^a falou certo, o problema está na educação. E os pais precisam entender...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, quero prorrogar a sessão por mais 20 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – De cada dez meninos que recebo na minha casa de recuperação, oito são filhos de pais que consumiram nicotina a vida inteira ou bebida alcoólica “muito pouco”. Tem uma coisa muito engracada nisto, o cara diz: “Bebo por esporte”. Esporte? Nunca vi esse esporte. Arremesso de copo? “Bebo socialmente”, para não dizer que é drogado. É uma coisa tão bonita! E alguns batem no peito e dizem: “É, rapaz, estou de ressaca, bebi todas ontem à noite”, como se tivesse achado uma mina de ouro!

Então, essas idiotices todas parecem virar cultura. Temos o cara que cheira pó, fuma craque, fuma maconha, bebe e fuma cigarro branco. Se perguntamos se ele começou fumando craque, ele diz que não, que começou bebendo cerveja.

Esse é um longo debate, Senador Mão Santa.

Olhem algumas coisas mínimas: “Os efeitos do álcool no organismo”, segundo a *IstoÉ* – e isto é coisa primária:

O consumo regular de cinco a dez doses diárias de álcool a partir dos 14 anos de idade [e a cada dia é mais cedo, acabamos de recuperar um menino alcoólatra de 9 anos de idade] está associado a mais de 150 doenças. Pode causar a perda de 1,8% do volume cerebral global, envelhecimento precoce e dependência química. Acompanhe como o consumo excessivo pode devastar o organismo ao longo dos anos.

20 anos:

Em 65% dos casos, o consumo precoce de álcool causa dependência química;

O cérebro sofre alterações no sistema dopaminérgico, associado com a sensação de recompensa. Há prejuízo no aprendizado de regras, na concentração e na atenção;

O hipocampo (estrutura da memória) é afetado, provocando dificuldade de lembrar palavras e desenhos simples num intervalo de dez minutos;

Tendência a comportamento sexual de risco aumenta a chance de contrair doenças sexualmente transmissíveis;

Desenvolvimento precário das habilidades e pior ajustamento social;

Baixa auto-estima.

O sujeito entra num processo de autocomiseração, que o leva ao suicídio: "É, sou pior do que os outros, nada presta para mim, tudo o que faço dá errado".

40 anos:

Dificuldade de concentração, baixo rendimento no trabalho, sono, cansaço, apatia;

Obesidade;

Ansiedade e depressão;

Hipertensão arterial e maior risco de acidentes vasculares cerebrais;

Cirrose hepática, pancreatite e problemas cardíacos;

Envelhecimento precoce (manchas na pele, perda de cabelo e de dentes);

Perda precoce de memória.

60 anos:

Perda de 1,8% do volume cerebral global. Isso afetará funções como memória, raciocínio lógico e capacidade de abstração;

Tumores malignos podem surgir na boca, laringe e faringe, principalmente se o indivíduo for fumante [aí a desgraça é completa ou dupla].

Aliás, nesta semana, Toinho de Aripibu, forrozeiro do Nordeste, mandou um forró para mim. A letra retrata um cigarro conversando com o fumante:

Você me acende hoje e eu te apago amanhã

Você me acende hoje e eu te apago amanhã

É o cigarro conversando com o fumante

Você me acende hoje e eu te apago amanhã

Foi uma dupla de forrozeiros nordestinos que me mandou essa música, Senador Mão Santa.

Continuando:

Quedas freqüentes;

Intoxicações graves com concentrações maiores de álcool podem levar ao coma, à depressão respiratória e à morte.

Normalmente, os caras têm epilepsia alcoólica quando chegam à casa de recuperação. A pessoa tem ataques à noite, tem um comportamento epiléptico até que vença a primeira fase. E é muito difícil quando o organismo já tem a dependência do álcool.

Senador Mão Santa, precisamos debater esse assunto. E quanto à propaganda da bebida alcoólica, o Ministro da Saúde está certíssimo. Esta Casa tem

de se esforçar para acabar com ela. A bebida alcoólica está sempre associada à conquista de uma mulher bonita. A bebida alcoólica está sempre associada à felicidade, à alegria – passageira, temporária.

Aliás, costumo dizer que Deus e a bebida alcoólica fazem com que os homens sejam iguais. Para Deus, todo mundo é igual: branco é igual a preto, rico é igual a pobre, analfabeto é igual a doutor. A bebida alcoólica faz isso também, Senador Mão Santa. Doutor bêbado é tão ridículo quanto analfabeto bêbado. Autoridade bêbada, então, é ridícula, igual a sujeito que vive no anonimato! Rico bêbado, então, todo babado, todo urinado, é tão ridículo quanto pobre bêbado. Ficam iguais. O álcool atinge o sistema nervoso central, aí o sujeito fala alto, acha que todo mundo está surdo, fala besteira no meio de todo mundo, envergonha a família.

É um macaco quando começa a beber: fica alegrinho, conta piada, todo mundo acha até graça. Vai bebendo, aí vira um leão: fica bravo, chega em casa, quer bater em todo mundo, diz que quebra tudo. Vai bebendo mais e vira porco: cai na rua, cachorro lambe a boca, fica todo urinado. Bebida alcoólica é, sem dúvida, uma desgraça para este País.

Quero aqui cumprimentar, fazer coro com o Ministro da Saúde e dizer: conte comigo, Ministro, e conte com os homens de bem dessa Casa!

Imagine, Senador Mão Santa, esses meninos estão usando droga, usando maconha, usando cocaína, dando tiro pra cima, bala perdida! Mas eles começaram no vício não foi cheirando crack, começaram bebendo cerveja, começaram com bebida alcoólica. E começaram dentro de casa, começaram vendendo o exemplo ruim do pai, o exemplo ruim da mãe, Senador Paulo Paim.

Olhe aqui a foto de uma criança, de uma menina, Ana Clara, filha de Gabriel. Morreu em uma batida de carro.

Existem diversas propostas. Há uma proposta de Lei Seca no Estado do Espírito Santo, do Dr. Rodney, que quero aqui aplaudir. Se eu fosse Deputado Estadual, votaria nela sem mexer, como foi feito no Município da Serra, pelo Secretário de Defesa Social, Ladir Porto, juntamente com o Prefeito Audifax, de um grupo tão importante, que governa a Serra há longos anos. Foi Prefeito o nosso Vidigal, durante longos oito anos, agora o Audifax fez quatro anos. É um grupo que vem fazendo um trabalho bonito. A lei proposta diz que, tenha a festa que tiver, meia-noite encerra tudo; os bares são fechados mais cedo. Você não dá ao sujeito a possibilidade de entrar numa rota de colisão pessoal, de autodestruição, com o álcool na sua vida.

Eu gostaria de ter tempo, Sr. Presidente, para poder ler esta matéria inteira, mas quero aconselhar a todos que a leiam: trata-se da **IstoÉ** de 26 de setembro. A capa é esta. Essa matéria é importantíssima. Senador Mão Santa, acho que V. Ex^a já a leu porque é um leitor contumaz. É preciso que os pais tomem conhecimento dessa matéria da **IstoÉ**. A juventude em risco, jovens vibrando, com garrafas de bebida na mão, como se tivessem ganhado um prêmio, pousando para as câmeras, para as lentes. E só quem tem alcoólatra em casa sabe do sofrimento, só quem tem dependente em casa sabe do sofrimento, sabe das lágrimas, sabe da angústia.

Eu gostaria de solicitar, Sr. Presidente, que essa matéria da **IstoÉ** fique anexada aos Anais desta Casa, como registro, porque, se não tomarmos uma providência... Vamos enfrentar o **lobby** das cervejarias, vamos enfrentar o **lobby** dos bebedores contumazes, que acham graça em tudo isso e vão invocar até garantias individuais.

O problema é que o alcoólatra, Senador Mão Santa, não se mata, não se autodestrói, não vai para o buraco sozinho. Ele leva a família junto, leva os filhos junto, leva os netos junto, e, quando causa um acidente de carro, mata quem está na calçada. Ele não se autodestrói, ele destrói todo mundo junto.

Eu gostaria que, amanhã, não dissessem que não nos posicionamos. Vou fazer uma separata e usar alguns desses dados, que são extremamente importantes.

Quero encerrar, Sr. Presidente, citando reportagens de violência que eu trouxe hoje para poder registrar, publicadas pelo jornal **A Tribuna**, do meu Estado: “Encapuzados saqueiam casa na Serra”, “Pai e filho acusados de roubar carros em Vila Velha”, “Rodney muda oito delegados de polícia”. É a violência que vai tomando conta do Estado. “Professor assassinado foi ameaçado dentro da escola”, e o professor foi assassinado em seguida. “Luto e portão fechado” na escola. Amanhã farei esses registros. Vou trazer semanalmente essas matérias que são importantes para a sociedade do Estado do Espírito Santo, publicadas pelos jornais **A Gazeta** e **A Tribuna**. “Dezenove pessoas são presas por tráfico”. “Dívida de drogas leva irmãos à morte”.

E eu gostaria de revelar o meu descontentamento com esse maníaco que assassinou essas duas crianças – a televisão está mostrando o tempo todo – dentro dessa mata fechada. Estuprou e matou as crianças. Precisamos rever nosso sistema penitenciário brasileiro, nossa Lei de Execuções Penais.

Agradeço, Sr. Presidente, a benevolência comigo e agradeço o aparte do Senador Mão Santa, esse médico humanitário, que conhece essa matéria e que, certamente, muito colaborou com o meu pronunciamento. Agradeço ao meu querido Estado do Espírito Santo, e convido novamente os turistas do Brasil para ir ao meu Estado não para fazer turismo sexual, mas para conhecer as nossas jazidas, conhecer o *showroom* das nossas empresas, o granito mais lindo que este País tem e um povo pujante e trabalhador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, eu queria, aproveitando que V. Ex^a está na tribuna, cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que V. Ex^a tem toda razão. São muito poucas as famílias neste País que já não estão com problemas de familiares envolvidos com drogas. Álcool, para mim, é uma droga, e V. Ex^a, como ninguém, sabe que é uma droga pesada. Estive visitando o seu Estado, e V. Ex^a me levou ao centro de recuperação que V. Ex^a mantém. Ali estavam meninos e meninas que V. Ex^a, com excelente trabalho, está recuperando, e eles mesmos diziam: “Tudo começou com uma cervejinha, com uma cachacinha, com um uísquezinho”. Agora, estão lá, dependendo de diversos tipos de drogas, da droga chamada álcool e de outras drogas químicas, que V. Ex^a conhece muito bem.

Por isso, quero cumprimentar V. Ex^a pelo alerta que dá ao País. As drogas estão invadindo as nossas famílias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa, peço apenas 30 segundos para completar.

O povo não sabe que, muitas vezes, a vida da Nação e algumas atitudes tomadas que o povo repudia foram decididas em mesas de uísque, mesas com álcool. Foram decisões tomadas por bêbados para a vida da Nação. É preciso que nós, então, tomemos posição, se nós queremos, de fato, dar uma contribuição significativa à família. E que a família brasileira desça dessa hipocrisia de que a polícia e a classe política têm que resolver o problema do fumador de maconha e do cheirador de cocaína de uma sociedade que bebe, de uma sociedade consumista de nicotina e alcatrão.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MAGNO MALTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

www.istoe.com.br

ISTOÉ

ALCOOLISMO

- O problema avança no País, que já tem 19 milhões de dependentes
- Explode o número de casos entre mulheres e jovens
- Por ano, 35 mil mortes no trânsito estão associadas à bebida
- Conheça as terapias que realmente funcionam

Jovens & ÁLCOOL

Mistura perigosa

Pesquisas revelam que o número de adolescentes que bebem demais cresce em ritmo assustador

Por CARINA RABELO E NATÁLIA RANGEL

Em qualquer idade, o alcoolismo é uma tragédia. Na maioria dos casos, ele destrói o indivíduo, desequilibra a família e traz um custo imenso para a sociedade. Quando atinge pessoas jovens, no entanto, ganha cores ainda mais dramáticas – dá para imaginar, então, quando o álcool se associa à adolescência. Esse é um cenário que está se tornando comum no Brasil, como atesta pesquisa da Secretaria Nacional Anti-Drogas em parceria com a Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Os adolescentes participam de forma cada vez mais expressiva da estatística do alcoolismo no País e já correspondem

a 10% da parcela de brasileiros que bebem muito, somando um total de 3,5 milhões de jovens. Esse número é resultado da tendência de aumento de consumo nessa faixa etária já verificado por estudos anteriores. Em levantamento feito no ano passado pelo Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas, em cinco anos a ingestão de bebidas alcoólicas aumentou 30% entre jovens de 12 a 17 anos e 25% entre jovens de 18 a 24 anos.

A pesquisa da Secretaria Anti-Drogas e Unifesp é a mais ampla já realizada sobre o consumo de álcool no Brasil. Foram 2,6 mil entrevistas com pessoas de 14 anos ou mais, em 129 municípios. **Além de apresentar a parcela de jovens que abusam do álcool, o estudo mostra que, pela primeira vez, as meninas estão bebendo quase tanto quanto os meninos:** 7% dos homens de até 25 anos bebem uma ou mais vezes por semana, consumindo, nessas ocasiões, cinco ou mais doses. Entre as mulheres dessa faixa etária, 5% manifestam o mesmo padrão de consumo. Acima dos 25 anos, a proporção é bem diferente: 27% dos homens contra 14% das mulheres. Se as adolescentes continuarem bebendo no ritmo detectado pelos especialistas, é provável que a participação feminina no drama do alcoolismo seja ainda maior no futuro. Dados atuais já são suficientes para disparar um alarme. Segundo estudo da Secretaria de Saúde de São Paulo, nos últimos três anos aumen-

tou em 78% o número de mulheres que procuram tratamento nos centros de saúde. Há outros levantamentos que reforçam o alerta: os jovens estão iniciando cedo a rotina de abuso de álcool. A idade média em que meninos e meninas de 14 a 17 anos começaram a beber foi 14,6 anos. A mesma pergunta foi feita para jovens de 18 a 25 anos. Eles começaram bem mais tarde: 17,3 anos.

O quadro estampado pelos números pode ser visto facilmente nas ruas. Basta passar em bares próximos de escolas e faculdades para encontrar grupos de jovens com copos nas mãos. Em São Paulo, por exemplo, é no boteco Boimbar que os estudantes da Faap, uma das mais caras do País, se encontram para beber. O consumo médio é de duas garrafas de cerveja por estudante. Os mais abastados são fãs do uísque misturado com energético. Como retratou a pesquisa, as meninas muitas vezes superam os garotos. É o que ocorre com as amigas Júnia Karan, 19 anos, Stella de Abreu, 18, L. J., 17, e Fernanda Barroso, 18. Elas saem juntas quatro vezes por semana para "tomar todas" nos botechos. "Meus pais ficam assustados com a freqüência com que a gente bebe e criticam muito", comenta Stella, estudante de cinema.

Muito se especula sobre as razões que estão levando os jovens a beber tanto. Há alguns motivos conhecidos. Entre a turma, a bebida é uma ferramenta de

socialização. "Você já ouviu dizer que alguém fez amigo tomando leite?", brinca o estudante Guilherme Sarue, 19 anos, que costuma sair para beber com o amigo Tomy Holsberg. Outro fator é o financeiro. "As baladas são muito caras. A gente gasta menos nos bares e consegue conversar com os amigos", explica a estudante Fernanda

Barroso. Também se sabe que muitos dos jovens têm dificuldades de relacionamento em casa ou na escola.

Um dos grandes problemas é perceber quando se está passando do limite. Afinal, porres são comuns na juventude. Mas é possível ter alguns indícios de que a situação está fugindo ao controle. Entre eles, estão bebedeiras diárias ou nos finais de semana, desinteresse em festas que não tenham álcool, agressividade, isolamento, escolha de amigos que só saem para beber. "Eles não conseguem mais se divertir sem a bebida", explica a psiquiatra infantil Jackeline Giusti, de São Paulo.

É importante saber distinguir o consumo normal do preocupante para que o adolescente de hoje não se torne um dependente de álcool. Há 19 milhões de brasileiros nessas condições. Na vida dessas pessoas, a bebida transformou-se num motor de destruição. **A empresária paulista Denise (nome fictício), por exemplo, cruzou a fronteira entre a farra e a dependência 16 anos atrás e só se recuperou depois de muita luta.** "Com 14 anos, bebia escondido todos os dias", conta. Ela ficou com a vida tão transformada que abandonou o curso de filosofia e perdeu o rumo profissional. Aos 26 anos, abriu um bar. Em um mês

tomava vodca no gargalo todos os dias, esquecia de cobrar a conta dos clientes e desmaiava no banheiro. "Estava no fundo do poço e vi que o meu negócio iria fechar se eu não me tratasse", diz. Denise procurou os Alcoólicos Anônimos e contou com a ajuda do namorado, Carlos. "No começo, achava que seria impossível parar", lembra. Mas desde o ano passado ela só bebe água, suco ou café.

Os prejuízos não se limitam à vida pessoal do indivíduo. Uma das mais terríveis consequências do alcoolismo são os acidentes de trânsito. Anualmente, 35 mil pessoas morrem nas estradas brasileiras devido ao uso abusivo de álcool. Aproxima-se do total de homicídios – 48 mil por ano, segundo a Organização dos Estados Ibero-Americanos.

Muitas vezes a sorte falta justamente a quem nunca passou perto de bebeda. Foi o caso da paulista Andréa de Oliveira, 24 anos. Há quatro anos, ela

foi vítima da imprudência de um motorista alcoolizado. A tragédia ocorreu numa data que tinha tudo para ser especial: o seu primeiro dia de trabalho no primeiro emprego de sua vida. Recém-formada em enfermagem, ela também se preparava para uma apresentação de dança, que ocorreria no dia seguinte ao

acidente. "Tudo estava dando tão certo na minha vida que parecia até mentira", lembra. Foi quando um motorista de 23 anos, bêbado, atropelou os seus sonhos. Ela atravessava uma avenida quando foi atingida por um microônibus a mais de 100 quilômetros por hora que ultrapassara o sinal vermelho.

Andréa quebrou sete costelas, o quadril e a clavícula. O pulmão também foi atingido. Ficou internada um mês e precisou de um aparelho para respirar durante quatro meses. Sua carreira foi interrompida por dois anos. Até hoje faz sessões semanais de fisioterapia e só se locomove com o auxílio de um andador. Sua mão direita ficou paralisada. "O que mais sinto falta é da dança. Era a minha vida", conta a jovem, que sonha em recuperar os movimentos. O motorista nunca foi localizado pela polícia.

Outra vítima indireta é o arquiteto Gabriel Padilla, pai de Ana Clara Padilla. A moça morreu em 2006, aos 17 anos, em um acidente de carro. Todos os ocupantes do veículo em que ela se encontrava também morreram. Eles estavam alcoolizados. Ela, não. Gabriel acaba de lançar o livro *O relato de um amor*. Na obra, fala da filha e alerta os jovens para o risco de acidentes como o que tirou a

vida de Ana Clara. "A mistura de álcool em excesso, imprudência, inexperiência na direção e cansaço de uma noite sem dormir é mortal", diz.

Algumas iniciativas estão sendo tomadas para diminuir a ocorrência de tragédias como essas. Recentemente, o governo lançou uma campanha sobre os riscos e prejuízos do alcoolismo e, no mês que vem, pretende dar início ao processo de restrição de propagandas de bebidas alcoólicas, previsto em uma resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. "O assunto está incluído no PAC da saúde", diz José Gomes Temporão, ministro da Saúde. **Segundo a proposta, a publicidade das bebidas fica proibida das 8h às 21h em rádios e tevês.** Nos outros horários, nos veículos impressos e na internet, a propaganda terá de ser acompanhada por alertas que associem o consumo a acidentes de trânsito com vítimas, má-formação fetal, abuso sexual e episódios de violência, num total de 13 frases que substituirão o tradicional "beba com moderação". A resolução também quer vetar a comercialização do produto em estradas e postos de gasolina. "Pretendemos proibir a indústria de bebidas alcoólicas de patrocinar eventos esportivos e festivais de música, como ocorreu com o cigarro", diz Pedro Godinho Delgado, do Ministério da Saúde.

Na esfera do comportamento, os especialistas recomendam maior rigor. "Adolescente não tem de beber. Festa

de 16 anos não pode servir cerveja. A sociedade precisa ter uma participação mais crítica", afirma Ilana Pinsky, professora da Unifesp. O psiquiatra Ronaldo Laranjeira, também da Unifesp, defende ações preventivas mais contundentes. "É fundamental priorizar a prevenção para que aqueles que não bebem

não adotem o hábito", diz. O neurologista José Mauro de Lima, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vai além. Propõe uma redução no limite de concentração de álcool no sangue em motoristas. "A atual taxa, de 0,6 grama por litro de sangue, é elevada", garante.

Na área de tratamento, a novidade é a comprovação da eficácia de três estratégias: a psicoterapia para prevenção de recaídas, a entrevista motivacional (sessões nas quais se dá muito espaço para a fala do paciente) e os 12 passos dos Alcoólicos Anônimos (que prega a abstinência total). Os bons resultados dessas opções foram aferidos em um estudo recente realizado pelo Instituto Nacional de Abuso de Álcool e Alcoolismo dos Estados Unidos. Os pesquisadores verificaram que os pacientes que participaram das terapias apresentaram nos seis meses seguintes redução no uso do álcool ou até mesmo abstinência. Quanto aos remédios, eles podem funcionar como auxiliares, mas no máximo por um ano. ■

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, estou aqui falando como médico, como cirurgião, e não poderia deixar de falar, no dia de hoje, como Senador da República, sobre o Dia Nacional do Doador de Órgãos e Tecidos, que é comemorado hoje.

O jornal **Diário do Povo**, importante jornal do Piauí, que hoje comemora 20 anos, traz uma reportagem muito interessante da jornalista e repórter Juliana Nogueira. Primeiramente – atentai bem! –, quero dizer que isto deve estar ocorrendo em todo o Brasil, governado pelo PT: “Número de doações de órgãos no Piauí sofre grande redução”. Estou aqui pacientemente esperando, porque a Central de Transplantes do Piauí foi criada em setembro de 2000, quando eu governava aquele Estado. Colocamos, então, o Piauí na era dos transplantes. Lá se faz transplante de córnea, de rim vivo, de rim vindo de cadáver e de coração, com êxito, traduzindo a grandeza, a competência e o avanço da classe médica.

O desgoverno por que passa hoje o Piauí faz com que mais de mil pessoas estejam na fila de espera por um órgão na Central de Transplantes do Piauí. Destas, 663 pessoas esperam por uma córnea; 368 pessoas, por um rim; e duas pessoas, por um coração. Imagine isso no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo, no Brasil! Imagine a deficiência!

Chamamos a atenção do Ministro José Temporão. Outro dia, conseguimos com S. Ex^a recursos para minimizar as dificuldades do Hospital Getúlio Vargas, onde se faz a maioria desses transplantes. Queremos, mais uma vez, importunar o Ministro. Esse problema deve ser nacional, mas, no Piauí, como diz a jornalista Juliana Nogueira, o número de doações de órgãos “sofre grande redução”. Então, que se faça uma campanha esclarecedora!

Hoje, no Dia do Doador, eles estão comemorando a IX Semana Nacional e a VII Campanha Estadual de Doação de Órgãos e Tecidos. Então, aproveitamos este instante para clamar pela ajuda do Ministro Temporão à Central de Transplantes do Piauí, que criamos em setembro de 2000, e para sensibilizar todas as brasileiras e todos os brasileiros, solicitando que doem órgãos, para proporcionar a um irmão nova vida.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, só quero registrar – isto estava nas minhas anotações – algumas palavras sobre o Dia Nacional do Doador, a que se referiu o Senador Mão Santa. Isso é muito importante.

O Estado do Espírito Santo realiza muitos transplantes de rim e também transplantes em diversas outras áreas. Temos avançado muito nesse sentido, a despeito das dificuldades por que passa a Saúde no Brasil. E o apelo do Senador Mão Santa ao Ministro Temporão vale também para meu Estado.

Quero, neste dia, abraçar uma pessoa, amiga de São Paulo: Eliane. V. Ex^as acompanharam, no ano passado, o drama dessa mulher, transplantada de fígado. Quinze anos depois, o organismo dela rejeitou o fígado, e ela entrou em processo de falência múltipla. Ainda não era a primeira da fila, e o marido, Wagner, precisou ir para os Tribunais para conseguir o transplante. Travou uma luta incansável nos Tribunais, e seu esforço foi recompensado. Deram prioridade à esposa dele, e ela recebeu um fígado, mas precisaram retirá-lo, porque o fígado estava com problemas. Ela passou meses a fio com a barriga aberta, na iminência de perder a vida, esperando a chegada de um fígado. Essa mulher venceu a morte. Parabéns à pessoa que doou o fígado!

Senador Paim, diante do quadro da Eliane, o Brasil inteiro falou sobre o assunto. Senador Mão Santa, transmitiram as imagens, que eram tremendas! Ela ficou com a barriga aberta, sem que pudesse fechá-la. Na semana passada, estive na casa dela e vi as imagens. Ela testemunha para o Brasil inteiro o milagre que Deus fez na vida dela. É uma coisa tremenda, Senador Paim! Ela virou símbolo dessa luta.

O indivíduo que precisa de transplante não tem de ser registrado pelo número na fila, mas pela necessidade. A fila não pode valer pelo número de inscrição, mas pela necessidade do indivíduo. O cidadão pode ser o vigésimo da fila, mas pode estar morrendo; e o primeiro pode ainda não estar morrendo e ter possibilidade de viver por dois ou três anos tranquilamente, até que chegue sua vez; e, se o caso dele se agravar, que seja o primeiro da fila! Que a fila caminhe dentro da necessidade de cada um! Foi isso que o quadro da Eliane mostrou, com a cobertura da mídia.

Então, neste dia, quero incentivar as pessoas – não tão-somente fora da nossa realidade, mas na nossa própria família –, para que sejamos todos doadores. Dizia o Senador Mão Santa, antes de encerrar sua fala, que, quando se doa, está se doando a própria vida para alguém que precisa dela.

Portanto, este dia é muito importante.

Abraço a Eliane e o Wagner, esse casal de amigos que se tornou símbolo dessa luta em todo o País. E, aqui, não estou fazendo *merchandising*, porque não conheço, nem sei qual é o plano de saúde de ninguém, mas a Amil, que era o plano de saúde dela – a conta dos transplantes dessa mulher foi coisa de milhões – cobriu os custos.

Hoje, temos um grande problema com plano de saúde, que quer saber se a pessoa espirra muito de noite, porque, se espirrar, já é um preço diferente, vai gastar mais remédio; quer saber se a pessoa levanta muito à noite, se tem a bexiga solta, se não tem. Para fazer um plano de saúde, perguntam qual é sua idade, e, aí, faz-se o plano de saúde, mas, na hora da necessidade, ele não cobre as despesas.

Então, Senador Paim, quero aqui, hoje, conamar todos os brasileiros, para que sejamos doadores da vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ao encerrar esta sessão, eu queria lembrar que hoje, também, dia 27, é o Dia Nacional do Idoso. Nesta data, completamos também quatro anos do Estatuto do Idoso.

Portanto, fica aqui, para todos os idosos do nosso País, homens e mulheres que construíram esta Pátria, nossa sincera homenagem.

Sei que as senhoras e os senhores que estão assistindo, neste momento, à TV Senado, devem estar pensando que a melhor forma de se homenagear os idosos seria aprovar o PL nº 58, que vai fazer com que os cidadãos aposentados voltem a receber o número de salários mínimos que recebiam na época em que se aposentaram.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, quero compartilhar essa homenagem com V. Ex^a, abraçando uma idosa muito querida, amada, que está na terceira idade, linda, que é minha sogra, D. Ivone. Minha mãe, D. Dadá, foi-se embora muito jovem, com 57 anos de idade. Hoje, quem sabe, se estivesse viva, eu não estaria comemorando com ela, abraçando-a!

Há uma experiência vitoriosa, na cidade em quem fui criado, Itapetinga, no interior da Bahia, e também em Macarani, onde nasci. A Azaléia, empresa que está gerando empregos, eu soube que criou um programa chamado Meu Último Emprego. O grupo começou a admitir pessoas a partir dos 60 anos de idade. Vejam que coisa bonita! E muita gente da região, com 60 anos, voltou ao trabalho, voltou a se sentir útil, fortalecido, pelo vigor que o trabalho produz. Que esse exemplo fique para o Brasil inteiro. O cidadão da terceira idade,

muitas vezes, torna-se hipocondríaco. As doenças psicossomáticas tomam conta da vida dele, porque lhe tiram o privilégio de viver, de trabalhar. Se se tira de um homem o privilégio de trabalhar, está-se tirando dele a possibilidade de viver.

Queremos propor a todas essas empresas que adotem esse programa. É bonito. Meu Último Emprego. Que o cidadão vá até 100 anos nesse emprego, até os 200 anos, mas vai ser o último. Ele não vai sair dali para ir para outro.

Parabéns a V. Ex^a pela lembrança deste dia tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ao concluir os trabalhos desta sessão, quero somente fazer uma pequena homenagem àquelas mulheres e homens que se deslocaram dos seus Estados e vieram para cá. Trouxeram 100 mil assinaturas e entregaram-nas aos Presidentes da Câmara e do Senado, nas figuras do jornalista Dorgival Vieira; do Dr. Marco Antonio Zito Alvarenga, em nome da OAB; do Frei Leandro, que coordenou esse movimento junto com a Educafro; da Sr^a Ines Silveira; da Sr^a Ivonete, em nome da Zepir; do Presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo; e também da UGT, em nome do Sr. Ricardo Patah.

Fizeram um belíssimo movimento hoje, no Congresso Nacional, pela aprovação do Estatuto, do PL nº 73, da PEC nº 2, que são políticas afirmativas, políticas de combate à discriminação.

Quero dizer também, no encerramento desta sessão, que recebi, há pouco tempo, o telefonema do Deputado Santana. S. Ex^a disse que, na semana que vem, teremos uma outra reunião na Câmara dos Deputados com o Presidente daquela Casa, Deputado Arlindo Chinaglia, para construirmos um entendimento em relação à tramitação do Estatuto da Igualdade Racial.

Portanto, informo a todos que o movimento foi positivo e o resultado, com certeza, caminha na linha de que o Estatuto vai para a pauta e vai ser votado. Se tiver de ser alterado, que se altere, que se façam as mudanças necessárias. Vamos votá-lo, e que ele venha novamente para o Senado, porque tenho certeza de que o Senado vai votá-lo rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Flávio Arns, Arthur Virgílio, Mário Couto, Sérgio Guerra e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^as. serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs.

Senadores, a Cooperação Técnica Internacional (CTI) é um dos campos de interesse do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do nosso País. De acordo com o titular da pasta, Embaixador Celso Amorim, desde o início do Governo Lula, o Brasil tem procurado ao máximo atender às crescentes demandas por cooperação, dando prioridade aos setores nos quais temos amplas condições de oferecer o melhor atendimento.

Dessa maneira, entre as áreas de maior expressão podemos destacar a agricultura, com a elaboração de programas de treinamento rural, formação de quadros para atuar nas atividades rurais, assistência completa na área de biocombustíveis, notadamente em relação ao etanol e biodiesel, montagem de laboratórios destinados a pesquisas avançadas em agricultura tropical, proteção de recursos hídricos, ordenamento da defesa civil, organização do processo eleitoral, projetos de alfabetização de crianças e adultos, estruturação universitária, cooperação desportiva e cooperação no combate às chamadas doenças sociais e ao HIV/Aids, males que vitimam milhares de pessoas nos países mais pobres.

O atual Governo não tem medido esforços para expandir os seus projetos de cooperação no âmbito da América do Sul, América Central e Caribe. Outra região onde a presença da cooperação brasileira recebe elogios e merece destaque é a África. Em todos os países que formam a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, as ações de cooperação montadas pelo Brasil são exemplos de eficiência, de organização e de resultados altamente positivos em prol do desenvolvimento das comunidades mais carentes.

Vale destacar que, no ano passado, a ajuda brasileira foi oferecida a diversos países africanos e tem sido determinante para melhorar a vida social. Segundo o Ministro Celso Amorim, essa iniciativa faz parte do interesse que o nosso País tem em aprofundar os laços de solidariedade com o continente africano, uma das grandes preocupações da política externa comandada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Outra grande iniciativa brasileira é a cooperação triangular que o nosso Governo vem estabelecendo com países desenvolvidos e organismos internacionais, para melhorar as condições de vida de comunidades mais necessitadas na África e na própria América Latina. Portanto, o objetivo dessas parcerias é a união de interesses comuns para levar ajuda aos países que apresentam graves deficiências em infra-estrutura. Tais ações, evidentemente, elevam a importância de nossa política externa em relação aos países menos desenvolvidos.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foi criada em 1987 e é responsável, no âmbito do MRE,

por todos os acordos de cooperação técnica internacional firmados pelo governo brasileiro, seja com organismos internacionais, seja com outros países. A responsabilidade da ABC abrange tanto os aspectos mais técnicos, quanto os de política externa.

Para atingir seus objetivos de cooperação, a ABC conta com o apoio de países desenvolvidos. Assim, por meio da cooperação técnica recebida de forma unilateral (CTR), o Brasil conseguiu executar, ao longo dos últimos doze anos, cerca de 3 mil e 500 projetos avaliados e acompanhados pela ABC, que receberam recursos nacionais da ordem de 2 bilhões e 900 milhões de dólares e a contribuição de 397 milhões de dólares vinda de organismos internacionais.

No que se refere à cooperação técnica recebida de forma bilateral (CTR), ou seja, conhecimentos técnicos repassados ao nosso País por outros países em estágios de desenvolvimento superiores ao nosso, devemos considerá-la como altamente positiva, pois, na prática, esse conjunto de informações tem sido de grande valia para impulsionar muitos dos nossos projetos internacionais. Por conta dessas transferências, nos últimos doze anos, recebemos cerca de 1 bilhão e 200 milhões de dólares, recursos que foram aplicados em 972 projetos e em mais de mil atividades nas áreas do meio ambiente, agricultura, saúde, social, indústria, administração pública, transporte e em atividades de desenvolvimento local e regional.

Nos últimos cinco anos, a ABC acumulou valioso patrimônio de serviços prestados e de realizações diversas. Muitas frentes de trabalho foram abertas, muitos parceiros aderiram às iniciativas em curso e se engajaram igualmente em diversos projetos em preparação. Hoje, o seu maior desafio é dar continuidade ao que foi feito e ao que está em funcionamento, sem descurar do que ainda necessita ser feito. Sem dúvida, essa será a grande missão do seu novo Diretor, Embaixador Luiz Henrique da Fonseca.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a ABC vem acumulando pontos positivos e engrandecendo a imagem do Brasil em outras partes do mundo, motivo pelo qual merece o aplauso de todos os cidadãos brasileiros.

Ao finalizar este pronunciamento, gostaria de relembrar que a cooperação internacional é um instrumento fundamental da atual política externa brasileira para conseguir aproximação com outros países e para divulgar a nossa disposição de solidariedade, especialmente em relação ao mundo em desenvolvimento. Além de tudo, nossa política de ajuda está diretamente ligada aos Objetivos do Milênio, que precisam ser cumpridos. Em face desse compromisso que assumimos com a Organização das Nações

Unidas, uma de nossas responsabilidades mais importantes é a de ajudar outros povos a vencer a pobreza e melhorar globalmente os seus indicadores de qualidade de vida.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o desenvolvimento econômico do Brasil está condicionado a diversos fatores. Um deles, que figura entre os mais importantes, é o sistema de transportes. Sem uma infra-estrutura de transporte adequada, o Brasil perde em termos de escoamento de sua produção industrial e agrícola. Perde também em competitividade, agregando ao valor final dos produtos os elevados custos para o transporte de nossas riquezas.

No setor de transporte, existem diversas prioridades a serem consideradas para que tenhamos uma malha eficiente. Nossas rodovias carecem de reparos e investimentos, assim como as ferrovias e hidrovias. Sem dúvida, o cenário ideal para um Brasil forte e desenvolvido seria possuir uma infra-estrutura de transporte equilibrada, que explora se de forma adequada os modais existentes, sem sobrecarregar uma malha em detrimento de outra.

Por este motivo, destaco como fundamental a valorização de um segmento essencial para o fortalecimento e para a dinamização do setor de transportes. Falo dos portos brasileiros, sem os quais não temos como escoar as cargas transportadas nas estradas, ferrovias e hidrovias.

Chamo a atenção dos nobres colegas para uma reportagem publicada no dia 18 de setembro no jornal **O Estado do Paraná**, no caderno “Visão dos Portos”, assinada pelo jornalista Paulo Cruz.

Ao destacar o Plano Nacional de Logística de Transportes do Ministério dos Transportes, a matéria cita quais os investimentos necessários para *obras de construção, recuperação e ampliação dos portos do Paraná*.

Segundo apontam os técnicos da APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, seria necessário investir R\$1,84 bilhão nos portos paranaenses, em 12 obras consideradas prioritárias. Dentre elas, destacam-se a construção do Porto do Mercosul, em Pontal do Paraná, o aprofundamento do Canal da Galheta e a criação do terminal de passageiros de Antonina.

Segundo relata a reportagem, o Plano Nacional de Logística de Transportes prevê o investimento de R\$29 bilhões para a região Sul até o ano de 2023. O Plano indica as necessidades futuras, enfatizando a ampliação dos sistemas ferroviário e hidroviário.

Neste contexto, os investimentos no Paraná são considerados de alta prioridade, tendo em vista o importante papel do Estado na produção agrícola e industrial, sendo também responsável pelo escoamento de grande parte da safra brasileira.

Neste breve relato, eu gostaria de enfatizar a importância destes investimentos para o meu Estado. Que este planejamento se concretize e traga ao Paraná oportunidades de desenvolvimento econômico e social por meio de seus portos, tão importantes para a geração de emprego e renda, dinamização do comércio e da indústria e para o desenvolvimento social das comunidades que estão próximas a estes locais.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estabelece como dever do servidor público (...) art.116 – a) atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas; b) tratar com urbanidade as pessoas.

Esses preceitos estão em vigor e devem ser observados por todos os que compõem o serviço público. Menos pelo Palácio do Planalto; melhor dito, pelo Gabinete Pessoal do Presidente da República (Luiz Inácio Lula da Silva) ou pelo Diretor de Documentação Histórica do Planalto.

Ali, do outro lado da Rua, prevalece, pelo visto, o dito popular “Faça o que digo, mas não faça o que eu faço”.

É o que se pode concluir pelo ofício enviado a um cidadão brasileiro, cansado de bater à porta do Ministério da Fazenda, em busca de direito seu, reconhecido pelo próprio Presidente da República.

Quem escreveu ao Presidente foi o Oficial reformado da Polícia Militar, Edson Muniz, hoje morador em Rio Bonito (RJ), há anos lutando para tentar receber seus proventos com os acréscimos aprovados pelo Presidente da República, após longa tramitação.

Depois de, insistentemente e com paciência, pleitear seus direitos junto ao Ministério da Fazenda, o Major resolveu escrever ao Presidente Lula. O Presidente provavelmente nunca soube dessa carta. Na triagem, em seu gabinete pessoal, o Diretor Cláudio Rocha jogou para o espaço as normas de urbanidade que devem marcar o relacionamento com o povo, com um parágrafo final nos seguintes termos:

(...) Novas cartas endereçadas à Presidência da República sobre o mesmo assunto não serão consideradas.

Antes, no mesmo tom arrogante, o diretor de documentação histórica faz o comercial do Presidente:

(...) O Presidente não tem como se ocupar de casos ou problemas individuais. Se assim agisse, não faria outra coisa a não ser resolver milhares de problemas a ele diariamente trazidos e não teria tempo de governar o Brasil. (...) O Presidente Lula trabalha incansavelmente em benefício da coletividade.

Mesmo que essa seja a verdade, educação e urbanidade não fazem mal a ninguém, muito menos ao Presidente da República.

A continuar nesse tom, o gabinete pessoal do Presidente Lula vai criar no mínimo uma má impressão... do Presidente. Seu gabinete poderia até se negar ao

exame de problemas como o do Major reformado, mas sem deixar jamais a boa regra da educação.

O Major enviou-me cópia da carta do Planalto, que estou anexando a este pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado da República. Ele ficou sabendo que, no Planalto, o povo não é bem-vindo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



ANEXO nº 004.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gabinete Pessoal do Presidente da República

Brasília, 27 de abril de 2006.

CARLOS EDSON DOS SANTOS MUNIZ

*Praça Doutor Astério Alves de Mendonça, 71 - Ap. 302 - Caixa Postal: 718 - Centro
28800000 - RIO BONITO - RJ*

Senhor Carlos,

Em resposta à sua carta de 29/03/2006, gostaríamos de lembrar-lhe que o Presidente, apesar de toda a consideração que dedica a cada um dos brasileiros, não tem como se ocupar de casos ou problemas individuais. Se assim agisse, não faria outra coisa a não ser resolver milhares de problemas a ele diariamente trazidos e não teria tempo de governar o Brasil.

Esclarecemos, pois, que o Presidente Lula trabalha incansavelmente em benefício da coletividade para tornar as empresas e órgãos públicos cada vez mais eficientes, em benefício de todos os cidadãos.

Gostaríamos também de deixar claro que, no regime democrático, prevalecem a Lei e os regulamentos, que o Presidente, como as demais pessoas, deve acatar. Por isso, ele não pode se sobrepor às normas de qualquer órgão do Governo para atender os pedidos de quem quer que seja.

Assim, pedimos-lhe que, doravante, trate o assunto descrito em sua correspondência diretamente com a Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda.

Novas cartas endereçadas à Presidência da República sobre o mesmo assunto não serão consideradas.

Cordialmente,



CLAUDIO SOARES ROCHA
Diretor
Diretoria de Documentação Histórica



O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Eu estou calmo. Eu estou calmo”, publicada pela revista **Época** em sua edição de 27 de agosto de 2007.

A matéria destaca que à amigos, o ex-ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu tem confessado pessimismo com o resultado do julgamento no STF, que pode mandar instalar um processo criminal contra ele por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e peculato.

“Eu estou calmo. Eu estou calmo”

É assim que José Dirceu, o principal personagem do mensalão, diz entrar na semana decisiva para seu futuro. A amigos, ele tem confessado pessimismo

THOMAS TRAUMANN

“EU ESTOU CALMO. EU ESTOU calmo”, repetia José Dirceu na terça-feira à noite, durante conversa com um amigo.

Faltavam poucas horas para o início do julgamento que, no dia seguinte, começaria a decidir seu futuro político: a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a denúncia em que Dirceu é acusado de ser o “chefe da organização criminosa do mensalão” (*leia a reportagem à página 36*). Embora sua assessoria informasse que ele havia mantido a rotina de encontros empresariais, Dirceu passara a véspera do julgamento ao telefone no escritório que tem em São Paulo. No dia seguinte, emocionou-se ao assistir pela TV a seu advogado, José Luiz de Oliveira Lima, defendê-lo. “É uma peça de ficção”, disse o advogado sobre o processo. Na sexta-feira, um alívio. Os

ministros do STF rejeitaram a acusação de peculato (apropriação indevida de dinheiro ou bens públicos) contra Dirceu. As outras acusações serão julgadas nesta semana.

Na semana passada, Dirceu conversou com velhos amigos, com ex-assessores, com políticos de dentro e fora do PT. A todos, tentava negar uma ansiedade evidente e abria uma metralhadora de emoções. “Não aceito a morte civil que querem me impor” e “quero ser julgado para provar minha inocência” eram frases repetidas com frequência, segundo seus interlocutores. Sempre que lhe perguntaram sua previsão sobre o julgamento, foi

Dirceu acha que a denúncia contra ele será aceita. Por sete votos a três – ou seis a quatro

pessimista. Nenhum dos cinco interlocutores de Dirceu consultados por **ÉPOCA** disse ter ouvido dele a possibilidade de ser absolvido. Seus palpites variavam entre seis e sete votos (dos dez possíveis) pela aceitação do processo. “Se não aceitarem a denúncia, vai todo mundo dizer que foi pizza”, disse ele a mais de um amigo.

Ex-ministro mais poderoso do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e artífice da reconstrução do PT no fim dos anos 90, Dirceu é o personagem principal do julgamento do STF. Enquanto ficou no governo, teve ascendência sobre quase todos os outros ministros, era consultado em todas as questões importantes (inclusive na economia) e foi chamado pelo presidente Lula de “capitão do time”. Entre os políticos, era chamado “Super-Zé”. Deixou o governo em junho de 2005, acusado pelo ex-deputado Roberto Jefferson de coman-

dar um esquema de compra de votos dentro do Congresso, que ficou conhecido como mensalão. Em novembro de 2005, o Congresso cassou seu mandato de deputado federal, por quebra de decoro parlamentar. Ele perdeu seus direitos políticos até 2015.

De lá para cá, tornou-se consultor de empresas. Quais, ele não conta. A um executivo de uma grande empresa nacional, disse recentemente: “Não posso revelar meus clientes por cláusulas de confidencialidade. Agora, a mídia transforma isso num crime. Por que o Fernando Henrique Cardoso pode ganhar R\$ 85 mil por palestra e ninguém fala

SUPER-ZÉ Assim Dirceu era chamado no tempo em que foi o ministro mais importante do governo Lula. Agora, o Planalto prefere vê-lo longe

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

nada, mas eu não posso prestar consultoria a uma empresa que todo mundo diz que estou fazendo lobby?“.

Uma condenação contra Dirceu por placar dilatado teria reflexos no PT e no Palácio do Planalto. Na virada deste mês o partido realizará um congresso em que, como sempre, várias alas disputarão o poder. A abertura de um processo contra Dirceu por nove ou dez votos teria, no mínimo, um efeito psicológico contra a tendência majoritária do partido, da qual ele faz parte. Nesse caso, poderia ganhar força a corrente do ministro da Justiça, Tarso Genro, o maior adversário do ex-ministro no partido. Genro passaria a ser uma voz importante na escolha do candidato do PT na eleição para a Presidência, em 2010.

O governo tentou disseminar

a ideia de que o julgamento no STF não lhe diz respeito. O presidente Lula tem recebido informações das sessões e, reservadamente, já disse achar que o processo no STF provocará a discussão sobre os “desvios éticos” em seu primeiro mandato. Apesar disso, dentro do Planalto não há uma torcida pela absolvição de Dirceu. Assessores de Lula afirmam temer que, sem a ameaça do STF sobre sua cabeça, Dirceu ganhe força demais no PT e possa incomodar o governo.

As palavras mais ásperas de Dirceu foram reservadas ao procurador Antônio Fernando de Souza – “ele não tem prova nenhuma, me colocou ali só para virar o queridinho da oposição” – e à imprensa – “esses já me julgaram, condenaram e agora querem me fuzilar”. Na segunda-feira, Dirceu usou seu blog para desabafar. “Não consigo ficar sem dar respostas às matérias que a imprensa tem publicado a meu respeito. Apesar de não dar entrevistas nos últimos dias, por orientação de meu advogado, sou obrigado a responder e esclarecer...”, escreveu.

Ele disse a um interlocutor na sexta-feira, o terceiro dia do julgamento, que está preparado para qualquer resultado: “A ditadura tentou acabar comigo, e não conseguiu. A oposição tentou acabar comigo em 2005, e não conseguiu. Aconteça o que acontecer, eu vou em frente. Eu estou calmo. Eu estou calmo”.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Mais sobre a agenda de Dirceu”, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 29 de agosto de 2007.

O artigo do jornalista Diogo Mainardi analisa os dados colhidos pela CPI dos Correios e os números telefônicos da agenda do ex-ministro da Casa Civil do governo Lula, José Dirceu. Segundo o articulista, há oito telefonemas entre Dirceu e o publicitário Duda Mendonça só no primeiro semestre de 2003, sendo que dois deles precederam o período em que o caixa do mensalão, Marcos Valério, liberava dinheiro em

favor do publicitário. Em quatro vezes os telefonemas se deram nos dias de pagamento. “Pelo que consta da agenda, José Dirceu e Duda Mendonça praticamente só tinham contato nas datas em que o valerioduto liberava dinheiro para este último”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIOGO MAINARDI

Mais sobre a agenda de Dirceu

Passei a semana escarafunchando a agenda de telefones de José Dirceu. De novo? De novo. Pode mudar de assunto? Nem a pau. O que pretende com isso? Responder a uma ou duas perguntas. Quem ainda se importa com essa história? Eu. E o julgamento no STF? A imprensa tem de continuar a apurar os fatos, independentemente do Judiciário. Como José Dirceu reagiu ao aparecimento da agenda? Ele me acusou de ter usado o aparato do Estado Policial para consegui-la. Usou mesmo? Usei uma rede secreta de recepcionistas e secretárias. Ele está com medo? Espero que sim.

A agenda é de 2003. Cruzei seus dados sobre telefonemas com as planilhas elaboradas pela CPI dos Correios. O primeiro semestre daquele ano foi marcado pelos pagamentos de Marcos Valério a Duda Mendonça. Na agenda, há o registro de oito telefonemas entre José Dirceu e o publicitário que cuidou da campanha presidencial. Dois deles precederam o período em que ocorreram os pagamentos. Dos seis telefonemas restantes, quatro — repito: quatro — foram realizados nos dias em que

se verificaram saques em favor de Duda Mendonça. Entendeu? Pelo que consta da agenda, José Dirceu e Duda Mendonça praticamente só tinham contato nas datas em que o valerioduto liberava o dinheiro para este último. Olhe só:

■ Em 26 de março, David Rodrigues Alves, identificado pela CPI dos Correios como uma das mulas de Duda Mendonça, sacou 300 000 reais do valerioduto. Naquele mesmo dia, Duda Mendonça e José Dirceu trocaram uma chamada.

■ Em 28 de abril, outro sacador de Duda Mendonça, Luis Carlos Costa Lara, retirou mais 300 000 do Banco Rural. A agenda mostra que, às 12h47, José Dirceu e Duda Mendonça se telefonaram.

■ Em 30 de abril, aconteceram dois saques. O primeiro, de 250 000 reais, foi

feito pela sócia de Duda Mendonça, Zilmar Fernandes. O segundo, de 300 000, foi feito por outro homem do esquema, Francisco de Assis Novaes Santos. Duda Mendonça, como de costume, ligou para José Dirceu, às 13h34 daquele dia.

■ Em 13 de maio, David Rodrigues Alves sacou mais 250 000 no Banco Rural. O ministro e o publicitário se falaram antes do almoço.

Mas há outra bizarrice envolvendo esse caso. Uma bizarrice que mereceria ser investigada pelo Ministério Público, só para eliminar qualquer dúvida. Nos quatro dias em que os saques do valerioduto foram acompanhados por telefonemas entre José Dirceu e Duda Mendonça, o advogado Kakay coincidentemente também ligou para o chefe da Casa Civil. Em alguns casos, os telefonemas aconteceram na sequência um do outro. Em 30 de abril, José Dirceu e Kakay se falaram às 13h20. Poucos minutos depois, às 13h34, quem ligou para o ministro foi Duda Mendonça. O mesmo padrão se repetiu em 13 de maio. José Dirceu e Kakay conversaram às 10h30. Às 11h04, foi a vez de Duda Mendonça. O que Duda Mendonça, Kakay e Marcos Valério têm em comum? Os três foram contratados por Daniel Dantas.

Em seu blog, José Dirceu declarou que queria me vingar dele. Nada disso. Fui um dos poucos colunistas que sempre atribuíram a responsabilidade pelo valerioduto ao seu chefe, Lula. O cruzamento da agenda de José Dirceu com os pagamentos no Banco Rural parece indicar que o esquema foi utilizado, em primeiro lugar, para pagar a campanha presidencial, e só depois contaminou todo o resto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado, “É tudo invenção da imprensa”, publicado na revista **Exame** em sua edição de 15 de agosto do corrente.

O artigo do jornalista J.R.Guzzo ironiza a postura do governo e da esquerda brasileira que denunciam uma conspiração da imprensa para justificar a crise aérea, a corrupção no Senado, o mensalão. Para a esquerda brasileira, nada disso efetivamente ocorreu. A idéia de um golpe da imprensa serve apenas para

esconder os pecadilhos dos companheiros e evidencia a alergia do governo à liberdade de expressão.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

É tudo invenção da imprensa

Crise aérea, corrupção no Senado, mensalão — segundo a versão corrente na esquerda, nada disso efetivamente ocorreu. A idéia de uma “conspiração” serve apenas para esconder os pecadilhos dos companheiros — e evidencia a alergia do governo à liberdade de expressão

SERIA BOBAGEM, DE PARTE A PARTE, FAZER DE CONTA que está tudo normal nas relações entre o governo e os meios de comunicação brasileiros. Não está. Na verdade, a situação entre um e outros talvez esteja em seu pior momento dos últimos quatro anos e meio e, pelo rumo que a coisa vem tomando, parece destinada a piorar ainda mais. O governo se convenceu que “certos setores” da mídia estão articulados com a “oposição de direita” numa espécie de conspiração para derrotar seus candidatos nas eleições de 2008 e 2010 — ou, numa hipótese ainda mais sombria, estariam tendo uma conduta de caráter golpista, por não aceitarem os resultados das eleições de 2006, ou mesmo de 2002. É por isso, e por nenhuma outra razão, que a “grande imprensa” mostra um noticiário e opiniões tão negativos em relação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela estaria servindo, segundo a nota que a Executiva Nacional do PT divulgou após sua última reunião em São Paulo, de “instrumento e estado-maior” para a ofensiva direitista.

O caldo tende a engrossar por um motivo claro: há muita gente dentro do atual governo incapaz de admitir a idéia de que a imprensa publica fatos desastrosos em relação ao poder público porque os fatos, simplesmente, aconteceram. Para tais setores do governo, não houve, na realidade, um mensalão — como não há uma crise aérea e nada do que ocorreu entre uma coisa e outra. Tudo é fruto de uma ilusão construída pela mídia, que aproveita eventuais equívocos ou desvios isolados de um ou outro agente do governo, perfeitamente admissíveis, para criar a impressão de que existe corrupção, desordem e incompetência na administração do presidente Lula. Os objetivos da grande imprensa seriam os piores, e a prova disso estaria na cobertura da

da à tragédia com o avião da TAM em Congonhas. “A grande mídia foi montando primeiro um cenário de guerra e, depois, de golpe de Estado”, afirma a filósofa Marilena Chaúí, figura de destaque na área intelectual do PT. A crise que todo o mundo vê com os próprios olhos não existe, segundo nos garante a professora Chaúí. É, em suas próprias palavras, uma “invenção”.

Está claro que os pontos de vista, as análises e o noticiário de diversos órgãos da mídia de expressão nacional compõem um quadro muito ruim para o governo do presidente Lula. Também é verdade que a imprensa cometeu erros factuais em todo esse processo, embora tenha acertado muito mais vezes do que errou. Pode-se até concordar, enfim, quando o governo diz que a mídia é contra ele. Mas onde está escrito que deveria ser a favor ou neutra? É essa, justamente, a idéia que tantas pessoas de peso no Palácio do Planalto e a seu redor não conseguem aceitar. Na sua visão, a imprensa não teria o direito de ser contra o governo porque Lula foi eleito e reeleito nas urnas. Órgãos de comunicação que se opõem a um governo escolhido pelo voto estariam, por essa maneira de ver as coisas, afrontando o resultado das eleições.

Nada disso, naturalmente, tem alguma coisa a ver com elevadas questões de doutrina. A posição oficial serve, em primeiro lugar, ao propósito muito útil de fornecer uma desculpa a membros do governo ou da “base aliada” que foram pegos em qualquer dos escândalos destes últimos anos. Em segundo lugar, comprova sua alergia à liberdade de expressão — valor que toleram, por não terem força para suprimir, mas que acham dispensável num país de governo “popular”. Que tipo de imprensa Lula, o PT e seus amigos gostariam de ter no Brasil? Uma história atribuída ao ex-presidente Costa e Silva talvez forneça pistas. Diante da irritação do marechal com algo que acabara de

ler (antes de baixar o Ato Institucional nº 5 e adquirir com ele a censura que resolvia esse tipo de chateação), um de seus assessores lhe sugeriu que não ficasse aborrecido. “É uma crítica construtiva, presidente”, disse o assessor. “Mas eu não quero crítica construtiva”, respondeu Costa e Silva. “Eu quero elogio.”

Melhor isso do que os comunicados da Executiva Nacional do PT. Ganha-se, pelo menos, em clareza.

Certidão negativa

Tem despertado certa atenção nestes últimos dias o início das atividades do movimento “Cansei”, que se declara aberto à participação de todos os cidadãos cansados com a inépcia do governo, a corrupção extrema na vida pública, a impunidade e tudo o mais que, como se atribuía em outros tempos à saúva, está acabando com o Brasil. Não ficou claro, ainda, até onde pode ir o “Cansei”. Movimentos como esse, em geral, chegam à fase da dispersão sem terem passado direito pela fase da concentração: com o correr do tempo vão se desfazendo e um dia saem do ar. É natural que seja assim. Os cidadãos que animam ações desse gênero têm mais coisas a fazer na vida. Não são profissionais da política, e os políticos profissionais, mesmo os da oposição, normalmente não gostam de se envolver — o PSDB, por exemplo, foge dessas coisas como o diabo da água benta. Mas o governo, em vez de deixar a iniciativa seguir seu curso como um episódio normal da vida democrática, decidiu ficar indignado. Só conseguiu, com isso, encher a bola do movimento e relançar o sempre curioso debate sobre a classe média no Brasil — ou, como ainda se diz por aqui, sobre a “burguesia nacional” (pequena, média ou grande) e sobre a elite, é claro, que funciona como uma espécie de genérico para tudo isso.

O tema reapareceu na praça porque o governo e quem o apóia decidiram que o melhor jeito de desqualificar o “Cansei” é acusar seus integrantes de pertencerem às zonas da sociedade que estão localizadas da classe média para cima. Basta isto: se o cidadão é da classe média, ou, pior ainda, mais que média, está automaticamente condenado como delinquente social. Não adianta nada alguém alegar que não tem culpa de pertencer à classe média. Fazer o quê, se já nasceu nela? Tem culpa, sim — como na teoria do pecado original, segundo a qual o indivíduo já vem ao mundo no prejuízo, mesmo que nem tenha tido tempo de fazer alguma coisa errada. (A situação não fica melhor para quem era pobre e depois subiu na vida, como o ex-

operário gráfico Amador Aguiar, o fundador do maior banco brasileiro — talvez fique até pior.)

A Igreja oferece, com o batismo, pronto remédio para o pecado original. A política, no caso do Brasil de hoje, oferece a quem nasceu fora da classe trabalhadora a possibilidade de ser absolvido por meio da participação no governo do PT ou em seu sistema de apoio. Funciona como uma espécie de certidão negativa em relação a qualquer suspeita de conduta antipopular: venha do degrau que vier na escala social, o cidadão que entra na esfera do governo deixa imediatamente de ser da elite, e, portanto, do mal. É o que explica, entre centenas de outros exemplos, por que o senador Renan Calheiros, que ficou rico vendendo boi alagoano a preço de caviar russo, não faz parte da elite da forma como ela é definida pelo PT. Faria parte de que classe, então? Aí já é querer saber demais. E para os que não querem, ou não conseguem, juntar-se ao governo para ficarem livres do pecado original? Há uma saída bem simples: basta falar mal da elite. É possível turbinar a bênção qualificando a elite de “branca”, como fez o ex-vice-governador de São Paulo Cláudio Lembo. E quem quiser caprichar, mesmo, pode falar em “elite branca do sul”. Aí é correr para o abraço.

Nenhuma contribuição para todo esse sarapateiro, porém, superou a que foi fornecida pelo próprio presidente Lula em sua última visita a Mato Grosso. Inconformado com o “Cansei” e as vaias que vem recebendo de pequenos grupos, Lula desatou a falar contra “eles”, a “elite” ou “essa gente”, pessoas ricas que deveriam estar satisfeitas porque ganharam dinheiro como ninguém em seu governo. Ameaçou, também, “botar mais gente na rua” que eles e acusou-os de “brincar com a democracia”. Queria, ao que parece, fazer uma denúncia contra os privilegiados. Foi algo realmente espantoso, quando se leva em conta que o presidente falava na presença do governador mato-grossense Blairo Maggi — justo ele, que se tornou um dos maiores milionários do Brasil com suas extensas plantações de soja, e hoje, como um notável aliado do governo, desfruta do “nada consta” ideológico do PT. Na ocasião, Maggi garantiu a Lula que vaias e protestos não iriam estragar a “nossa festa”. Fica difícil entender, é verdade, como o presidente consegue, ao mesmo tempo, denunciar a malvadeza de “banqueiros e empresários” e dirigir um governo em que, segundo ele próprio, a elite ganha mais do que nunca. Mas e daí? Não é mesmo para entender.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT —

RS) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 17 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

27/09/2007

quinta-feira

-
- | | |
|-------|---|
| 10:00 | <ul style="list-style-type: none">- Reunião organizada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, com Deputados e Senadores membros do Parlamento do Mercosul para tratar da participação do Parlamento Brasileiro no seminário que tratará da criação do Parlamento Sul-americano, a realizar-se em Cochabamba, em 05.10.2007
Gabinete da Presidência da Câmara dos Deputados |
| 10:10 | <ul style="list-style-type: none">- Sessão Especial destinada a comemorar o Dia Mundial do Turismo
Plenário do Senado Federal |
| 15:00 | <ul style="list-style-type: none">- Recepção ao Presidente da República do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev
Salão Nobre do Senado Federal |
| 15:45 | <ul style="list-style-type: none">- Senador Paulo Paim e Deputados da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, para entrega de manifesto popular em favor do projeto que altera o Estatuto da Igualdade Racial
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal |
| 16:00 | <ul style="list-style-type: none">- Ordem do Dia - Sessão Deliberativa
Plenário do Senado Federal |

ATO DO PRESIDENTE N.º 064, DE 2007

“Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Segundo Quadrimestre de 2007.”

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 54, Inciso II e Parágrafo Único, e, 55, Inciso I, Alínea “A” e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL** do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre do exercício financeiro corrente, compreendendo a consolidação dos dados de setembro/2006 a agosto/2007, na forma do anexo, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de setembro de 2007.



**Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal**

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

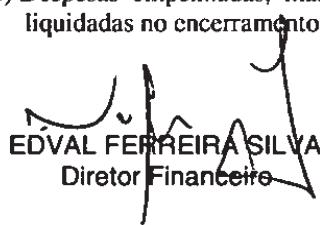
R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SET/2006 A AGO/2007		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.082.999	9	2.083.008
Pessoal Ativo	1.401.667	0	1.401.667
Pessoal Inativo e Pensionistas	681.332	9	681.341
Outras Despesas de Pessoal decorrentes contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	424.324	9	424.333
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	7.224	0	7.224
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	83.578	0	83.578
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	333.509	9	333.518
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF).	13	0	13
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	1.658.675	0	1.658.675
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			362.612.840
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100			0,46
LIMITE MÁXIMO (inciso I, art. 20 da LRF)	0,86%		3.118.470
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,82%		2.973.425

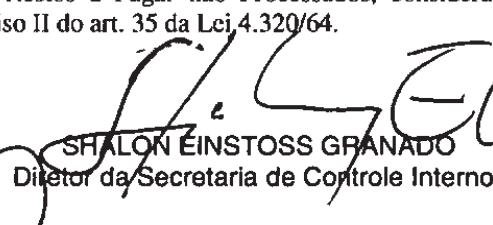
FONTE: SIAFI, SSCONT/SF e Portaria STN nº 619, de 18 de setembro de 2007.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.



EDVAL FERREIRA SILVA
Diretor Financeiro



SHALON EINSTOSS GRANADO
Diretor da Secretaria de Controle Interno



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e sete do mês de setembro de dois mil e sete, quinta-feira, às quatorze horas, na sala número dezenove, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 392**, adotada em 18 de setembro de 2007 e publicada no dia 19 do mesmo mês e ano, que “Revoga a Medida Provisória no 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira”, sem a presença de membros, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.



SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
*SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS***

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 393, DE 2007, QUE “ INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL
DE DRAGAGEM PORTUÁRIA E HIDROVIÁRIA, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS” :

CONGRESSISTAS		EMENDA N°
Deputado Alfredo Kaefer		02
Deputado Beto Albuquerque		04, 09, 10
Deputado Duarte Nogueira		01
Deputado Fernando de Fabinho		03, 05
Deputado João Almeida		06
Deputado Luiz Sérgio		11
Senador Sérgio Guerra		07
Deputado Zenaldo Coutinho		08

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 011

**MPV 393/07
00001**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

proposição
Medida Provisória n.º 393, de 19 de setembro de 2007

autor
Poder Executivo

n.º do prontuário
350

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprime-se do § 1º do art. 1º da MP 393, de 19 de setembro de 2007, a seguinte expressão: "bem assim as ações de licenciamento ambiental e as relativas ao cumprimento das exigências ambientais decorrentes".

JUSTIFICAÇÃO

O licenciamento ambiental é elementar e importante instrumento da política de meio ambiente, previsto em lei desde 1981 (Lei 6938/81) recepcionada pela Constituição de 1988, como atribuições concorrentes da União e demais entes federados. Pela sua própria natureza, este licenciamento é, tradicionalmente, confiado pelo Direito brasileiro aos órgãos e entidades vinculados ao Ministério federal e às Secretarias estaduais e municipais competentes para matéria ambiental. O comando normativo cuja supressão é proposta, pretende retirar dos órgãos e entidades ambientais competentes a responsabilidade pelas ações de licenciamento ambiental relativo às obras de dragagem. Neste sentido, entendemos que não se pode admitir que o processo de licenciamento seja confiado a órgãos ou entidades finalisticamente interessados nas obras cuja licença ambiental porventura seja necessária, sob pena de esvaziamento das cautelas que são buscadas com o correto, exaustivo e imparcial processo administrativo de licenciamento ambiental. Portanto, propõe-se a supressão do comando normativo destacado, para que a competência na área permaneça confiada aos atuais órgãos e entidades ambientais tradicionalmente competentes.

PARLAMENTAR

Deputado DUARTE NOGUEIRA

MPV 393/07**00002****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Emenda à Medida Provisória nº 393/2007			
Autor Dep. Alfredo Kaefer		nº do prontuário		
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
		TEXTO / JUSTIFICAÇÃO		

Acrescente-se, ao artigo 1º da Medida Provisória nº 393/2007, que passa a vigorar o seguinte incisos :

- Art. 1º
- I -
- II -
- III -
- IV -

V – consideram-se como áreas prioritárias para despejo de material dragado , às áreas de recuperação da orla marítima, em especial as praias e balneários marinhos, lacustres ou fluviais. Observada as características ambientais do material dragado.

VI – para a recuperação ambiental das praias e balneários marinhos, lacustres e fluviais, é vedado a utilização de material contaminado, de acordo com as normas ambientais vigentes.

JUSTIFICAÇÃO

Os constantes acréscimos e variações do nível dos mares, especialmente devido ao aquecimento global, têm provocado, por meio de processos erosivos, a degradação dos balneários, com a perda de material arenoso e, espaços anteriormente consagrados como praias, desaparecem, como é o caso do Balneário de Matinhos no Paraná. Neste local, devido aos processos erosivos, haja constante perda de área das praias, provocando enormes prejuízos à comunidade.

Além disso, a constante procura de novas áreas de lazer lacustres e fluviais, nos municípios interioranos e, a consequente necessidade de saneamento ambiental destas áreas, nos remete a intenção da emenda aditiva do uso prioritário do material dragado para estas finalidades.

Por fim, faz-se a ressalva de que os despejos dependerão de projetos técnicos específicos com forte cunho ambiental, ou seja, deverão ser analisadas as condições ambientais do material dragado e geotécnicas da área a ser saneada, antes da utilização proposta, preservando assim, as condições ambientais originais e objetivando a recuperação ambiental de tão importantes áreas.

Sessão Plenária, em de setembro de 2007.



Deputado Alfredo Kaefer

PARLAMENTAR

MPV 393/07**00003****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 393/07
------	---

autor Deputado FERNANDO DE FERREIRA	Nº do prontuário
---	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acresça-se ao art. 2º o seguinte § 5º, renumerando-se os demais:

"Art. 2º.....

§ 5º Os contratos firmados na forma do Caput deverão estabelecer tempo limite para o início e a conclusão das obras de manutenção de dragagem.

Justificativa

Esta emenda pretende incluir, no contrato de dragagem por resultado, condição que garanta o pronto atendimento das necessidades operacionais dos portos e vias navegáveis alcançadas pelo contrato entre o Poder Público e a empresa prestadora do serviço.

Não é rara a divulgação de descumprimentos contratuais por atrasos e outros vícios que impedem o bom cumprimento dos serviços contratados pelo Estado. Ainda mais por se tratar de obra de engenharia com pouquíssimas máquinas adequadas disponíveis para sua realização.

PARLAMENTAR

**MPV 393/07
00004**

EMENDA ADITIVA

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 393, de 2007

Institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências.

Acrescente-se os parágrafos 7º e 8º ao artigo 2º da Medida Provisória n.º 393, de 2007, com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

§ 7º - O Licenciamento ambiental das obras e serviços previstos no § 1º será unificado;

§ 8º - O Licenciamento ambiental da dragagem por resultado não associada a obras de ampliação ou aprofundamento de vias navegáveis e portos será sempre de competência do órgão ambiental responsável pelo licenciamento de operação do respectivo porto ou, na ausência dela, da dragagem de aprofundamento ou ampliação que foi previamente estabelecida no porto."

JUSTIFICAÇÃO

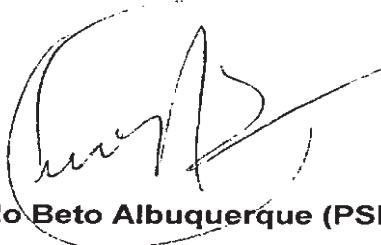
O conceito de dragagem por resultado unifica os conceitos até aqui vigentes de dragagem de aprofundamento ou ampliação e de dragagem de manutenção dos portos, que tem sido objeto de licenciamento em diferentes órgãos ambientais, num mesmo porto. Essas instâncias nem sempre operam com os mesmos critérios, burocratizando o processo de licenciamento e dispersando o conhecimento sobre o meio ambiente portuário em órgãos distintos, que acabam por exigir dados em duplicação com diferentes critérios.

Isso aumenta custos e prazos de licenciamento para o empreendedor, além de dar margem a freqüentes ações judiciais, requerendo que o licenciamento seja realizado ora por um ente local, ora federal.

Normalmente, é o órgão que licencia o porto ou a dragagem de aprofundamento que detém maior conhecimento dos múltiplos aspectos ambientais dos portos e seu entorno e da influência das dragagens no meio biótico fluvial, estuarino e marítimo, que são interligados. A dragagem de manutenção nada mais é do que uma das operações portuárias rotineiras, mas vinculada, na origem, à profundidade

estabelecida previamente no porto. Portanto, o licenciamento de ambas, num mesmo porto, por meio de um mesmo órgão ambiental, é uma questão de racionalidade administrativa, que está em linha com o rigor técnico e com a defesa do meio ambiente.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 2007.



Deputado Beto Albuquerque (PSB/RS)

MPV 393/07

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00005

data	proposição Medida Provisória nº 393/07	Nº do protocolo
------	---	-----------------

autor Deputado FERNANDO DE FREITAS				
<input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input type="checkbox"/> Modificativa	<input type="checkbox"/> Aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	Inciso	alínea

Suprime-se do art. 3º da MP 393/07, a seguinte expressão: "ou estrangeiras, por meio de licitação internacional,".

Justificativa

Esta emenda pretende proibir a entrada de empresas estrangeiras no setor que trata a MP em questão, como forma de estímulo às empresas nacionais.

Cabe ao Governo incentivar os Marítimos nacionais através do aumento de empregos, , obras regulares, pagamentos e autorizações ambientais com pontualidade.

PARLAMENTAR



MPV 393/07**00006****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 26/09/07	Proposição Medida Provisória nº 393, de 2007			
Autor João Almeida			nº do prontuário 198	
<input type="checkbox"/> Supressiva		2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva
5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 01	Art. 3º	Parágrafo	Inciso	Alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se a seguinte nova redação ao art. 3º da Medida Provisória nº 393, de 2007:

"Art. 3º. Para a dragagem de que trata esta Medida Provisória poderão ser contratadas, por licitação internacional, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, empresas de dragagem nacionais ou estrangeiras, desde que, em qualquer das duas hipóteses, haja participação majoritária de empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País."

JUSTIFICAÇÃO

O mercado brasileiro de empresas de navegação já é um mercado aberto de livre acesso a empresas que demonstrem capacidade técnica e financeira para a realização dos serviços.

A Medida Provisória em tela estabeleceu condições que abrem ainda mais o mercado e estimula a competição, através da possibilidade de participação de empresas estrangeiras nas licitações para obras e serviços de dragagem. Mas, esta participação, sem uma contrapartida nacional, fatalmente acarretará a extinção das empresas nacionais e do seu parque de equipamentos.

Ademais, a dragagem é uma atividade considerada estratégica pelos principais países desenvolvidos. Neste sentido, ter uma capacidade de dragagem nacional é ter uma reserva técnica estratégica que permita que o acesso e a utilização dos portos e das vias navegáveis do País se façam sem problemas, mesmo em épocas de crise política internacional.

Assim, a exigência proposta nesta Emenda de que empresas de capital estrangeiro atuem, na execução de obras e serviços de dragagem no Brasil, associadas a empresas brasileiras, preserva o espírito de abertura de mercado e de estímulo da concorrência implícito na Medida Provisória em tela, mas, assegura a capacidade estratégica do País de atendimento aos portos brasileiros em momentos de crise internacional.

PARLAMENTAR

MPV 393/07**00007****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	Proposição Medida Provisória nº 393, de 2007			
Autor <i>SENADOR JOSÉ BRITO GUERRA</i>		nº do prontuário		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Art. 3º	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se a seguinte nova redação ao art. 3º da Medida Provisória nº 393, de 2007:

"Art. 3º. Para a dragagem de que trata esta Medida Provisória poderão ser contratadas, por licitação internacional, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, empresas de dragagem nacionais ou estrangeiras, desde que, em qualquer das duas hipóteses, haja participação majoritária de empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País no seu capital."

JUSTIFICAÇÃO

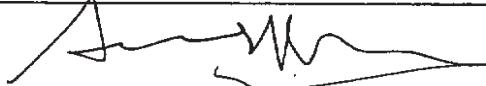
O mercado brasileiro de empresas de navegação já é um mercado aberto de livre acesso a empresas que demonstrem capacidade técnica e financeira para a realização dos serviços.

A Medida Provisória em tela estabeleceu condições que abrem ainda mais o mercado e estimula a competição, através da possibilidade de participação de empresas estrangeiras nas licitações para obras e serviços de dragagem. Mas, esta participação, sem uma contrapartida nacional, fatalmente acarretará a extinção das empresas nacionais e do seu parque de equipamentos.

Ademais, a dragagem é uma atividade considerada estratégica pelos principais países desenvolvidos. Neste sentido, ter uma capacidade de dragagem nacional é ter uma reserva técnica estratégica que permita que o acesso e a utilização dos portos e das vias navegáveis do País se façam sem problemas, mesmo em épocas de crise política internacional.

Assim, a exigência proposta nesta Emenda de que empresas de capital estrangeiro atuem, na execução de obras e serviços de dragagem no Brasil, associadas a empresas brasileiras, preserva o espírito de abertura de mercado e de estímulo da concorrência implícito na Medida Provisória em tela, mas, assegura a capacidade estratégica do País de atendimento aos portos brasileiros em momentos de crise internacional.

PARLAMENTAR



MPV 393/07**00008****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 393/2007**

Institui o Programa Nacional de Dragagem
Portuária e Hidroviária, e dá outras providências

Emenda Aditiva

Inclua-se o seguinte parágrafo único ao Art. 3º da Medida Provisória 393/07:

“Art. 3º.....

Parágrafo único. Fica vedada a fixação de preços médios para determinar o proposta vencedora da licitação, devendo o edital discriminar o tipo e as características do material a ser dragado.”

JUSTIFICATIVA

Um dos problemas apontados pelo setor para que as empresas nacionais disputem em pé de igualdade com empresas estrangeiras as licitações para execução dos serviços de dragagem reside no fato dos editais de licitação mesclarem o preço do material mole e do material duro, extraíndo um preço médio superior ao preço da dragagem de um tipo de material apenas. Tendo em vista que o mercado de dragagem é extremamente cartelizado internacionalmente, algo em torno de 4 empresas mundiais dos Paises Baixos que possuem cerca de 100 subsidiárias pelo mundo, esse preço médio superior retira a competitividade das empresas nacionais, notadamente mais descapitalizadas. Nesse sentido faz-se necessário a aprovação da presente emenda para garantir maior competitividade às empresas nacionais.

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Deputado ZENALDO COUTINHO (PSDB/PA)

MPV 393/07
EMENDA ADITIVA
00009

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 393, de 2007

Institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências.

Acrescente-se parágrafo único ao artigo 5º da Medida Provisória n.º 393, de 2007, com a seguinte redação:

"Art. 5º

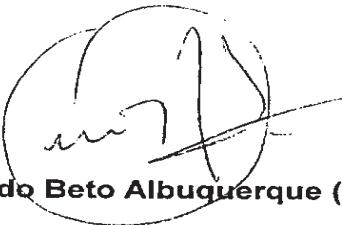
Parágrafo único. Aplica-se às embarcações destinadas à dragagem portuária a isenção do imposto a que se refere o art. 172, do Decreto nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002, com a redação dada pelo art. 1º, do Decreto nº 5.268, de 9 de novembro de 2004."

JUSTIFICAÇÃO

A dragagem portuária representa usualmente um componente relevante dos custos portuários. Os portos constituem pontos de organização das cadeias logísticas interiores, contribuindo com parte significativa do Custo Brasil. Um porto eficiente, com baixos custos operacionais, induz toda uma rede de transportes interior mais eficiente. Baixar o custo da dragagem constitui, portanto, uma meta nacional que viabiliza a competitividade do país e reduz os fretes de cabotagem, contribuindo para a redução do custo de matérias primas e alimentos, mais sensíveis a custos logísticos, com larga repercussão social e econômica.

Para a redução dos custos de dragagem e, consequentemente, dos custos portuários, torna-se justificável um regime de exceção na cobrança dos impostos que incidem sobre as embarcações destinadas à dragagem, como já ocorre em setores essenciais, previstos no Decreto nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002. De certa maneira, também induz a competitividade entre empresas do setor de dragagem, beneficiando o setor público.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 2007.



Deputado Beto Albuquerque (PSB/RS)

EMENDA ADITIVA**MPV - 393/07
00010****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 393, de 2007**

Institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências.

Acrescente-se parágrafos ao artigo 6º da Medida Provisória n.º 393, de 2007, com a seguinte redação:

"Art. 6º.....

§ 1º. As tarifas portuárias propostas pela Autoridade Portuária ao órgão regulador serão definidas de acordo com norma estabelecida pela Secretaria Especial de Portos ou pelo Ministério dos Transportes, na respectiva área de atuação.

§ 2º. Os Presidente dos Conselhos das Autoridades Portuárias serão indicados pelo Secretário Especial de Portos e pelo Ministro dos Transportes, nas respectivas áreas de atuação, revogando-se o disposto no § 3º do art. 27, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001."

JUSTIFICAÇÃO

As tarifas portuárias são, atualmente, fixadas pelas Autoridades Portuárias, segundo a conveniência local, sem diretrizes superiores que balizem itens de custo obrigatórios – como a gestão ambiental, por exemplo -, sendo apenas homologadas pela autoridade reguladora. A criação da Secretaria Nacional de Portos resgata a função pública de monitorar os órgãos vinculados, não apenas nos dispêndios por repasse de recursos orçamentários, mas, para a racionalização e economia desses recursos, também dos recursos arrecadados nos portos, eliminando distorções entre portos e tornando mais transparente os componentes das tarifas portuárias.

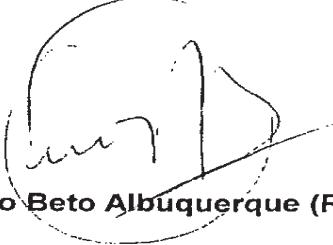
Nesse sentido, não basta atuar na fiscalização da alocação dos recursos arrecadados, mas de nortear o que deve ser cobrado, a composição de cada item de custo e limites aceitáveis do custo da administração geral, tornando a competição entre portos mais real e menos assentada em verbas públicas de fundos sociais, que acabam cobrindo déficits administrativos, de forma recorrente, sanáveis quando regras claras induzem a formação dos preços.

A criação da Secretaria Especial de Portos objetivou melhor supervisão pública sobre as Companhias Docas, responsáveis pela operação dos principais portos brasileiros. O Art 6º dessa Medida Provisória visa, justamente, equipar a Secretaria e o governo para garantir a melhor gestão dos portos. Nesse sentido, é imprescindível que a autoridade portuária trabalhe em linha com a Secretaria, para efetivar eficazmente uma gestão portuária que beneficie o país, em curto prazo.

Assim, não tem sentido que a indicação da Autoridade Portuária seja da competência da ANTAQ, um órgão regulador, a quem não cabe gerir os portos públicos. Torna-se indispensável que a gestão das empresas públicas seja da alçada do poder executivo, como ocorre em outros setores da Administração.

Portanto, a indicação do Presidente do Conselho da Autoridade Portuária pelo responsável pela Secretaria Especial de Portos está em linha com o objetivo da eficácia da gestão dos portos públicos, o que também vale para os portos sob a supervisão do Ministério dos Transportes.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 2007.



Deputado Beto Albuquerque (PSB/RS)

MPV - 393/07

00011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 25/09/2007	Proposição Medida Provisória nº 393 de 19 de setembro de 2007			
Autor DEPUTADO LUIZ SÉRGIO			Nº Prontuário 313	
1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página 1/3	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Adite-se onde couber na MP-393 de 19 de setembro de 2007, os seguintes artigos, renumerando-se o artigo subsequente:

Art 7º. O Art. 31 da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 31-

.....

.....

§ 3º Sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo, é vedada ao beneficiário a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, exceto:

I - nas hipóteses de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, quando a doação, tiver a finalidade de execução, direta ou indireta, por parte do donatário, de projeto ou de programa de revitalização ou de renovação urbana das zonas portuárias, e desde que, a alienação, onerosa ou não, seja destinada à consecução do objetivo previamente definido na legislação estadual e/ou municipal; ou

II - nas hipóteses de que tratam os incisos I a IV do caput deste artigo, quando a doação tiver a finalidade de execução, por parte do donatário, de projeto de assentamento de famílias carentes ou de baixa renda, na forma do art. 26 desta Lei, e desde que, no caso de alienação onerosa, o produto da venda seja destinado à instalação de infra-estrutura, equipamentos básicos ou de outras melhorias necessárias ao desenvolvimento do projeto." (NR)

Art 8º. Para licitações no âmbito de projetos ou programas de revitalização ou de renovação urbana das zonas portuárias situadas em áreas declaradas por lei municipal de especial interesse urbanístico poderão ser dispensadas as vedações ou limites definidos nos §§ 2º e 3º do Art. 7º, incisos I e II do Art. 9º e inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art 9º. A Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro transferirá à União, na forma do seu Estatuto Social, no prazo máximo de cento e oitenta dias, todos os seus direitos de domínio pleno ou útil sobre bens imóveis localizados na área definida pelo Decreto Municipal nº 26.852, que delimita a Área de Especial Interesse da Região Portuária do Rio de Janeiro.

§ 1º. Após a transferência de direitos e a regularização dos bens imóveis de que trata o caput, fica a União autorizada a doar estes bens e outros que já detenha, direta ou indiretamente, a titularidade ou propriedade na mesma área ao Estado do Rio de Janeiro ou ao Município do Rio de Janeiro, bem como transferir direitos porventura associados à propriedade, sem qualquer ônus, com a finalidade de proporcionar a execução, direta ou indireta, pelo Estado e/ou pelo Município, de projeto ou programa de revitalização urbana da Área de Especial Interesse da Região Portuária do Rio de Janeiro (AEIU - Portuária).

§ 2º. A doação e a transferência de direitos referidas no parágrafo anterior sujeitar-se-ão a condição resolutiva que implique o retorno desses direitos à União, sem necessidade de pagamento de indenização a quem quer que esteja com a posse ou propriedade sobre os bens, caso até 31 de dezembro de 2010 não se tenha iniciado o programa de revitalização da área mencionada no caput.

§ 3º. Observada a finalidade mencionada, não haverá qualquer restrição ao Estado ou ao Município do Rio de Janeiro para, direta ou indiretamente, alienar ou dar qualquer outra destinação aos bens imóveis doados pela União ou os direitos por ela transferidos.

§ 4º. A União realizará a doação ou a transferência dos direitos referidos no § 1º deste artigo, motivada por recebimento de notificação conjunta do Estado e Município do Rio de Janeiro, em que se indique o(s) beneficiário(s) da doação e da transferência dos direitos.

§ 5º. A transferência de direitos, nos termos do caput deste artigo, ocorrerá independentemente de, na época de sua formalização, estarem os bens ou direitos incluídos no Programa Nacional de Desestatização, de que trata a Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, sem necessidade de se praticar qualquer ato específico em decorrência dessa circunstância.

JUSTIFICATIVA

Dizem os urbanistas que os portos ficam de costas para as cidades e as cidades de costas para os portos: a atividade portuária sente negativamente a interferência da atividade urbana e a cidade vê a área do porto como uma zona degradada. A convivência entre portos e cidades nas áreas centrais é uma necessidade e vem sendo objeto de projetos de renovação urbana nas principais cidades portuárias do mundo: Lisboa, Londres, Rotterdam, Barcelona, Buenos Aires entre outras. Não é possível que as cidades portuárias brasileiras não sigam o mesmo roteiro e integrem de forma harmônica os portos situados em áreas centrais à vida urbana. A concentração de terras públicas nas zonas portuárias é condição sine qua non para o sucesso desses projetos.

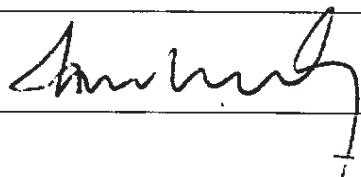
Na realidade não se trata de doação da União. A União estará devolvendo às cidades o patrimônio que utilizou na exploração econômica dos portos. É um ato de justiça.

Os projetos de revitalização de zonas portuárias, além de exigirem participação pública e privada, conforme demonstrado em cidades de outros países (Lisboa, Buenos Aires, Rotterdam, Londres, Barcelona, etc), são longos, complexos e exigem uma estruturação urbanística e financeira sofisticada, mediante gestão e valorização de ativos, daí porque podem requerer um maior grau de liberdade e de descricionariedade para a autoridade local promotora (Estado ou Município) e para atração de investimento. Adicionalmente, a PPP brasileira limita-se à concessão administrativa ou patrocinada com regras rígidas, limitando bastante sua utilização. Daí, a possibilidade prevista nesta emenda para a flexibilização de certas regras da Lei 8.666/93 que podem inviabilizar a consecução de uma modelagem ágil e inovadora para a revitalização ou renovação urbana das zonas portuárias.

Brasília, 25 de setembro de 2007

ASSINATURA

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

DEM – Antonio Carlos Júnior*^(S)
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque*^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro*^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás

DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*

DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiassi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

DEM – Efraim Moraes*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí

DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto *^(S)
PTB - Euclides Mello ²

DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^(S)
PTB - Euclides Mello ²

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

² O Senador Euclides Mello foi empossado em 30.8.2007.

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro**^(S)

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana *^(S)
PTB – Gim Argello**^(S)

Tocantins

BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

**(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)**

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾	
(DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007

Designação: 5.6.2007

Instalação:

Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago)³	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: scomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB

Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)**

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB

Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB

Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago)¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azzeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho – PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB

Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – PcdB	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) [†]
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

[†] Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR**
(7 titulares e 7 suplentes)

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp 2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretaria: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
 Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
 Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
 E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995	4ª Eleição Geral: 13.03.2003
2ª Eleição Geral: 30.06.1999	5ª Eleição Geral: 23.11.2005
3ª Eleição Geral: 27.06.2001	6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸
Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral: 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003
3^º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narciso Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM-PE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 21.8.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarde Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6^a Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (*) Vago
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17-7-2007.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo econômico)

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 174 PÁGINAS